

"TEMPLO DE LUZ":

**OS CURSOS NOTURNOS MASCULINOS DE INSTRUÇÃO
PRIMÁRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE
(1875 - 1915)**

ELIANE PERES

P437t Peres, Eliane Teresinha

Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925) / Eliane Teresinha Peres – Pelotas: Seiva Publicações, 2002

178p. – (Série História da Educação em Pelotas; 2)

1. Biblioteca Pública Pelotense 2. Ensino de Primeiro Grau – Pelotas-RS 3. Ensino noturno 4. Relações de Gênero 5. Sociologia da cultura I.T. II Série

CDD 370.782 098 165 7

ESCLARECIMENTO

Este trabalho, agora publicado na forma de livro, foi originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, sob a orientação da Professora Dr^a Guacira Lopes Louro, em setembro de 1995. O texto está sendo publicado na íntegra, sem mudanças ou atualizações.

Agradeço aos colegas e amigos o apoio para a publicação deste trabalho sete anos depois da sua conclusão. Um agradecimento especial à Seiva Publicações pela possibilidade de torná-lo público.

Pelotas, junho de 2001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. “PRINCESA DO SUL”: PELOTAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.

- 1.1. Aspectos da vida cotidiana de Pelotas
- 1.2. Homens e mulheres no espaço urbano de Pelotas

2. “TEMPLO DE LUZ”: A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE

3. “O PÃO ESPIRITUAL”: OS CURSOS NOTURNOS MASCULINOS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE

- 3.1. Os cursos noturnos no contexto da educação brasileira
- 3.2. “Os filhos do trabalho”: um curso para a formação do homem trabalhador pelotense

4. AS QUESTÕES PEDAGÓGICAS DOS CURSOS NOTURNOS MASCULINOS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE

- 4.1. Organização e funcionamento das aulas noturnas
- 4.2. Premiações e punições: uma forma de educar homens trabalhadores?
- 4.3. O espaço físico como instância educativa

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS.....

O adiantamento de um povo
conhece-se pela moralidade,
pelo critério de sua imprensa,
pelo número de suas escolas e
pelas bibliotecas que possui (A
Discussão, Pelotas,
13/03/1885).

INTRODUÇÃO

Esta é uma história dos cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), fundados em 1877. É uma história *de homens*. Homens que fundaram e dirigiram a Biblioteca, homens que projetaram e conduziram os cursos noturnos e homens que freqüentaram estes cursos. Por ser uma história masculina - vivida, registrada e contada por homens - é que me proponho a pensar, também, a condição feminina. Certamente neste "olhar" pesa o fato de ser este trabalho de autoria de uma mulher, e de estar baseado fundamentalmente nas teorias sobre as *relações de gênero*.

É preciso considerar que a história das mulheres e sua evolução para a história das relações de gênero desencadearam, também, os estudos sobre os homens, despertando um crescente interesse pela masculinidade. Joan Scott (1992) demonstra como, na constituição da história das mulheres como um campo de estudo, houve um processo que evoluiu do movimento feminista (da política) para a história e daí para gênero. Isto não significa linearidade, pois, como argumenta a autora, embora a história das mulheres esteja associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, e tampouco a introdução do conceito de *relações de gênero* excluiu o uso da denominação e da proposta, por parte de algumas pesquisadoras, de fazer *estudos de mulheres*. Não há, na evolução da área, exclusões, passagens determinadas temporalmente ou sucessões rígidas. O importante é perceber o que representou a trajetória da história das mulheres para a história das relações de gênero. Além de enfatizar gênero como construção social e cultural do masculino e do feminino, o conceito permitiu uma abordagem relacional. Scott (op. cit.) afirma que "não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres" (p.87). Ao introduzir o caráter relacional, o conceito de gênero permitiu pensar em "termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como levar em conta a mudança" (p.87). Foi no contexto destas discussões e da ampliação teórica desencadeada pelo conceito de gênero que os estudos masculinos conquistaram espaço. Robert Connel (1993), em seu estudo sobre masculinidades na história do mundo, apresenta este mesmo argumento. Diz o autor de que não há dúvida que o desenvolvimento dos estudos atuais sobre a masculinidade se deve a dois fatores principais: "primeiro, o advento da liberação da mulher no fim dos

anos 60 e o crescimento da pesquisa feminista, (...); em segundo lugar - tão importante intelectualmente, embora de menor alcance prático -, foi o advento da liberação gay e o desdobramento da crítica de lésbicas e gays à heterossexualidade" (op.cit.:598).

Este trabalho, mesmo tendo *homens* como personagens centrais, não é uma história *sobre* os homens em Pelotas no século passado. É uma história que, observando as relações de gênero, naquele período e naquele contexto específico, procura entender como se processava a hierarquização dos gêneros no cotidiano de homens e mulheres, e como isto se explicitou em um espaço caracteristicamente masculino: as aulas da Biblioteca Pública Pelotense.

O objetivo principal deste estudo foi o resgate histórico da experiência dos cursos noturnos de instrução primária da BPP. A intenção foi desvendar por que, para quem e como os cursos foram criados e mantidos durante tanto tempo na Biblioteca. Muitas seriam as formas e as possibilidades de "contar" esta história. Ao conhecer a dinâmica e as particularidades dos cursos - noturnos, masculinos, para menores e adultos das classes populares -, optei por uma determinada perspectiva e orientação teórico-metodológica. Ancorada nos estudos das relações de gênero busquei apreender, na relação entre as práticas sociais externas à Biblioteca e no próprio cotidiano das aulas noturnas, como se deu a instrução e a formação do homem trabalhador pelotense no final do século XIX e início do século XX.

Assim, a primeira questão de pesquisa que se impôs foi: por que os cursos noturnos de instrução primária, durante trinta e oito anos (1877-1915), foram freqüentados apenas por homens? Como e por que as mulheres foram excluídas? Por outro lado, se houve um processo de exclusão das mulheres, outro segmento social foi incluído no projeto dos cursos noturnos: os negros. É preciso considerar que a realidade brasileira em 1877 era a de uma sociedade escravocrata - logo, racista -, onde os negros, mesmo os livres e libertos¹, constituíam um grupo social marginalizado, discriminado e vivendo sob o jugo do preconceito. Com isto, outra questão colocou-se como desafio de pesquisa: como os homens negros tiveram acesso aos cursos noturnos da BPP? E por que os homens brancos da elite se propuseram a oferecer aulas noturnas na Biblioteca aos negros, ainda durante o período da escravidão?

A questão de pesquisa se complexificou ao longo do processo de investigação, na medida em que constatei que estes cursos foram projetados e criados por um grupo da elite pelotense e destinados aos "*filhos do trabalho*" (Diário de Pelotas, 23/11/1879). Então, um outro questionamento surgiu: porque homens da elite pelotense preocuparam-se com a instrução dos homens das classes

¹ Livre era o indivíduo que nunca tinha sido escravo, enquanto o liberto era aquele que, tendo sido escravo, fora alforriado.

populares a ponto de criar os cursos noturnos? Que idéias e projetos estavam implícitos (ou explícitos) nesta iniciativa?

Assim, não basta dizer que esta é uma história *de homens*. O quadro é bem mais complexo: esta é uma história da instrução de homens brancos e negros, nacionais e estrangeiros, menores e adultos, das classes populares, cujo projeto foi levado a efeito por um grupo de homens brancos da elite. Conhecendo esta teia de relações que se estabeleceu no interior da BPP e, mais especificamente, nas aulas noturnas, incluí também outra questão, que pode ser enunciada da seguinte forma: em que medida a "escola noturna" da BPP contribuiu para a formação de um sujeito masculino para o mundo do trabalho em Pelotas na virada do século?

A análise desta história, em função das principais questões de pesquisa, é então pautada por três categorias: gênero, classe social e grupo étnico. Examinar aqueles atores sociais - homens das classes populares e da elite, negros e brancos, nacionais e estrangeiros-, considerando estas categorias de forma articulada, para compreender a dinâmica dos cursos noturnos, foi a tarefa empreendida durante todo o processo de pesquisa. Algumas autoras que desenvolvem trabalhos sob a perspectiva de gênero (Scott, Barbieri, Azeredo) têm chamado a atenção para a necessidade de articular, no processo de pesquisa, estas três categorias: gênero, classe e raça/etnia. É, sem dúvida, uma tarefa extremamente difícil, pela complexidade do empreendimento e pelo atravessamento que estas relações engendram, nem sempre possível de captar de forma clara na pesquisa. Porém, o papel do/a pesquisador/a - e da própria historiografia - é também ousar, atrever-se, arriscar-se, para trazer à tona um emaranhado de relações sociais nem sempre "visíveis" e de fácil compreensão. Com isso, tentei articular, na análise, questões de gênero, de classe e de grupo étnico, para compreender **uma** experiência de instrução, em **um** momento específico e em **um** determinado espaço: as aulas noturnas da BPP, em Pelotas, entre os anos de 1875-1915. Não tenho a pretensão de fazer generalizações, nem tampouco estabelecer categorias e explicações para a sociedade daquele momento como um todo. O objetivo é apenas compreender os cursos noturnos na sua dinâmica e especificidade.

Foram estas especificidades que fizeram com que incluísse na análise - embora sem estar previsto no início da pesquisa - outras características dos alunos: a nacionalidade e a faixa etária. A primeira colocou-se porque era uma diferenciação - nacionais e estrangeiros - recorrente entre os "homens da Biblioteca"; a segunda porque, surpreendentemente, a idéia inicial que tinha era de que estes cursos fossem freqüentados apenas por jovens e adultos. A presença de crianças a partir dos sete anos de idade nas aulas e sua "visibilidade" através dos discursos dos "homens da Biblioteca" impuseram a necessidade de tratar a questão. Assim, ampliando para além das questões de classe, grupo étnico e gênero, considerei as diferenças de nacionalidade e faixa etária dos alunos.

Sobre a categoria classe social é importante observar que E. Thompson (1987) chama a atenção para o fato de que classe é um fenômeno histórico, que ocorre efetivamente nas relações humanas. Portanto, só passível de compreensão se entendida como uma relação e não uma coisa, conforme alerta o autor. Classe social não existe no abstrato, senão numa dada formação social e cultural. Eric Hobsbawn (1987) também apresenta um argumento que se aproxima do exposto por Thompson acerca dos estudos que abordam as relações de classes. Diz Hobsbawn que estas relações "não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas. Isto implica um modelo do que são as sociedades e de como funcionam" (p.29). Assim, trabalhar com o conceito de classes sociais em relação ao século passado só tem sentido se contextualizado a partir da sociedade da época: uma sociedade escravocrata, latifundiária, hierarquizada e altamente excludente e discriminatória. Sendo esta a realidade da sociedade pelotense no final do século passado e primeiras décadas deste século, é importante explicitar a que atores sociais, concretamente, estou me referindo.

Embora o conceito de elite seja relativamente consensual na pesquisa histórica, estou entendendo por elite "o conjunto dos grupos sociais que dominam a sociedade mediante sua influência, seu prestígio, suas riquezas, seu poder econômico, cultural, político" (Chaussinand-Nogaret, 1993:283). Neste sentido, o objetivo é demonstrar que na criação da BPP e dos cursos noturnos estiveram envolvidos homens que detinham prestígio e influência econômica, política ou intelectual - ou, o que era mais comum, ostentavam um somatório destes "poderes". A parcela da elite caracterizada aqui como "homens da Biblioteca" era, na realidade, uma fração dos grupos dominantes pelotenses. Entendo que o conceito de elite - porque não traz um apelo imediato aos aspectos econômicos - é adequado à realidade da sociedade pelotense naquele período e caracteriza melhor este grupo de homens mantenedores dos cursos noturnos.

Ao referir-me aos alunos dos cursos, optei pela conceituação de *classes populares*. Entendo que tal denominação carrega um significado mais amplo que *trabalhadores*, que, do ponto de vista conceitual, poderia limitar a compreensão a um grupo restrito de indivíduos, já que o conceito *trabalhadores* sugere apenas sujeitos envolvidos diretamente no processo produtivo. Os cursos noturnos foram projetados para atender os trabalhadores pelotenses, mas, na prática, não foram freqüentados exclusivamente por eles. Outros indivíduos, desempregados, sub-empregados, crianças prestadoras de serviços domésticos, aprendizes de ofício, "incurrigíveis" (denominação aos "expulsos" de escolas públicas diurnas), também freqüentaram as aulas na Biblioteca. Em função disso é que uso aqui a expressão *classes populares*, identificando o conjunto dos indivíduos marginalizados social, econômica e culturalmente.

José de Souza Martins (1989), usando a denominação de classes subalternas, argumenta igualmente que "a categoria de subalterno é certamente mais intensa e mais expressiva que a simples categoria de trabalhadores" (p. 98). Embora a partir de outra perspectiva e na tentativa de apreender outra realidade, as reflexões de Martins são pertinentes para a análise que me proponho a realizar. Para o autor, as classes subalternas são constituídas pela classe operária, pelos camponeses e também pelos povos coloniais. Esta inclusão, para ele, tem uma amplitude excessiva, mas "sugere uma via de entendimento das relações sociais fora do reducionismo implícito na concepção de classe social" (p.97/98). Seguindo esta análise, ele afirma que a amplitude e o pluralismo "tornaram as classes subalternas estranhas em relação às teorias das classes sociais, apoiadas na idéia da eficácia histórica de uma única classe social, a classe operária" (p.129). Numa reflexão análoga à de Martins, considero possível a utilização do conceito de classes populares - ainda que este conceito não se conforme, pacificamente, às teorias mais convencionais sobre as relações de classe.

Alguns autores (Éder Sader e Maria Célia Paoli, 1986; Carmem Cinira Macedo, 1986; Alba Zaluar, 1994 - entre outros) têm trabalhado com esse conceito e chamam a atenção para a imprecisão conceitual e a ambigüidade do termo *classes populares*. Porém, apontam também para a ampliação que o termo sugere, ao abranger "uma população que é ao mesmo tempo heterogênea e semelhante" (Macedo, 1986:21). Zaluar argumenta que "o uso alternativo do conceito de classes populares resolve o problema da categorização operário industrial/trabalhador marginal, rígida demais para dar conta da realidade dos trabalhadores urbanos" (1994:39). Sader e Paoli (1986) afirmam que o conceito *classes populares*, com toda sua imprecisão, vem se "insinuando no lugar do antigo rigor com que se pretendia delimitar as fronteiras de classe" (p.59). Há, segundo os autores, um esforço no sentido da "compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento" (p.59), o que significa contextualizar estes atores, entendê-los no seu cotidiano, nas suas especificidades, nas suas práticas concretas vivenciadas no interior das relações sociais.

É com este sentido que o conceito de classes populares é tomado neste trabalho, ou seja, como a possibilidade de analisar uma população que não era homogênea entre si, mas que possuía uma identidade comum: grupos sociais de poder econômico baixo, excluídos da participação política na sociedade mais ampla² e com suas culturas estigmatizadas e desvalorizadas. Mas, apesar disso,

² A participação política é considerada, aqui, apenas no seu sentido restrito, ou seja, eleitor-eleito para cargos públicos. Até a Constituição republicana, só votavam e só podiam ser eleitos os homens que comprovassem a renda exigida para cada caso - ou seja, o voto era censitário.

atuantes e participantes, construtores da sua história e sujeitos ativos nas suas práticas de vida.

A heterogeneidade inerente a qualquer grupo humano - portanto, própria também das classes populares - não é tomada aqui como um aspecto negativo. Ao contrário, a pluralidade, a diversidade dos grupos populares é percebida na sua positividade.

Sader e Paoli (op.cit.) discutem como a heterogeneidade nas classes populares foi apontada como negatividade pelo pensamento sociológico brasileiro. Desde a Primeira República até a década de 70, foi atribuído aos grupos populares o estigma de "classes atrasadas", incapazes de agirem politicamente. Foram considerados, também, grupos com falta de sentido coletivo, individualistas, desorganizados e subordinados. A heterogeneidade era sinônimo de imaturidade das classes populares. Estas idéias, hegemônicas no pensamento brasileiro naquele período (citam Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres, como representantes deste pensamento), eram compartilhadas, também, pelo movimento operário da Primeira República. As Ciências Sociais, de um modo geral, comungaram, inicialmente, destas referências às classes populares. Segundo Sader e Paoli, alguns autores das Ciências Sociais (citam Juarez Rubens Brandão, 1960; Alain Touraine, 1961; Fernando Henrique Cardoso, 1961; entre outros) construíram "uma imagem de classe trabalhadora que se tornou paradigmática como representação de um sujeito, cujo traço distintivo é a sua negatividade - isto é, a falta de uma identidade social e política coletiva, a falta de uma coerência e racionalidade (...), a falta de uma consciência adequada de classe, a falta de uma autonomia mínima de movimentação coletiva solidária" (p. 48).

A ruptura com este pensamento aconteceu no final da década de 70 e primeiros anos da década de 80, especialmente a partir das greves dos trabalhadores em 1978 (iniciada entre os operários do ABC paulista) e dos novos movimentos sociais que tomaram força no início dos anos 80. Nas Ciências Sociais houve, com isto, uma reconceitualização de *classes populares*. A partir de então, conforme apontam Sader e Paoli, a diversidade não é mais vista como sinal de carência, de *falta de alguma coisa*, de obstáculo, mas como a "expressão da forma fragmentária de constituição dos sujeitos" (p.58). Desde os anos 80 há uma percepção da multiplicidade e da diferença articulada com "a noção de enfrentamento coletivo com um poder que também não é único" (p.61)

Assim, é possível argumentar que não existe o lugar de luta ou o lugar da resistência. Existem espaços dispersos e múltiplos de atuação/enfrentamento dos sujeitos sociais. Esta é uma idéia fundamental para a análise dos alunos da Biblioteca, juntamente com a positividade da heterogeneidade própria das classes populares. Primeiro, porque esta heterogeneidade está bastante visível entre os alunos dos cursos noturnos - todos pertencentes às classes populares -; depois, porque é o que lhes possibilitou a inserção e a participação diferenciada na vida

pelotense, em várias instâncias sociais: religiosas, culturais, classistas. Esta participação era atravessada pelas lutas étnicas, de gênero, de nacionalidade. Enfim, foram as diferenças que possibilitaram aos alunos o enfrentamento em várias instâncias de poder, às vezes no próprio cotidiano, entendido como um espaço de luta importante. É a partir desta conceituação de classes populares que pretendo analisar os alunos dos cursos noturnos, na sua diversidade, mobilidade e pluralidade.

É com este objetivo que incluo a dimensão étnica neste estudo. No entanto, esta inclusão não é simples e não se dá sem problemas, uma vez que conceitualmente esta temática é pouco problematizada nos estudos históricos e menos ainda nas pesquisas em História da Educação. Tratar da questão étnica teve como motivação duas razões principais: primeiro, porque neste trabalho não é possível analisar os alunos dos cursos noturnos negligenciando o aspecto étnico. É um imperativo do próprio objeto de pesquisa, já que conviviam nas aulas noturnas alunos brancos e negros, compartilhando vivências e experiências diferenciadas, ou seja, aspectos das suas culturas e das suas histórias. E, principalmente, porque ser branco ou ser negro tinha implicações sociais para cada grupo. Segundo, porque atualmente, na área de Educação - mesmo sem problematizar do ponto de vista conceitual e usando o termo "raça" para explicitar as experiências e as desigualdades educacionais entre a população branca e negra - proclama-se a necessidade desta articulação: educação x diferenças étnicas. Porém, ainda poucos estudos efetivaram esta perspectiva de análise.

Especialmente as/os pesquisadoras/es que se dedicam ao estudo das experiências educativas dos grupos negros no Brasil argumentam que a história deste segmento da população tem sido pouco considerada. Regina Pahim Pinto (1992:44) denuncia que, na verdade, o tema "não conseguiu sensibilizar pesquisadores da área de Educação, que raramente incluem a dimensão raça/cor em suas investigações". Isso acontece, segundo a autora, porque pesquisadores e pesquisadoras tendem a "identificar o negro com a população mais carente, não havendo necessidade de lhe dar uma atenção específica".

Os estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva (1987, 1992) e de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (Fúlvia Rosemberg, Esmeralda Negrão, Regina Pahim Pinto, entre outras) desmistificam este equívoco, demonstrando as desigualdades nas oportunidades educacionais entre a população branca e não-branca. Estas pesquisas demonstram que, entre outras coisas: os negros e os "pardos"³ obtêm níveis de escolarização inferiores aos dos brancos da mesma

³ Mantive aqui o termo "pardo" porque ele é empregado em algumas destas pesquisas sobre educação e "raça", muito embora seja um termo refutado por segmentos do Movimento Negro. Segundo militantes do Movimento Negro de Pelotas, igualmente o termo *mulato* é de caráter pejorativo, porque, afirmam, ninguém é menos ou mais negro. Quanto à

origem social; uma proporção maior de crianças negras e "pardas" ingressa tardiamente na escola; a proporção de negros e "pardos" que não tem acesso algum à escola é três vezes maior que a dos brancos; e o índice de reprovação é maior entre as crianças não-brancas.

Como se isto não bastasse, Pinto (op.cit.) chama atenção para o fato de que a História da Educação também negligenciou esta perspectiva de análise. Afirma a autora:

A História da Educação, por sua vez, também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando a população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado (p.47).

A investigação que originou este trabalho é uma tentativa de, ao resgatar a experiência dos cursos noturnos da BPP, compreender, também, o significado da participação dos negros em tais cursos, num momento histórico da sociedade brasileira em que estes indivíduos sofriam toda espécie de discriminação, sendo que o não-acesso à escolarização era uma das manifestações mais explícitas desta discriminação.

Convém explicitar, do ponto de vista conceitual, a opção pelo termo *grupo étnico*, uma vez que, na área de Educação, o termo *raça* é mais comumente usado, especialmente quando o objetivo é referir-se aos negros. Os poucos trabalhos que tomam por objeto as experiências educativas dos grupos negros usam, sem uma maior preocupação conceitual, expressões diversas: ora *grupo étnico*, ora *raça* e, por vezes, *cor de pele*. Sem pretender esgotar esta complexa e difícil questão, opto aqui pelo conceito de *grupo étnico*, não sem problematizar a questão. Num primeiro aspecto, pode-se dizer que a opção é também política, já que qualquer teoria ou trabalho empírico que não levar em consideração a linguagem "não saberá perceber os poderosos papéis que os símbolos, as metáforas, e os conceitos jogam na definição da personalidade e da história humana" (Scott,1990:11).

Segundo, não se trata apenas de uma mudança de terminologia, mas sim de conceitos que diferem entre si. A partir da contribuição da Antropologia, é possível concluir que *raça* está relacionada a uma visão evolucionista e biológica. Segundo Verena Stolke (1991), *raça* como categoria antropológica foi condenada e em seu lugar foi proposta a expressão *grupo étnico* e o termo *etnicidade*. Segundo a autora, *raça* foi associada ao reino da natureza, "em contraste com a 'etnicidade' compreendida como identidade cultural" (p.107). Manuela Carneiro da Cunha

denominação *brancos* e *não-brancos*, considero que pressupõe um critério de pureza racial e indica uma superioridade dos brancos sobre os demais grupos.

(1987), ao discutir os critérios de identidade étnica, também apresenta esta mesma idéia. Diz a autora que durante longo tempo a definição de grupo étnico esteve inscrita na biologia. Um grupo étnico, afirma Cunha, era um grupo identificável somaticamente. "Com este critério, raríssimos e apenas transitórios seriam quaisquer grupos étnicos" (p.113/114) uma vez que "a não ser em casos de completo isolamento geográfico, não existe população alguma que se reproduza biologicamente, sem miscigenação com grupos com os quais está em contato" (p. 113). Outro antropólogo, Dennis Werner (1992), também demonstra o caráter arbitrário das divisões dos grupos humanos tendo como critérios diferenças físicas ou genéticas. Segundo este autor, não se trata de negá-las, mas de perceber que é possível escolher qualquer traço - cor da pele, tipo de cabelos e olhos, tipo sanguíneo, a predisposição para determinadas doenças - para classificar os grupos humanos em *raças*; daí seu caráter arbitrário. Mais problemáticas que a classificação são as formulações simbólicas feitas tomando os critérios físicos e geográficos, como, por exemplo, atribuir incapacidade aos negros africanos e superioridade aos brancos europeus - pensamento comum no imaginário brasileiro do século XIX.

Stolke (op.cit) demonstra como o uso da expressão *grupo étnico* e do termo *eticidade* é recente, ao contrário do uso do termo *raça*, de origem mais antiga. A autora atribui tal substituição ao reconhecimento, por parte dos estudiosos, de que em termos estritamente biológicos não existem *raças* entre os seres humanos. O termo *eticidade/grupo étnico* ganhou mais força, segundo a autora, no pós-guerra, numa tentativa de refutar as doutrinas nazistas. Stolke afirma que:

A intenção era enfatizar que os grupos humanos eram um fenômeno histórico e cultural, e não categorias de pessoas biologicamente determinadas exibindo traços hereditários comuns em termos morais e intelectuais (p.106).

Pinto, num texto sobre *Escola e a questão da pluralidade étnica* (1985), também chama atenção para o uso incorreto do termo *raça* e suas limitações como fator explicativo das diferenças humanas.

Considerando todas essas observações, *grupo étnico* é empregado aqui com o intuito de transcender os aspectos biológicos e designar grupos de pessoas identificadas historicamente e culturalmente. O critério da cultura, segundo Carneiro da Cunha (op.cit.), foi tomado por um grande número de antropólogos que se ocuparam das relações étnicas. Assim, grupo étnico é definido como grupo que compartilha valores, formas e expressões culturais. A autora chama a atenção, porém, para a necessidade de, ao adotar o critério de cultura como fator de identificação de grupos étnicos, observar duas questões: a primeira delas é não tomar a existência da cultura como característica primária, quando se trata de

consequência da organização de um grupo étnico. Segundo, não supor que a cultura partilhada por um grupo étnico seja, obrigatoriamente, a cultura ancestral (p.115). Isto significa não tomar a cultura como algo estático, homogêneo, reificado, cristalizado, mas entendê-la na sua dinamicidade e variabilidade. Afirma a mesma autora que "os traços culturais poderão variar no tempo e no espaço sem que isto afete a identidade do grupo", já que a cultura é algo "essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado" (p.116).

Por fim, vale salientar que grupo étnico supõe uma auto-identificação e uma identificação da própria sociedade. Neste sentido,

grupos étnicos distinguem-se de outros grupos, por exemplo, de grupos religiosos, na medida em que entendem-se a si mesmos e são percebidos pelos outros como contínuos ao longo da história, provindos de uma mesma ascendência e idênticos malgrado separação geográfica. Entendem-se também a si mesmos como portadores de uma cultura e tradições que os distinguem de outros (Carneiro da Cunha, op.cit.:117).

Nesta perspectiva, o conceito de *grupo étnico* se impõe como fundamental na análise dos cursos noturnos. É preciso considerar que as aulas da BPP eram freqüentadas por brancos e negros, que se auto-identificavam e eram identificados como pertencentes a grupos diversos, fosse pela língua, pelo lugar de origem, por necessidades econômicas, pela discriminação e opressão a que estavam sujeitos.

Se o conceito de grupo étnico se impôs no processo de pesquisa, os estudos das relações de gênero subsidiaram a elaboração de uma das principais questões de investigação e, em grande parte, a análise dos cursos noturnos. Em Joan Scott (1990), o conceito de gênero é apresentado nos seguintes termos: "gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (p.14).

Estas duas dimensões do conceito de gênero de Scott supõem que a construção do masculino e do feminino não está inscrita apenas nas identidades individuais, mas na própria ordem social. A questão principal é, como enfatizou Elizabeth de Souza Lobo (1991), a de que as relações de gênero "implicam não apenas diferenças, assimetrias, mas hierarquias, e que são relações de poder que fazem parte dos mecanismos de constituição dos poderes nas sociedades" (p.188).

Scott (1990) atribui a utilização da palavra *gênero* às feministas americanas, que "queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo" (p.5). Dada a participação das feministas e seu caráter de denúncia, inicialmente o que se percebeu foi a proliferação dos *estudos de mulheres*. Para Guacira Lopes Louro (1993:6), o que ocorreu foi um "esforço para dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito". O assunto - inclusive a denominação *estudos de mulheres* ou *estudo de relações de*

gênero - foi (e ainda é) bastante polêmico. Algumas/ns pesquisadoras/es insistiram no caráter *feminino* dos estudos, no sentido de contribuir na construção da história dos oprimidos (assim como as mulheres, buscou-se a história dos negros, dos prisioneiros, etc.). O argumento principal era a favor da construção da história negada, *de dar voz aos que não tinham vez*. Como historicamente a relação que se impôs foi a de dominação masculina/subordinação feminina, os primeiros estudos se dedicaram à análise da condição feminina. Áreas como a Sociologia, a Antropologia e a História enfatizaram em seus estudos, fundamentalmente, as experiências, as vivências e as práticas femininas.

Na área da Educação não foi diferente. Os estudos sensíveis a estas questões analisaram, prioritariamente, a educação - formal ou não - das mulheres. Dos primeiros estudos sobre mulher e educação, muitos "foram realizados por pesquisadoras que também estavam envolvidas com a militância no movimento de mulheres", ou ainda por "solicitação de organismos nacionais e internacionais" (Rosemberg et.al. 1990:33). O objetivo era principalmente denunciar o caráter sexista, quer da sociedade brasileira, quer da escola e dos livros didáticos.

Foi Natalie Davis, em 1975 (citada por Scott, 1990), quem chamou a atenção para a necessidade de fazer a história dos homens e das mulheres, principalmente considerando que um gênero existe em relação ao outro; logo, não é possível pensar a condição da mulher sem abordar a condição masculina e vice-versa. Davis afirmou:

Penso que nós deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos trabalhar somente sobre o sexo oprimido, assim como um historiador das classes não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico (p.5).

Diante dessas questões, é conveniente perguntar-nos se é possível falar numa teoria sobre relações de gênero. Embora inicialmente os estudos tivessem tido um caráter essencialmente descritivo, atualmente há, nas Ciências Sociais, um esforço no sentido de consolidar teoricamente os estudos de relações de gênero. Sobre isso, Louro (1994a:2) afirma que o conceito de gênero ultrapassou "a denúncia da opressão e a descrição das experiências/vivências femininas". Para Stolcke (op.cit.:103), depois da introdução do conceito de gênero, seguiu-se "o desenvolvimento da teoria de gênero, que não é desprovida de desacordos". Além disso, a autora considera que a teoria de gênero⁴ introduziu uma abordagem

⁴ Apesar da autora se referir, no singular, à teoria de gênero, convém salientar que, de modo geral, se tem preferido usar, no plural, *as* teorias de gênero, devido às diversidades de abordagens. Joan Scott (1990) apresenta e discute em seu texto *Gênero: uma categoria de análise histórica*, três correntes teóricas que têm subsidiado os estudos de gênero: "a

relacional aos estudos, o que significa que a expressão *relações de gênero* supõe que o tema não é restrito aos estudos femininos.

Teresita de Barbieri (1991) também analisa sob este aspecto a categoria gênero. Depois de afirmar que gênero é o reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não tratada, a autora reflete sobre as questões teórico-metodológicas envolvidas nos estudos de relações de gênero e aponta para a necessidade de, cada vez mais, desenvolverem-se estudos sobre os homens, como eles vivem e como imaginam que são as relações de gênero. Afirma a autora:

Hasta ahora se pueden señalar importantes vacíos que deberán ser cubiertos para poder llegar a hablar propiamente de una teoría. Hay vacíos en los objetos de estudio, el principal a mi manera de ver es el mencionado acerca de la investigación y la reflexión que ha privilegiado a las mujeres y no ha generado información ni análisis desde la perspectiva masculina y de los varones (p.42).

Alguns esforços neste sentido já estão sendo feitos. Os trabalhos de Robert Connel (1993), nos Estados Unidos, e de Robert Morrel (1994), na África, são exemplos de estudos que abordam a formação da masculinidade. Connel, em seu trabalho *The big picture: masculinities in recent world history*, faz um esboço da evolução histórica das formas de masculinidades hoje globalmente dominantes. Insistindo ao longo do texto que seu trabalho é apenas um esboço que contém hipóteses históricas, já que "o trabalho histórico sério sobre temas da masculinidade é extremamente raro" (p.606), o autor conclui, entre outras coisas, que falar de "masculinidade" como uma entidade única, sem considerar as diferenças de espaço e tempo - ou seja, de culturas - é "cair no absurdo"(p.605). Connel argumenta que "a forma hegemônica de masculinidade geralmente não é única, e freqüentemente não é a mais comum" (p.610), por isso propõe que se fale em "masculinidades". Apresenta, ainda, várias formas de construção de masculinidades, passando pela China neo-confuciana, pelas sociedades em fase de industrialização e pela sociedade contemporânea euro-americana (não de forma linear), em uma tentativa de explicar a masculinidade hegemônica na atualidade. Connel trabalha com a hipótese de que "o imperialismo europeu e o capitalismo no

primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior da tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, inspira-se em diversas escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução de gênero do sujeito" (p.8). Além destas três correntes teóricas, Scott propõe outra, que afirma ser a mais adequada aos historiadores e que tem como núcleo central a idéia das relações de gênero como constitutivas das relações sociais e como primeiro modo de dar significado às relações de poder. Outros autores têm ensaiado diferentes "classificações", o que permite falar em *teorias de gênero*, no plural.

mundo contemporâneo são ordens sociais marcadas pelo gênero, com dinâmicas de gênero tão importantes quanto as suas dinâmicas de classe" (p.606). O autor propõe a análise histórica da masculinidade como um dos temas fundadores para nossa compreensão da ordem mundial contemporânea, já que "os agentes da dominação global eram, e são, predominantemente homens" (p.606).

Já o trabalho de Morrel é em outra perspectiva, mas torna-se importante para a área de Educação porque discute, especificamente, a construção da masculinidade na escola, mais propriamente em escolas secundárias masculinas de alunos brancos, na África do Sul. As escolas analisadas por Morrel funcionavam em regime de internato e segundo ele, lá valores de gênero eram produzidos na interação dos garotos com os professores e entre os próprios garotos. Neste estudo, o autor constatou a existência de três "agrupamentos masculinos": a relação íntima entre dois garotos, a formação de pequenos grupos (os grupos de amizade) e as "gangs". Morrel concluiu, entre outras coisas, que "dentro destes grupos os garotos interpretavam, refletiam e mudavam a masculinidade hegemônica da instituição" (p.57).

No Brasil existem, ainda, poucos estudos que abordam a formação, as experiências, as vivências e as práticas masculinas. Embora não de forma sistemática, alguns estudos antropológicos têm demonstrado interesse pela temática (Ondina Fachel Leal, Denise Jardim, Bernardo Lewgoy, 1992). Também o psicólogo Sócrates Nolasco tem desenvolvido trabalhos sobre masculinidade. Publicou recentemente um livro intitulado *O mito da masculinidade* (1993). Nele o autor - fundador do Núcleo de Pesquisa sobre Comportamento Masculino, RJ - desenvolve principalmente a temática de como os homens são socializados. A partir de uma pesquisa com homens da classe média conclui, entre outras coisas, que eles são socializados de forma opressiva e tendo em vista um modelo de comportamento que valoriza a violência e a competição como atributos masculinos.

Estudos que privilegiem a formação da masculinidade em processos educativos formais - no processo de escolarização - apenas recentemente vão ganhando espaço na produção brasileira e merecendo atenção de pesquisadoras/es. Um trabalho que se propõem a analisar um tipo específico de construção de masculinidade é o de Guacira Lopes Louro (1995), que analisa como a escolarização *produz sujeitos* - neste caso, sujeitos masculinos cristãos. Tomando o Guia das Escolas Maristas e entendendo-o como "um discurso pedagógico privilegiado" (p.2), a autora examina como estava prevista, nesta ação pedagógica, a formação de "bons cristãos e virtuosos cidadãos" (p.1).

Finalmente, e demonstrando que outros empreendimentos neste sentido devem ser encorajados, as pesquisadoras Fúlvia Rosemberg, Edith Piza e Thereza Montenegro, ao realizarem o levantamento *Mulher e educação formal no Brasil: Estado da arte e bibliografia* (1990), chamam a atenção para o fato de que "pouco

sabemos das possibilidades de instrução em geral, para homens de diversos estratos e origem étnica" (p.27).

Assim, no campo da Educação, se impõem como necessários os estudos que, tanto dêem continuidade à análise do processo educativo das mulheres, como dirijam a atenção para a educação masculina. Isso porque, além de se diferenciarem, muitas experiências educativas institucionais destinavam-se somente a homens ou somente a mulheres, especialmente as experiências no Brasil do século passado.

Este estudo se propôs a investigar uma experiência de "escola" masculina, como forma de contribuir com os estudos de gênero e com a compreensão do processo de criação e expansão de aulas noturnas no Brasil do século passado. Não é demais afirmar que os cursos noturnos da BPP foram uma das experiências mais significativas que Pelotas vivenciou no século XIX em relação à instrução primária das classes populares. Lá, os homens - de qualquer idade - aprendiam a ler, a escrever, a contar, noções de aritmética e de gramática, História e Geografia, em dois cursos, independentes entre si: a 1ª e a 2ª classes - por isso a denominação "cursos noturnos". Havia, ainda, as aulas de francês e de inglês, que podiam ser freqüentadas pelos alunos dos cursos de instrução primária ou por indivíduos que se matriculassem apenas nestas aulas, já que todas tinham um caráter independente. Não há dúvida, também, de que o projeto de instrução primária dos homens das classes populares trazia em seu bojo a idéia de "moralizar" o povo, de incutir uma nova ética de amor ao trabalho, principalmente em função da luta abolicionista, com a perspectiva das novas relações de trabalho que se delineavam com o advento do trabalho livre.

Circulavam idéias de formação do espírito nacional, do progresso, da soberania, da modernidade, pois, além da abolição, outras significativas mudanças ocorriam no país: a disseminação dos ideais positivistas, a chegada de grandes contingentes de imigrantes, o advento da República, fomentando ainda mais estas discussões e preocupações. Tais idéias e acontecimentos influenciaram sobremaneira as principais medidas no campo educacional nas últimas décadas do século XIX. Foram estas idéias, por conseguinte, que sustentaram a criação e expansão de cursos noturnos de instrução primária em quase todas as principais cidades das Províncias do Império.

Pelotas, sempre preocupada em destacar-se como uma das cidades mais importantes do país, não só em termos de riqueza material - o que efetivamente aconteceu com o ciclo do charque -, mas também no plano intelectual, não ficou fora do projeto de instruir jovens e adultos das classes populares que se delineava em nível nacional. No entanto, Pelotas apresentou uma peculiaridade. Sem esperar pela iniciativa dos poderes públicos, quer fossem municipais ou provinciais, um grupo de homens, entre eles intelectuais, poetas, políticos de renome, prósperos comerciantes, jornalistas, charqueadores, tomaram a frente de um projeto especial:

fundar uma *instituição de caridade espiritual* (Correio Mercantil, 07/10/1876). Assim nasceu a Biblioteca Pública Pelotense, espaço por excelência de encontros culturais e recreativos da elite que, por outro lado, propiciaria a alguns homens das classes populares o acesso ao mundo da leitura e da escrita, condição básica para atuar em outras instâncias sociais.

É fundamental, pois, ao resgatar a experiência dos cursos noturnos de instrução primária, considerar a história e o projeto inicial de fundar em Pelotas, em 1875, a Biblioteca Pública, bem como o momento da vida social, cultural, econômica e política da cidade. O manuseio dos jornais, almanaques e documentos do período de abrangência do estudo, para além de compreender o objeto de pesquisa específico, permitiu elaborar uma visão geral dos valores, dos costumes, dos hábitos, enfim, do cotidiano da vida pelotense. Assim, os dois capítulos iniciais do trabalho se propõem a apresentar aspectos da vida cotidiana de Pelotas no final do século XIX e início do século XX, bem como discutir como se deu o processo de criação e instalação da BPP. Ambos foram elaborados a partir das fontes primárias.

O livro está dividido em quatro capítulos: no primeiro capítulo apresento a cidade de Pelotas no século XIX, e alguns aspectos da vida de homens e mulheres no espaço urbano. O objetivo é contextualizar a cidade e trazer à tona uma rede de relações complexas que envolvia, entre outras, as relações de classe, de gênero e de grupos étnicos. Conhecer a cidade de Pelotas é fundamental para compreender a fundação da BPP. Objeto de análise do segundo capítulo, a BPP é apresentada desde sua fundação até a instalação e primeiros anos de funcionamento. As idéias, os discursos e os homens envolvidos no projeto da Biblioteca permitem explicitar melhor o objetivo das aulas noturnas que lá iniciaram em 1877. No terceiro capítulo apresento e discuto especificamente as aulas noturnas: os objetivos, a clientela, os idealizadores e os professores para, finalmente, no quarto capítulo, apresentar alguns aspectos da prática pedagógica desenvolvida nos cursos, como a organização e o funcionamento das aulas, os conteúdos, a avaliação, as premiações e as punições impostas aos alunos. Nestes dois últimos capítulos, procuro responder às questões propostas na pesquisa, explicitando como os cursos noturnos contribuíram como um mecanismo de naturalização das desigualdades de gênero ao se constituírem como cursos exclusivamente masculinos; e a partir disto como estes cursos, aliados a outras práticas sociais e a outras instituições, previam a formação de um sujeito masculino específico: o homem trabalhador pelotense.

O título deste trabalho não foi escolhido ao acaso. Ele está intimamente ligado à história da Biblioteca e à visão de seus idealizadores, que entendiam que era preciso iluminar o povo e elevar Pelotas no plano intelectual. Idéias explicitadas nas palavras de Antonio Joaquim Dias, um dos idealizadores da BPP: *o progresso intelectual de qualquer localidade deve estar em relação com seu progresso material* (Correio Mercantil, 10/11/1875). Neste sentido, a expressão

Templo de Luz é carregada de significados. Essa era uma das principais e recorrentes denominações da BPP - além de outras, como *santuário*, *Pórtico Ático*, *augusto santuário das letras*, *templo da ciência*, *farol brilhante*, *templo do saber*, *benemérita instituição*, *instituição de caridade espiritual*. Também os títulos dos capítulos e algumas expressões significativas que aparecem ao longo do texto foram retirados do próprio material empírico e usadas para indicar a relação que existe entre a linguagem e a realidade social.

O manuseio do material de pesquisa permitiu-me algumas conclusões sobre a expressão "Templo de Luz". O termo "Templo", de uso recorrente em referência à Biblioteca, denota a atribuição de um significado sagrado à instrução e ao conhecimento. Os pronunciamentos, discursos, poesias, editoriais, revelam ainda que "Luz" era compreendida como sinônimo de instrução, civilização, riqueza, progresso, trabalho, desenvolvimento; e a falta de instrução era relacionada com pobreza, miséria, privações, vadiagem, e simbolizada pela "escuridão". Luz/instrução em oposição à falta de instrução/escuridão. Uma dicotomia que expressava, de certa forma, a visão de educação do final do século e, implicitamente, o projeto pedagógico daquele momento. A expressão sintetizava, também, o projeto da BPP e dos cursos noturnos.

"Templo de Luz" é o resgate de uma "dívida" com a História da Educação pelotense: o pouco registro e a quase inexistente memória dos cursos noturnos da BPP. Experiência das mais significativas na instrução das classes populares no século passado, quer pelo seu caráter arrojado e inovador em alguns aspectos, quer pela sua longevidade. Os cursos iniciaram suas atividades no dia 1º de fevereiro de 1877 e os últimos registros nos livros de matrículas datam de 1940. Porém, em alguns documentos da BPP, há menção das aulas até o ano de 1956. Portanto, se tomarmos esta data como limite, a história dos cursos noturnos seria uma história de, pelo menos, 79 anos. Largo período de que ficaram registros em apenas 3 livros de matrículas, algumas fotos das décadas de 40 e 50, poucos relatórios manuscritos, **uma** carta de um professor (relatórios e carta "perdidos" em pastas com outros tantos documentos de natureza diversa)⁵, duas carteiras usadas nas salas de aula dos cursos, hoje mantidas no Museu da Biblioteca, e muitas notícias nos jornais da época⁶. Evidentemente, os últimos anos de existência destes cursos ainda estão registrados, também, na memória de ex-alunos e ex-funcionários da BPP.

Sendo assim, esta foi uma pesquisa exaustiva, que se iniciou no contato com os 3 livros de matrícula dos cursos, principal registro da existência das aulas

⁵O material manuscrito referente aos cursos noturnos está atualmente guardados no Museu da BPP. Pastas 642 e 155.

⁶Estou me referindo aqui ao material de pesquisa de domínio público, disponível na BPP. Possivelmente haja outros materiais sobre a Biblioteca e os cursos noturnos em arquivos particulares.

na Biblioteca. Os livros indicam nome, idade, nacionalidade, profissão e filiação dos alunos, além de observações que, na sua maioria, registram: "expulso por indisciplina". A curiosidade e as interrogações surgidas com o manuseio e leitura dos livros de matrícula tornaram necessário percorrer cuidadosamente os jornais do período compreendido entre 1875 e 1915, para, entrecruzando dados, comparando fontes, cruzando notícias, "recompor" a história dos cursos noturnos.

Os periódicos da imprensa mostraram-se de extremo valor e talvez uma das únicas possibilidades de resgatar esta história no seu longínquo período inicial. Foi através de notícias, editoriais, artigos, contos, poemas, anúncios, convites, reprodução de discursos, de relatórios, que os cursos noturnos foram ganhando "visibilidade". Assim, foi possível resgatar **como, por quê, para quê e para quem** funcionavam os cursos. Paralelamente a esta história, foi preciso considerar a história da BPP desde as primeiras discussões para sua criação, bem como conhecer aspectos da vida e da história de Pelotas. Ao coletar todos estes dados, observava as idéias, as informações, os conceitos e os preconceitos veiculados sobre homens, mulheres, negros, pobres e ricos, enfim, sobre os atores sociais que de alguma forma atuavam diretamente nos cursos noturnos. Alguns foram ganhando visibilidade ao longo da pesquisa: Saturnino Epaminondas de Arruda, presidente da Biblioteca por 7 anos; Visconde da Graça e Antonio Joaquim Dias, "beneméritos" da Biblioteca; Francisco de Paula Pires e Bento José Taveira, professores dos cursos; Rodolpho Xavier, Boaventura Xavier, Mathias Xavier, Pedro Xavier, Boaventura Xavier Filho, Juvenal Moreno Penny e Durval Moreno Penny, alunos dos cursos noturnos. Nomes e identidades que pouco a pouco tornaram-se personagens vivos desta história. Chegar até eles e perseguir suas histórias não foi tarefa fácil.

O trabalho mais exaustivo foi a tentativa de "conhecer" alguns alunos dos cursos. Tendo como critério trimestres anuais, recolhi 1522 nomes nos livros de matrículas nos anos compreendidos pela pesquisa. A questão era: como descobrir se estes alunos atuavam em outros espaços sociais da vida pelotense? Como saber quem eram eles efetivamente, além de saber nome, idade, profissão e nacionalidade? O objetivo principal era conhecer mais e melhor os alunos, principais atores desta história, e conseqüentemente ampliar a compreensão de **quem** efetivamente procurou e se instruiu nos cursos noturnos entre 1877 e 1915. Investigar alguns alunos e perseguir suas trajetórias elucidaria o grau de participação e de atuação destes indivíduos na vida pelotense.

Não havendo indícios de como realizar esta tarefa, ocorreu-me a possibilidade de cruzar os dados disponíveis dos alunos com os de participantes em associações populares, especialmente as carnavalescas, dramáticas, abolicionistas e entidades de classe. Estas instituições eram bastante comuns e importantes em Pelotas no final do século XIX e início do século XX, e

congregavam grande número de trabalhadores, sendo que algumas eram compostas especificamente de grupos negros, como o caso do Clube Carnavalesco Nagô⁷.

Novamente os jornais ofereceram estes dados na forma de divulgação de associações, suas diretorias e associados. Coletei mais 400 nomes e, cruzando os dados, encontrei alguns alunos como atuantes em associações de classe e carnavalescas. As entidades carnavalescas tinham um caráter irreverente e buscavam, pelo carnaval, protestar contra a condição dos negros e, ao mesmo tempo, divulgar suas culturas. Isto me instigou a conhecer mais cuidadosamente alguns alunos que se destacaram nas causas populares em Pelotas. Se a participação nas aulas dos cursos noturnos teve influência ou não sobre as idéias e as atividades destes homens, é difícil afirmar, nem é esta a minha pretensão com este estudo. Mas é certo que o domínio do código escrito foi condição básica para a atuação, o engajamento e a luta de alguns alunos em entidades e movimentos populares.

Ao fazer este levantamento tive a possibilidade, também, de perceber, em certa medida, os espaços sociais em que circulavam, viviam e lutavam as classes populares pelotenses, bem como os espaços nos quais a participação destes sujeitos era restrita, senão vedada. Com isto foi possível perceber as delimitações de classe social marcadamente impostas na sociedade pelotense. Esse procedimento metodológico, de cruzar alguns nomes de alunos com as diretorias de associações e entidades pelotenses tem, também, obviamente, limites, já que trabalha com um número restrito de sujeitos, se colocados no contexto das classes populares pelotenses. Porém, como o objetivo não era fazer generalizações, foi extremamente válido e acena para a possibilidade de pesquisas futuras. Talvez outros pesquisadores e pesquisadoras possam fazer uso diferenciado desse material empírico, que além de ser relativamente grande é, sem dúvida, qualitativamente rico e promissor⁸.

Os jornais tiveram um papel fundamental nesta pesquisa, mas isto não se deu de forma acrítica e nem foram os únicos materiais usados. Além dos jornais, foram pesquisados todos os documentos referentes à BPP e disponíveis no Museu: Anais, correspondências, Atas, Livro de Visitas, Regulamentos, relatórios, fotos, mapas, cartões postais. Entre os jornais, uma atenção especial foi dada ao Correio Mercantil. Ele foi, entre 1875 e 1915, o periódico que maior destaque deu às notícias da Biblioteca e dos cursos noturnos. Divulgava avisos, notícias, reproduzia

⁷Os nomes dos participantes das associações, todos *homens*, foram retirados das seguintes agremiações: Classes Laboriosas, Clube Beneficente Harmonia dos Artistas, Liga Operária, Recreio dos Artistas, União Humanitária, Clube Carnavalesco Nagô, Clube Satélites de Momo, Clube Sectários de Momo, Sociedade Dramática Filhos da Thalia, Associação Abolicionista, diretoria e redatores do *Jornal Alvorada* (imprensa negra).

⁸Entre várias possibilidades há uma de organizar um banco de dados que permitiria iniciar algumas pesquisas, como, por exemplo, sobre movimentos operários em Pelotas. Os dados estão todos em fichas manuscritas.

discursos, Relatórios, Atas e descrevia acontecimentos da BPP, como por exemplo, solenidades, conferências, bailes e os exames finais dos cursos noturnos. O jornal era de circulação diária e pertenceu a Antonio Joaquim Dias, um dos idealizadores e fundadores da BPP.

É preciso considerar que o documento - seja escrito ou oral - não é uma produção natural. Ao abrir um jornal ou outro material qualquer, é necessário perceber alguns elementos que auxiliam na compreensão do discurso ali veiculado. Primeiro, o contexto social em que ele foi produzido; depois, observar quem escreveu, de onde (lugar social) e para quem escreveu (seus/suas interlocutores/as ou leitor/a pretendido/a); e igualmente que idéias, opiniões e discursos são defendidos ou rechaçados. É fundamental perceber o que não foi dito ou escrito, o que foi silenciado. Sem dúvida, esta é a tarefa mais difícil da pesquisa, especialmente da pesquisa histórica, em que o pesquisador trabalha com vários tempos: articula passado-presente-futuro.

Sobre o documento é preciso ter claro, ainda, que as informações não estão dadas, que o documento não fala por si. É o trabalho de pensamento, de indagações, de inquietudes do/a pesquisador/a e a constante comparação de fontes e dados que oferecem a possibilidade de interpretar e analisar os fatos. É preciso considerar, ainda, que há uma polifonia neste trabalho, com a qual nem sempre é fácil lidar: a linguagem jornalística da época, dos atores sociais, dos autores e autoras que "iluminaram" o empírico e a minha própria voz como pesquisadora.

Investigar os primeiros anos de funcionamento dos cursos noturnos foi uma opção motivada por algumas questões. Primeiro, porque no período compreendido entre 1877 e 1915 os cursos caracterizavam-se como cursos masculinos. Somente no ano de 1915 é que as mulheres começaram a frequentar as aulas da Biblioteca. Compreender estes trinta e oito anos de exclusão feminina e o significado de uma "escola masculina" no contexto de Pelotas do século XIX foi um dos elementos impulsionadores da demarcação deste período de estudo. Também porque os cursos noturnos só podem ser explicados no contexto da criação da BPP. Por isso a delimitação do ano de 1875 - ano da fundação da instituição - como marco inicial da pesquisa. Para entender de forma mais clara como e porque os cursos noturnos foram instalados na BPP, é fundamental conhecer a própria história da Biblioteca e seu projeto original.

Ao privilegiar, neste estudo, a fase inicial dos cursos noturnos da BPP, considerei também a possibilidade de conhecer mais e melhor o processo de criação e expansão de escolas noturnas no Brasil. É na década de 70 e 80 do século passado que esta modalidade de ensino ganhou impulso. Este fenômeno é pouco tratado e analisado nos estudos de História da Educação brasileira. Acredito que esta investigação possa impulsionar outros estudos sobre os cursos noturnos de instrução primária no Brasil do século passado e início deste século, já que as experiências foram muitas e variadas e na sua maioria voltadas para as classes

populares. Com certeza esta história ainda está para ser contada e merece mais atenção.

Falar, portanto, da importância deste estudo, especialmente para a História da Educação pelotense, pode parecer redundante, mas é necessário. A existência dos cursos noturnos da BPP não é uma experiência desconhecida da historiografia pelotense. Desde Fernando Osório (1962) que os cursos noturnos são apresentados da mesma e limitada forma: "Em 1877 a Biblioteca inaugurava os seus cursos noturnos para o proletariado, aproveitando-se dos oferecimentos dos Profs. João Afonso Corrêa de Almeida, Francisco de Paula Pires e outros" (p. 163). Além disto quase nada foi acrescentado na história desta importante e singular experiência de instrução popular que Pelotas vivenciou durante tanto tempo. Este trabalho contribui na medida em que conta uma versão da história destes cursos.

Por fim, não poderia deixar de registrar a paixão, o gosto, a alegria do encontro diário de quase dois anos com os personagens desta história. O processo de pesquisa foi movido pelo prazer de frequentar a BPP, de remexer em documentos de mais de um século, de "conhecer" pessoas que viveram e participaram da história da cidade de Pelotas, da Biblioteca e dos cursos noturnos.

O mais instigante do processo de investigação foi descobrir, dia após dia, novas fontes de pesquisa, novas notícias, levantar questionamentos, obter respostas que muitas vezes pareciam impossíveis, esclarecer dúvidas, desafiar o próprio pensamento, surpreender-me a cada nova descoberta, "garimpar" informações, estabelecer relações e articulações, "dialogar" com as fontes. Isto tudo é que faz da pesquisa histórica "um trabalho de pensamento que também experimentamos como ação e afeto" (Clarice Nunes, 1990).

"PRINCESA DO SUL": PELOTAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX⁹

1.1. Aspectos da vida cotidiana de Pelotas¹⁰

Estamos em pleno verão. Dias abafados, sol ardente, muito consumo de cerveja e de gasosa e repetidos passeios à ponte de Santa Bárbara. De noite vai-se para a praça de D. Pedro II, ou senta-se a gente na frente das casas (Correio Mercantil, 24/01/1875).

Realizou-se ontem a diversão anunciada além de Santa Bárbara.

A sociedade musical Lira Pelotense tocou toda à tarde junto à estação de bondes. (...) De volta para a cidade, a música seguiu nos bondes, em passeio até a praia, acompanhada de bastante passageiros (Correio Mercantil, 05/01/1875).

⁹Pelotas foi denominada "Princesa do Sul" provavelmente pela primeira vez em 1863, por Antonio Soares da Silva, em um poema intitulado "Pelotas" e publicado naquele mesmo ano na Revista da Associação Tributo às Letras de São Paulo.

¹⁰Cotidiano aqui é usado apenas com o significado de vida de todo o dia. Não desconheço a ampla produção teórica sobre a História do Cotidiano - principalmente a partir das contribuições de autores da chamada Nova História como Jacques Le Goff e de autores de tradição marxista como Agnes Heller, Henri Lefebvre, Karel Kosik - apenas fiz um uso mais simplificado do termo, já que os aspectos da história de Pelotas, mesmo sendo parte importante do trabalho, não são o seu objeto principal de estudo. Para uma aproximação com a temática do cotidiano ver o trabalho de Silvia Regina Petersen: *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. Cadernos de Estudos, n. 3, Porto Alegre, 1991.

Pelotas teve ontem um dia cheio - festas de igreja com procissão à tarde, carreiras, touradas, espetáculo e concerto - de tudo e de todos os gêneros.

Diverte-se este bom povo pelotense, e agora, depois de ter arrepelado com a guerra, atira-se nas doçuras da paz, a todos os modos alegres de passar o tempo, levando despreocupadamente esta vida, que não é mesmo para canseira (Correio Mercantil, 10/12/1895)¹¹.

A imprensa local destacava, diariamente, notícias sobre a vida social e cultural de Pelotas. "Passeios musicais", saraus, teatro, bailes, espetáculos de touros, banhos no Santa Bárbara, piqueniques, festas, reuniões literárias, desfiles carnavalescos, eram as diversões prediletas dos pelotenses nas últimas décadas do século XIX. A Princesa do Sul ou Atenas Rio-grandense, como também foi denominada Pelotas, viveu seu apogeu econômico e cultural dos últimos decênios do século XIX até os primeiros anos do século XX.

Os jornais e os almanaques que circularam no período dão a idéia precisa do porque Pelotas alcançou projeção na Província e em nível nacional, a ponto de tornar-se uma das cidades mais importantes do Rio Grande do Sul.

Sem dúvida, sua pujança econômica, advinda da indústria saladeril¹², foi a principal responsável pela importância que adquiriu a cidade no cenário gaúcho e brasileiro.

Data de 1780 a primeira charqueada estabelecida em Pelotas, por José Pinto Martins (Mario Maestri,1993:40). De lá em diante a indústria do charque cresceu e na segunda metade do século XIX era a principal atividade pelotense. Dela derivaram outras indústrias, como de couro, de cola, de sabão, de velas.

Pelotas tornou-se o grande centro produtor do charque tanto que no final do século havia por volta de 40 charqueadas instaladas às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo¹³. Com a indústria saladeril cidadãos pelotenses edificaram grandes e sólidas fortunas, tornando-se a cidade um dos centros industriais e comerciais mais importantes e mais ricos da Província. O avanço e a expansão das charqueadas ao longo do século XIX também trouxeram a Pelotas um contingente bastante grande de escravos. Margareth Bakos (1982) assegura que em 1884 havia em Pelotas 6.526 escravos. Fernando H. Cardoso (1977) e Maestri

¹¹Atualizei a grafia das palavras de todas as citações, ao longo do trabalho, para facilitar a leitura.

¹² Indústria saladeril era o nome que se dava para a produção da carne salgada (charque). A expressão saladeril deriva do termo "saladero", utilizado nos países de língua espanhola para indicar o local ou a pessoa que produzia a carne salgada.

¹³Maestri (op.cit.:42) afirma que, "devido à sua localização privilegiada em relação aos rebanhos gaúchos e uruguaios, ao porto de Rio Grande e às vias fluviais, Pelotas tornou-se o grande centro charqueador gaúcho".

(op.cit.) afirmam que Pelotas possuía, em 1884, em torno de cinco mil escravos. Maestri diz que destes, dois mil trabalhavam nas charqueadas. Segundo o autor, uma charqueada tinha em média sessenta escravos, algumas, de maior porte, ultrapassavam o número de cem escravos (p. 40).

Assim, se por um lado Pelotas caracterizou-se por congregar uma elite que solidificou fortuna e fama para a cidade com a atividade saladeril, fazendo dela uma potência econômica e conseqüentemente política e cultural, por outro tornou-se também um pólo escravista. Segundo Ester Gutierrez (1993:230), "o espaço da produção charqueadora pelotense foi um dos locais de consolidação do sistema escravista do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que foi um lugar onde verificou-se a exploração violenta do trabalho cativo". Além de serem os responsáveis por grande parte do funcionamento da charqueada, desde a compra do gado até o transporte da carne salgada ao porto de Rio Grande, os escravos também desenvolviam outras atividades domésticas e fabris necessárias à manutenção da vida rural e urbana dos charqueadores¹⁴.

A indústria do charque impulsionou o desenvolvimento urbano. A maioria dos charqueadores se estabeleceu na cidade, construindo casas e mansões, e deslocando um número elevado de escravos domésticos para esse espaço. Com o crescimento urbano uma série de serviços tornaram-se necessários, fazendo com que Pelotas se desenvolvesse rapidamente. Com este desenvolvimento e crescimento relativamente acelerados, um contingente de escravos, negros livres e libertos, trabalhadores nacionais e imigrantes pobres colocaram seus serviços à disposição dessa sociedade que se complexificava e necessitava, mais e mais, de braços para a produção de serviços e de bens de consumo.

Ao consolidar-se como o centro industrial e comercial charqueador mais importante de toda a Província, Pelotas conquistou também, em função da riqueza que ali circulava, uma vida social e cultural intensa. O modelo de vida, os costumes, os hábitos e os comportamentos, o lazer, as artes, as atividades intelectuais de um modo geral, foram imitados principalmente do município do Corte (Rio de Janeiro) e dos países da Europa. Modelo de desenvolvimento, de modernidade, de civilização, de nobreza, a França servia de parâmetro para a organização da vida familiar e social da elite pelotense. Isto era claramente perceptível na arquitetura dos prédios públicos e particulares, nos móveis e na decoração das casas, no vestuário, nas leituras, nas idéias que penetraram amplamente em alguns segmentos da sociedade pelotense.

¹⁴Gutierrez (op.cit.:180) relaciona as seguintes profissões de escravos/as nas charqueadas: carneador, salgador, servente, descarneador, graxeiro, sebeiro, chimango, charqueador, aprendiz, tripeiro, marinheiro, cozinheiro, carpinteiro, pedreiro, tanoeiro, lavadeiro (a), sapateiro, alfaiate, boleiro, carreteiro, carroceiro, ferreiro, barbeiro, padeiro, peixeiro, lustrador, serrador, engomador, correeiro, campeiro, roceiro, costureira, mucama.

O comércio urbano tornou-se igualmente uma atividade bastante intensa nesse período. Lojas de roupas femininas e masculinas anunciavam as novidades vindas dos centros urbanos mais importantes, como o município da Corte, ou diretamente da Europa. Estabelecimentos como confeitarias, cafés, lojas, hotéis, eram em grande número em Pelotas, fazendo da cidade um centro comercial importante.

Os melhoramentos urbanos se ampliaram neste período; havia notícias diárias nos jornais, principalmente referentes à iluminação a gás, inaugurada no ano de 1875, à hidráulica pelotense, ao calçamento das ruas. Porém, uma notícia do Correio Mercantil de 23/07/1875, no auge da discussão destes assuntos, dá idéia de a quem eram destinados estes melhoramentos e como era tratada a questão pública. Embora longa a notícia é esclarecedora:

(...) As garantias, as concessões, a facilidade que tiveram os proprietários das ruas já calçadas, foram só para eles, os protegidos, os prediletos da fortuna.(...)

Daqueles que possuem propriedades no centro da cidade e que eram, portanto, os mais abastados, os que melhor podiam concorrer para o calçamento, a câmara aceitou todas as condições; aos outros, que estão longe do centro, onde a propriedade não possui idêntico valor e importância, onde a construção por si só denota pobreza, a câmara, nega terminantemente os favores que aos primeiros concedeu e impõe-lhes um ônus pesadíssimo, superior as suas forças e do qual jamais poderão desempenhar-se por melhor vontade que possuam em concorrer também para o engrandecimento da localidade.

A câmara doravante, não faz mais insignificante concessão (...). A câmara fechou o cofre das graças e dos favores.

A notícia veiculada no Correio Mercantil era de que as concessões feitas para a realização do calçamento das ruas iam desde o recebimento de quotas mensais dos proprietários até o pagamento das despesas da pedra e da mão de obra. Isto tudo para que não deixassem de *empedrar à frente de suas casas* (23/07/1875).

Isto denota que, se havia o intuito de melhorar o espaço urbano de Pelotas e de caracterizá-la como uma cidade moderna, pujante, avançada, tal não se efetivava para o conjunto da população. Viviam nos interstícios da sociedade pelotense grupos completamente marginalizados do ponto de vista econômico, cultural e social. Havia disparidades entre os projetos de urbanização, as grandes fortunas aqui edificadas, o crescimento acelerado da cidade, as edificações modernas, e a forma e as condições de vida dos setores populares. Isto é perceptível em notícias como a que segue:

Cortiços: Ainda ontem o Sr. capitão sub-intendente municipal percorreu vários cortiços existentes nesta cidade, no intuito de perseguir a vagabundagem. Essas visitas se repetirão em dias consecutivos (Correio Mercantil, 16/07/1896).

Diversas e variadas são as notícias nos periódicos sobre as vistorias realizadas nos cortiços com o objetivo de inspecionar as condições de higiene, “controlar a vagabundagem” e observar os estilos e modos de vida entre *as classes distanciadas da boa sociedade* (Correio Mercantil, 13/01/1886). Isto revela que havia o objetivo explícito de normatizar a vida social do segmento mais pobre da população. Sempre com a ajuda do aparato policial, as classes populares e marginalizadas foram submetidas, também em Pelotas, a um amplo processo de controle, disciplinarização e normatização dos hábitos, dos valores, dos espaços, do corpo, enfim, da própria vida. A expressão cunhada pelo jornal Correio Mercantil - *classes distanciadas da boa sociedade* - denota que havia segregação em relação aos segmentos mais pobres da sociedade. Supõe-se que à *boa sociedade* pertencessem aqueles que detinham algum bem, fosse material ou intelectual, e todos aqueles que tinham um modo de vida diferente do das elites eram considerados *distanciados da boa sociedade*. Muitas outras expressões depreciativas eram atribuídas às classes populares durante esse período como, *desocupados, ociosos, classe viciada, malfeitores, desordeiros, classes desprotegidas, camadas mais ínfimas da população*.

Sobre o controle do espaço privado das classes populares na virada do século, Margareth Rago (1987), estudando a política sanitária de *purificação da cidade*, chama atenção para a ação dos higienistas sobre a moradia dos pobres. Segundo a autora, o cortiço, a favela, a “casa de cômodos” constituíam, na visão sanitária, focos de origem dos surtos epidêmicos, dos vícios e dos sentimentos de revolta (p.164). As notícias da imprensa pelotense, principalmente no período pós-abolição, revelam que estes espaços da vida privada das camadas populares foram alvos constantes de vigilância, de vistorias e de normatizações. Eram freqüentes as ameaças de “visitas” aos bairros populares, tanto das autoridades sanitárias quanto da polícia, que via de regra trabalhavam em conjunto.

É preciso considerar, portanto, que a elite dominante encontrava algumas formas de controlar a vida dos segmentos mais pobres da população. Uma delas foi a intervenção do Poder Público, representado principalmente pela municipalidade e pela polícia. Obviamente outras tantas existiram, quer por meio da caridade, dos Asilos, do confinamento em instituições, quer através do disciplinamento obtido pelo trabalho e pela instrução, que associava alguns conhecimentos com a educação moral.

A ação da polícia junto a estes segmentos era constantemente solicitada pela imprensa. Entre várias notícias dos jornais uma, intitulada *Caça aos pobres*, denota a perseguição e o controle a que estavam sujeitos os indivíduos *desprotegidos da fortuna*:

A nossa boa polícia chamou à ordem os mendigos que transitavam para verificar se traziam a chapa que autoriza a esmolar.

Alguns exibiram-na; mas outros disseram que iam buscá-la.

Pelo menos ficaram prevenidos que não é permitido pedir esmola sem licença da autoridade policial (Correio Mercantil, 25/04/1880).

Isto significa que além dos escravos - até a Abolição -, havia setores da população pelotense que sofriam discriminação e perseguição. Em alguns casos eram violentas e arbitrárias as manifestações nos jornais em relação a esta população. O jornal republicano Radical em 16/02/1890 assim se manifestava:

O cidadão chefe de polícia recomendou aos seus delegados nesta cidade que apliquem *todos os meios* de repressão à vagabundagem.

Muito bem, é preciso que se expurgue a sociedade *desses monstros*, que fogem ao trabalho para viverem entregues a superlativa malandrice.

Mato Grosso com ele, srs. delegados e sub-delegados (Grifos meus).

É perceptível na notícia a sugestão do "exílio" para as camadas mais pobres da sociedade. Os periódicos constantemente sugeriam aos poderes públicos, como alternativa, mandar os indivíduos que "perturbavam a ordem", colocavam em risco a moral e a propriedade, para instituições ou para lugares bem distantes e considerados perigosos na época, como era o caso de Mato Grosso.

Eram quase que diárias as notícias sobre a repressão à vagabundagem, prisões por embriaguez, furtos a domicílios, reclamações de providências aos loucos que vagavam pela cidade, caracterizados pelo Correio Mercantil como um *espetáculo cotidiano repugnante e comovedor* para uma cidade *civilizada e excessivamente caritativa* (24/07/1875). A vadiagem, a mendicidade, a prostituição, descaracterizavam Pelotas como uma cidade moderna e progressiva, além de explicitar as contradições da cidade: de um lado grupos acumulando riqueza e poderes e de outro pessoas vivendo em condições de miséria absoluta.

A vida dos escravos, principais responsáveis pelo trabalho nas charqueadas e nas casas dos comerciantes, industriais, pecuaristas, políticos, está, em parte, registrada nos jornais. Além dos pedidos diários de compra, venda e aluguel de escravos, há notícias constantes de fugas e, vez ou outra, aparecem notícias que demonstram suas condições de vida. Como no Correio Mercantil do dia 13/06/1875:

(...) No dia 7, foi dado à sepultura o inocente Francisco, de 24 dias de idade, filho da preta Rosa, escrava do Sr. J. Abadie.

(...) segundo o atestado médico morreu de inanição (...)

O fim que tenho em vista é atentar ao público a crueldade de um senhor que deixa morrer à mingua o filho de uma sua escrava.

A nota intitulada *Crime ou desumanidade* está assinada por uma mulher de nome Silvéria Rosa da Conceição e aparece por três dias consecutivos no jornal. É preciso ressaltar que era pouco comum uma mulher manifestar-se publicamente, através da imprensa, sobre estes assuntos. A íntegra de tal nota demonstra que o fato causou indignação e revolta¹⁵. Sabe-se que a vida dos escravos, especialmente no interior das charqueadas, não era fácil e marcava-se por trabalhos pesados, longas jornadas e maus tratos. Maestri (op.cit.:41) diz que "as condições de trabalho em uma charqueada escravista eram muito duras. Prática sazonal realizada, sobretudo, de novembro a maio, a produção charqueadora exigia dos escravos jornadas de dezesseis ou mais horas, realizadas, em boa parte, à noite".

Também no espaço urbano os negros, fossem cativos, livres ou libertos, estavam sujeitos à perseguição e ao controle. Suas manifestações culturais de modo geral, lazer e religiosidade, eram, na maioria das vezes, violenta e arbitrariamente reprimidas¹⁶.

Algumas situações demonstram que em alguns casos o preconceito e a perseguição aos negros eram menos explícitos, nem por isso menos violentos. O Correio Mercantil no dia 1º/02/1883 registrou a agressão sofrida na escola por uma menina de oito anos, filha de uma *parda livre*. O acontecimento envolvendo a menina e a solução dada ao caso denotam o caráter racista e preconceituoso da sociedade naquele período. O jornal registrou o fato da seguinte maneira:

Ontem apresentou-se em nosso escritório a *parda livre* Maria Sabina, trazendo sua filha Maria do Carmo Domingues, de 8 anos de idade, e narrando o seguinte fato para o qual chamamos a atenção das autoridades competentes.

Que Maria do Carmo era aluna da 2ª aula pública dirigida pela sra. D. Carlinda Carolina Pereira.

Que ontem, tendo um filho dessa senhora pretendido lhe tirar um livro, Maria do Carmo resistira, e, em consequência, fora levada para a varanda da casa onde

¹⁵A mortalidade infantil entre os/as filhos/as das escravas não era uma exceção na sociedade escravista. A reprodução entre os escravos, os nascimentos e as altas taxas de mortalidade infantil já foram tema de estudos, como, por exemplo, na obra *O escravismo colonial* (1988) de Jacob Gorender.

¹⁶Maestri (op.cit: 46) constatou que "em muitas cidades do Rio Grande do Sul, os 'candomblés', 'batusques', 'danças de negros', 'casas denominadas zungus' e 'reuniões de escravos com tambores e cantorias' foram terminantemente proibidos. Os participantes incorriam em multas, em prisão e, até mesmo, em açoites, se fossem escravos". Isto significa que, como argumenta o autor, "também nas aglomerações, os cativos eram dura e permanentemente enquadrados e reprimidos pelos senhores e pelas autoridades municipais". Em Pelotas, a repressão às manifestações culturais dos negros acontecia freqüentemente. Ver, para isto, o trabalho de Marco Antonio Lírio de Mello: *Reviras, batusques e carnavais. A cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: UFPel, 1994.

funciona a aula e ali *barbaramente* castigada pela professora, castigo que cessou na ocasião em que, avisada a mãe da criança, interviu em seu favor.

Efetivamente, Maria do Carmo apresentava, na face direita, sinais bastante visíveis de recentes arranhaduras.

Não comentamos o fato. Trata-se de um crime e pedimos aos dignos presidente da Câmara Municipal, juiz de paz e diretor da instrução pública as providências necessárias (Grifos meus).

Mais surpreendente é a forma e a rapidez com que foi "solucionado" o caso. No dia seguinte - 02/02/1883 -, o mesmo jornal Correio Mercantil divulgava que a professora fora considerada inocente pelo juiz. O resultado não contou com o depoimento da mãe, tampouco da criança, nem com uma avaliação dos danos físicos causados pela agressão.

E o mais estarrecedor foi a manifestação do juiz com relação ao caso:

Nem sempre a professora poderá revestir-se de uma paciência de santa para conter os ímpetos de uma menina, embora criança, *mas já viciada pela transmissão de uma péssima educação doméstica* (Correio Mercantil, 02/02/1883) (Grifos meus).

O exemplo demonstra o descaso e o preconceito com que foi tratado este acontecimento, numa cidade que se considerava extremamente caritativa, civilizada e justa com os negros. É neste mesmo período que estão em discussão as idéias abolicionistas que desencadeiam a abolição da escravidão em 16 de outubro de 1884 na cidade¹⁷. A violência e o controle a que estavam sujeitos os negros na sua vida cotidiana eram desconsiderados pelos "espíritos caritativos" dos pelotenses, que um ano após o fato relatado escreveram: *Pelotas não é, nem pode ser o reduto do escravagismo. Aqui também há corações que se impressionam, também há almas que sentem o horror de uma crueldade sem nome* (Reproduzido de um

¹⁷A abolição da escravidão em Pelotas no ano de 1884 deve ser creditada, principalmente, à crise que grassava nos setores periféricos da economia brasileira dependentes da mão-de-obra escrava, decorrente da escassez desses trabalhadores e seu conseqüente encarecimento. A economia saladeril escravista de Pelotas encaminhava-se para um impasse, o que levou à busca de alternativas para o problema da mão de obra. A saída encontrada foi à adesão ao abolicionismo, mas estabelecendo-se uma prática que permitia aos charqueadores prolongar a exploração dos ex-escravos: a inclusão, nas cartas de alforria, de uma "cláusula de prestação de serviços". Segundo Cardoso (op.cit.:233/234), a cláusula foi a "fórmula milagrosa que permitiu a 'liberdade' de 40.000 escravos em poucos meses, isto é, que permitiu aos senhores de escravos, a um tempo, elidir a si próprios o grande problema do trabalho livre e esquivar-se das pressões dos anti ou a-escravagistas, pois todos aceitaram a abolição através dessa fórmula".

Mesmo com a "abolição" no município em 1884 é interessante observar os dados apresentados por Bakos (op.cit.:22). Segundo a autora havia em Pelotas 2.831 escravos em 1885 e 338 em 1887.

panfleto de propaganda abolicionista que circulou em Pelotas no ano de 1884. *Correio Mercantil*, 30/08/1884).

É possível depreender da situação narrada pelo jornal - somada a outros acontecimentos da mesma natureza publicados na imprensa-, que o fato da menina ser "parda" era um apriori para que o comportamento fosse merecedor de repressão e, portanto, fossem a atitude da professora e o resultado da "apuração" do caso considerados legítimos. A afirmação do juiz - *embora criança mas já viciada pela transmissão de uma péssima educação doméstica* - pode ser um indício de que o fato de mãe e filha serem negras e, talvez, mulheres sozinhas, era motivo para manifestação do preconceito e da discriminação.

Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) analisa o negro no imaginário das elites do século XIX. A autora apresenta e discute três projetos que havia no Brasil para resolver a questão da escravidão: os projetos emancipacionistas, abolicionistas e imigrantistas. Segundo Azevedo estes projetos apresentavam soluções diversas e em alguns pontos diferenciadas para ultrapassar a heterogenia sócio-racial característica da sociedade brasileira. Mas os projetos tinham alguns pontos em comum: a ânsia de instituir uma nacionalidade e, também, a visão sobre os negros. Estes eram visto pelos reformistas do século XIX como uma "raça" biologicamente inferior, como elementos perigosos, imorais, desocupados, vagabundos, indolentes, ociosos, maus trabalhadores e que não primavam pela inteligência. Conforme Azevedo, a idéia da inferioridade racial do negro supunha, ainda, que ele não se relacionava socialmente, não tinha família, era desagregado por natureza e que seus sentimentos oscilavam da indiferença e apatia à mais cruel violência.

Possivelmente a visão de "raças" inferiores e superiores e o imaginário que cercava a personalidade dos negros tenha influenciado a decisão e o resultado do caso da menina espancada na escola.

Os exemplos acima são apenas uma tentativa de caracterizar Pelotas como um espaço contraditório em que conviviam homens e mulheres das elites, trabalhadores/as livres, desempregados/as, negros/as livres e libertos/as, escravos/as, posteriormente ex-escravos e ex-escravas, uma emergente classe média composta de indivíduos dos serviços públicos e privados, intelectuais com status bastante elevado. É preciso, portanto, considerar que o cotidiano da vida pelotense era permeado por um constante tensionamento entre as diversas classes sociais, os grupos étnicos, os gêneros, as formas e estilos de vida destes atores sociais. A heterogeneidade da população da cidade de Pelotas compunha uma sociedade extremamente complexa e permeada por conflitos. Este trabalho tenta trazer à tona, na medida do possível, esta multiplicidade de atores sociais, e reconstituir a complexa rede de relações sociais para, então, compreender e analisar as aulas noturnas da BPP.

Sobre os trabalhadores pelotenses, no final do século XIX e início do século XX, é possível afirmar que eles se sobressaíram nas lutas pelas causas operárias. Sílvia R. F. Petersen (1979) e João Batista Marçal (1985), entre outros, demonstraram a importância da participação dos trabalhadores pelotenses na organização e luta dos operários gaúchos. Marçal caracteriza a cidade de Pelotas como o "berço do sindicalismo gaúcho" (p.109). Segundo o autor, pelo seu absoluto pioneirismo nas lutas operárias e pela organização e pujança reivindicatória dos trabalhadores pelotenses nas duas últimas décadas do século XIX¹⁸.

Os exemplos da organização e da luta operária estão expressos nas várias associações e sindicatos que existiram na cidade desde o final do século passado, como o *Clube Caixeiral* fundado em 1879, a *Associação Beneficente das Classes Laboriosas* de 1880, o *Congresso Operário* de 1887, a *Companhia Pelotense Cooperativa de Panificação* de 1891 e, no início do século, associações como a *Federação Operária de Pelotas* que congregava o Sindicato dos Trabalhadores em Curtume, o Sindicato dos Pedreiros e Serventes, o Sindicato dos Sapateiros. Estes são alguns exemplos da intensa atividade operária em Pelotas no final do século XIX e início do século XX.

Os jornais da época demonstram que os trabalhadores preocupavam-se também com a instrução, a cultura, o lazer e a recreação dos membros de sua classe.

Eram comuns em Pelotas clubes e associações literárias, sociedades musicais, semanários literários e recreativos. Não se pode, porém, imaginar que isto fosse apenas iniciativa das classes abastadas. O semanário *Pervigil* de 04/03/1883, noticiou a inauguração da sociedade musical União:

Para sábado mais próximo está designada a festa com que a sociedade musical União resolveu solenizar a inauguração do edifício de sua propriedade, realizando-se no mesmo dia a sessão de posse da nova diretoria da corporação.

Um dos mais ativos membros da sociedade - o qual é um operário de notáveis aptidões - foi o diretor da obra (...)

E cumpre notar que a associação é pequena em número, pois não passam de vinte os sócios, operários todos e consequentemente obrigados a um labor constante, que não lhes assegura grandes recursos pecuniários.

(...) Vinte homens fizeram o que os negociantes capitalistas não tem tido coragem de fazer. Vinte homens que não possuem apólices do governo, nem fábricas, nem

¹⁸Marçal (op.cit.:113) afirma que "entre 1890 e 1893, evidenciando mais uma vez o seu pioneirismo, Pelotas fez as três primeiras greves operárias ocorridas no Rio Grande do Sul. Essa série de greves, que vai se arrastar até 1898 -quatro ao todo- é, sem dúvida alguma, produto de um lento e longo processo de discussão e amadurecimento da consciência operária pelotense. Deve ter sido um tempo rico em debate, arregimentação e politização".

propriedades; vinte homens apenas conseguiram levantar um lindo e cômodo edifício para suas sessões e ensaios(...).

Talvez do ponto de vista quantitativo, tal notícia possa parecer inexpressiva. Ela se torna importante, porém, na medida em que a historiografia - em particular a historiografia local -, abordou muito pouco a temática das iniciativas e da organização cultural, recreativa e de lazer das classes populares, atribuindo maior importância às experiências sociais e culturais das elites. Sem dúvida, em uma cidade com as características de Pelotas isto é importante, pois muitos empreendimentos contaram com o apoio financeiro e "moral" de tais grupos, mas não é suficiente. As classes populares tiveram em Pelotas, experiências significativas de organização sindical, de educação, de práticas e atividades culturais e recreativas, algumas delas como expressão de luta e de resistência na preservação de aspectos de suas culturas. Isto ocorreu, muito significativamente, com os grupos negros.

Exemplos das manifestações culturais populares são as festas religiosas e carnavalescas, algumas noticiadas nos jornais locais. É preciso considerar também os prazeres dos bailes, dos jogos, dos encontros na rua, nos salões ou nos bares, embora certamente o lazer das classes populares fosse amplamente controlado e em muitos casos reprimido.

Os bailes populares ficaram registrados no diário de Augusto de Pinho, denominado *Uma viagem ao Sul do Brasil* (1872) :

(...)Além destas há também uma *casa de bailes populares*, que dá todos os domingos partidas carnavalescas; *coisa que muito me faz pasmar*; pois não me consta que em outro lugar, ao menos no Brasil, se dê *semelhante disparate*, se bem que como tal o não considere um amigo meu, a quem notando-lhe eu esse singular costume do povo de Pelotas, respondeu-me: que sendo o mundo uma completa mascarada, que importa que o povo pelotense esconda uma vez por semana a máscara natural?

O salão destes bailes é coberto de zinco e o seu aspecto, *embora muito mais comezinho*, me faz recordar o Pavilhão Fluminense *de escandalosa memória* (Grifos meus).

O interessante é que na mesma obra o autor comenta os salões e os bailes freqüentados pela elite e não se surpreende com a forma de diversão deste segmento social. Ao contrário tece elogios ao luxo e aos ornamentos dos salões, e conclui dizendo que *são freqüentados pela flor da sociedade de Pelotas*. Rago (op.cit.:197) constatou uma visão semelhante sobre os botequins populares do início do século e as boates e os cafés burgueses. Os primeiros eram percebidos como uma instituição ameaçadora para os valores da sociedade, pois eram lugares de pecado e de vício. Os segundos, argumenta a autora, não eram considerados

espaços de degenerescência, indicando, com isto, que havia um juízo de valor que relacionava o lazer à condição de classe social dos sujeitos.

Ao demonstrar aspectos da vida cotidiana de Pelotas é necessário mencionar a intensidade da atividade tipográfica, especialmente na segunda metade do século passado. Era comum clubes ou associações literárias manterem seus próprios semanários. Na linha de jornais humorísticos e ilustrados alguns se destacaram, como o *Ventarola*, de 1887, *O Cabrion*, de 1880, *Zé Povinho*, de 1883. Todos eles satirizavam e expressavam a vida cotidiana de Pelotas, os principais acontecimentos políticos do país, e as discussões em torno da Abolição e da República.

De cunho explicitamente político circulavam jornais como *Radical* de 1890, órgão republicano; *Diário de Pelotas* de 1868, órgão do Partido Liberal; *Diário Popular* de 1891, órgão do Partido Republicano; representando as idéias do Partido Conservador havia os jornais *Nação* de 1882 e *Rio-Grandense* de 1885.

Em se tratando de jornais, folhetos, semanários, é difícil precisar a quantidade exata dos que circularam aqui na segunda metade do século passado e início deste século. O Museu da BPP guarda um registro, feito por Henrique Carlos de Moraes (1982), presidente e colaborador do Museu, de que foram criados e circularam em Pelotas, entre 1852 e 1896, pelo menos **86 jornais**. Alguns de vida efêmera, outros estendendo-se por longos anos, e o *Diário Popular* de 1891 circulando até hoje. O ano de 1881 foi marcado pela circulação simultânea de cinco jornais: o *Correio Mercantil*, o *Jornal do Comércio*, o *Onze de Julho*, o *Diário Popular* e *A Discussão*, atestando a efervescência da atividade intelectual na cidade nas últimas décadas do século.

Eram os jornais também os meios privilegiados de divulgação das idéias que estavam em ebulição no centro do país e no mundo. Pelotas era palco de discussões das idéias republicanas, abolicionistas, positivistas, evolucionistas. As praças, as associações recreativas e literárias, a BPP, as salas das casas de muitos intelectuais, testemunharam calorosas e apaixonadas discussões em torno destas idéias que chegavam facilmente pelo contato que Pelotas mantinha com o mundo exterior. O ideal republicano e abolicionista encontrou fortes aliados na cidade, e se concretizou na fundação do Clube Abolicionista em 1881, no Centro Abolicionista de 1884 e no Clube Republicano em 1886.

No que tange a vida cultural de Pelotas, é impossível não fazer menção ao teatro. Os jornais noticiavam diariamente as apresentações no Teatro Sete de Abril (que começou suas atividades em 1831). Os jornais literários apresentavam e comentavam longamente os enredos dos espetáculos. Dramas, comédias, óperas, zarzuelas, eram as apresentações mais comuns. As companhias, muitas de passagem para Buenos Aires, eram originárias da Europa, principalmente francesas, portuguesas e espanholas, e tinham em Pelotas parada obrigatória,

considerando o que a cidade representava em termos culturais no país e no Rio Grande do Sul.

O jornal *Progresso Literário* noticiou, em 24/02/1878, a apresentação da atriz dramática portuguesa Emília Adelaide no teatro Sete de Abril:

Estamos de vento em popa, em relação a teatro. O Sete de Abril, todas as vezes que se exhibe espetáculo oferece um aspecto imponente pela concorrência que a ele afluí.

Isto significa que as manifestações culturais contavam com público certo. É o que atestam os "passeios musicais", sempre repletos de gente, no porto, nos bondes, nas praças. A música fazia parte da vida dos pelotenses; os concertos aconteciam nas casas, no teatro, nas ruas, na BPP. O *Correio Mercantil*, desde 1875, registrava a existência de sociedades musicais: a *União*, a *Lira Pelotense*, a *Santa Cecília*, a *Filarmônica Pelotense*, e a *Banda dos alunos do Colégio Reis* eram as de maior destaque. As bandas, além de tocarem nos passeios, animavam festas, saraus, inaugurações, recepções.

O Carnaval também era destaque na imprensa. Em 1890 havia os clubes carnavalescos *Arlequins*, *Filantes*, *Luva Preta*, *Morcegos* e *Multicor*. Os bailes de máscara eram bastante comuns e animavam a cidade. As "sociedades bailantes" anunciavam e convidavam para seus bailes. Os desfiles de rua também faziam parte da vida pelotense, especialmente desfiles de clubes carnavalescos dos negros. Neste sentido, o mais expressivo foi o *Clube Carnavalesco Nagô*, que começou a desfilar nas ruas de Pelotas em 1882.

Mello (op.cit.), ao desenvolver um estudo sobre a cultura de resistência dos escravos em Pelotas, analisa como o C.C. Nagô alcançou com o passar dos anos popularidade entre a comunidade pelotense. Composto exclusivamente de negros, era aceito inclusive pelas autoridades brancas, o que denota o poder de resistência dos negros e a conquista da legitimidade de uma manifestação que mantinha aspectos da cultura de origem destes grupos - nas roupas que vestiam especialmente para a ocasião, no batuque, na dança, nas letras das músicas.

A vida social e cultural era, afinal, intensa em Pelotas. E, ao que tudo indica, havia diversão para todos os gostos e todas as condições sociais. O espetáculo de touros e o circo também faziam parte do cenário da cidade. As festas religiosas eram uma tradição amplamente cultivada. Os passeios "para fora da cidade" eram muito concorridos:

Naturalmente no verão todos pensam nos banhos frios e nos passeios para fora da cidade.

Os passeios mais longos e mais baratos da cidade são a Cruz e Santa Barbara.

Por isso vai-se ali todos os dias (*Correio Mercantil*, 24/01/1875).

Os passeios e piqueniques eram uma diversão tão significativa que o Correio Mercantil no primeiro semestre de 1875 dedicou longos espaços para reivindicar, em nome da "população mais pobre", uma linha de bonde até o Fragata, considerado um ótimo espaço para passeios, porém muito longe, caro e inacessível.

A heterogeneidade da população pelotense imprimiu à sociedade formas de sociabilidade também diversas: bailes de salão, passeios campestres, teatro, saraus, concertos, conferências, para a elite; jogos, carnaval de rua, batuques, manifestações religiosas, para as classes populares.

A segunda metade do século XIX foi marcada também, por iniciativas nas áreas da saúde e da educação formal. A fundação da Santa Casa de Misericórdia data de 1847 e dez anos depois era fundada a Sociedade Portuguesa de Beneficência. É preciso considerar que os hospitais neste período tinham uma função também assistencial. A preocupação com a infância abandonada e órfã foi manifestada em iniciativas como a do Asilo de Órfãos Nossa Senhora Conceição, instituição criada para meninas em 1855. O Asilo de Mendigos, criado e mantido por doações da comunidade, foi também uma iniciativa da segunda metade do século XIX, em 1891.

Todas estas iniciativas evidenciam o caráter assistencialista do tratamento que a elite branca pelotense devotava à população mais pobre. As crianças, os doentes, os mendigos, os desempregados que vagavam pelas ruas não combinavam com uma cidade que detinha o título de ser a mais aristocrática de toda a Província. Além disso, fazer caridade doando dinheiro para a construção e manutenção de entidades assistenciais era considerado um gesto muito nobre que dava status, notícias nos jornais, comentários nas rodas mais importantes da cidade e, acima de tudo, um título, na maioria das vezes, de "benemérito" das instituições.

Uma matéria intitulada *Aos amigos do progresso e da caridade*, do Correio Mercantil de 08/04/1885, é reveladora do sentimento que movia a elite pelotense a dedicar-se às iniciativas de fundar e manter instituições para crianças, mendigos e doentes. A matéria é sobre a necessidade de um Asilo de Mendigos na cidade. Os motivos apontados para que tal iniciativa fosse levada a efeito demonstram que, para a elite, conviver com estes indivíduos era constrangedor. Veja-se parte do texto:

(...)Um Asilo de Mendigos é uma verdadeira e palpitante necessidade. Retirar de nossas ruas os tristes espetáculos da miséria que tanto comovem *quanto prejudicam a nossa civilização, poupar os nossos concidadãos as contrariedades que sofrem sempre que os pobres invocam a sua generosidade*; levantar um edifício que sirva ao mesmo tempo de abrigo a esses infelizes e de glória para esta terra é quase que cumprir um dever de honra e de patriotismo, é fechar as portas à desgraça para abrir às da felicidade (Grifos meus).

Os Asilos para abrigar a infância eram destinados principalmente às meninas. Perpassa a idéia de reclusão e de confinamento para as meninas, já que para os meninos pobres outras medidas foram tomadas. Aos meninos foram reservados principalmente a instrução e o trabalho. Com o intuito de disciplinar, de inculcar normas e valores referentes à necessidade do trabalho como forma de combater o ócio e a "vagabundagem", é que no final do século passado em Pelotas algumas aulas noturnas para meninos foram criadas: a escola do Parque Pelotense, as aulas do Clube Abolicionista¹⁹, as aulas da BPP. Ainda, muitos professores particulares se dispunham a dar aulas para *meninos pobres gratuitamente* em suas escolas nos horários normais ou em algumas noites da semana. Outras experiências de escolas noturnas também estão registradas nos jornais. É o caso das aulas de instrução primária da fábrica Rheingantz (Correio Mercantil, 04/07/1877), que foram ofertadas por iniciativa do seu proprietário para os empregados do estabelecimento. Outra escola que iniciou suas atividades em 1877 foi a da sociedade italiana União e Filantropia (Correio Mercantil, 16/03/1877) conferindo um caráter eminentemente étnico à experiência²⁰.

Além da instrução para os meninos, o trabalho precoce em atividade manuais foi amplamente estimulado em Pelotas entre a população mais pobre. Vários indícios demonstram a realidade do trabalho infante-juvenil no final do século. Entre outros, são reveladoras as ofertas de trabalho para meninos entre 10 e 16 anos constantes nos anúncios dos jornais (Correio Mercantil, Diário de Pelotas, Opinião Pública, entre outros), e as matrículas nos cursos noturnos da BPP em que crianças a partir de sete anos eram aceitas, principalmente com a justificativa de que trabalhavam durante o dia.

Havia, portanto, três formas principais de manter sob controle as classes populares: a educação associada ao trabalho, a repressão e a segregação. Todas elas foram medidas adotadas pela elite pelotense no sentido de "preservar a ordem social", quer pela atuação dos intelectuais, professores, comerciantes, famílias,

¹⁹Há poucas referências sobre as aulas noturnas do Clube Abolicionista que iniciou suas atividades em 1882. Mas um dado chama atenção em especial: só podiam frequentar estas aulas os indivíduos na condição de libertos. O jornal Correio Mercantil publicou, no dia 27/04/1882, o seguinte aviso: "Abre-se na noite de 1º de maio futuro, um curso de ensino primário noturno no Clube Abolicionista, sob a direção do abaixo firmado, para *os filhos dos libertos pelo Clube, e para os ingênuos, embora suas mães sejam escravas*. (...) Aos alunos se fornecerá livros, papel e mais acessórios gratuitamente" (Grifo meu).

²⁰No material manuseado para esta pesquisa apenas uma ou outra nota esparsa foi localizada sobre estas experiências de instrução primária. Se fosse possível um resgate destas iniciativas de cursos noturnos - tanto da fábrica Rheingantz e da sociedade italiana, quanto do Clube Abolicionista - resultaria, certamente, em um interessante trabalho de investigação.

oferecendo aulas e trabalho, quer pela atuação da polícia e dos caridosos e "beneméritos".

Em relação a escolas, já no início do século passado Pelotas registrou aulas públicas e particulares. Em 1832 havia cinco aulas particulares e duas aulas públicas, para meninos e para meninas. Na segunda metade do século, Pelotas apresentava um número considerável de escolas²¹. O ensino particular, inclusive na forma de internato, foi bastante comum na cidade. Escolas como o Colégio Acácia, para meninas, e o Colégio Evolução, para meninos, tornaram-se referência de ensino de qualidade para a elite, não só na cidade como em toda a região. A dualidade no setor educacional caracterizava Pelotas muito fortemente neste período. De um lado as escolas públicas e de associações, que propiciavam ensino primário para as classes populares; de outro uma rede de famigeradas escolas e professores/as particulares que ofereciam às elites um ensino mais ampliado e de acordo com os interesses e valores desta camada social. Nestas escolas, além do currículo regular, estava previsto o ensino de línguas (francês na maioria das vezes), música, desenho. Nos colégios femininos havia ainda as "prendas domésticas", como costura e bordado; os colégios masculinos preparavam os alunos para prestarem os concorridos exames na capital da Província.

Outras iniciativas escolares datam desta época, como a fundação, por iniciativa particular, do Instituto Agrícola e Veterinário em 1888, futura Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas. Aliás, as "iniciativas particulares" eram a marca registrada de Pelotas. Considerando-se "esquecida" pelos governos central e provincial, Pelotas vangloriava-se de realizar seus melhoramentos e suprir suas necessidades a partir das iniciativas, dos recursos e da "boa vontade" dos seus cidadãos. Duas notícias do Correio Mercantil, embora longas, demonstram explicitamente o descontentamento com o descaso dos governos quanto ao desenvolvimento e ao progresso de Pelotas, e denotam ainda que as soluções dos problemas eram buscadas na iniciativa particular. Tomando como parâmetro as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Bagé, em 20/01/1875, sob o título *Interesses Públicos*, o jornal registrava:

Das três primeiras cidades da província, Pelotas, a rica, florescente, moderna e populosa, é, infelizmente, a que menos tem sido contemplada pelos governos gerais e provinciais na partilha dos benefícios distribuídos em prol do

²¹Os Anais da BPP, em 1905, registram o aumento progressivo das escolas públicas e particulares pelotenses, com os seguintes dados:

1873 - 28 aulas - 1390 matriculados; 767 meninos e 623 meninas;
 1891 - 46 aulas - 2759 matriculados; 1560 meninos e 1199 meninas;
 1899 - 66 aulas - 3375 matriculados; 1921 meninos e 1454 meninas;
 1901 - 71 aulas - 3881 matriculados; 2254 meninos e 1627 meninas.

engrandecimento público. Aqui todas as obras que revelam prosperidade e grandeza, tem sido executados pela iniciativa particular, pelo esforço e sacrifício da população. (...)

Pelotas é, pois, das três principais cidades da província, a que tudo deve a si e nada ao centro para onde contribui poderosamente. Entretanto, é a que mais se avanteja em particulares propriedades urbanas, assim como é também a que menos possui em melhoramentos indispensáveis ao trabalho das repartições do governo.

Dois dias depois, referindo-se à criação de um Liceu na cidade o jornal publicava:

(...) De nenhuma sorte, Pelotas, onde pelo seu numerário recursos e boa vontade de seus habitantes, se tem conseguido promover e encetar grandes empresas, tais como a abertura da barra de São Gonçalo, o calçamento das ruas, hidráulica, iluminação à gás, etc., bem triste prova daria de si, se limitasse unicamente o seu engrandecimento ao progresso material. Uma cidade que se abalança a empresas de tamanho alcance, e dispendiosos ao mesmo tempo, pode sem dúvida nenhuma dispor de meios para a educação e a instrução de seus filhos. (...) (22/01/1875).

Embora o episódio das concessões no caso do calçamento das ruas demonstre que de alguma forma havia dinheiro público envolvido nas iniciativas, sem dúvida Pelotas, por congregar uma elite pecuária, industrial, comercial e intelectual, caracterizou-se, no final do século, por investir dinheiro particular nos melhoramentos e no progresso da cidade. A prática de apelar para o apoio, doações, empréstimos, para realizar obras e iniciar atividades, era comum. Assim foi com a criação da Biblioteca Pública Pelotense. Cansados de solicitar a iniciativa à Câmara Municipal, um grupo de pelotenses empreendeu tal tarefa.

A "Princesa do Sul" ganhou no ano de 1875 uma instituição que expressaria de forma precisa a vida e as idéias vigentes em Pelotas nas últimas décadas do século XIX. Se entre os pelotenses houve, durante este período, um verdadeiro *culto* às letras e às artes, a BPP foi a expressão máxima deste sentimento. Materializada em forma de um suntuoso prédio concluído apenas em 1885, a Biblioteca era a própria imagem da riqueza e da pujança da cidade de Pelotas.

Antes de apresentar a fundação da BPP é necessário analisar alguns aspectos da vida de homens e mulheres no espaço urbano de Pelotas para, então, compreender como e porquê a Biblioteca e, mais especificamente, os cursos noturnos de instrução primária, se constituíram como um espaço de hegemonia masculina.

1.2. Homens e mulheres no espaço urbano de Pelotas (1875-1915)

Marido e mulher despediram-se com um beijo em cada face; ele já conferira tudo, desde o engraxamento das rodas até o estado dos arreios. (...) Nunca passou pela cabeça de João Felício ir junto, embora estivesse ardendo de vontade: mas essa questão de gravidez e filhos era assunto feminino, não ficava bem a um homem entrar pela rua central de Pelotas custodiando a mulher.

(...)Mas ele passou a falar-me de minha avó Plácida, (...) uma senhora muito culta para sua época, lia romances e livros de poesia e tinha idéias originais; chegava a encomendar livros às caixas, que vinham de Paris e Buenos Aires, teve uma coleção de quase mil volumes, um portento em qualquer época; lia em francês e inglês, entendia de todas as humanidades e ciências. Uma pena que fosse mulher: tantas leituras acabaram por interferir na psique, transtornando até as noções de moralidade. No homem isso não acontece, os homens podem ilustrar-se, podem possuir biblioteca, mas isso nunca os tirará do juízo (...) (Luiz Antonio de Assis Brasil. Um castelo no pampa. Perversas Famílias, 1994).

O objetivo principal deste item é descrever e analisar modos e estilos de vida de homens e mulheres em Pelotas no final do século XIX e início do século XX, e apreender as representações sobre os gêneros que permeavam a sociedade pelotense naquele período. Considerando que uma das questões principais de análise neste estudo é compreender a exclusão feminina das aulas noturnas da BPP e, portanto, a presença exclusivamente masculina durante trinta e oito anos neste espaço, é importante conhecer algumas idéias que circulavam em Pelotas sobre homens e mulheres, articuladas com as questões de grupo étnico e classe social, mostrando fragmentos da vida desses atores sociais.

Identificar e explicitar valores, normas, comportamentos, aprendizagens e experiências consideradas próprias de homens e próprias de mulheres em uma determinada sociedade é fundamental para perceber a dinâmica desta mesma sociedade. Se gênero é, como afirma Scott (1990), "elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos", e mais, "uma dimensão da desigualdade social", como argumenta Barbieri (op.cit.), então analisar o funcionamento de uma sociedade negligenciando as relações de gênero é fazer uma análise incompleta.

A historiografia, de um modo geral, até bem pouco tempo, menosprezou as relações de gênero no campo da pesquisa. Muito embora as recentes pesquisas

com base nas teorias feministas denunciem largamente a exclusão das mulheres da História, é preciso perceber que, na realidade, o que se fez até então foi uma história assexuada. Michelle Perrot (1988), ao analisar o processo de exclusão a que as mulheres foram submetidas, argumenta que a história é escrita no masculino. Diz a autora que, "econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou 'mental', ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade" (p. 185). A questão que se coloca é justamente as generalizações e as conceituações extremamente vagas com que a História tem trabalhado. A pluralidade, a diversidade e a diferença dos atores sociais, bem como a própria dinâmica e a complexidade social, apenas recentemente têm sido objeto de maior atenção e cuidado da teoria e da pesquisa histórica.

Discutindo a História da Educação sob a perspectiva de gênero, Louro (1992) afirma que a "História que usualmente se produz é pretensamente neutra (...) lida-se de fato com atores sem corpo, sem cor, sem gênero" (p.62). Portanto, é preciso considerar homens e mulheres como sujeitos concretos e históricos, situados em determinados espaços e tempos, e as relações entre ambos - também determinadas social e culturalmente - como objeto e campo de análise e como reveladoras da dinâmica, da organização e do funcionamento das sociedades. O que homens e mulheres são é resultado da história e do mundo social em que estão inseridos. Assim sendo, a construção do masculino e do feminino é "produto da ação humana em sociedades históricas e concretas" (Michelle Rosaldo, 1995:11). Sendo produto da ação humana e constitutiva das relações sociais, é mister que a História se proponha, mais e mais, a revelar como viveram/vivem homens e mulheres em contextos específicos. É neste sentido que o conceito de gênero se impõe com um potencial analítico fundamental para compreender a sociedade pelotense na virada do século e, especificamente, os cursos noturnos masculinos da BPP.

Os estudos de gênero se propõem a analisar a condição masculina e feminina, e a relação que se estabelece entre eles. Louro (1994b), em um trabalho sobre as normalistas porto-alegrenses do final do século XIX, argumentou que "ao tratarmos das mulheres (...) estaremos, necessariamente, também tratando dos homens (de modo explícito ou implícito), pois eles são de muitos modos uma referência, eles estão relacionados (e se relacionando) com essas mulheres" (p.100). O inverso também é verdadeiro. Ao tratarmos dos homens - aqui do caso particular de cursos noturnos para homens - a vida das mulheres e o pensamento sobre as mulheres se coloca como referência e possibilidade de compreensão do universo masculino. Até mesmo porque, nas fontes utilizadas - jornais, almanaques e documentos da BPP -, os valores, as normas e os comportamentos masculinos são raramente explicitados, muito embora a maioria do material utilizado nesta pesquisa tenha sido produzido por homens e, tenha, portanto, todo ele, uma visão

masculina. O mais comum é encontrarmos conselhos, recomendações, ditos, provérbios, poesias, sobre a condição feminina, que se propunham a "ensinar" como as mulheres deveriam ser ou como deveriam agir diante do seu papel de mães e esposas. É relevante o fato de que até as notícias endereçadas às mulheres fossem, na maioria das vezes, escritas por homens.

O não tratamento de forma direta das questões masculinas, o não explicitamento do quê e como era "ser homem", já é um indício da hegemonia masculina. O papel dos homens não estava sujeito a debates, já que eles eram a regra, a norma, os ordenadores do mundo social. Havia uma espécie de consenso quanto às atribuições masculinas, sendo que uma delas era justamente estabelecer normas de conduta para as mulheres. Talvez isso explique a raridade desse tipo de notícia com relação aos homens, sendo freqüentes com relação às mulheres. Homens não escreviam claramente recomendações para os seus iguais. O que era "ser homem", e o seu papel na sociedade, estava dito, subentendido, na própria forma de escrever, de noticiar, e mais, na própria forma de organizar os espaços sociais e as instituições, o que revela que "gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social" (Scott, 1994:20).

Por isso, para conhecer a realidade do mundo masculino, em Pelotas no século passado, foi necessário estar atenta a todas as manifestações na imprensa - notícias policiais, da política, do mundo do trabalho, da organização de entidades assistenciais, de classe, religiosas, culturais, que revelaram a hierarquia sexual da sociedade pelotense, com o domínio quase que absoluto dos homens. Pelotas caracterizava-se, portanto, por ser uma sociedade extremamente sexista. Rosaldo (op. cit.) afirma que "as formas culturais e sociais humanas sempre têm sido subjugadas pela dominação masculina" (p. 16). A autora aponta para "uma coleção de fatos relacionados que parecem argumentar que, em todos os grupos humanos conhecidos - a respeito das prerrogativas que a mulher pode gozar - a vasta maioria de oportunidades para o prestígio e influência pública, a capacidade para forjar relações, determinar inimizades, falar em público, usar ou renunciar ao uso da força, são todas reconhecidas como um privilégio e direito masculino" (p.16). Embora a autora esteja fazendo uma abordagem antropológica e referindo-se mais especialmente às sociedades contemporâneas, suas reflexões acerca da dominação masculina são pertinentes para pensar também a sociedade pelotense da virada do século. A hegemonia masculina estava fortemente presente na organização social, quer pela ocupação dos espaços públicos, quer pela organização da vida cultural, religiosa e política. O domínio dos homens transparece inclusive na linguagem. O momento da criação da Biblioteca Pública Pelotense é um exemplo revelador da realidade sexista da sociedade pelotense, expressada através da linguagem: *Pelotas agora quer possuir uma Biblioteca Pública e os homens amantes do progresso reúnem-se e criam esse instituto* (C.M. 01/12/1875); *é necessário escolher homens influentes, trabalhadores e prestativos para confiar-lhes a sorte e o futuro*

daquele estabelecimento (C.M. 12/03/1876); *apelamos para a generosidade daqueles cavalheiros amigos da instrução* (C.M. 27/01/1876) (Grifos meus). Outras manifestações como *homens competentes, homens mais notáveis, respeitáveis cavalheiros*, são comumente empregadas pelos jornais locais para referirem-se às iniciativas culturais, assistenciais e políticas das quais Pelotas foi palco.

Logo, foi possível apreender o mundo masculino pelotense de duas formas: pelo discurso da sociedade da época, que se caracteriza por ser um discurso masculino - portanto pela própria lógica das notícias e matérias dos periódicos; e pela interpretação do "avesso" das notícias para e sobre as mulheres. Assim, mais do que analisar a vida dos homens e das mulheres isoladamente, o objetivo foi compreender as relações entre os gêneros que se estabeleceram naquele período. São as relações entre os gêneros que Pelotas vivenciou ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX, que permitem compreender como e porquê os cursos noturnos se constituíram como *cursos masculinos*.

Gênero é uma construção social e cultural, o que significa que ser homem e ser mulher é um processo aprendido e construído no cotidiano e no interior das relações e das instituições sociais. Este processo de aprendizagem do masculino e do feminino se processa de forma variável em diferentes tempos e diferentes sociedades, o que demonstra o caráter mutável da condição de gênero. Tem sido diferente ser homem e ser mulher no passado e na atualidade, e é diferente ser mulher ou homem em sociedades ocidentais e orientais, por exemplo. O que denota, também, que a construção dos gêneros é produto da ação humana e de relações sociais específicas.

O processo de construção masculina e feminina se dá através de "práticas masculinizantes ou feminizantes" (Louro, 1993:7), e atinge também a dimensão corporal. O corpo expressa e revela as práticas sociais e culturais a que estão submetidos homens e mulheres. Não se nasce homem ou mulher, nasce-se macho ou fêmea; faz-se homem e mulher nas relações sociais, no processo educativo. Como enfatiza Louro (1992:57) "fazer-se mulher, ou fazer-se homem refere-se a um processo e não a um dado resolvido no momento do nascimento". Myrélia Suárez (1993:17) argumenta que "sexo não determina o gênero, mas o gênero é o sexo posteriormente pensado e dotado de significados". Esta lógica rompe definitivamente com os preceitos das características naturais. Stolcke (op.cit.:103) reforça a idéia de que "o conceito analítico de gênero se destina a desafiar a máxima essencialista e universalista de que a biologia é o destino".

O conceito de gênero procura romper com a lógica de que as diferenças sexuais biológicas determinam comportamentos, sentimentos e capacidades. O conceito de gênero - entendido como construção social - diferenciado de sexo - compreendido como diferença biológica -, tem sido fundamental para compreender que são possíveis outras formas de relação entre homens e mulheres que não esta

baseada na hierarquização, na assimetria sexual. Explicitar e demonstrar esta possibilidade é, antes de tudo, desmistificar a lógica de que a organização social dos gêneros é universal, natural e trans-histórica.

Suárez (op. cit.) diferencia sexo de gênero, quando diz que "o sexo é uma realidade biológica situada no campo da natureza, e gênero é uma realidade histórica situada no campo da cultura, o sexo é dado enquanto o gênero é construído historicamente" (p.15). Stolcke (op. cit.) segue a mesma linha de pensamento. Para ela sexo é um fato natural baseado nas diferenças sexuais biológicas entre machos e fêmeas. Gênero, para a mesma autora, transcende o reducionismo biológico, "interpretando as relações entre homens e mulheres como formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológicos sobre identidades sexuais" (p.104).

No século XIX o discurso naturalista e essencialista era corrente. Perrot (op. cit.) evidencia isto ao abordar as diferenças determinadas aos sexos:

o velho discurso retoma no século XIX um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas 'espécies' com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. As mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos" (p.177).

Perrot prossegue em sua análise afirmando que o século XIX acentuou a racionalidade harmoniosa da divisão sexual, onde homens e mulheres tinham predeterminados, até em detalhes, suas funções, seus papéis, suas tarefas, seus espaços de atuação. Embora a autora esteja se referindo à realidade da França em seu estudo sobre as mulheres, é possível apreender este mesmo discurso e este *imaginário sexista* (Rosaldo, op.cit.:25) também na sociedade pelotense do século XIX e das primeiras décadas do século XX: as mulheres como seres sensíveis, dóceis, pacientes, regradas, submissas e os homens como "naturalmente" dotados de força física, de poder de decisão, de capacidades administrativas, coragem, astúcia, independência e com maior necessidade de prazer sexual. Isto se processou em primeiro lugar porque Pelotas, neste período, foi fortemente influenciada pelas idéias vindas da Europa em especial da França, considerada pela elite pelotense o mais civilizado dos países; em segundo, porque esta foi a visão difundida pela ciência, pela religião, pelos teóricos sociais do mundo todo.

Rosaldo (op.cit.) analisa como os teóricos sociais, na virada do século, reforçaram a divisão sexual da sociedade e difundiram um imaginário sexista. Autores como Spencer, Durkheim, Georg Simmel e Engels²² tendiam a "assumir

²²Sobre a posição de Engels, Rosaldo afirma que: "O socialista Friedrich Engels nunca argumentou que a mulher deveria, por natureza, ficar dentro de casa, mas ele - assim

que o lugar da mulher era em casa" (p.23). A associação da mulher ao mundo doméstico e do homem à esfera do espaço público não foi, segundo a autora, questionado pelos teóricos sociais; ao contrário, estes foram considerados "papéis naturais", próprios a serem desempenhados por cada um dos gêneros. Rosaldo (op.cit.) afirma que embora alguns teóricos "apoiassem o aumento do papel das mulheres na vida 'social', eles ainda pensavam que mulheres estavam e iam permanecer distinguíveis dos homens" (p.25). A autora argumenta que, para os teóricos da era vitoriana, as mulheres estavam destinadas a deixar sua marca e presença nas "artes mais femininas" e não na esfera masculina, como a política, por exemplo. Assim a era vitoriana, segundo ela, colocou homens e mulheres em termos dicotômicos e contrastivos.

Entendo que, de certa forma, neste período, o discurso sexista colocou homens e mulheres como indivíduos complementares: a esfera doméstica feminina a serviço de uma sociedade masculina progressiva. Era a ordem "natural" da vida social. Os homens e as mulheres possuíam, sob esta lógica, características diferentes: às mulheres - passivas, recatadas, dóceis, sensíveis, emotivas, frágeis - era reservado o espaço doméstico; aos homens - inteligentes, fortes, astutos, invulneráveis, racionais - as atividades políticas, administrativas, enfim, as atividades públicas. O caráter complementar, portanto, da relação homem-mulher estava expresso na própria divisão das esferas: pública/masculina; doméstica/feminina. Entendia-se, naquele momento, que uma sociedade funcionava bem se esta lógica não fosse rompida.

Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994) analisou aspectos da vida da mulher brasileira desde a colonização e igualmente evidenciou a divisão público-masculino/doméstico-feminino, considerada natural na época. Esta lógica era, segundo Rocha-Coutinho, amplamente reforçada pelas teorias científicas, especialmente na segunda metade do século XIX, no Brasil. As Faculdades de Medicinas foram as principais divulgadoras desta divisão sexual 'natural'. Rocha-Coutinho traz o exemplo de uma tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para ilustrar o quanto as teorias científicas reforçavam papéis sexuais masculinos e femininos: os estudos da frenologia em voga no Brasil argumentavam que as mulheres tinham a cabeça mais volumosa na parte posterior e a frente mais estreita, e que as partes posteriores do cérebro determinavam as faculdades afetivas e as anteriores as faculdades intelectuais; a partir daí um médico defendeu, em 1845, que nas mulheres predominavam as "faculdades afetivas" e nos homens havia

como Spencer - tendeu a assumir que mulheres nunca estiveram engajadas em ações públicas ou em trabalho socialmente produtivo e, paralelamente, que mulheres em todo lugar tinham se preocupado principalmente com as atividades ditadas por um papel maternal" (op. cit: 24).

o domínio das "faculdades intelectuais". Isto fazia dos homens indivíduos dotados de maior racionalidade, inteligência, altivez, capacidade e, assim, a submissão feminina e o domínio masculino eram legítimos porque naturais.

Assim é que percebemos o quanto os discursos médicos, religiosos, jurídicos, constituíram/constituem formas de "ser homem" e de "ser mulher". Este é um dos espaços onde se inscrevem os conceitos normativos que organizam as relações de gênero. Segundo Scott (1990), gênero implica quatro elementos: primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; segundo, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos; terceiro, as instituições e a organização social; por último, as identidades subjetivas, ou seja, as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas pelos sujeitos concretos. É possível perceber estes elementos articulados como constituidores dos gêneros no espaço pelotense no século XIX: primeiro, na própria organização social e nas instituições (como a BPP), onde havia uma supremacia masculina; depois, nas imagens simbólicas de mulher, sempre relacionadas com santas (especialmente a Virgem Maria), com flores, etc., freqüentemente evocados na produção jornalística, literária, científica, e educacional.

Perrot (op. cit.), para demonstrar o discurso das diferenças sexuais presente na sociedade francesa do século XIX, exemplifica com a declaração de um operário: "Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos" (p.178). Em Pelotas, no século passado, é possível dizer que: aos homens das classes populares "a madeira e os metais", ou seja, todo e qualquer trabalho manual. Aos homens da elite, a política, as atividades intelectuais e as profissões liberais. Às mulheres "a família e os tecidos". Porém, para as mulheres da elite uma vida familiar, doméstica, mais "sofisticada": envolta pela música, pela leitura, pelas artes de um modo geral. Para as mulheres dos segmentos populares, além da família, o trabalho - especialmente o doméstico -, que não só era aceito mas tido como necessário e valorizado como forma de combater o ócio e o "perigo" da prostituição; contudo, sempre em "atividades femininas": costureira, engomadeira, lavadeira, cozinheira, parteira, criada, copeira, modista, professora. É perceptível, portanto, que também as divisões de classe estavam muito bem delimitadas na sociedade pelotense. Os espaços de lazer, de instrução, de trabalho, eram ordenados com base na posição de classe, de gênero e de grupo étnico dos indivíduos.

Louro (1992), referindo-se ao século XIX, demonstra a construção diferenciada para homens e mulheres, que também se distinguiu em função das classes sociais. Diz a autora:

Atividades intelectuais e de gerência para os da elite, serviços manuais para as classes populares, trabalhos próprios para mulheres e próprios para homens,

corpos bronzeados e musculosos para os trabalhadores, peles brancas e lassas para a elite, "vocações" masculinas e femininas, um ócio admitido e adequado para as mulheres da elite, e um ócio negativo, a ser combatido nas classes populares, enfim diferentes atividades segundo os diferentes grupos sociais (p.64/65).

A partir disto é possível destacar que o conceito de gênero aqui adotado supõe pluralidade. Não é uma visão essencialista ou universalista baseada na concepção de que é possível conhecer *a* mulher pelotense ou *o* homem pelotense da virada do século. É preciso considerar que a diversidade social e a complexidade das relações impedem a homogeneização dos gêneros. O grupo étnico, a religião, a idade, a classe social, são diferenças constitutivas do processo de construção dos gêneros. Se havia condutas, comportamentos e espaços sociais considerados femininos e outros considerados masculinos, não significa que havia *uma única* forma de ser homem e de ser mulher. Obviamente ser mulher da elite ou das camadas populares, branca ou negra, ou ser homem dos grupos dominantes ou das classes populares, negro ou branco, em Pelotas na virada do século, supunha estilos, oportunidades e condições de vida diferenciados. O fundamental é, como salientou Louro (1994), colocar em questão as diferenças no interior de cada polo (homem/mulher), percebendo e problematizando as distinções/diversidades que existem entre os homens e entre as mulheres. Scott (1992) argumenta que o conceito de gênero permitiu que estas diferenças viessem a tona. Diz a autora que "a categoria de gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença" (p 87).

O mundo do trabalho, no século XIX, era revelador das condições de vida e dos espaços de atuação femininos e masculinos, pois uma acentuada divisão sexual - reforçada pela condição de classe e de grupo étnico - recaía sobre essa esfera. Se restritas atividades eram aceitas como possíveis de serem exercidas pelas mulheres em Pelotas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, aos homens estavam reservadas maiores oportunidades. O mercado de trabalho masculino era bem mais amplo. Para os homens das classes populares apareciam com frequência ofertas de trabalhos em funções onde a presença feminina era impensável. Os anúncios de jornais revelam pedidos frequentes de ferreiros, carpinteiros, tamanqueiros, serralheiros, barbeiros, marceneiros, porteiros, jardineiros, pedreiros, aprendizes de tipógrafo. Mas a oferta de serviço que aparecia em maior quantidade para os homens era na função de "caixeiro"²³. Em nenhum dos anúncios analisados foi solicitado uma moça para a atividade de caixeiro. Esse era um universo masculino, que talvez se explique pela necessidade que tal função impunha de contato com o público, de estar "exposto", de maior

²³Indivíduo que era empregado em estabelecimentos comerciais. A figura do caixeiro viajante era também comum na época.

desembaraço, rapidez e raciocínio, características atribuídas aos homens. Proliferavam anúncios como os seguintes:

Precisa-se de um moço com prática de secos e molhados no Armazém Central de Machado Abreu (Correio Mercantil, 19/12/1894).

Precisa-se um menino de 14 a 16 anos, com prática de secos e molhados. Conduta afiançada e de um cortador de carne que possa prestar contas direitas (Opinião Pública 28/11/1898).

É certo que as atividades exercidas pelo homem - como pela mulher - dependiam da sua situação econômica e do grupo étnico a que pertenciam. No entanto, entre os homens da elite e dos setores médios, ao contrário das mulheres dos mesmos grupos sociais, eram estimulados a seguir carreiras como profissionais liberais. Era sinal de status mandar um filho estudar em São Paulo, Rio de Janeiro ou na Bahia, principalmente nos cursos de Medicina e Direito. Os jornais pelotenses registravam elogiosas matérias sobre os rapazes que se destacavam nos exames para ingresso nestes cursos, nos exames finais, na conclusão dos cursos e até as viagens de férias dos "acadêmicos" eram motivo de notícia na imprensa. Tudo isto porque ter um filho "doutor" era a aspiração máxima das famílias. Além do que estas profissões garantiam sucesso e prestígio social, o que poderia representar também uma oportunidade de fazer carreira política.

As atividades manuais, é certo, foram sempre exercidas pelos homens das classes populares, que em quantidade significativa eram analfabetos ou semi-alfabetizados. Uma das evidências disto é o número majoritário de alunos dos cursos noturnos da BPP que exerciam estas profissões.

É possível argumentar que, independente do gênero, havia um projeto comum para as classes populares, qual seja: disciplinar homens e mulheres, através do trabalho e da vida cotidiana, para enquadrá-los num projeto de sociedade e de cultura. Uma notícia encontrada no jornal Correio Mercantil, em 21/03/1890, exemplifica esta realidade:

Inaugurou-se nesta cidade um sistema de limpeza de ruas que se recomenda tanto pela novidade como pelas vantagens que oferece à população e a higiene pública. A idéia pertence ao Sr. Thomaz José de Campos, subdelegado de polícia do 2º distrito. O fim é moralizar a vagabundagem, obrigá-la ao trabalho. Neste louvável intuito, homens e mulheres sem ocupação que por aí andavam nas bodegas e cortiços receberam convite para agarrar uma vassoura e limpar as ruas e sarjetas.

Ontem começou a faxina.

De manhã as mulheres varreram as calçadas. De tarde os homens varreram as ruas e limpam as sarjetas.

Moral e útil. Curioso também. A população aplaudiu a providência e felicitou a autoridade.

Oxalá os desocupados se compenbrem de seus deveres perante si e a sociedade.

Por outro lado, nota-se que, independente da classe social, havia modelos de "ser mulher" e de "ser homem". Neste sentido, em alguns momentos é possível perceber que o gênero se sobrepunha à relações de classe e de grupo étnico. Não quero afirmar com isto que ser mulher pobre ou da elite ou ser homem pobre ou da elite não supusesse diferenças. Quero apenas argumentar que, em algumas situações da vida, havia normas sociais, condutas, comportamentos, códigos, próprios para homens ou para mulheres. Rosa Maria Barboza de Araújo (1993), referindo-se à realidade da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República, afirma que:

Não há evidências que nos demonstrem que o homem pobre tivesse, neste período, um conjunto de valores e normas distintas dos setores dominantes na sociedade, compondo um universo cultural masculino autônomo. (...) ele compartilha dos valores da supremacia do poder masculino vigentes no período (p. 50).

Na sociedade pelotense do final do século XIX e início do século XX, a supremacia masculina é perceptível na vida política, social, cultural e familiar da cidade. Ao homem cabia a participação nas atividades políticas - universo exclusivamente masculino - e nas demais atividades públicas. Os jornais pelotenses publicavam neste período (1875-1915) as diretorias das associações de classe, recreativas, culturais, assistenciais, sindicais, que são um indicador do domínio masculino na esfera pública. Somente homens ocupavam cargos de diretoria. Não significa que as mulheres não participassem - os dados que possuo não me permitem afirmar isto -, mas é certo que não administravam e nem ocupavam posição de comando nas entidades. Isto é válido, inclusive, para as associações populares, como entidades carnavalescas e de categorias profissionais específicas. Rago (op.cit.) afirma que embora a classe operária, no começo do século XX, fosse constituída em grande parte de mulheres e crianças, o movimento operário era liderado pelos homens. A autora diz que a participação das mulheres foi obstaculizada nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, "demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade" (p.64). Com isso, o movimento operário reproduziu o ideal burguês de mulher, ou seja, participou na definição do lugar da mulher na sociedade. Ainda segundo a autora, o controle do movimento dos trabalhadores pelo sexo masculino dava-se em função de que os homens tinham "maior liberdade de circulação, maior acesso à informação e maior organização entre si" (p.64).

A ocupação profissional masculina era amplamente valorizada, tanto para as classes populares que deveriam, pelo trabalho, afastar-se do ócio e de uma vida "desregrada", quanto para os homens da elite que, através da profissão, preferencialmente em atividades intelectuais, deveriam encontrar projeção e status. Ao homem cabia a responsabilidade maior de zelar pelo sustento da família, aumentando, com isso, a importância e o valor do trabalho masculino.

Em relação à vida afetiva e sexual, pode-se perceber que havia um padrão de dupla moralidade. A vida sexual do homem deveria ser ativa e precoce, como prova de virilidade e masculinidade. Às mulheres, ao contrário, a exigência era a castidade e a preservação da virgindade até o casamento. A infidelidade masculina era tolerada e até justificada. Ao homem era aceitável a situação de manter duas famílias. Para os higienistas, em especial, "o homem era menos propenso ao amor romântico do que as mulheres. Sua verdadeira inclinação era para o prazer sexual" (Araújo, op. cit.: 56). Assim, a atividade sexual do homem fora do casamento ou o convívio com duas famílias era aceito socialmente.

O Correio Mercantil de 25/02/1880 publicou uma "oraçãozinha" para as moças solteiras, considerada pelo periódico uma "verdadeira panacéia para a felicidade conjugal". De aparência ingênua e inofensiva, a "oraçãozinha" - como é chamada pelo jornal - guarda explicitamente uma forma de comportamento da época:

Meu Deus, fazei com que em breve me case!
 E se casar, fazei com que não seja enganada!
 E se for enganada, fazei com que nunca o saiba!
 E, se vier a saber, fazei com que não me incomode com isso!

É possível fazer uma leitura do comportamento masculino a partir destas palavras destinadas às mulheres. Elas tinham necessidade de "orar" para não serem enganadas, mas se o fossem, o comportamento esperado e ideal era não se importar, não se "incomodar", ou seja, aceitar como próprio da "natureza" masculina o comportamento infiel. O melhor mesmo, era nunca saber! A tradição oral tem revelado que era relativamente comum, em Pelotas no século passado, que alguns "homens de posses" mantivessem duas famílias: a família "oficial", que habitava as mansões e freqüentava a "boa sociedade", com a mulher recatada, caridosa e religiosa, mãe dos filhos e herdeira do patrimônio; e a outra, com a mulher do "prazer", do convívio amoroso, onde a relação afetiva e sexual era muito menos regrada e normatizada.

No que se refere às atividades culturais ou assistenciais os homens também dominavam. As mulheres apareciam como coadjuvantes, assistentes. O "belo sexo" era solicitado para atividades consideradas femininas. Conforme afirmei, nas tarefas de organização, direção e administração os homens eram os

responsáveis. O Correio Mercantil registrava, em 1892, a criação de duas sociedades bailantes de iniciativa das mulheres, o Sarau das Violetas e o Sarau das Pérolas²⁴. Num primeiro momento isto pode parecer uma ousadia, um avanço até, já que todas as agremiações do período registradas nos jornais, quer de caráter cultural, religioso ou de classe, eram compostas somente de homens nas suas diretorias. O curioso é que o Sarau das Violetas e o das Pérolas elegeram para cada cargo da diretoria uma mulher acompanhada de um homem, e para os cargos de Conselheiros e da Comissão de Contas foram eleitos apenas homens. Um exemplo de que toda iniciativa feminina deveria ser acompanhada da "proteção" masculina. A Tribuna Literária publicou, em 08/01/1882, uma matéria sobre a educação feminina na qual seu autor - Francisco de Paula Pires, professor dos cursos noturnos da BPP - defendia a instrução para as mulheres, já que a elas cabia *a árdua tarefa de preparar cidadãos para exibirem-se no grande teatro do século XX*. O interessante nesta matéria é que Paula Pires foi explícito quanto ao papel dos homens sobre os destinos femininos. Argumentou o autor:

O sexo frágil está a merecer toda a nossa atenção; a atenção do homem, do homem instruído e altruísta, que vê na mulher um ente pensante, e, por conseguinte, evolucionista.

Sobre as atividades profissionais das mulheres, Araújo (op.cit.), ao abordar o processo de socialização da mulher no Rio de Janeiro nos primeiros anos da República, demonstra que havia alguns setores de emprego caracteristicamente femininos: "o serviço doméstico, que não requer qualificação mas que exigiria a presença de traços [considerados próprios] da personalidade feminina, como atenção às minúcias, cuidado na cozinha ou trato de crianças" (p.75). O trabalho doméstico obviamente era uma atividade das mulheres das classes populares que, muitas vezes, conciliavam o trabalho fora de casa com o da sua própria casa. Em Pelotas, ao que tudo indica, muitas mulheres que desempenhavam os serviços domésticos eram negras. É o que se depreende dos anúncios nos jornais locais que, ao solicitar mulheres para os serviços domésticos, manifestavam a "preferência" do empregador/a, com as seguintes e recorrentes palavras: "prefere-se branca" ou então, "pode ser branca ou de cor". Isto nos leva a concluir que as "mulheres de cor" eram, muitas vezes, duplamente excluídas e discriminadas: por serem mulheres, já que o mercado de trabalho era extremamente restrito para o gênero feminino, e por serem negras.

²⁴Chamo atenção para os nomes das sociedades bailantes pela sua relação com o "universo feminino": *Sarau das Pérolas e das Violetas*. Vale aqui, também, uma consideração sobre a expressão *belo sexo* anteriormente referida. Era uma expressão usada correntemente nos periódicos, e revela a visão que os homens tinham das mulheres; eles jamais as denominaram de *sexo inteligente* ou *sexo forte*, por exemplo.

Outros setores, segundo Araújo, eram considerados "vocação feminina": a economia da moda e da est tica e o magistério, que exigiam alguma qualifica o e também se enquadravam nas idéias e estereótipos estabelecidos para a imagem feminina e seu papel social. Isto significa que atribuía-se a cada gênero atividades "compatíveis com suas características naturais".   mulher era importante que não transcendesse os limites do que era entendido como universo feminino.

Os anúncios dos jornais de Pelotas revelam uma realidade semelhante a analisada por Rosa Maria B. Araújo, na cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República. Embora o magistério e alguns serviços domésticos não fossem atividades exclusivamente femininas - o que revela que os homens podiam desempenhar, em alguns casos, as mesmas tarefas que as mulheres, enquanto elas não podiam trabalhar em "atividades de homens"²⁵ - o número de mulheres nestas fun oes era significativamente maior. Os anúncios veiculados na imprensa pelotense, em sua maioria, consistiam de pedidos ou ofertas como:

A rua 15 de Novembro n  222 precisa-se de uma criada para cuidar de criança (Correio Mercantil, 16/12/1902).

Ana Dulce do Nascimento precisa de costureira habilitada, quem não estiver nestas condi oes escusa-se apresentar. Rua Félix da Cunha n  19 (Correio Mercantil, 05/11/1891).

Madame F. Santos. Professora habilitada e a pouco chegada da Europa, oferece-se para lecionar em casa de família. Pode ser procurada, provisoriamente na Pensão Glinder,   rua Andrade Neves, n  151 (Correio Mercantil, 21/08/1897).

O mundo da moda movimentava uma boa parcela da popula o feminina pelotense durante o período. É o que transparece em anúncios como o que segue:

Modista Parisiense. Mme. Blanche faz saber a Exmas. famílias desta cidade que abriu uma casa de modas   rua Félix da Cunha n  240, onde executa toda a classe de trabalhos para senhoras sob a mais rigorosa regra da elegância parisiense (Correio Mercantil 16/07/1897).

O mundo da moda, da est tica, da costura, foi amplamente difundido e valorizado com um novo ideal de beleza e feminilidade transferido das mulheres do Município da Corte (R.J.) e da Europa. Neste período muitas "modistas" vindas de

²⁵Rago (op.cit.:65) constata esta realidade, no início do século, em rela o   indústria têxtil. Diz a autora que, "enquanto eles [os homens] estavam presentes em quase todas as atividades ocupadas pelas mulheres, como a costura de sacos ou nas ma aroqueiras, vários trabalhos eram interditados a elas, principalmente os cargos de chef a" (Grifo meu).

países europeus, especialmente da França, estabeleceram comércio em Pelotas e prosperaram²⁶. Uma cidade de tamanha riqueza e de uma intensa vida social exigia das mulheres da elite que acompanhassem as tendências modernas de beleza e vestuário.

Obviamente os poucos exemplos aqui trazidos não se referem - especialmente o magistério e a economia da moda - somente às atividades das classes populares, considerando que as funções exercidas pelas mulheres dependiam da sua condição social. Mas revelam que havia um "universo feminino" onde às mulheres era permitido circular, quer como prestadoras de serviço, quer como consumidoras. Dito de outra forma, isto significa que as mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, não poderiam transpor os limites do que era aceitável como "coisa de mulher".

Com relação à instrução, a lógica era a mesma. Instruir, mas nem tanto! A idéia corrente era a de que as mulheres deveriam ser "mais educadas do que instruídas" (Louro, 1992:65). Cabia-lhes conhecer as normas e padrões morais fundamentais para a educação da prole, associando a isto *um pouco* de conhecimento e informação. É o que pode ser depreendido da "tese" defendida na Sociedade Literária Íris Brasileiro que funcionava, em 1877, junto à BPP. A tese intitulada *Qual a missão da mulher?* foi reproduzida pelo jornal Progresso Literário:

Convenho que se a deve ilustrar [à mulher], mas essa ilustração não é mister completar pela obtenção de uma carta doutoral; será suficiente o conhecimento do idioma vernáculo para bem retratar o pensamento e aformosear a expressão. Não deve ignorar os feitos brilhantes dos heróis do seu país para um dia incutir no coração de seus filhos o santo sentimento de amor a Pátria.

Pode mesmo ter algumas luzes científicas e dedicar-se às belas artes, porque isso não lhe maculará a pureza de sua alma e será mais um atrativo e adorno a embelezar-lhe o espírito, porém o que não deve é seguir a carreira árdua da jurisprudência e medicina, porque nessas profissões há lances tão perigosos e terríveis que uns haviam de ferir-lhe a inocência e outros acobardar-lhe o ânimo (Progresso Literário, 25/02/1877).

²⁶Realidade perceptível pela grande e freqüente quantidade de anúncios sobre estas profissionais dirigindo-se às consumidoras destes produtos. Em relação à moda das mulheres das classes abastadas são significativas as matérias como a do jornal A Discussão de 17/08/1881, intitulada *A toilette das senhoras*, e a do jornal Correio Mercantil de 1º/06/1908 com o título: *O traje das mulheres casadas*. Ambas matérias traziam sugestões de como a mulher deveria vestir-se adequadamente considerando as estações do ano, o evento, a idade e o estado civil.

Na mesma linha de pensamento o Correio Mercantil, em 28/04/1876, publicava sob o título *A mulher* um artigo opinativo, onde deixava explícito que a mulher pertence ao "mundo doméstico", argumentando inclusive que a instrução poderia atrapalhar o curso natural da vida. O trecho a seguir é interessante porque revelador dos valores da época:

(...) A mulher parece destinada pela própria natureza para formar o templo da felicidade doméstica. A sua simplicidade e ingenuidade tornam-se mais amável e interessante aos olhos do homem do que a sua ilustração e até se pode afirmar que perde tantos mais quilates de seus naturais atrativos quanto mais ganha com a arte de adornar os seus pensamentos. Assim é que a ciência mais útil das mulheres, como esposas e mães, é a que tem por fim o melhor arranjo da economia e costumes domésticos, a de agradar-lhe e fazer-lhe estimar de seus esposos e a dirigir com esmero os primeiros impulsos físicos e morais dos ternos seres, cuja primeira educação lhes é privada (Grifos meus).

A instrução feminina foi valorizada ao longo do século XIX - principalmente com a difusão das idéias positivistas - somente para que a mulher, sinônimo de esposa e mãe, cumprisse a função de educar e formar os seus filhos e prepará-los para serem os futuros cidadãos da Pátria. Educando a família, por extensão a mulher educaria a própria sociedade, já que a família era considerada a base e o sustentáculo de toda a ordem social.

Os ideais positivistas estavam, neste período, em ascensão no Rio Grande do Sul. Em Pelotas, entre alguns setores mais intelectualizados da sociedade, o positivismo teve uma larga influência. Foi sem dúvida na educação que estas idéias penetraram mais amplamente. A mulher, como educadora da família, ocupava um lugar de destaque no ideal positivista. Elomar Tambara (1991:121) afirma que:

Uma constante no posicionamento positivista com relação ao ensino diz respeito à educação diferenciada ministrada a homens e mulheres. Isto é consequência da própria divisão sexual do trabalho proposta pela ideologia positivista, que atribua papéis sociais bem diferenciados entre os sexos. À mulher cabia, de modo especial, a função da educação afetiva, enquanto que aos homens atribua-se a função de trabalhar para o sustento da família.

A educação afetiva ou moral, pela qual a mulher era responsável, deveria ser ministrada no próprio lar, como uma primeira fase do ensino das crianças. Sendo assim, as mulheres deveriam ser preparadas para assumirem a complexa tarefa de iniciar o processo de educação, entendido pelos positivistas como preparação para a vida.

Mas, contraditoriamente, mesmo com a difusão das idéias de valorização da instrução feminina, na prática isto não representou, de imediato, um efetivo

avanço nas oportunidades educacionais das mulheres: as escolas masculinas continuaram sendo em maior número e muitas experiências educativas, especialmente ao longo da segunda metade do século XIX, foram voltadas apenas aos homens. Os cursos noturnos de instrução primária - entre eles o da BPP-, o número reduzido das mulheres que ingressavam nos cursos superiores, o aumento do ensino médio para os homens, são exemplos desta afirmativa. É preciso considerar, portanto, que a valorização do ensino feminino veio acompanhada de alguns limites impostos pelas idéias vigentes na sociedade da época sobre os papéis femininos e masculinos. A idéia era mais *educação* para as mulheres do que propriamente instrução, e menos ainda a possibilidade de profissionalização. A educação feminina continuou, em alguns casos, circunscrita à esfera doméstica.

No entanto a mulher teria, pela função educadora da família e dos filhos, o poder de redimir a sociedade. Como mães e como esposas, as mulheres eram vistas como *potência civilizadora* (Perrot, op.cit.:168). A idéia da mulher redentora, responsável pelo destino da humanidade, permeava o pensamento de alguns segmentos da sociedade pelotense durante o século XIX. *Cuide-se da educação da mulher e ter-se-á resolvido o grande problema da perfeição social, pois é dela só que depende a felicidade humana*, defendia o Progresso Literário em 25/02/1877. A mulher guardiã da família, "construtora" da nova ordem social, educadora dos cidadãos do futuro passou a ser vista como "peça" importante na vida da sociedade. É necessário considerar que a sociedade brasileira, de um modo geral, vivia profundas mudanças políticas, econômicas, culturais e de relações de trabalho. Assim, a mulher foi vista, na sua atuação doméstica, durante toda a segunda metade do século XIX, como uma colaboradora importante na consolidação da nova ordem política - a República - e na construção de uma nova ética do trabalho. O fim do trabalho escravo exigiu das elites um esforço no sentido de associar ao trabalho a idéia de positividade, de ordem, de progresso.

O Correio Mercantil publicava, em 28/03/1878, uma matéria sobre a instrução dos escravos e escravas - que mais tarde serão libertos/as e precisarão de amparo moral em benefício geral, nas palavras do jornal - e dedicava espaço para discutir a educação das meninas:

A instrução dada à aluna deve, de tal sorte, ser transmitida que, mesmo nas classes pobres da sociedade, a menina tornada mulher, adquira conhecimentos que lhe assegurem um ascendente persuasivo e útil sobre aquele que venha a ser seu consorte, não só para o bom êxito da educação da prole, como para amenizar a vida conjugal, abrandando muitas vezes os costumes rudes e modos ríspidos, inerentes a certas profissões a que possam pertencer o companheiro de sua vida íntima, daí a felicidade da família que é o grande elemento do Estado.

A íntegra da matéria desenvolve-se sobre a educação dos libertos e libertas. Não é *qualquer* aluna, menina e mulher a que o fragmento da notícia

acima faz referência, mas àquela mulher que logo seria liberta e cuja tendência (o que transparece pela lógica da matéria) era ligar-se a um também liberto. A preocupação revelada era com os destinos dos negros libertos. Eles eram considerados uma ameaça à ordem estabelecida, um perigo para a sociedade. Na visão das elites, precisavam ser controlados e dominados. As mulheres eram um caminho para que tal empreendimento tivesse êxito. Educando as mulheres libertas, educava-se os homens e os filhos. A sociedade estava salva!

Além disso, é possível perceber na matéria do Correio Mercantil o papel que a mulher deveria exercer em relação ao homem: conter os ímpetos masculinos. A mulher era entendida como o complemento necessário do homem. E tinha, no imaginário sexista da época, ao contrário do homem, uma personalidade mais dócil, contida, sensível, regrada, intuitiva, paciente, o que era fundamental para a harmonia do lar e equilíbrio da personalidade impetuosa e voluptuosa do homem. Para as mulheres - todas, independente da classe social- o pensamento vigente era o de que a educação deveria ser voltada para tornarem-se mães e esposas, capazes de exercerem *poderes* sobre o marido e os filhos. Poderes cotidianos, difusos, capilares, exercidos no âmbito doméstico²⁷. Os próprios conhecimentos que as mulheres deveriam adquirir seriam para que se tornassem "uma companhia mais agradável e interessante ao homem" (Rago, op.cit.:63).

Se na casa a mulher era a guardiã do homem e dos filhos, educadora por natureza, era também "guardada" pelo homem. Sozinha, ela estava sujeita a perigos dos quais seria incapaz de defender-se. Entre os documentos do Clube Abolicionista de Pelotas mantidos na BPP, um chama a atenção por se propor a discutir longamente a educação de homens e mulheres libertos/as. Afirma, entre outras coisas, que lançar os libertos no *seio da sociedade entregando cada um a seus próprios recursos*, para o homem não seria problemático, mas sim para as mulheres:

²⁷ Seria possível analisar sob vários aspectos e diversas formas os poderes femininos na sociedade pelotense da virada do século, muitos deles exercidos no espaço doméstico; porém, isto, se afastaria dos objetivos deste trabalho. Apenas como forma de ilustrar esta possibilidade uso as reflexões de Rocha-Coutinho (op.cit.) que diz em seu estudo *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira s: (...)* "o processo de sentimentalização do espaço privado familiar, que confinou a mulher ao lar, outorgou também a ela uma nova forma de poder, um poder não sobre os bens patrimoniais ou a gestão econômica, mas sobre os bens 'simbólicos' dos filhos, uma vez que ela se torna produtora de sentido, nomeadora de seus atos e sentimentos, produtora de mandos e dúvidas. Este poder, por ser simbólico, não é menos opressivo" (p. 34). Uma excelente possibilidade de pesquisa é um estudo no sentido de "desvendar" os poderes femininos na sociedade pelotense. Certamente os jornais de Pelotas, os manuais, os almanaques que manuseei durante esta pesquisa se constituem um rico e promissor material para um estudo com este fim.

(...) seria altamente nocivo, pois que na sua qualidade de ente fraco e quase dependente da vontade alheia ficariam sujeitas aos imensos perigos que cercam a todas as de seu sexo que não tem apoio nem proteção natural (Dr. Adolpho Bezerra de Menezes, 1869).

Perpassava a idéia de que a mulher vivia sob um *estado infantil contínuo* (expressão de Augusto Comte, citado por Perrot, op.cit.:178); por isso a figura do homem era fundamental na sua vida. Ela, o "belo sexo", com sua sensibilidade, docilidade, meiguice, levaria o homem para um caminho "correto". Ele, por sua vez, com sua força, coragem, inteligência, astúcia, protegeria a mulher. Eram portanto, com suas características "naturais", complementares.

Se o discurso dominante na época era o da "vocaçao natural" da mulher para o lar e do homem para ocupar os espaços públicos, é claro que na prática algumas mulheres - e também alguns homens - rompiam com esta visão e com os padrões vigentes, quer pela forma como viviam, quer pela linguagem, pelos lugares que freqüentavam, pelos trabalhos que exerciam, pelas viagens que realizavam, pelas leituras que faziam, pelo que deixavam, muitas vezes, de fazer²⁸. Algumas mulheres não aceitavam passivas a tarefa de conduzir o "templo da felicidade doméstica". Exerciam, também elas, poderes e resistências. Algumas porque tinham respaldo econômico, e portanto eram mais bem aceitas; outras porque necessitavam - como é o caso das mulheres das classes populares que circulavam nas ruas trabalhando como vendedoras, quitandeiras, lavadeiras - e portanto tinham um outro estilo e modo de vida do que aquele esperado para sua condição de mulher.

Circular pelas ruas, aliás, não era muito conveniente para as mulheres, especialmente sozinhas. A revista literária Ilustração Pelotense, em 1918, mandava um recado para as moças, com o seguinte título sugestivo: *Podem as moças andar sós?* A resposta segue nestes termos:

Não há inconveniente algum em que uma senhorinha saia só pela manhã a fazer compras. À tarde também não há inconveniente, mas deve ter-se em consideração que de tarde há mais agrupamento e movimento. A essa hora é, pois, preferível não sair só.

²⁸Eni de Mesquita Samara (1993) desenvolveu um estudo onde apresenta, como algo relativamente comum, as mulheres chefes de domicílio no Brasil do século XIX. A autora argumenta que a historiografia recente tem identificado diversos perfis sociais das mulheres, "estabelecendo nitidamente as diferenças entre a norma e a prática social. De um lado o discurso oficial e as regras prescritas no sistema de dominação e, de outro, o cotidiano dos papéis sociais continuamente improvisados" (p.53). O trabalho é intitulado: *Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX*, e está publicado na Revista História, V. 2, SP, UNESP, 1993.

A partir deste pequeno conselho é possível deduzir que era inadmissível que uma moça "de boa conduta" saísse de casa à noite. Nem mesmo para estudar! Dentro desta lógica é compreensível que, abrindo a Biblioteca Pública Pelotense, em 1915, as matrículas dos cursos de instrução primária para as mulheres, as aulas fossem diurnas, ao contrário das aulas noturnas para os homens.

É necessário considerar também que a rua era associada ao mundo masculino, e mais do que isto, associada ao vício, à vadiagem, à prostituição, à desonestidade. Rocha- Coutinho (op.cit.) também apresenta o mundo da rua como um mundo preponderantemente associado ao masculino. Diz a autora, referindo-se ao século XIX, que o mundo da rua era aberto incondicionalmente aos homens e que para as mulheres só era permitido em ocasiões especiais e, mesmo assim, se acompanhadas de um homem - pai, marido, irmão, padrinho-; "sem eles o espaço público era vedado à mulher, pelo menos àquelas que seguiam os padrões morais aceitos pela sociedade da época" (...) (p.85).

A Biblioteca Pelotense se caracterizava como um espaço público de caráter cultural. O estabelecimento - através de suas práticas e de seus discursos - e também os cursos noturnos reforçaram as idéias e as práticas de uma sociedade extremamente sexista como a sociedade pelotense do final do século XIX e início do século XX. A hegemonia masculina se revelava através dos cursos noturnos e da própria Biblioteca como instituição. Novamente através da linguagem jornalística é possível perceber esta realidade. As referências à Biblioteca eram sempre feitas nos seguintes termos: *fundada por um grupo de homens de boa vontade* (C.M. 14/11/1905); *criada por iniciativa de dedicados trabalhadores do progresso* (C.M. 20/11/1902); *na realização desse pensamento estão empenhados muitos cavalheiros de reconhecida influência, de incontestável mérito intelectual, dedicados obreiros do progresso* (C.M. 20/01/1875) (Grifos meus).

Assim, a fundação e instalação da BPP são um exemplo flagrante da supremacia masculina nos espaços públicos. Foram os homens que fundaram, organizaram e dirigiram os destinos da instituição. Os primeiros sócios foram todos homens. E também aos homens e pelos homens os cursos noturnos foram dirigidos durante trinta e oito anos. As mulheres foram alvo de discussão no momento da criação da Biblioteca, no sentido de poderem ou deverem freqüentar tal espaço. Mas foram os homens que desencadearam tal discussão. Fora isto, foram chamadas nos momentos em que as tarefas eram consideradas de responsabilidade do universo feminino, como bordar, cozer, pintar, crocheter para os Bazares de Prendas e as Exposições de Artes que se realizavam na Biblioteca com o intuito de angariar fundos para a manutenção da instituição, e também para tocar nas festas, concertos e saraus que lá se realizavam. Esta convivência social -bailes, festas, saraus, concertos, teatro - era um dos espaços de atuação mais comum das mulheres da elite pelotense. Além deste e da família, as obras de caridade e de assistência e a religião eram, também, esferas onde a presença feminina era aceita e estimulada.

Na realidade a participação na BPP de homens e mulheres da elite era considerada uma *caridade espiritual* ao povo pelotense. A atuação das mulheres foi, obviamente, muito restrita. As mulheres da elite participaram principalmente como executoras de "tarefas femininas", e as mulheres das classes populares, se participaram, ficaram invisíveis nesta história.

A fundação, a instalação e os primeiros anos de funcionamento da BPP, bem como a presença majoritária, quase exclusiva, dos homens na Biblioteca, merecem atenção especial e serão objeto do próximo capítulo.

"TEMPLO DE LUZ": A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE

O homem não vive só de pão. A criação da Biblioteca Pública Pelotense é uma esplêndida afirmação desta verdade (Senna Freitas, março de 1887).

As bibliotecas, nestes tempos de movimento e de renovação moral, são os verdadeiros templos religiosos: a ciência é a religião. Não mais as vãs manifestações culturais de outrora. Ao visitar a BPP, regozijo-me; vejo nela um fecundo sinal do espírito novo (Júlio de Castilhos, 16 de maio de 1883. Do livro de visitas da BPP).

Os primeiros dias do ano de 1875 registraram a discussão em torno da criação de uma Biblioteca em Pelotas. O jornal *Correio Mercantil*, que iniciou sua publicação neste mesmo ano, dedicou longos espaços a tal discussão. Seu proprietário, o maçom Antonio Joaquim Dias, seria mais tarde um dos fundadores da Biblioteca Pública Pelotense. Homem de idéias "avançadas" para a época, era abolicionista e republicano e foi responsável por muitas iniciativas na cidade de Pelotas. Usava seus jornais - foi proprietário do *Jornal do Comércio* até 1872 e depois do *Correio Mercantil* - na divulgação das suas idéias e princípios. É por isso que o *Correio Mercantil* foi o espaço privilegiado na divulgação dos objetivos de fundar uma Biblioteca Pública²⁹.

²⁹Antonio Joaquim Dias, o "benemérito" da Biblioteca, era também uma personalidade polêmica na sociedade pelotense. Constantemente envolvido em atritos, discussões, brigas, em 1875 envolveu-se na chamada "Questão religiosa". Seu jornal, o *Correio Mercantil*, publicou, ao longo do ano, vários artigos atacando a Igreja Católica e os jesuítas. Em 1890, foi protagonista de mais uma polêmica: foi acusado de trazer ao Brasil, vindo do Uruguai, dinheiro falso (*A Pátria*, 12 e 13/03/1890). Outras questões menores

Os jornais da época, especialmente o de Antonio J. Dias, caracterizavam sempre a cidade de Pelotas como a *vanguarda do progresso material rio-grandense* (Correio Mercantil, 03/01/1875), e argumentavam que o progresso material deveria vir acompanhado do progresso da instrução; nas palavras do jornalista Antonio Joaquim Dias, *a instrução do povo é a primeira garantia do aperfeiçoamento social e a base indispensável a sua tranqüilidade. Sem instrução não há progresso, nem civilização, nem liberdade possível* (Correio Mercantil, 03/01/1875). Todas as manifestações sobre a idéia de fundar uma Biblioteca eram, reiteradamente, apresentadas sob o mesmo argumento: a necessidade de o desenvolvimento intelectual de a cidade acompanhar o seu intenso crescimento material.

Os artigos do jornal freqüentemente comparavam Pelotas às cidades de Porto Alegre e Rio Grande, e a necessidade da criação de uma Biblioteca ao fato de Porto Alegre possuir, além da Biblioteca, sociedades literárias, onde o destaque era a Sociedade Partenon Literário. Rio Grande era citada também porque possuía um Gabinete de Leitura e uma sociedade literária.

Aberta a discussão sobre a criação de uma Biblioteca, o início do ano de 1875 registrou ainda a polêmica em torno da clientela a quem deveria ser destinada a futura instituição. Um cidadão, que se identificou apenas com a inicial B., manifestou-se no sentido de que deveria ser criada uma Biblioteca para senhoras e para meninos. Foi explícito no seu artigo em 08/01/1875:

(...) Quero chegar à necessidade de uma Biblioteca para senhoras, onde elas possam ler alguma coisa profícua, a sua felicidade doméstica, a sublime aspiração do sexo formoso; onde possam ler o Aimé-Martin, o Paul Jeannet, o Gasparin, o Garret e tanta coisa que os autores ilustres e mulheres instruídas tem escrito sobre a educação.

Uma biblioteca para meninos, uma biblioteca para as mulheres, parece-me coisa muito mais útil do que uma casa de livros onde os homens só irão nos poucos momentos que lhes sobram de seus afazeres.

A resposta veio no mesmo dia no jornal, na pessoa de Frederico Sattamini - indicado depois para ser o bibliotecário da BPP - que discordou da posição de criar uma Biblioteca para senhoras e meninos. Sattamini propunha uma Biblioteca para *todas as classes sociais, idades e sexo*. Argumentava que era absolutamente indispensável à população pelotense uma Biblioteca onde *não haja seleção de idades ou sexos, (...) onde se estude livremente, sem restrições, nem privilégios* (Correio Mercantil, 03/01/1875).

envolveram o jornalista como algumas brigas com membros da diretoria da Biblioteca e com membros da sociedade literária "Culto às Letras" que iniciou suas atividades junto à Biblioteca.

As mulheres foram alvos de uma discussão sobre a possibilidade ou não de freqüentarem a Biblioteca e, ao que tudo indica, não participaram, não opinaram, não se manifestaram - ao menos publicamente - sobre o assunto. Também neste episódio os homens entenderam como seu o papel de discutir os "destinos" femininos. Na continuação da polêmica sobre ser a Biblioteca destinada às mulheres e aos meninos (entenda-se crianças), ou a todos os indivíduos indistintamente, o cidadão B. defende sua idéia da Biblioteca para as mulheres com as seguintes palavras:

Não quero ver as donas de casa deixando os sagrados e doces deveres de seu lar para freqüentarem as Bibliotecas. Seria atentar contra esta excelente afinidade que existe dentro de nossas casas, no seio de nossa família.

O que eu desejo é que este seja mais um meio das moças instruírem-se, para *quando forem donas de casa não precisarem mais de ir à biblioteca* (Correio Mercantil, 16/01/1875) (Grifos meus).

Estas palavras são reveladoras de como se constituía a realidade de Pelotas. Primeiro, fica claro, pela matéria, que havia uma distinção entre o que era aceitável para uma "moça solteira" e para as "donas de casa", ou seja, as mulheres casadas. A instrução e a "ilustração" para as mulheres eram admitidas, mas preferencialmente enquanto não fossem esposas, mães e donas de casa. São perceptíveis, também, as idéias de segregar as mulheres em espaços específicos e de sua proximidade com o mundo infantil. Além do que, ao longo dos artigos que envolveram tal polêmica, é notável a valorização da instrução feminina como forma de "qualificar" o espaço doméstico e a educação dos filhos. Transparecem também, nas matérias do jornal Correio Mercantil, a superioridade masculina e o casamento como a alternativa para as mulheres. Num artigo, alguns dias depois, o interlocutor B. argumentava que *as moças não querem conservar-se abaixo do nível à que tende a subir o sexo a que elas têm de viver ligadas* (Correio Mercantil 20/01/1875). A instrução das mulheres estava, de alguma forma, atrelada a sua condição de "companheiras" do gênero masculino. Em função desta condição, de mãe e de esposa, a instrução se justificava.

A ampla discussão veiculada no jornal Correio Mercantil sobre uma Biblioteca para as mulheres e para as crianças é apenas um exemplo das controvérsias que havia nas propostas de criação da instituição. Também demonstra, de certa forma, algumas idéias que circulavam entre a intelectualidade pelotense. Mas a maior, mais polêmica e mais longa discussão foi em relação à responsabilidade dos poderes públicos na fundação da instituição. O Correio Mercantil insistiu, durante todo o ano de 1875, no compromisso que a Câmara Municipal tinha com a instrução do povo pelotense e, portanto, com a responsabilidade de fundar uma Biblioteca Pública.

A indignação com o descaso da Câmara Municipal no trato da questão e o apelo para que fosse tomada a iniciativa da criação da Biblioteca foram assim manifestados:

(...) Esperávamos que a ilustríssima Câmara Municipal empregasse seu prestígio e importância oficial no sentido de fundar-se uma Biblioteca Pública nesta cidade. Triste desengano! Esgotaram-se as suas leis ordinárias em trabalhos de expediente e a criação desse útil estabelecimento ficou, talvez preterida para mais tarde. Pouco importa, "há males que vem para bem" (...) (Correio Mercantil 20/01/1875).

Seguia a notícia argumentando longamente que a criação da Biblioteca tornar-se-ia realidade porque muitos cidadãos, *de reconhecida influência, de incontestável mérito intelectual, dedicados obreiros do progresso*, estavam empenhados na efetivação de tal iniciativa.

No dia 12/03/1875 novamente o jornal apelou à colaboração dos poderes públicos na criação da Biblioteca. Desta vez dirigiu-se à Assembléia Provincial. Num longo artigo sobre a necessidade da educação do povo para assim alcançar o progresso, a civilização, a moralização, o amor ao trabalho, o respeito à lei, a obediência aos poderes constituídos, afirmava:

(...) Invocamos o patriotismo dos ilustres deputados da Assembléia Provincial. Em nome do povo pedimo-lhes um auxílio qualquer, insignificante que seja, muito insignificante mesmo, para a fundação de uma Biblioteca Pública nesta cidade (...) (Correio Mercantil, 12/03/1875).

Ao que tudo indica o apelo não obteve resposta e assim em meados de outubro o teor das notícias mudou. Tanto o jornal Correio Mercantil como o Jornal do Comércio começaram estimular a idéia de fundar uma Biblioteca Pública, nesse momento não mais apelando aos poderes públicos, como fizeram ao longo do ano, mas estimulando a iniciativa privada para que concretizasse a idéia. *A mocidade, vinculada pela união, é forte, cumpre-lhe, pois meter ombros ao grande cometimento*, escreveu o Jornal do Comércio em 09/11/1875.

A omissão dos poderes públicos, incessantemente chamados a encampar a idéia de fundar a Biblioteca Pelotense, impulsionou um grupo de homens, articulados pela imprensa, a organizar a primeira reunião para a fundação da instituição. Sem dúvida, a imprensa local teve um papel importante na concretização da idéia. O Diário de Pelotas, no dia previsto para a reunião, 14/11/1875, publicou uma matéria incentivando a iniciativa e demonstrando a necessidade de uma Biblioteca Pública para a cidade de Pelotas, em função do seu intenso desenvolvimento material. Nas palavras do jornal:

Pelotas, a mais importante cidade do sul da Província, a localidade que no transcurso dos últimos dez anos mais tem prosperado e se engrandecido, estava em dívida, tinha em aberto um compromisso solene com a civilização.

Quando seu comércio elevava-se, quando as edificações surgiam e a indústria erguia-se potente no crisol da felicidade pública, a inteligência sentiria cortados seus meios de ação e carecia de um agente robusto e poderoso, de uma arena ampla e franca onde pudesse devidamente expandir-se e abrir novas raias aos escopos que nascem dos divinos corolários do talento.

Felizmente aos *obreiros do progresso e do futuro* pesou tão grande falta, reconheceram afinal essa verdadeira incoerência moral e unindo-se as aspirações e vontades de muitos, deve fundar-se hoje uma Biblioteca Pública, cuja falta era por demais sensível e sem dúvida estranhável num centro populoso como o nosso (Diário de Pelotas, 14/11/1875) (Grifos meus).

Assim é que no dia 14 de novembro de 1875 um grupo de cidadãos pelotenses reuniu-se, às 14 horas, nos salões da sociedade bailante *Terpsychore*, para concretizar a idéia da criação da Biblioteca. Os jornais registram que a reunião contou com a participação de 45 **homens**. Os Anais da Biblioteca Pública, de 1905, ao referirem-se ao ato de sua fundação, registram que:

(...) a semente estava lançada em solo fecundo - a sociedade pelotense.

E não se demorou a germinar.

Se os poderes públicos não corresponderam ao apelo de Antonio Joaquim Dias, o patriotismo e a boa vontade de um pugilo *de homens* intelectuais, de fortuna, de prestígio e influência política, revelaram-se como por encanto (Grifo meu).

A iniciativa deste *pugilo de homens* foi comemorada, também, pela imprensa da capital da Província. Elogiando o emprego do capital econômico particular em obras públicas, que reverteram em melhoramentos para a cidade de Pelotas, o jornal O Rio-grandense, de Porto Alegre, publicou:

Pelotas não é só a cidade mais importante do sul, mas também em toda a província a que mais esforço faz para o seu progresso, sem esperar tudo do governo.

Pelotas quis abrir a barra do São Gonçalo e seus capitalistas adiantaram o dinheiro; Pelotas quis possuir um encanamento hidráulico e as ações foram tomadas por seus habitantes; Pelotas quis ter cais no porto e bondes em suas ruas, e as ações da empresa foram ali mesmo colocadas; agora quer possuir uma Biblioteca Pública, e os *homens amantes do progresso* reúnem-se e criam esse instituto. (...) É que Pelotas tem uma vantagem.

Por incandescente que seja a luta política, sempre que se trate de interesses ou do progresso da localidade desaparecem todas as dissenções e em tais cometimentos todos se constituem companheiros (O Rio-grandense, Porto Alegre, 01/12/1875) (Grifo meu).

Algumas desavenças, desentendimentos e brigas internas na BPP, ao longo do tempo, demonstram que nem sempre o interesse da cidade, como afirma o jornal O Rio-grandense, esteve acima das diferenças políticas e ideológicas.

O projeto de fundação da Biblioteca Pública, em 1875, enfrentou resistências de alguns segmentos da sociedade pelotense. Foi o caso da campanha do Echo do Sul, jornal do Partido Conservador, que no mês de dezembro daquele mesmo ano publicou algumas matérias manifestando idéias contrárias à instalação da Biblioteca.

O jornal Diário de Pelotas refere-se, em 1879, *a muita gente que olha com indiferença para as causas que nobilitam as gerações, e a BPP tem nessa indiferença um triste exemplo (...)* (23/11/1879). Há, portanto, referências nos jornais locais que revelam que a fundação da Biblioteca não contou com o apoio de toda a elite pelotense³⁰.

Mesmo considerando as oposições enfrentadas na ocasião de sua fundação, é surpreendente como a concretização da Biblioteca tomou vulto logo após a primeira reunião do dia 14/11/1875. Doações de livros - 299 só no dia da primeira reunião -, de materiais, de dinheiro, do salão onde iria funcionar provisoriamente a Biblioteca - andar térreo da casa de João Simões Lopes, o Barão da Graça, cedido gratuitamente por tempo indeterminado -, foram registradas. Em favor da BPP realizaram-se espetáculos musicais, quermesses e até um concorrido espetáculo de circo. Dois dias depois do ato de fundação - dia 16/11/1875 - a imprensa local começou a divulgar o espetáculo do Circo Universal que se realizaria no dia 02 de dezembro e cuja renda reverteria em benefício da Biblioteca. Ao que tudo indica o acontecimento foi bastante significativo. Além dos artistas do circo e das atrações normais, o espetáculo contou com a participação de cinco bandas musicais pelotenses o que, segundo o Correio Mercantil, foi coisa jamais vista na cidade. O mesmo jornal se ocupou em descrever detalhadamente, no dia 04/12/1875, o resultado do espetáculo:

(...) Nas cadeiras e arquibancadas não havia mais um só lugar disponível e imensas pessoas tiveram de ficar em pé ou muito mal acomodadas. (...)

³⁰Há vários exemplos nos jornais pelotenses onde, sutilmente, aparecem referências a essas resistências. Veja-se o caso do Correio Mercantil ao publicar um relatório de maio de 1878: "Se, a Biblioteca Pública da cidade de Pelotas tem feito jus à admiração *dos que a julgavam uma criação efêmera - mero passatempo de alguns ociosos* - pelo simples fato de ser um depósito de livros (segundo a origem da palavra), à disposição de todos quantos queiram ou desejem procurar cultivo ao espírito, independente de mestre, como estabelecimento de ensino, como escola, tem ela granjeado as simpatias, o respeito, a benemerência de toda a população" (18/06/1878) (Grifos meus).

A companhia do Sr. Albano Pereira, apresentou-se em grande uniforme, formando duas alas no centro do circo. A entrada dessa, as cinco bandas de música, estavam colocadas nas arquibancadas, executaram o hino nacional, no fim do qual o Sr. Albano e alguns cidadãos deram vivas à nação brasileira, ao Sr. D. Pedro II e a família imperial.

(...) O Sr. Albano Pereira recebeu uma faixa azul, com franja de ouro e este dístico ao centro - A Biblioteca Pública agradecida -, (...) o Sr. Dr. Arruda (...) agradeceu em palavras repassadas de gratidão ao importante serviço que aquele distinto cavalheiro vinha prestar à Biblioteca Pública.

Começou depois o divertimento(...).

A notícia relatou ainda que no final do espetáculo uma comissão da Biblioteca e as bandas musicais, juntamente com *imenso povo*, acompanharam o proprietário do circo até sua residência onde houve mais discursos e *entusiásticos vivas*. O espetáculo rendeu à Biblioteca o valor de oitocentos e quarenta e oito mil e quinhentos réis e foi, sem dúvida, a atividade que mais ganhou destaque na imprensa, talvez pelo seu caráter festivo.

É nesse processo de doações, festas e contribuições que a BPP conseguiu recursos para construir seu prédio próprio. Bazar de Prendas, quermesses, Exposições de Artes, edições de livros, foram as formas de viabilizar essa tarefa. Os Anais da BPP revelam que após 1885, quando concluída as obras do prédio próprio, foram necessários novos mobiliários e materiais diversos. A Biblioteca não contava com mais nenhum recurso. Então o bibliotecário - Francisco de Paula Pires - solicitou licença à diretoria para editar o romance "Vênus ou o Dinheiro", de Paulo Marques, cujo produto seria aplicado na compra de estantes. A prática de edição de livros tornou-se uma forma comum de angariar fundos para a BPP. Intelectuais, poetas e professores estavam envolvidos no trabalho de reeditar obras consideradas importantes e marcantes, especialmente de autores rio-grandenses. Foi uma forma de articular o interesse de arrecadar dinheiro para manter a Biblioteca com o de divulgar a literatura e a poesia.

A essa altura, percebendo como a Biblioteca tomou vulto desde sua fundação e instalação até a organização e a construção do prédio próprio, é necessário ampliar o olhar e analisar quem foram, efetiva e concretamente, os sujeitos envolvidos no projeto de fundar e manter a Biblioteca Pública e com que objetivos ela foi criada. Uma primeira resposta, talvez ainda genérica e vaga, sobre quem esteve à frente da fundação da Biblioteca, é possível apresentar: um grupo de homens da elite pelotense, a quem os periódicos locais denominavam de *os obreiros do progresso*. Dos 45 *obreiros do progresso* que compareceram à reunião do dia 14/11/1875, na sociedade bailante Terpsychore, alguns deles se destacaram pela atuação direta ou indireta junto à Biblioteca Pública. Destes homens, 17 vieram a compor a primeira diretoria - inicialmente provisória e no início de 1876, eleita. De que homens, afinal, estamos falando? Quem eram e o que faziam?

Entre eles estavam alguns jornalistas conhecidos e influentes, proprietários de grandes jornais de circulação diária na cidade. Antonio Joaquim Dias, do Correio Mercantil, foi quem mais se envolveu na proposição de fundar a BPP. Usando diariamente as colunas de seu jornal ou abrindo espaço para que outros interlocutores se manifestassem a respeito, Antonio Joaquim Dias apelava incessantemente para os poderes públicos e a população no sentido de concretizar a idéia. Outros jornalistas foram Ernesto Gernsgrors, do Diário de Pelotas, e Arthur de Lara Ulrich, dono do Jornal do Comércio. Estes jornais foram importantes e tiveram uma ampla circulação em Pelotas. Assim é possível atribuir, em parte, à imprensa pelotense - na pessoa de alguns donos de jornais- o trabalho da fundação da BPP.

Além dos jornalistas havia políticos, comerciantes, charqueadores, intelectuais - principalmente poetas e professores -, que participaram como membros atuantes da Biblioteca nos primeiros anos de seu funcionamento. Muitos deles concentravam uma ou mais dessas atividades. Era o caso de João Simões Lopes, o Barão da Graça. Um dos maiores charqueadores de Pelotas, seu poder advinha, portanto, da sua condição econômica. Destacou-se, também, todavia, como chefe local do Partido Conservador, atuando como deputado provincial. Embora não tenha participado diretamente da diretoria da Biblioteca seu auxílio, cedendo o espaço físico onde funcionou o estabelecimento nos primeiros anos, até mudar-se para o prédio próprio, e sua ajuda financeira com quantias significativas para manutenção das atividades da instituição, fizeram com que seu nome marcasse a fundação da BPP.

Outro personagem que marcou essa história foi Saturnino Epaminondas de Arruda que, eleito primeiro presidente da Biblioteca, ficou no cargo durante sete anos. Era advogado e professor, além de deputado provincial em duas legislaturas pelo Partido Liberal; portanto, um dos chefes político-partidários da cidade. Homem de influência junto ao Governo Provincial e Municipal, chegou a exercer, por um curto espaço de tempo, a Inspeção Geral da Instrução na Província. Trabalhou pela fundação, instalação e manutenção da Biblioteca inclusive apresentando à Assembléia Provincial um projeto, em 1876, que concedia o valor de meia loteria para subsidiar a instituição.

A vice-presidência da BPP foi ocupada, em 1876, por Joaquim Augusto de Assumpção, próspero comerciante do charque, advogado e futuro intendente de Pelotas. Outro nome que pode ser mencionado é o de Piratinino de Almeida; lembrado sempre pela sua participação na divulgação dos ideais republicanos e abolicionistas, era advogado e foi um dos fundadores e presidente do Clube Abolicionista pelotense.

Outros homens ainda, membros da primeira diretoria e portanto ligados à criação da Biblioteca, foram os professores - alguns deles intelectuais respeitados

na cidade - Joaquim Ignácio Arnizaut Furtado, professor de francês, Anacleto da Costa Barcellos, Francisco de Paula I. Ourique, Carlos André Laquentini.

Esta é uma amostra que, para além de registrar nomes ou enaltecer personagens, aponta claramente quem foram alguns dos fundadores da BPP e que com ela projetaram e levaram a efeito, em 1877, a criação dos cursos noturnos masculinos de instrução primária. Esses "homens da Biblioteca" eram uma parcela da elite pelotense que pelas suas atividades -políticos, charqueadores, intelectuais, jornalistas - tinham uma influência significativa na cidade em todos os setores.

Não houve, obviamente, sempre coesão e acordo entre esses homens. Os primeiros anos de funcionamento da Biblioteca não foram marcados apenas pelo desprendimento dos seus integrantes, nem foi a instituição cercada do caráter festivo e harmonioso que aparentava. A Biblioteca foi palco também de algumas disputas e desentendimentos - embora registrados de forma mais limitada e relativizada na imprensa -, em que estiveram envolvidos alguns membros das diretorias em diversos anos. Estas disputas de poderes são indícios de que não havia, certamente, homogeneidade entre as elites. Cada grupo ou indivíduo tinha interesses próprios, específicos. Convém perguntar então: qual o interesse, afinal, dos homens da elite, em participar, dando apoio "moral" (emprestando seu nome), ou financeiro, à fundação da BPP?

Pode parecer pouco, mas a Biblioteca era uma instituição que logo alcançou projeção, mesmo fora dos limites da cidade, como um dos estabelecimentos de instrução mais importantes. Participar das atividades da Biblioteca - fosse como professor, conferencista, assistente, benemérito -, fazer parte da diretoria, ter de alguma forma o nome ligado à instituição, era possuir "status" na sociedade. Em uma cidade que vivia um verdadeiro "culto às coisas do espírito", valorizando amplamente as letras e as artes, onde as pessoas valiam pela quantidade de bens materiais que conseguiam acumular e valiam mais ainda se, a isto, associassem bens simbólicos, como instrução e erudição, participar da fundação da BPP - *santuário das letras, templo de luz* - era alcançar a projeção máxima no campo intelectual. Só era verdadeiramente um *homem* completo aquele que aliasse o sucesso econômico e as atividades do *espírito*.

É preciso considerar também que havia alguns políticos envolvidos na criação da Biblioteca; para eles uma atividade benemérita, aparentemente sem retribuições (principalmente por que era uma atividade sem retorno econômico direto), que lutava pela causa da instrução popular, poderia reverter em ganho político: alguns votos a mais e possivelmente uma reeleição. Havia também aqueles que viam na Biblioteca, juntamente com outras instituições, o avanço e o progresso da cidade, para que ela se tornasse efetivamente a cidade mais importante da Província, uma vez que a projeção econômica estava garantida com a indústria do charque. Como afirmava o Correio Mercantil de 14/11/1897, ao referir-se ao aniversário da Biblioteca: *só é verdadeiramente adiantada uma cidade que afirma*

sua dedicação às letras. Por último havia, possivelmente, entre este grupo aqueles que acreditavam no projeto, ou seja, os "idealistas", que viam na Biblioteca o espaço necessário para a instrução de alguns segmentos sociais. Deve-se considerar ainda a influência dos ideais positivistas e da maçonaria na criação da BPP, já que alguns destes "homens da Biblioteca" estavam ligados, no caso da maçonaria, ou eram adeptos, no caso do positivismo, a estes ideais. Sobre o positivismo é importante ressaltar que foi a partir da década de 70 do século XIX que ocorreu no Brasil, e muito especialmente no Rio Grande do Sul, "a introdução de conceitos vinculados à concepção positivista de pensar, principalmente aqueles vinculados à liberdade de ensino" (Tambara, 1995). Estes ideais impulsionaram uma série de medidas no campo educacional, tanto em reformas e legislações neles baseadas, quanto em medidas práticas como na criação de escolas, de estabelecimentos de ensino superior e de associações literárias, já que a premissa básica deste ideal era "ensina quem quiser, onde quiser e como puder" (Tambara, op.cit.). No caso da maçonaria, que teve em Pelotas terreno fértil onde suas idéias se propagaram³¹, a influência veio de pessoas como Saturnino Epaminondas de Arruda e Antonio Joaquim Dias, maçons ligados à Loja União e Concórdia (Correio Mercantil, 1875).

Outros trabalhos, que especulem mais detalhadamente a influência dos ideais positivistas e da maçonaria na criação da BPP, são necessários. Este estudo não teve tal objetivo; é possível dizer, porém, que a fundação da Biblioteca e dos cursos noturnos não se explica por si só. Tiveram lugar num momento histórico em que se propagavam ideais dessa natureza, articulados - e influenciando diretamente - às idéias republicanas e abolicionistas. Pode-se dizer que o projeto da Biblioteca esteve dentro de um "novo espírito cultural" (Tambara, op.cit.) que o Rio Grande do Sul viveu neste período, e muito especialmente Pelotas. Foi em função deste "novo espírito cultural" que a BPP teve também o caráter de associação literária - lá aconteciam conferências públicas, defesas de "teses" sobre os mais variados temas, funcionavam clubes e sociedades literárias; de escola - além dos cursos noturnos, funcionou na instituição também a escola de Artes e Ofícios criada em 1917 e a escola do Comércio; e de clube recreativo e científico - era local de saraus e festas além de espaço propagador das idéias republicanas e abolicionistas.

Em relação às desavenças dos "homens da Biblioteca", dois episódios, entre alguns selecionados dos periódicos, ilustram as disputas e os desentendimentos entre o grupo de homens da elite, que participava de forma direta

³¹Tambara (1991) analisa a influência da maçonaria no sistema educacional gaúcho e especificamente pelotense, onde constatou que no início do século a maçonaria ocupou espaço no setor educacional de Pelotas que culminou com a criação de um dos mais importantes colégios da cidade, o Ginásio Pelotense.

nas atividades da instituição. Um deles, em 1876, envolveu Arthur de Lara Ulrich e demais membros da diretoria. A desavença aconteceu em razão de que alguns membros da diretoria organizaram uma festa para Saturnino Epaminondas de Arruda que, como deputado provincial - e presidente da Biblioteca -, apresentou a emenda que concedeu a BPP o valor de meia loteria da Província. Arthur de Lara Ulrich - dono do Jornal do Comércio - considerou a festa injusta para com os demais parlamentares pelotenses (Fernando Luiz Osório, Joaquim José Afonso Alves, Francisco Antunes Maciel, José Brusque e José Vieira da Cunha) que, segundo aquele, também trabalharam pela causa. Arthur de Lara Ulrich não só usou seu jornal para protestar como organizou outra festa para homenagear os demais parlamentares pelo esforço, junto à Assembléia Provincial, no sentido de garantir a aprovação da emenda. Por não ser o objetivo principal deste trabalho, não aprofundei o episódio, mas certamente, questões políticas desencadearam esse desentendimento, que teve a favor de Saturnino E. de Arruda a defesa do Correio Mercantil, através das matérias de Antonio Joaquim Dias.

Em 1879 foi o próprio Antonio Joaquim Dias que se envolveu em um desacerto na BPP. Pretendendo eleger-se presidente do estabelecimento, propôs em uma reunião anterior à eleição o nome de 45 novos sócios. Isto, com certeza, garantiria o cargo que almejava. Um grupo da diretoria, porém, denominado "grupo dos oito", impediu a entrada desses novos sócios e apresentou uma chapa para concorrer à eleição; esta saiu vitoriosa, derrotando Antonio Joaquim Dias. O dono do jornal Correio Mercantil rompeu com o "grupo dos oito" e ficou pelo menos dois anos afastado das atividades da Biblioteca. Nesse período, entre 1879 e início de 1881, o Correio Mercantil praticamente excluiu das suas páginas qualquer notícia sobre a Biblioteca.

Os episódios brevemente narrados são uma mostra das divergências entre os homens da elite pelotense, inscritas numa sociedade que, se era marcada pelos conflitos interclasses, era igualmente marcada por divergências intraclasses. A elite não era homogênea, conforme afirmei, e a heterogeneidade da sua composição e de seus interesses está expressa nos desacordos dos quais a Biblioteca foi palco. Assim, as idéias veiculadas nos periódicos locais e de toda a Província, de que os interesses e o progresso da cidade de Pelotas estavam sempre acima dos interesses pessoais e das lutas políticas, nem sempre condiziam com a realidade. Projeção pessoal, prestígio, interesses políticos, foram também alvos de alguns homens da elite pelotense que participaram da fundação e dos primeiros anos de funcionamento da BPP.

Outra consideração a ser feita é a de que a euforia percebida no início das atividades da Biblioteca logo foi substituída por dificuldades e queixas com o descaso em relação ao estabelecimento. Ao completar sete anos em 1882, coincidentemente ou não, logo após Saturnino Epaminondas de Arruda deixar o

cargo de diretor, começaram as primeiras manifestações em relação à indiferença pela BPP. Em 04/04/1882 o Correio Mercantil observa que:

Por falta de número legal, não se realizou a sessão de posse da nova diretoria daquela instituição. Compareceram apenas 10 pessoas. Sentimos a grande indiferença que começa a observar para com a Biblioteca Pública.

Em anos seguintes e também em outros jornais a realidade do descaso e da indiferença com os rumos da BPP estão registrados:

A BPP já realizou a eleição da diretoria que deve funcionar este ano.

O número de sócios presentes a Assembléia Geral demonstrou que a indiferença continua a manifestar-se por aquele tão útil estabelecimento. Quatorze pessoas formando uma Assembléia Geral que elegeu 17 membros.

Nem ao menos um voto para cada um... (O Pervirgil, 04/03/1883).

Para concluir, merecem algumas considerações os objetivos com que a BPP foi criada, em 1875. Nas palavras dos periódicos pelotenses a Biblioteca era um espaço propiciador *da luz do espírito, do alimento da alma, da instrução*, fonte inesgotável do progresso e da ordem pública. Desde a segunda metade do século XIX a prática de criar instituições caritativas e assistenciais, por meio do emprego do dinheiro particular, fazia parte da realidade da elite pelotense. É revelador disto a criação de hospitais como a Santa Casa de Misericórdia e a Sociedade de Beneficência Portuguesa, e de Asilos para órfãos e para mendigos. Cuidar do corpo da população pobre da cidade não foi considerado suficiente. Era necessário ainda mais. Era preciso *uma instituição de caridade espiritual* (Correio Mercantil, 07/10/1876). A Biblioteca atingia uma parcela da população que não era absorvida pelos asilos (onde iam órfãos e mendigos) e nem pelos hospitais (instituições que abrigavam pobres, loucos e doentes). Através de atividades como os cursos noturnos a Biblioteca atingiria a população trabalhadora e os futuros trabalhadores, ou seja, meninos, rapazes e homens das classes populares que viviam com a própria família ou com outra família na condição de trabalhadores domésticos ou aprendizes de ofício. Uma matéria sobre a BPP, de 1894, revela a relação estabelecida entre a "caridade corporal e espiritual". Nas palavras do jornal:

Dá-se agasalho a crianças desvalidas, pobres crianças despojadas do aconchego doméstico; distribuem-se esmolas a viúvas sem arrimo, recolhem-se mendigos vexados pela nudez, acometidos pela fome; entregam-se à ciência médica, a cuidados proveitosos, enfermos desprotegidos.

Bela prática! Mas não é tudo: cuidar-se das desgraças corporais, esquecer-se do desenvolvimento dos cérebros - pela instrução - não é atender-se à dualidade do organismo humano, auxiliar-se o elemento locomotor, olvidar o elemento diretivo - a inteligência - é agir pela metade.

Assim sendo, os pelotenses, tendo à frente precursores do quilate de Antonio Joaquim Dias - a personificação do trabalho profícuo -, Visconde da Graça - o altruísmo, a generosidade infatigáveis - ambos secundados por propugnadores notáveis, orgulhosamente vê ostentar-se, na sua formosa cidade um edifício que guarda o Livro - antídoto poderoso contra o estado funesto da ignorância, receptáculo de germes civilizadores (Correio Mercantil, 08/05/1894).

É preciso considerar também, conforme afirmei anteriormente, que havia três formas de controlar e disciplinar as classes populares que viviam no espaço urbano: através da repressão - exercida pela polícia na rua, nos cortiços, nas casas, nos espaços públicos -, da segregação - confinando os segmentos mais pobres da população em asilos e hospitais - e da educação aliada ao trabalho. As aulas da BPP, previstas desde o primeiro Regulamento de 1875 (Anexo 1), foram um dos espaços usados na tentativa de adaptar os homens e meninos das classes populares a um modelo de vida e de sociedade considerado "correto" pela elite.

"O PÃO ESPIRITUAL": OS CURSOS NOTURNOS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE

Sendo o principal objetivo da Biblioteca, a disseminação da instrução pública pelas classes desfavorecidas da sociedade, a diretoria espera que seu oferecimento tenha geral aceitação *por parte dos que necessitam do pão espiritual* (A Discussão, 30/03/1881) (Grifo meu).

(...) Pedimos à classe pobre desta cidade, aos chefes de família desfavorecidos da fortuna, que mandem seus filhos aos cursos noturnos, que os mandem *procurar nas lições dos mestres o cultivo do espírito* (Diário de Pelotas, 23/11/1879) (Grifo meu).

3.1. Os cursos noturnos no contexto da educação brasileira

Para entender a criação dos cursos noturnos masculinos de instrução primária da BPP parece interessante conhecer o movimento educacional em nível nacional, ou seja, alguns dos discursos pedagógicos e das iniciativas no campo da instrução, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Ao conhecer esta realidade é possível perceber que o discurso pedagógico da fração da elite pelotense que esteve à frente das aulas noturnas da Biblioteca estava em consonância com as idéias educacionais vigentes no país.

A matéria publicada no jornal Correio Mercantil, em 1884, sintetiza de forma precisa o papel atribuído à instrução e ao trabalho - intimamente relacionados - na virada do século:

A instrução como o trabalho obrigatório são necessidades urgentes, medidas indispensáveis entre os povos que procuram atingir ao progresso e à civilização.

Sem instrução, sem trabalho, não há ninguém bom nem útil.

Pune-se o assassinato, pune-se o roubo, pune-se tudo quanto é prejudicial à comunidade social.

Pois porque não se há de punir o vagabundo e o ignorante?

Por outra: porque a lei, abrangendo todos os delitos não há de abranger a ignorância e a ociosidade?

Sim, porque a ignorância é um delito, a vadição é outro ainda maior, e cada qual das mais fatais conseqüências para a sociedade.

O ignorante e o vadio são dois elementos destruidores do progresso e da civilização.

Obriga-los ao trabalho e ao estudo é promover o bem estar e o engrandecimento dos povos (Correio Mercantil, 17/09/1884).

Associada ao crime, ao roubo, ao delito, a falta de instrução e de trabalho - realidade de muitos indivíduos das classes populares em função da própria organização social e econômica - era apontada como um dos maiores problemas para o progresso e para a civilização das sociedades. Os *ignorantes* e os *vadios* eram comparados aos criminosos e aos ladrões, todos merecedores de punição severa. Rago (op.cit.) argumenta que no discurso moralista, político, econômico, filantrópico (e acrescento, educacional) da virada do século, a ignorância, a pobreza, a criminalidade e as doenças como alcoolismo, sífilis, tuberculose, eram tratadas como moléstias da mesma ordem, "focos infecciosos que atuam e se alastram no interior do corpo social, provocando sua decomposição e degenerescência" (p.133).

Este discurso era dirigido às classes populares e, ao estabelecer a relação entre falta de instrução e de trabalho com o mundo do crime e do delito, tinha como objetivo normatizar a vida destes indivíduos. Bom cidadão, honrado, honesto, correto, era aquele que, *cultivando o espírito* através da instrução e dedicando-se arduamente ao trabalho, estava longe da realidade perversa da *criminalidade* e das *doenças*. É preciso considerar que a realidade brasileira passava por profundas transformações naquele momento: fim da escravidão, mudança no regime político, ascensão da lavoura cafeeira, ingresso de grandes contingentes de imigrantes no país, introdução de ideais positivistas entre a intelectualidade brasileira. Eram, portanto, mudanças políticas, econômicas e culturais.

Assim, a educação no Brasil do final do século XIX e início do século XX apresentou algumas particularidades que devem ser consideradas. É o discurso da civilidade, da moralidade, da liberdade, do progresso, da modernidade, da formação da nacionalidade brasileira, da positividade do trabalho. É neste contexto, e para atender estes objetivos, que os cursos noturnos para jovens e adultos foram projetados e se expandiram em todo o país. A gênese das escolas noturnas de instrução primária está, portanto, intimamente relacionada com as transformações que se processaram na realidade brasileira do século passado.

É possível afirmar que poucos autores da História da Educação brasileira se dedicaram ao estudo e à análise dos cursos noturnos de instrução primária. Vanilda Paiva (1987) ocupa-se rapidamente do tema ao estudar a educação popular e a educação de adultos no Brasil, embora sua preocupação central tenha sido o ensino elementar de modo geral e o resgate de experiências no campo da educação popular. Também considero a explicação de Paiva para o surgimento das escolas noturnas insuficiente. A autora relaciona o surgimento dessas escolas à discussão da reforma eleitoral, conhecida como Lei Saraiva, de 1881, que previa a exclusão dos analfabetos do direito ao voto. A exigência de que os eleitores soubessem ler e escrever teria provocado, segundo Paiva, um processo de valorização no domínio da leitura e da escrita. Acredito que essa é parte da explicação, porém não é suficiente, pois o avanço das escolas noturnas não está relacionado apenas à questão eleitoral. Há outros elementos que, articulados, contribuíram para o avanço destas escolas.

Ana Maria A. Freire (1989), ao abordar o problema do analfabetismo entre 1534 e 1930, dedica um capítulo à educação no período de transição entre o modo de produção escravista para o capitalismo dependente (1850-1930), onde analisa aspectos do Decreto Leônicio de Carvalho, de 1878, que criou os cursos noturnos no município da Corte. A análise é bastante restrita uma vez que a autora se propõe apenas discutir o Decreto sem pormenorizar o significado e os objetivos da criação de aulas noturnas. Freire conclui que a legislação, elaborada dentro de preocupações liberais, impunha dificuldades, em função das normas disciplinares e dos esquemas rigorosos de punições e recompensas, em lugar de facilitar a alfabetização dos jovens e adultos. A autora denomina o Decreto de criação das escolas noturnas de "gincana de obstáculos".

Celso Rui Beisiegel (1974), ao realizar seu estudo sobre *Estado e Educação Popular*, se atém, no capítulo três da sua obra, ao que chama de "Os Antecedentes da Educação de Adultos", uma vez que o autor considera que a educação de adultos só inicia sua história no Brasil a partir da década de trinta do século XX. Beisiegel não desconhece as iniciativas das escolas noturnas de instrução primária para adultos ainda durante o Império, mas seu argumento se baseia no fato de que houve a partir de 1930, "um empreendimento global do governo da União" (p.67), ou seja, uma efetiva preocupação do Estado em prover vagas em número suficiente para os adultos analfabetos³². Neste capítulo de sua

³²Beisiegel apresenta, para sustentar seu argumento, o que chamou de *diversos marcos significativos* que demonstram a atuação do Estado na educação de adolescentes e adultos analfabetos: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930; a fixação da idéia de um plano nacional de Educação, na Constituição de 1934; a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1938; a instituição do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942; e principalmente a criação de um serviço de Educação de Adultos, no Ministério da Educação e Saúde, em 1947. O

obra o autor expõe o mapeamento das primeiras iniciativas, da década de 70 do século XIX, de cursos noturnos para adultos nas Províncias do Império, realizado por Primitivo Moacir em uma de suas obras: *A Instrução e o Império* (1939). No entanto, Beisiegel não faz a análise destas experiências.

Estes são apenas alguns exemplos que denotam duas características: primeira, o ensino noturno, de modo geral, é uma temática pouco explorada, e os cursos noturnos de instrução primária para jovens e adultos das classes populares e seu histórico são assuntos que, também, não foram plenamente analisados. Segunda, quem se dedica a "passar" pela temática dos cursos noturnos são, de alguma forma, aqueles autores e autoras que estudam a educação popular e/ou a educação de adultos. Com isso se pode afirmar que o ensino noturno sempre foi um assunto tratado de forma secundária nos estudos de educação de adultos. É óbvio que a história dos cursos noturnos se confunde com a história da educação de adultos, uma vez que desde seu início até os dias atuais estes cursos tiveram o intuito de atender fundamentalmente jovens e adultos das classes populares. Porém, se há convergências nestas duas áreas de estudo há também especificidades. Uma delas é que os cursos noturnos, que surgiram originalmente para oferecer instrução primária para jovens e adultos, na prática se tornaram **cursos que atendiam clientela de qualquer faixa etária**, especialmente trabalhadores.

Assim, o objetivo aqui não é reconstruir o histórico da educação de adultos no Brasil, mesmo porque vários autores (Sérgio Haddad, Celso R. Beisiegel, Vanilda Paiva, entre outros) já contribuíram nesta discussão. Mesmo não tendo esse objetivo, algumas características apontadas por esses estudos podem ser consideradas para a compreensão do surgimento das escolas noturnas.

A preocupação com a educação de adultos se inicia ainda no Brasil Colônia, com os jesuítas, e as primeiras iniciativas neste sentido foram as aulas de catequese impostas aos índios e aos negros adultos. Fernando de Azevedo (1977) considera inclusive que, mais que servir à obra de catequese, os jesuítas lançaram as bases da educação popular (neste caso para os índios, os negros e os filhos de colonos). Paulatinamente, porém, os jesuítas ocuparam-se da educação da elite, e é neste campo que deixaram sua marca mais saliente.

Primitivo Moacir (1939) refere-se a experiências com educação de adultos que datam de 1830 com a criação de "escolas de ofício". Em algumas Províncias, ao que tudo indica, eram comuns associações que se dedicavam à instrução e ao aperfeiçoamento profissional de crianças, jovens e adultos aprendizes.

que é preciso questionar é se a criação de órgãos e instituições representou efetivamente um avanço na educação de adultos e se isto significou concretamente a oportunidade de acesso à escolarização de um contingente maior de indivíduos desta parcela da população brasileira e qual foi o reflexo disto nos índices gerais de analfabetismo. Em um trabalho de outra natureza é possível questionar o argumento de Beisiegel.

É com o Decreto 1331 A, de 1854, que aprovou o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte, que se pode identificar uma primeira preocupação explícita com a escolarização de adultos no Brasil. Ao menos do ponto de vista da formulação legal tal direito estava assegurado. Na prática sabe-se que o funcionamento das classes de ensino primário para jovens e adultos estava condicionado à disponibilidade e vontade dos professores. O Artigo 71, que previa instrução primária para adultos analfabetos, apareceu de forma subordinada, como um adendo ao ensino regular. O artigo apresentava estes termos:

Quando uma escola do segundo grau tiver dois professores, serão estes obrigados alternadamente, por mês ou por ano, a ensinar matérias da instrução primária duas vezes por semana, nas horas que lhes ficaram livres, ainda que seja em domingos e dias santos, aos adultos que para esse fim se lhes apresentarem (Regulamento de 1854).

Somente quatro anos depois de aprovado este Regulamento é que surgia a primeira escola noturna de instrução primária para jovens e adultos. Foi a escola de São Bento, no Maranhão, em 1860. É Paiva (op.cit.) que se remete a esta data como a mais longínqua.

Em 1876, o relatório do Ministro José Bento da Cunha Figueiredo afirmava que se havia difundido o ensino noturno para adultos. O país contava com 117 destas escolas em todas as principais Províncias do Império. Igualmente o mapeamento feito por Primitivo Moacir (op.cit.) indica que praticamente todas as Províncias contavam com aulas noturnas, que tiveram seu início nos primeiros anos da década de 70.

Do ponto de vista legal o Decreto 7031 de 6 de setembro de 1878, conhecido como Decreto Leôncio de Carvalho, que criou escolas noturnas para *livres e libertos* no município da Corte, foi importante para a institucionalização dos cursos noturnos no Brasil (não pelo Decreto em si, mas pelas discussões que ele suscitou). Na realidade ele extrapolou os limites do município da Corte, pois estabeleceu normas de validade nacional. Foi a primeira legislação específica com o intuito de regular o funcionamento das escolas noturnas. Várias províncias, ao criarem seus cursos noturnos, buscaram subsídios nesse Decreto.

O estímulo à instrução primária para os homens analfabetos das classes populares ocupou espaço na discussão entre políticos, intelectuais e ministros do governo Imperial. Foi uma das principais iniciativas de educação formal destinada aos homens livres e libertos na segunda metade do século XIX, especialmente com o intuito de transformar o liberto em *cidadão*. E educar o liberto significava "transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida 'civilizada'" (Sidney Chalhoub, 1986:43). Dar-lhe escola, com regras e normas disciplinadoras, controle do tempo e

do espaço, era **uma** das formas de prepará-lo para a inculcação de tais idéias: o amor ao trabalho, independente das vantagens e desvantagens materiais que podiam daí advir. Os homens das classes populares, especialmente os negros libertos, foram alvo de um rígido controle e disciplinamento que, entre outros mecanismos, contaram com o auxílio da instrução formal. A ética do "amor ao trabalho" foi um dos principais objetivos a serem alcançados via educação.

Isso principalmente porque, na constituição do mercado de trabalho livre no Brasil, conforme analisa Lúcio Kowarick (1987), o chamado *elemento nacional* era indesejável para o trabalho. Esses sujeitos - nacionais brancos pobres e negros livres e ex-escravos - eram vistos como vadios, preguiçosos, imprestáveis, e para substituí-los foram tomadas algumas iniciativas no sentido de incentivar a vinda de imigrantes, especialmente europeus. As palavras de um visitante ao Brasil no século XIX revelam a visão sobre o suposto desinteresse do brasileiro para o mundo do trabalho:

A pior feição do caráter brasileiro é a negação ao trabalho regular; pois isto é que concorre para a terra se desenvolver tão demoradamente(...) (De um geógrafo alemão em visita ao Brasil. In José Veríssimo, 1985:65).

Além do número bastante grande de nacionais pobres, a abolição da escravidão lançou no mercado de trabalho o restante da mão-de-obra escrava e engrossou o contingente de sub-empregados e desempregados. A discussão sobre a "sorte" dos escravos depois da Abolição estava lançada muito antes da década de 80. Uma das questões levantadas pelos abolicionistas era com relação à educação dos escravos. O Jornal do Comércio, de Porto Alegre, em 1884, alertava:

Libertar não quer dizer tão somente dar o direito natural, porque há outro cativo não menos prejudicial ao homem - o da ignorância.

Livre, porém, eles devem ir, desde já, recebendo a educação indispensável a sua próxima entrada no mundo social e civilizado, de modo que pudessem aspirar a um futuro independente(...)

Hoje, mais do que nunca, manifesta-se a necessidade de aulas noturnas na província (Regina P. Schneider, 1993:449) (Grifo meu).

Isto leva a concluir que algumas iniciativas educacionais nesse período, como as aulas noturnas, estavam diretamente relacionadas com os acontecimentos políticos e sociais que se operavam no Brasil. A luta abolicionista foi um dos acontecimentos mais marcantes da história brasileira do século XIX. Ela envolveu, além da pressão e da luta dos escravos e dos negros libertos, parlamentares liberais e conservadores, e contou com a participação popular, de artistas, de intelectuais, de estudantes, da imprensa, enfim, de muitos setores da sociedade da época. Entre o fim do tráfico negreiro (1850) e a abolição da escravidão (1888) decorreram

trinta e oito anos. Nesse período, algumas medidas foram tomadas no sentido de satisfazer abolicionistas e escravagistas. Os conservadores passaram, paulatinamente, a aceitar como inevitável a abolição dos escravos, mas defendiam que deveria ser progressiva. Por isso a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários. É preciso, pois, considerar que o Decreto mais importante de criação de cursos noturnos data de 1878, portanto sete anos depois da Lei do Ventre Livre e dez anos antes da abolição da escravidão. Equivale a dizer que tais cursos foram criados e se expandiram no auge da discussão abolicionista.

Os abolicionistas reclamavam para os escravos - considerados não cidadãos no período escravista - direitos de participação social e política. No campo educacional os primeiros passos estavam dados. A Reforma do ensino primário e secundário de abril de 1879, apresentada por Leôncio de Carvalho, previa a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos e *eliminava a proibição dos escravos* de freqüentarem as escolas públicas. Em algumas províncias do Império os escravos eram incentivados a freqüentar os cursos noturnos. Segundo Paiva (op.cit.) os escravos freqüentaram aulas noturnas na Província do Pará, na década de 70. Rosa Fátima de Souza (1992) faz referência, rapidamente, sobre a freqüência de escravos em escolas populares, na cidade de Campinas, criadas e mantidas pela vanguarda dos fazendeiros de café que buscavam, segundo a autora, difundir os ideais liberais e afirmar a força do movimento republicano (p 12). Beisiegel (op.cit.) também refere que havia uma aula noturna para escravos dirigida por um tipógrafo de nome João Teodoro da Silva, na Província do Paraná, em 1882 (p.64). Mas é preciso salientar que a presença dos cativos nas escolas era pouco comum, especialmente no Rio Grande do Sul, apontado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos *como a mais preconceituosa das Províncias do Brasil* (Beisiegel, op.cit.), já que recusava a matrícula de *escravos e pretos - ainda que fossem livres e libertos* (Regulamentos de 1837; 1857;1876).

Por isso, as experiências esparsas de inclusão dos escravos e negros em cursos de instrução primária não podem dar a impressão de que a educação se processava da mesma forma para todas as pessoas e de que uma instrução de qualidade estava assegurada a todos indistintamente, independente da classe social, do gênero, ou do grupo étnico. Em algumas Províncias, entre elas o próprio Rio Grande do Sul, conforme afirmei, não só havia escolas que não admitiam a hipótese de matricular escravos, como também se negavam a aceitar os negros livres e libertos. Várias denúncias estão registradas nos jornais pelotenses sobre a não admissão de negros nas aulas públicas mesmo muito tempo após a abolição da escravidão no Brasil³³. Bastava a cor da pele para determinar a exclusão do sistema de ensino.

³³O jornal pelotense Correo Mercantil registrou em 15/08/1910 uma matéria intitulada: *As aulas públicas e as crianças de cor*. A matéria é uma denúncia sobre a rejeição de

O movimento republicano foi outro acontecimento importante na vida do Brasil no final do século passado. A instituição do regime republicano é analisada por alguns autores como um acontecimento que provocou ou agravou alguns dos problemas do país. Segundo José Murilo de Carvalho (1987), além da transformação política com a passagem do Império para a República, as alterações quantitativas de natureza demográfica, o desequilíbrio entre os sexos com a imigração, os problemas de habitação, de abastecimento de água, de saneamento, de higiene, de epidemias, o aumento do custo de vida, o aumento da oferta de mão de obra com a chegada dos imigrantes e com o fim da escravidão, alteraram significativamente a vida do país. Do ponto de vista das idéias, dos valores, das mentalidades, houve, segundo Carvalho, a quebra de valores antigos, o enaltecimento do enriquecimento ilícito, da sedução, do jogo, da exploração, da "mutreta".

Como controlar a difusão de tais idéias? Como garantir a *moral* e os *bons costumes*? Como garantir um trabalhador eficiente? Pelo amoldamento das relações pessoais, de trabalho, um modelo que se traduzia em moralidade-honestidade-trabalho em contraposição à vadiagem-desonestidade-malandragem. Chalhoub (op.cit.) afirma que o regime republicano tinha como "seu projeto político mais importante a transformação do homem livre - fosse ele o imigrante pobre ou o ex-escravo - em trabalhador assalariado". O trabalho como ordenador da sociedade, valor supremo da vida, elemento formador do cidadão, era um dos principais objetivos, então, a ser alcançado com o fim do trabalho escravo e com o advento da República.

A construção dessa nova ideologia do trabalho, da transformação dos homens em trabalhadores, não poderia se dar, segundo Chalhoub (op.cit.), apenas através da repressão, da violência explícita. Assim, a educação escolar contribuiu significativamente para tal tarefa. Nas palavras de José Veríssimo (1985), um republicano convicto, a confirmação:

(...) a extinção do elemento servil (...) trará forçosamente a diminuição dos serviços gratuitos e não se verá daqui para poucas casas, aliás pobres, em que tantos eram os servidores como as pessoas servidas. Isso nos obrigará a servirmos nós mesmos e até a servir aos outros, consoante as exigências da necessidade - mas não será bastante para destruir os efeitos, fatalmente duradouros, do mal. *É a*

crianças negras nas aulas públicas. O jornalista narra a surpresa de um pai em conseguir matricular seu filho negro depois de várias tentativas frustradas. No registro do jornal as seguintes palavras: "É público e notório que algumas professoras, desta cidade, sob qualquer pretexto, deixam de aceitar crianças de cor em suas aulas, e é sabido que disto não fazem mistério, porque dizem com ufania repreensível: na minha aula não tenho negrinhos" (Grifo no original). No final da primeira década do século XX os negros ainda - como até hoje -, carregavam o estigma impresso pela escravidão.

educação, largamente compreendida, dada na família, *dada na escola*, dada na sociedade, que pode acudir a mais prontamente remediá-lo (p.79) (Grifos meus).

E ainda ao referir-se à extinção da escravidão e ao papel da educação frente à nova realidade do trabalho que se colocava na sociedade brasileira, Veríssimo (op.cit.:79) declarava:

É, pois, indispensável (...) que a obra gloriosa cujo coroamento foi a Lei de 13 de maio de 88 se continue *pela educação*, não só dos libertandos, senão de nós todos, todos mais ou menos *contaminados pela sua peçonha* (Grifos meus).

Denota tal afirmativa o caráter preconceituoso em relação aos libertos; mais, tais idéias nos dão a noção de como era entendida a educação neste contexto que se delineava na sociedade brasileira. Conforme afirmei, a extinção do elemento escravo e a nova ordem republicana foram, sem dúvida, dois acontecimentos marcantes na vida do país. Porém a República e a Abolição fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos políticos da população marginalizada.

Desde o início da propaganda até a consolidação do regime republicano, o povo foi excluído das discussões e das decisões mais importantes (Cf. Carvalho, 1987;1990). A plena cidadania política, negada durante o Império, não foi conquistada de imediato na República. As inovações republicanas em termos eleitorais, por exemplo, resumiram-se em eliminar a exigência de renda, permanecendo a exigência dos eleitores saberem ler e escrever. Isso significava que estava excluída de participação política, ainda, a maioria da população³⁴, principalmente os pobres, os mendigos, os negros, os ex-escravos, as mulheres (duplamente excluídas pela condição de mulheres e de analfabetas). A exclusão dos analfabetos, mantida pela Constituição republicana, era discriminatória e uma prova de que as conquistas não se efetivaram para o conjunto da sociedade. A implantação da República e a Abolição não vieram acompanhadas de mudanças significativas nas condições sociais de vida da maioria da população. Uma prova disso foi a condição de miséria, abandono e exploração que viveram, por muito tempo, os ex-escravos.

³⁴Veja-se, por exemplo, o que afirmou Sérgio Buarque de Holanda (1983:242): "A 9 de janeiro de 1881 saía afinal a Lei Saraiva. Consagrava os direitos de elegibilidade aos acatólicos e naturalizados, mas exigia meticulosa prova de renda. Oito anos depois, já à véspera de proclamar-se a República, um dos capítulos de uma obra de propaganda do Brasil, expressamente preparada para a Exposição Internacional de Paris, trará este fecho significativo: 'Até a revisão de 1887, o número dos eleitores no Brasil somava um total aproximado de 200.000, isto é 1,5 por cento da população. É um dos menores eleitorados que se conhece'. *E a situação não mudará apreciavelmente nos 40 anos que se seguirem à queda do regime*" (Grifo meu).

Por isso a educação em geral, e a educação escolar em especial, cumpririam um papel fundamental. Se o povo não tinha afinidades com as novas mudanças que se implantaram no seio da sociedade brasileira, era preciso fazê-lo absorver tais transformações e aceitá-las.

A segunda metade do século XIX é marcada, também, pela preocupação com a formação da nacionalidade do povo brasileiro. Veríssimo (op. cit.) insiste em afirmar, ao longo de seu estudo *A Educação Nacional*, que os brasileiros eram bastante *desanimados e desinteressados* no que se referia à vida cívica do país, como: as comemorações das datas importantes, o apego aos símbolos nacionais, ao hino, e a todas as formas de expressão de amor à Pátria. Isto deveria, segundo ele, ser incentivado na escola como forma de construir a identidade coletiva. Propunha Veríssimo, como muitos outros intelectuais, a formação do espírito nacional, principal objetivo a ser alcançado pela educação. A busca dessa identidade coletiva para o país "era uma tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República" (Carvalho, op.cit.:32).

No esforço de construir uma nacionalidade brasileira impuseram-se modelos de relações familiares e de trabalho considerados corretas pelas elites brasileiras. O controle sobre os trabalhadores era exercido nos espaços do lazer, da família, do trabalho, da escola - todos espaços educativos por excelência. Era forte o apelo à moralidade, à tradição, aos bons costumes, ao trabalho, à instrução.

A educação teria, assim, a dupla função de "construir" esta nacionalidade brasileira e de preparar, homens e mulheres, para as novas relações de trabalho que se efetivavam na sociedade, bem como para atender as novas demandas e necessidades, no trabalho, que se impunham com as transformações ocorridas.

O processo de escolarização foi, também, amplamente valorizado como forma de combater o "atraso" em que se encontrava o país. A crença no desenvolvimento e no progresso via educação tomou conta do pensamento pedagógico da segunda metade do século XIX no Brasil. Trabalho e instrução estavam lado a lado como as grandes conquistas a serem alcançadas. "O ensino é a mais poderosa máquina de trabalho", argumentava, em 1883, um dos homens que influenciou o pensamento pedagógico no final do século XIX: Rui Barbosa.

Na legislação do período de estudo (principalmente os Regulamento de 1854 e 1879) e nos discursos pedagógicos analisados, dois elementos - primeiro, a exigência de respeito à *moral pública* e à *Religião do Estado* e, segundo, as *normas disciplinares* - chamam atenção pela frequência em que aparecem e pela forma que preparavam os indivíduos para a aceitação de normas e regras. Era grande o espaço dedicado na legislação escolar às normas disciplinares, que compreendiam desde admoestação, repreensão pública e particular, suspensão, expulsão, tarefas extras, aviso aos pais, e *outros castigos que excitem o vexame* (art. 72 - Reg. 17/03/1854). As normas eram cuidadosamente previstas. Em alguns casos desde como portar-se na escola ou sala de aula, até a organização da sala de aula, tempo de trabalho,

ocupação do espaço, regras de higiene, castigos, distribuição dos trabalhos, recompensas, o que deixa transparecer o interesse de disciplinamento, de "moralização do povo", de normatização da vida dos indivíduos.

Estava prescrita, também, uma diferenciação em educar meninas e mulheres, meninos e homens. Isto é perceptível em situações como a organização dos espaços, as atividades escolares, os conhecimentos previsto, as normas disciplinares diferenciadas, etc. Em alguns casos, como por exemplo, em relação aos conteúdos, a diferenciação entre a educação masculina e feminina era transparente. O currículo revelava o caráter sexista da sociedade brasileira e os papéis atribuídos aos gêneros. Enquanto para as meninas estavam reservadas disciplinas como *costura simples, noções de economia doméstica, trabalhos de agulha*; para os meninos previa-se conteúdos como *noções de economia social e prática de ofícios* (Artigo 4º do Regulamento de 19/04/1879). E isso já desde cedo nas escolas primárias. Aos meninos, uma instrução mais ampliada, que extrapolasse a vida privada, e também atividades manuais, que lhes permitissem ser úteis à sociedade como trabalhadores. Às meninas atividades voltadas para as funções do lar. O século XIX tinha, portanto, modelos de mulher e de homem, um jeito diferente de educá-los, de "construí-los", assim como tinha um ideal de trabalhador. A educação escolar contribuiu, de forma efetiva, à construção desse homem e dessa mulher.

Os homens das classes populares foram alvo de um objetivo bastante específico nesse período. Era necessário um trabalhador para atuar na indústria, no comércio, na prestação de serviços, na produção de bens de consumo, nos serviços públicos e privados dos centros urbanos, que pouco a pouco se tornavam mais importantes na vida econômica e política do país. Um dos primeiros passos era alfabetizar o grande contingente de homens das classes populares, que pela sua condição de pobreza ou, no caso dos negros, sua condição de ex-escravos, nunca havia freqüentado escolas.

É nesse contexto que os cursos noturnos foram criados e se expandiram em todas as províncias do Império. Alguns por decisão dos poderes públicos, outros por iniciativas particulares e/ou de associações ou entidades literárias e políticas. No Rio Grande do Sul há vários exemplos de tais iniciativas. A Sociedade Partenon Literário de Porto Alegre, a Biblioteca Pública de Rio Grande, as iniciativas dos libertários, como a Escola Operária da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul), são alguns exemplos de entidades que mantinham cursos noturnos de instrução primária no final do século XIX e início do século XX³⁵.

³⁵Um interessante trabalho de pesquisa histórica seria o mapeamento, com mais precisão, de experiências de escolas masculinas noturnas de instrução primária na Província do Rio Grande do Sul no século passado e a comparação de alguns aspectos entre elas. Em

A isto equívale dizer que os cursos noturnos não foram somente iniciativa das elites econômicas, políticas e intelectuais com o intuito de inculcação ideológica. Há que considerar a pressão das massas populares por educação, as iniciativas de organização escolar dos próprios trabalhadores e os cursos noturnos como espaços contraditórios de formação e de oportunidades de organização.

Em Pelotas, os cursos noturnos de instrução primária de maior destaque foram os criados e mantidos pela Biblioteca Pública Pelotense. O objetivo deste trabalho é resgatar a experiência destes cursos. Entender sua dinâmica, especialmente compreender porque eram destinados para indivíduos do gênero masculino, analisar a presença dos negros nas aulas e desvendar quais os objetivos da elite em oferecer escolarização para as classes populares. Portanto, é a análise de uma "escola noturna", mas que se diferencia das tentativas de análise de outros autores e de outros trabalhos que trataram, secundariamente, dos cursos noturnos no Brasil. Primeiro, um dos principais elementos diferenciadores está justamente na tentativa de explicitar mais cuidadosamente os personagens sociais que foram alvo desse projeto. Segundo, longe de fazer generalizações para toda a realidade brasileira, este estudo se propôs a considerar a realidade da sociedade pelotense naquele período específico e, portanto, as peculiaridades do próprio curso, em função da realidade em que ele estava inserido. Isto não significa, por outro lado, perder de vista o contexto mais amplo, como uma forma de estabelecer relações e conexões com a vida nacional.

Dado o contexto e a realidade particular da cidade de Pelotas na virada do século, os cursos da Biblioteca apresentaram algumas especificidades se comparados aos cursos noturnos instalados em outras cidades e Províncias. Estas particularidades se inscrevem na composição heterogênea dos alunos, no ineditismo dos "homens da Biblioteca" em propor as aulas como parte integrante das atividades da Biblioteca, no trabalho gratuito dos professores no primeiro ano de funcionamento da escola, no vanguardismo de alguns conteúdos, como o francês e o inglês, entre outras. São estes personagens e esta trama complexa de relações o objeto do próximo tópico.

3.2. "Filhos do trabalho": os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense

trabalho recente sobre a educação no Rio Grande do Sul, Tambara (1995) identificou a existência de três cursos particulares noturnos de instrução primária na Província no ano de 1874: um na capital, um em Cachoeira e um em Bagé, todos para o sexo masculino.

(...) Instamos para que os *filhos do trabalho* freqüentem os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (Diário de Pelotas, 23/11/1879) (Grifo meu).

Pela sua intensa atividade industrial e comercial, a cidade de Pelotas, no século passado, concentrou grande número de escravos e trabalhadores nacionais livres. Para Pelotas deslocaram-se, ainda, grandes contingentes de imigrantes de várias nacionalidades³⁶. Embora boa parcela desta população estivesse ligada às atividades da zona rural, especialmente à indústria do charque e de seus derivados, outra parte destes indivíduos concentrou-se na zona urbana. Havia, ainda, os que trabalhavam temporariamente nas charqueadas e, durante a entressafra, viviam e trabalhavam na cidade (a safra do charque era de novembro a abril, durante os meses de mais calor, quando o boi engordava e a carne secava mais facilmente)³⁷. Na cidade, os negros escravos, livres e libertos, juntamente com os brancos pobres, ocupavam-se das atividades domésticas e da produção de bens e de serviços. Os imigrantes pobres também viviam destas atividades, além de muitos deles atuarem no comércio. Isto significa que havia uma "clientela em potencial" para um projeto como o das aulas noturnas que, na visão das elites, além da instrução deveria preocupar-se em oferecer também educação moral.

³⁶Além de alguns dados apresentados no primeiro capítulo sobre a população escrava de Pelotas, é possível agregar ainda outros. Mello (op.cit.) apresenta os seguintes números: "A Província de São Pedro possuía em 1882, 68.703 escravos, sendo 36.645 do sexo masculino e 32.058 do sexo feminino. Pelotas representava quase 10% desse total, perfazendo 6.781 escravos, com 4.224 homens e 2.539 mulheres. Este levantamento, baseado no "mapa oficial de estatística da Província", quando confrontado com o levantamento efetuado pelo "Serviço de Estatística de Pelotas", nos mostra que Pelotas possuía em 1882, entre o núcleo urbano e a zona rural, 29.141 habitantes, e entre estes um percentual de 23,27% de escravos e 5,57% de ingênuos, nascidos após a Lei do Ventre Livre" (p. 107).

Sobre o número de imigrantes em Pelotas a Enciclopédia Rio-grandense (1958) registrou um movimento migratório significativo "antes mesmo do término da Revolução dos Farrapos" (p.324). A Enciclopédia apresenta dados de 1844 a 1846 e de 1850 até 1852. Estes dados dão uma idéia aproximada do que foi a corrente migratória em Pelotas no século XIX. Neste sentido tem-se a entrada de 2.985 imigrantes em Pelotas entre 1844 e 1846. Destes 29,1% eram franceses; 18,6% uruguaios; 20,1% espanhóis; 14,1% portugueses; 11,1% italianos; 5,5% argentinos; 1,5% alemães. Entre os anos de 1850 e 1852 a entrada de imigrantes foi menor. Ao contrário do primeiro dado onde o número de franceses foi o mais significativo, de 1850 a 1852, os portugueses representaram o maior grupo. De um total de 795 imigrantes, 10,7% eram franceses; 18,2% uruguaios; 15,1% espanhóis; 37,6% portugueses; 5,1% italianos; 6,3% argentinos e 7% alemães.

³⁷O já citado estudo de Esther J. B. Gutierrez (Ed. UFPel/ Livraria Mundial, 1993) detalha a vida e o processo de trabalho nas charqueadas.

Os cursos noturnos de instrução primária, projetados desde 1875 como uma das atividades da BPP, iniciaram suas atividades em 1877 - mais precisamente no dia 1º de fevereiro daquele ano - registrando um número considerável de alunos matriculados. No total foram 77 meninos e homens matriculados para a 1ª e a 2ª aulas. Destes, 42 eram nacionais e 35 estrangeiros; 33 eram menores e 44 adultos, com idades variando entre 9 e 48 anos. Se havia estas diferenças de idade e nacionalidade o que havia de comum entre os alunos? Enquanto grupo social, a condição de classe e o gênero, ou seja, o que os "igualava" era o fato de serem todos do gênero masculino e pertencentes às classes populares, trabalhadores, futuros trabalhadores ou desempregados. Assim, os Livros de Matrículas registram profissões ligadas especificamente aos trabalhos manuais e aos trabalhos domésticos. Os alunos eram, na sua grande maioria, criados, artistas³⁸, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, caixeiros, chapeleiros e ferreiros. Era comum que muitas destas atividades fossem desempenhadas por crianças, a partir de sete ou oito anos de idade.

Ao analisar as aulas noturnas da Biblioteca Pelotense é necessário fazer referência a dois grupos de indivíduos: os alunos e os "homens da Biblioteca", ou seja, dirigentes e professores. Estes atores sociais apresentavam, no interior de seu próprio grupo e na relação com o outro, semelhanças e diferenças. Até 1915 - data limite da pesquisa - os integrantes dos dois grupos eram todos do gênero masculino. Portanto um denominador comum entre eles: o fato de serem todos homens. Mas o **ser homem** - fator *universal* de identidade - deve ser pensado também na sua diversidade. Dirigentes e professores eram todos homens, no entanto homens brancos e de condição social privilegiada. Os alunos, por sua vez, eram brancos e negros, nacionais e estrangeiros, menores e adultos, das classes populares, ou seja, diferiam, entre eles, na idade, na nacionalidade e no grupo étnico. Percebe-se que essas diferenças eram mais acentuadas na relação entre os alunos - homens das classes populares - e os professores e dirigentes da BPP - homens da elite -, porque se colocavam diferenças de classe e, em alguns casos, de grupo étnico entre ambos.

A leitura e análise do material empírico permitem dizer que os "homens da Biblioteca" sentiam-se superiores a todos os alunos, porque "eram bem nascidos", e em relação aos negros, porque eram brancos. Aos homens da elite eram atribuídas capacidades para o trabalho intelectual, e deles era esperado que fossem cultos, eruditos, polidos, retóricos, intelectualistas e mais racionais. Aos homens das classes populares era suficiente que fossem bons trabalhadores, moralizados e

³⁸O indivíduo que se ocupava de algum tipo de trabalho manual, artesanal, era chamado, na época, de artista.

disciplinados. Esperava-se dos "homens bem nascidos" que tivessem uma forma de falar, vestir-se, portar-se muito mais contida e adequada às suas funções.

Embora tenha afirmado anteriormente que os homens da elite e os das classes populares compartilhavam valores, hábitos, comportamentos, visões de mundo - especialmente no que tange às idéias da superioridade masculina -, havia, também, formas de masculinidades específicas de cada classe social, o que significa dizer que a condição de classe - e de grupo étnico - interferia (ainda hoje interfere, é claro!) na formação da masculinidade. Referindo-se aos gêneros, Guacira Lopes Louro e Dagmar Meyer (1994) fazem uma análise análoga a esta. Dizem as autoras que "há diferentes construções de gênero numa mesma sociedade - construções estas que se fazem de acordo com diferentes modelos, ideais, imagens que têm as diferentes classes, raças, religiões, etc, sobre mulher e sobre homem" (p.3). Connel (1993) também desenvolve este argumento. Exemplificando a partir de diferentes culturas e diferentes contextos o autor aponta para a convivência de diferentes "masculinidades" em uma mesma sociedade. Referindo que a masculinidade hegemônica das sociedades não é a única, o autor fala de uma "tensão" entre esta e outras masculinidades das "classes e raças subordinadas" (p.610). Estas reflexões auxiliam no sentido de pensar que, mesmo as aulas noturnas sendo um espaço de convívio de indivíduos apenas do gênero masculino, outras diferenças ocasionaram momentos de rivalidades e disputas, isto entre os próprios alunos e destes com os professores. Estes aspectos serão analisados, mais detidamente, adiante.

Apesar de os Livros de Matrículas não deixarem dúvidas quanto à presença exclusiva³⁹ dos homens como alunos, isto pouco foi explicitado nos regulamentos, notícias ou relatórios. Pelo visto não houve muita discussão quanto à clientela que deveria freqüentar as aulas noturnas. Lembre-se que quando da fundação da BPP uma extensa discussão foi desencadeada sobre uma Biblioteca para mulheres ou para a população em geral, indistintamente da condição de classe, gênero ou idade. O mesmo não aconteceu - ou se aconteceu não mobilizou muitos interlocutores a ponto de ser registrado - com a criação dos cursos noturnos.

A partir da análise do material de pesquisa é possível dizer que a presença masculina foi algo dado, natural, normal, como se houvesse um "código social" determinando este espaço como masculino. Possivelmente, pouco foi dito e, certamente, nada foi escrito sobre isto. Houve silêncio sobre a ausência feminina nos cursos. Considerando-se a condição social da mulher no século XIX quando os cursos iniciaram suas atividades, é possível compreender a inserção exclusivamente

³⁹Ao longo dos trinta e oito anos de análise dos cursos noturnos houve apenas duas matrículas femininas, uma delas para o curso de inglês. Não há indícios, pelos resultados dos exames finais, que as duas meninas tenham freqüentado os cursos. Isto permite falar na presença exclusiva dos homens. Adiante apresento os dois casos de matrícula feminina.

masculina nas aulas da Biblioteca: para as mulheres convinha que desempenhassem outras tarefas, em outros espaços e em outros horários, que não o da noite⁴⁰. Além disso, é preciso considerar que as escolas noturnas públicas de instrução primária no Brasil, naquele período, estavam destinadas apenas aos homens, por força da legislação. Este foi, de alguma forma, um elemento inibidor da presença das mulheres em cursos noturnos particulares, como era o caso das aulas da Biblioteca, uma vez que a referida legislação instituiu normas de validade nacional⁴¹. Ainda, os cursos noturnos para jovens e adultos das classes populares eram uma experiência muito recente no Brasil na década de 70 do século XIX. Pela lógica da organização social dos gêneros, então, era mais plausível que as aulas fossem destinadas apenas aos indivíduos do sexo masculino.

É interessante observar que a linguagem usada pela imprensa nas primeiras chamadas para a matrícula nas aulas noturnas não revela essa exclusividade masculina. O Correio Mercantil, desde os primeiros dias do ano de 1877, divulgou um convite nos seguintes termos:

(...) São, pois, convidados a inscreverem-se no competente livro [de matrícula], à disposição na Biblioteca, *aquelas pessoas* que quiserem dedicar-se ao estudo gratuito das matérias acima mencionadas (Correio Mercantil, 23/01/1877) (Grifo meu).

Igualmente nos avisos publicados em outros jornais - como O Diário de Pelotas -, a referência é a mesma. Usando a expressão *as pessoas*, O Diário publicou durante uma semana o aviso de que as matrículas para as aulas noturnas estavam abertas. Eram, portanto, avisos genéricos - *aqueles que quiserem, as*

⁴⁰Há um interessante versinho popular, retirado de um cancionário gaúcho, sobre as moças pelotenses e suas atividades. Diz o versinho:

Na cidade de Pelotas

As moças vivem fechadas;

De dia fazem biscoitos,

De noite sonham caladas (Diário Popular, 27/08/1993).

⁴¹O Decreto 7031 de 06/09/1878 que criou cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária de 1º Grau para indivíduos do sexo masculino do município da Corte serviu de base para todas as Províncias do Império, conforme afirmei anteriormente, muito embora as aulas noturnas particulares tivessem autonomia para criar seus próprios Regulamentos; foi o que fez a BPP. Mesmo considerando as diferenças nos Regulamentos percebe-se uma certa influência do decreto 7031. Sobre a presença de mulheres em cursos noturnos Beisiegel (op.cit: 61) faz referência a três cursos noturnos de ensino primário na Província do Ceará, em 1879, dois para homens e *um para moças*. É a única referência que conheço de aulas noturnas para mulheres neste período.

pessoas, quem quiser se matricular -, que não determinavam, inicialmente, que as aulas eram destinadas aos homens⁴².

A questão é: quem - e onde, como e por quê - determinou que as aulas fossem somente para homens? É possível que os documentos a que tive acesso não tenham sido os únicos a registrar as normas de funcionamento das aulas noturnas, mas certamente são documentos importantes: o regulamento dos cursos, as Atas da Biblioteca - inclusive a Ata onde está registrada a discussão sobre a abertura dos cursos - e os jornais do período - especialmente o *Correio Mercantil*, que naquele momento servia de "porta voz" da BPP. Mesmo considerando os limites de um documento escrito, se houvesse uma determinação no sentido de que as aulas fossem apenas para homens, algum destes documentos certamente a teria mencionado, ainda que de forma indireta. Isto não aconteceu. Se houve efetivamente a proibição explícita quanto à frequência de mulheres, deve ter sido registrada em outro lugar que não o regulamento, as Atas ou os jornais. Seria possível, ainda, ser esta uma norma que circulava apenas oralmente? Que alguma mulher se tenha interessado pelas aulas e procurado a BPP, mas tenha sido impedida de matricular-se? É pouco provável. Às mulheres não era vedada a frequência aos cursos noturnos. Em 1878, Antonio Joaquim Dias, o "benemérito" da BPP, matriculou sua filha Antonieta Dias⁴³, então com 9 anos de idade, para as aulas de inglês. Certamente sua posição social e familiar permitiu que fosse matriculada no curso. Mas não existe indício algum de que ela tenha, efetivamente, freqüentado essas aulas que, além de tudo, eram independentes das aulas de instrução primária; o inglês juntamente com o francês, eram considerados "artes superiores" (os matriculados nas aulas de instrução primária poderiam ou não freqüentar as aulas de inglês ou francês, em um dia da semana). Além da matrícula de Antonieta Dias, os Livros registram mais uma matrícula feminina (antes de 1915). Uma menina de 10 anos, de nome Maria Bastos, foi matriculada em 1910, juntamente com seu irmão Pedro Bastos de 12 anos. Nenhum dos dois

⁴²Pode-se indagar quanto ao público que tinha acesso à leitura dos jornais e de que forma os alunos ficaram sabendo da abertura das aulas. É provável que os avisos publicados tivessem como alvo especialmente patrões ou responsáveis por menores que desempenhavam tarefas domésticas, às vezes negros livres ou libertos que viviam nas casas como "filhos adotivos", o que era relativamente comum neste período. Seguramente, também, as informações circulavam oralmente - e com certa rapidez - entre os indivíduos das classes populares.

⁴³A história de Antonieta Dias é bastante interessante, uma vez que ela foi uma das primeiras médicas brasileiras. Foi para o Rio de Janeiro em 1884, e tão logo formou-se começou a clinicar em Pelotas. O jornal *Correio Mercantil* guarda registros interessantes da sua trajetória. Uma análise da sua história sob a perspectiva de gênero resultaria um trabalho promissor.

aparece na lista do exame final e não há, também, como afirmar que a menina tenha freqüentado as aulas. Veja-se, porém, que a matrícula de Maria Bastos é bem posterior à matrícula de Antonieta Dias, já no final da primeira década do século XX. Um dado significativo é o fato da menina ter sido matriculada na companhia de um irmão, o que também aconteceu com Antonieta Dias, o que pode indicar que a presença de um irmão - alguém do gênero masculino - legitimava ("autorizava") a matrícula das meninas.

Assim como matriculou sua filha Antonieta Dias, o jornalista Antonio Joaquim Dias matriculou, em 1878, seu filho César Dias para as aulas de português, no curso de instrução primária. Muito provavelmente César Dias, como sua irmã, não tenha freqüentado as aulas, já que nenhum dos dois aparece nos resultados finais. O que possivelmente aconteceu, neste caso, considerando-se que Antonio Joaquim Dias era um idealista, foi uma tentativa de "qualificar" o espaço. Ao matricular seus filhos nas aulas da Biblioteca, o jornalista emprestava aos cursos legitimidade junto às "boas famílias" e aos patrões, motivando-os para que matriculassem nas aulas noturnas, sem temores, seus filhos, aprendizes e empregados, já que aquele era um espaço "de respeito", mesmo atendendo às *camadas mais ínfimas da população* (Correio Mercantil, 24/08/1877).

Se não houve uma determinação, uma norma escrita (possivelmente nem oral) específica, impedindo as mulheres de freqüentarem os cursos noturnos de instrução primária, deve ter ocorrido, então, como já mencionei, influência de um código social, que determinava os espaços e as tarefas masculinas e femininas. Os discursos e as práticas sociais de homens e mulheres instituíram a norma. Isto não significa, obviamente, que as mulheres não trabalhassem em atividades fora de casa ou que não estudassem. Significa que havia padrões dominantes de comportamentos que ditavam o que era adequado ou não para homens e para mulheres. Sair de casa à noite, "misturar-se" aos homens para estudar, não era conveniente para mulheres, mesmo que fossem mulheres das classes populares. É preciso considerar também, como já foi demonstrado, que a Biblioteca era um espaço masculino, onde os homens decidiam, administravam, controlavam, e a circulação feminina era restrita. As mulheres da elite até participavam das atividades da Biblioteca, mas quase sempre em comemorações, atividades culturais como saraus, concertos, bailes ou desempenhando "atividades femininas", conforme já foi referido. Nestas e em outras situações - como nas conferências, por exemplo - eram, sempre, acompanhadas pelos pais ou maridos.

Outro fator que certamente contribuiu para que as aulas fossem dirigidas apenas aos homens foi a grande preocupação da elite dirigente, naquele momento, com a preparação do **homem trabalhador**. Como já mencionei na seção anterior, assim como a realidade brasileira, a sociedade pelotense também se complexificava e exigia um número maior de trabalhadores para assumir as atividades comerciais e industriais que cresciam com o desenvolvimento da cidade. Não é possível

considerar que as mulheres tenham ficado de fora desta preocupação com a formação da força de trabalho, mas certamente os homens foram o alvo privilegiado, até porque eram eles que tinham maiores oportunidades de trabalho e de atuação na vida pública. Conforme analisei no primeiro capítulo, as mulheres eram vistas como seres mais passivos, dependentes, dóceis, fáceis de controlar, embora, com relação àquelas das classes populares, houvesse preocupação quanto à prostituição. Houve, em relação a elas, um incentivo ao trabalho doméstico, especialmente na década de 80, no auge do processo abolicionista. Mas o homem possuía, no imaginário sexista, uma personalidade violenta, incontrolável. Pior ainda, na concepção dos grupos dominantes, se fosse pobre e/ou negro. Boa parcela dos alunos dos cursos noturnos reunia estas características. Eram as aulas noturnas, portanto, um espaço privilegiado para atingir uma parte desta população e para concretizar o projeto da elite de moralizar o povo, de incutir amor ao trabalho e aos estudos, como forma de combater o ócio, a vagabundagem, o atraso e atingir, enfim, o progresso pleno da cidade.

Se os cursos da BPP se constituíram como masculinos por uma "imposição" social, pouco a pouco esta condição de um espaço **de e para** homens consolidou-se, durando trinta e oito anos. Mesmo quando, em 1915, as mulheres conquistaram o direito efetivo de freqüentar aulas gratuitas na Biblioteca, para aprender a ler e a escrever, as aulas eram diurnas. Elas não puderam, ainda, dividir com os homens o espaço noturno! Os cursos da Biblioteca, ao se consolidarem como um espaço masculino, foram um dos mecanismos - entre vários na sociedade - que reforçaram e difundiram a naturalização da desigualdade entre os gêneros. Aos homens, os espaços públicos, sem restrições; às mulheres, o espaço doméstico, e o espaço público apenas com muitas restrições!

Em maio de 1877, quando as aulas noturnas já aconteciam há quatro meses, o Correio Mercantil registrava o caráter masculino dos cursos com as seguintes palavras:

Ainda não está completa a matrícula dos freqüentadores efetivos e aceitam-se gratuitamente *todos os homens ou meninos livres* (Correio Mercantil, 17/05/1877).

Neste pequeno aviso explicita-se a exclusão de dois segmentos sociais: as mulheres e os escravos. A fração da elite pelotense, à testa do projeto, em que pese seu vanguardismo, não se propunha a romper com todos os padrões vigentes na sociedade. Os negros podiam freqüentar as aulas, desde que fossem livres ou libertos. Por outro lado, a presença dos negros nas aulas da Biblioteca pode ser considerada um avanço para a época, uma vez que o fato de ser negro era motivo suficiente para que o indivíduo sofresse toda espécie de rejeição e preconceito. Em uma sociedade escravocrata e discriminatória, onde a imagem do negro era

associada somente a aspectos negativos, como inferioridade, incapacidade, indolência, vícios, imoralidade, barbarismo, violência, abrir-lhes as portas de uma instituição como a BPP, criada e mantida pela elite, parece surpreendente. Mas justamente porque o objetivo era manter a ordem, disciplinar, incutir preceitos de *moralidade e civilidade*, palavras constantemente utilizadas pelos dirigentes e professores dos cursos noturnos, é que as aulas não podiam, na visão destes, prescindir da presença dos negros.

Após a notícia do Correio Mercantil de maio de 1877, há pouco referida, em várias outras notícias, relatórios, avisos e chamadas de abertura das matrículas, a condição masculina dos alunos foi claramente exposta, como se até então esta condição não tivesse sido assumida. Veja-se os exemplos a seguir:

A manutenção dos cursos noturnos da BPP, para a freqüência de crianças e adultos do *sexo masculino*, seria suficiente para recomendar esta instituição ao apreço de todo o Brasil... (Relatório de mês de fevereiro de 1882. Elaborado pelo diretor do mês, J.J. Cézár) (Grifo meu).

No início do século XX isso é referido de forma mais contundente. O jornal Correio Mercantil publicou, em 1904, a seguinte nota:

Só poderão freqüentar o curso noturno *os rapazes e adultos* que não puderem freqüentar as aulas públicas, como os empregados de fábricas, serventes de casas de família, e outros que se acharem nestas condições.

A matrícula no curso noturno é feita com a maior facilidade, *bastando os patrões se dirigirem à Biblioteca* onde lhes serão fornecidas todas as explicações que carecem (20/01/1904) (Grifos meus).

O *tutelamento* por parte dos patrões é um aspecto que sobressai nesta notícia do Correio Mercantil. Por isso, os Livros de Matrículas registram, em vários anos, "figuras ilustres" da sociedade pelotense que se "responsabilizavam" por alguns alunos, principalmente os menores. O aluno que fosse matriculado nas aulas da Biblioteca sob a responsabilidade de uma pessoa "bem nascida" tinha um status diferente no grupo, já que sua figura era sempre associada a de seu "protetor". Isso aumentava a responsabilidade do aluno em relação ao seu próprio comportamento e ao processo de aprendizagem: ele tinha o dever de ser um bom aluno sob todos os aspectos.

Este tutelamento estava, em grande parte, associado ao fato de que a elite considerava as classes populares como incapazes, além de naturalmente inclinadas para o mal, para a desordem, enfim, para o mundano. As classes populares eram, no Brasil do século XIX, segundo Chalhoub (op.cit.), sinônimo de classes perigosas, com tendências à ociosidade e aos vícios. Em relação aos alunos menores da BPP, havia um sentimento de que estes necessitavam de uma

"proteção" especial, além de exemplos e referências "civilizadoras", já que também à infância pobre se associavam sentimentos negativos. Esta proteção e este exemplo civilizador só poderiam vir da elite, que se considerava hierarquicamente superior e melhor. Segundo Rago (op.cit.) na representação imaginária que os dominantes faziam da infância esta era percebida como "superfície chata e plana, facilmente moldável, mas por outro lado, como ser dotado de características e vícios latentes que deveriam ser corrigidos por técnicas pedagógicas para constituir-se em sujeito produtivo da nação" (p.122).

Este imaginário da infância pobre como grupo dotado de vícios e defeitos fazia com que a elite pelotense experimentasse uma certa rejeição em relação aos alunos menores. Estes eram constantemente desqualificados, principalmente porque muitos não se adequavam facilmente às normas de disciplinamento prescritas. Estava presente - estreitamente associada à condição de classe dos menores-alunos - a idéia de infância perversa, ou, para usar uma expressão de Phillippe Ariès (1981), que revela a visão da elite em relação aos menores, a infância e a juventude eram consideradas *idades da imperfeição*.

É interessante observar que, em pleno final do século XIX, pode-se perceber, no discurso da elite pelotense sobre a infância, notável semelhança com o que foi identificado por Julia Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992) no discurso dos reformadores católicos e protestantes do século XVI. Estes autores procuram explicar a relação entre as visões da infância e a condição social dos sujeitos. Segundo eles, os reformadores instituíram diferentes infâncias, desde a infância de qualidade dos filhos das classes distinguidas, até a infância rude das classes populares. Ao apresentarem esta diferenciação, os autores esclarecem que, no século XVI, a infância estava longe de ter uma delimitação enquanto uma etapa cronologicamente precisa. Mesmo não havendo, segundo Varela e Alvarez-Uria, precisão e consenso sobre a infância, algumas características eram conferidas a esta etapa da vida: maleabilidade, o que revelava que a criança precisava ser modelada; fragilidade e imaturidade, o que justificava sua tutela; "rudeza", portanto passível de ser civilizada; fraqueza de juízo, o que exigia desenvolver a razão. Em Pelotas, na virada do século, especialmente a infância e a juventude pobre que freqüentavam as aulas noturnas da Biblioteca eram consideradas grupos de indivíduos incompletos, necessitados, maleáveis, fracos e volúveis.

Outro fator a ser considerado é que os cursos noturnos foram projetados não exclusivamente, mas principalmente, para os trabalhadores pelotenses. E era principalmente na condição de trabalhadores que crianças do sexo masculino podiam freqüentar as aulas, já que o trabalho infanto-juvenil era uma realidade em Pelotas. Para ser aceito no curso a condição de trabalhadores se sobrepunha à faixa etária, ou seja, ao fato de serem crianças. Tratavam-se de indivíduos das classes populares, já inseridos no mercado de trabalho e vivenciando relações de trabalho concretas. Era como trabalhadores, e não como crianças, que estes sujeitos tinham

acesso aos cursos. Ser trabalhador, porém, não era uma exigência, mas uma justificativa para a presença das crianças.

A exploração da mão-de-obra infantil em Pelotas no século passado favorecia, naturalmente, aos proprietários, uma vez que as crianças eram aprendizes de ofícios e não recebiam salários ou, quando isto acontecia, os salários eram insignificantes⁴⁴. Era também relativamente comum que, neste período, crianças trabalhassem apenas em troca de moradia e comida, principalmente em serviços domésticos. O trabalho para estas crianças era pesado e as exigências muitas, pois a elite mantinha um estilo de vida com muitos "rituais"⁴⁵, o que exigia um trabalho minucioso por parte dos "criados". Além disto, essa elite habitava amplos casarões, aumentando significativamente o trabalho doméstico.

Desde as primeiras décadas do século XIX há referências a crianças negras prestadoras deste tipo de serviço. August de Saint-Hilaire, nos relatos de viagem ao Rio Grande do Sul no século XIX, descreveu, ao visitar a residência de um charqueador pelotense, as condições de trabalho de *um pequeno negro de dez ou doze anos*. O autor registrou as seguintes palavras: "não conheço nenhuma criatura mais infeliz que essa criança, jamais sorri e em tempo algum brinca!" (1974:28). Saint-Hilaire escreveu ainda que "não é a única casa que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras" (p.28).

Neste sentido a realidade e a presença de crianças na "escola da Biblioteca" merece maiores considerações. Pelo registro nos Livros de Matrículas das profissões dos alunos - de artistas ou de serviços domésticos, em grande

⁴⁴Em 02/04/1955, Rodolpho Xavier (líder negro e operário, ex-aluno da BPP), comentando em A Alvorada sua própria trajetória profissional, que incluiu entre outras atividades manuais a de pedreiro, escreveu sobre a situação dos aprendizes de ofício no século passado: "Nessa época [década de 80 do século XIX] encontramos as diárias de meio patacão a quatro patacas aos ajudantes de pedreiro (de um cruzeiro a um cruzeiro e 28 centavos por dia) e os aprendizes de 400 a 600 réis, estes na categoria de meio-oficiais. Não se tinha horários, trabalhava-se desde o amanhecer até a boca da noite, fora dos descansos das refeições, nos dias maiores, eram 12 horas de trabalho e ninguém se queixava e não tinha para quem apelar". Nesta mesma matéria Xavier diz que iniciou no ofício de pedreiro em 1888, com 14 anos de idade, e segundo ele, antes disto já havia aprendido o ofício de vassoureiro, colchoeiro e maleiro nos anos de 86 e 87. Esta trajetória é um indício da situação das crianças aprendizes de ofício em Pelotas no século passado.

⁴⁵Um interessante detalhamento dos "rituais" da elite pelotense no século passado, que complexificava serviços simples como servir refeições, colocar uma mesa para o jantar, aparece no segundo volume de *Um castelo no Pampa: Pedra da Memória* (Mercado Aberto, 1994), obra literária de Luiz Antonio de Assis Brasil. Há uma passagem em que a Condessa prepara uma moça para servi-la como coqueira. As exigências e rituais são tantos que a moça é obrigada, inclusive, a aprender francês.

número -, das idades e dos nomes dos homens que se responsabilizavam por estes alunos menores, suponho que esta fosse a realidade de um número significativo de crianças que freqüentavam as aulas da BPP. Não há dúvida de que havia menores aprendizes de ofícios e crianças que ocupavam-se dos serviços domésticos; trabalho, porém, com a hipótese de que algumas destas crianças eram negros nascidos depois da Lei do Ventre Livre (1871), que viviam sob o tutelamento de alguma família de posses desempenhando trabalhos no âmbito doméstico. É o que depreendo dos Livros de Matrículas e de notícias como esta:

Faleceu o aluno Francisco Detroyat, de 8 anos de idade, sendo o seu *encarregado* o Sr. Hypólito Detroyat nosso companheiro de diretoria (Do relatório do mês de fevereiro de 1882. Diário de Pelotas, 12/04/1882) (Grifo meu).

A denominação "encarregado" sugere que Hypólito Detroyat, membro da diretoria da BPP, não era pai do menino, pois dificilmente a morte de um filho de alguém na posição de Hypólito seria noticiada desta forma. O uso, por parte dos escravos e ex-escravos, do sobrenome dos senhores, foi uma prática corriqueira, não apenas no Brasil, mas em todos os países americanos - fato assaz testemunhado tanto pela historiografia como pela literatura e a memória remanescente da escravidão. Acrescente-se a isso o fato de que as crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre, filhas de escravas, ficavam sob responsabilidade dos senhores dos seus pais. Esses senhores deveriam sustentá-las até que atingissem a maioridade, podendo, em contrapartida, usufruir plenamente da sua força de trabalho. A exploração do trabalho infantil de crianças nascidas legalmente livres que daí decorria é óbvia. Outro aspecto a ser considerado - e isto foi constatado por Agostinho Dalla Vecchia (1994) em seu trabalho com descendentes de escravos na região meridional do Rio Grande do Sul - era a existência, relativamente comum, dos chamados "filhos de criação", crianças entregues para serem criadas em famílias de condições sócio-econômicas favoráveis. Estes "filhos de criação", na realidade, desempenhavam as tarefas domésticas sem receber qualquer remuneração pelos serviços e viviam, segundo o autor, em regime de servidão. Todos estes fatos somados sugerem a possibilidade de existirem alunos menores que subsistiam numa ou noutra dessas condições de dependência e subordinação.

Há, ainda, um outro dado sobre as crianças que freqüentavam as aulas noturnas que merece ser considerado. Era extremamente comum que fossem matriculados na Biblioteca meninos da mesma família, dois ou três irmãos, com pequena diferença de idade. Praticamente todos os anos pesquisados registram isso, apontando para o fenômeno do analfabetismo como uma realidade das classes populares pelotenses. Este fenômeno deve ser compreendido no seu aspecto social. Analfabeto não é apenas aquele que não saber ler e escrever, mas também aquele que foi privado, pelas circunstâncias sociais e históricas, de freqüentar a escola.

Aqui, neste caso, as condições de classe - e também étnicas - produziram esta realidade. Embora os "homens da Biblioteca" tentassem associar o analfabetismo ao vício, às trevas, ao crime, ele era, na verdade, "a expressão da realidade social" (Paulo Freire, 1985), que reservava às classes populares, precocemente, o mundo do trabalho.

Os cursos noturnos representaram a oportunidade de alfabetização de parte desta parcela da população que, em função da necessidade de trabalho, estava alijada da instrução via escola regular. Os meninos das classes populares não se alfabetizavam na idade prevista, o acesso à leitura e à escrita para estes segmentos dava-se mais tarde - como ainda hoje. A idade média, no caso de meninos da mesma família, variava de 10 a 19 anos (o maior número de matriculados se concentrava nesta faixa etária). Como exemplo pode-se citar, no ano de 1901, a matrícula dos irmãos Malva: Juvenal Malva, 13 anos, servente; João Malva, 11 anos, tipógrafo; Nelson Malva, 10 anos, carvoeiro. Ou, ainda no mesmo ano, de outro grupo de irmãos: Evaristo Rodrigues da Silva, 17 anos; Manuel Rodrigues da Silva, 13 anos; Pedro Rodrigues da Silva, 10 anos; todos chapeleiros. Como neste caso, há muitos outros grupos de irmãos desempenhando a mesma atividade profissional, o que poderia significar duas coisas: ou os meninos eram colocados em oficinas de artesãos como aprendizes ou trabalhavam em família. Realidade ordinária entre as classes populares, o trabalho de todos os membros de uma mesma família era a possibilidade de sobrevivência, pois significava o aumento da renda. Em 1895 há, também, o registro de três meninos da mesma família matriculados na escola da Biblioteca: Manoel José Ferreira Branco, 8 anos; Adriano José e Antonio José Ferreira Branco, ambos de 10 anos, todos carpinteiros. O caso dos irmãos Ferreira Branco, além de constatar que uma mesma atividade poderia envolver a família toda, às vezes dos pais aos filhos menores, revela que isto começava muito cedo. O aluno matriculado com apenas oito anos de idade, assim como os irmãos, também era carpinteiro. Além da necessidade de empregar a mão de obra de todos os membros da família para garantir a sobrevivência, é possível considerar o argumento apresentado por Rago (op.cit.). A autora, referindo-se à introdução de grandes contingentes de menores nas indústrias no início do século, diz que a função moralizadora do trabalho era a justificativa dada pelo patronato para o uso desta força de trabalho, que não raro era compartilhada pelos pais destas crianças. Segundo Rago os pais participaram da "ética puritana do trabalho, coniventes com a representação imaginária do trabalho como atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão, ou seja, como uma virtude" (p.136). Era associado ao trabalho, enquanto elemento moralizador, um caráter salutar que impedia "a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças" (Rago, p.136). Neste sentido, o trabalho desde a mais tenra idade não só era aceito como também incentivado pelas próprias famílias das crianças das classes populares.

A matrícula de menores estrangeiros nos cursos noturnos, alguns na situação de analfabetos e a grande maioria desempenhando atividades manuais - como, por exemplo, em 1901, os casos de Paschoal Strano, italiano, marceneiro, 14 anos; João Gecklings, russo, sapateiro, 13 anos; Rossini Paschoal, italiano, funileiro, 12 anos-, permite uma consideração. Possivelmente muitas destas crianças eram matriculadas para aprender uma língua que não dominavam: o português; sugere também a condição de pobreza e de não instrução de uma parcela dos imigrantes que se deslocaram para Pelotas.

Dada esta realidade dos trabalhadores-crianças, a escola da Biblioteca, que nasceu originalmente para ser uma escola de adultos, tornou-se escola para *menores e adultos*. Se o objetivo primordial era atender trabalhadores, era impossível delimitar a faixa etária. O Relatório elaborado pelo diretor da BPP, em fevereiro de 1882, apresenta claramente o tipo de clientela da escola noturna. Diz o Relatório:

Os alunos são adultos e menores: aqueles só freqüentam o curso quando suas conveniências e trabalhos o permitem, e isso mesmo quando suas ocupações são na cidade, sendo apesar disso os mais aplicados.

Os menores podem dividir-se em 3 ordens: 1º, de aprendizes de ofício, cujos mestres pouco valor dão à instrução, não lhes permitindo tempo para estudos em casa; 2º, de crianças que ocupam-se de serviços domésticos, e por isso sem tempo para aplicarem-se aos livros; 3º, de incorrigíveis, alguns saídos das aulas públicas e outros pertencentes a famílias pobres, que os mantêm na ociosidade ou em ocupações caseiras (Relatório do mês de fevereiro de 1882. J.J.Cézar).

Além de revelar que havia rotatividade e interrupção dos estudos entre alunos-adultos, em função do trabalho que era realizado fora da cidade em determinadas épocas, o Relatório apresentava uma realidade que não se diferencia da vivida ainda hoje nas escolas noturnas: são os excluídos *na e da* escola (Alceu Ferrari, 1985) que têm como única oportunidade os cursos noturnos. No caso da escola da BPP, os menores que freqüentavam as aulas ou nunca haviam cursado a escola antes (exclusão da escola) ou eram aqueles que, freqüentando a escola, foram dela excluídos (exclusão na escola). Em 1882, eram apresentados como incorrigíveis (hoje são os indisciplinados), o que era motivo suficiente para sofrerem toda espécie de disciplinamento e perseguições. Estes alunos, na maioria crianças, eram identificados como desordeiros, vagabundos, desocupados.

Assim, tendo adultos e crianças-trabalhadoras - alguns deles tidos na conta de *incorrigíveis* - como alunos, os cursos noturnos priorizaram uma instrução que estivesse associada à educação moral. *Não é bastante instruir. É necessário educar. Educar para o trabalho, educar para o bem e para o útil. Instrução e educação constituem elementos essenciais ao progresso das nações e à felicidade dos povos*, defendeu o Correio Mercantil em 11/01/1884. O projeto de aliar

educação - entendida como moralização do povo - e instrução - compreendida como acesso a alguns conhecimentos eruditos - foi levado a efeito nas aulas da BPP, principalmente porque uma parcela da elite pelotense assumiu como seu papel social oferecer instrução e educação para as classes populares. Mas se este trabalho por um lado atendia interesses dessas elites, por outro era entendido como filantropia para com as *classes desfavorecidas*, como algo messiânico. Um discurso do secretário da BPP, Alfredo F. Rodrigues, reproduzido pelo jornal A Pena, órgão do Clube Literário Apolinário Porto Alegre, esclarece o espírito dos idealizadores da Biblioteca em relação aos cursos noturnos. Foi um pronunciamento longo, feito na Biblioteca em 03/08/1884. Alfredo F. Rodrigues manifestou-se de forma veemente em favor dos cursos:

(...) O motivo que me faz sair da obscuridade em que vivo é mais nobre, é mais digno. Esse motivo é um sentimento maior que a caridade, é um sentimento que deve atuar fortemente no coração de todos nós, - é a filantropia.

(...) Pois bem, senhores, é para a escola que pedimos. Pedimos para essas criancinhas sem pão, para essas que amanhã constituirão uma parte de nossa sociedade, que terão a seu cargo irmãs, esposa, filhos e quiçá uma mãe doente e alquebrada pela idade e que sem vosso concurso de agora irão morrer no meio da miséria mais horrível.

(...) Estendei-lhe a mão e essa criancinha, magra, doente, andrajosa, irá recuperando forças e com o pão da instrução, pois a instrução é alimento, tornar-se-á um homem útil, talvez um grande homem.

(...) Esses homens, sem a instrução, votados a uma vida de miséria, sentirão despertar-se em si sentimentos nobres e elevados, pegarão numa enxada, num alvião, num buril, num malho, numa trolha, e assegurarão assim o sustento de muitas famílias, o futuro de muitas criancinhas. (...)

É preciso realçar, de início, o caráter apelativo do discurso, que certamente tinha como objetivo sensibilizar usando especialmente a figura das *criancinhas*, já que sua íntegra revela que o propósito era solicitar ajuda financeira para concluir obras do prédio da Biblioteca. É preciso considerar, também, seu caráter masculino, quando o orador menciona irmãs, filhas, esposas, mães, chamando sempre a responsabilidade dos homens para com as mulheres, e colocando a instrução - ou melhor, o *pão da instrução* - como a solução definitiva para a vida destes homens. É, ainda, um exemplo de quanto os objetivos da escola masculina da Biblioteca estavam em consonância com o discurso pedagógico veiculado no Brasil na segunda metade do século XIX: a instrução como a principal fonte de progresso, de desenvolvimento, de soberania, de disciplina. Essa instrução era referida como a *luz do espírito, farol brilhante, movimento civilizador, lábaro santo*, nas palavras do Correio Mercantil (12/04/1877). As "mazelas" sociais eram responsabilidade da falta de instrução do povo. O "povo sem instrução" era considerado uma ameaça, um perigo, uma doença que precisava

ser combatida e vencida. *Educar e instruir o povo são a condição de vida e de progresso. É preciso abater a grande massa de ignorantes que hoje é uma ameaça, amanhã será um perigo, e mais tarde (...) talvez uma verdadeira ignomínia*, discursou o presidente da BPP, em 1905, no encerramento anual das aulas noturnas.

Nos discursos dos "homens da Biblioteca" explicitava-se um dos objetivos que mobilizaram a elite a oferecer as aulas noturnas na BPP: a formação, pela instrução, do homem das classes populares para o trabalho. E formar o trabalhador significava inculcar-lhe sentimentos de gosto pelo trabalho, de responsabilidade, de obediência, de respeito e, principalmente, de amor às "coisas" do espírito. Isto, em última instância, deveria produzir trabalhadores regrados, contidos, disciplinados, moderados, civilizados, capazes de conviver harmoniosamente em sociedade e de manter a ordem social, que deveria ser aceita como naturalmente constituída de proprietários e de trabalhadores, de pobres e de ricos. Evidentemente, eram uma preparação e uma formação que supunham, como única possibilidade para estes homens, o trabalho manual. Houve um esforço, especialmente nas últimas décadas do século XIX, no sentido de valorizar este tipo de trabalho. Em 1884, no mesmo ano da abolição da escravatura em Pelotas, o jornal *Correio Mercantil* publicou longa matéria salientando as vantagens do trabalho manual. Condenou com veemência os *moços e meninos* que não trabalhavam, que desperdiçavam o tempo em casa, vagando pelas ruas ou freqüentando bilhares e bodegas, na prática de ações degradantes. Uma verdadeira mocidade perdida, atraso da sociedade, nas palavras do jornal. Concluía a matéria com as seguintes afirmações:

Nas oficinas, nas artes, na lavoura, também existem glórias, fortunas e venturas para os que procuram explorá-las com o suor do rosto, com sua inteligência e atividade.

Dentre todas as classes sociais, o artista é o homem mais livre e independente.

Não está nem sujeito aos caprichos da sorte nem adstrito às vontades dos que lhe fornecem os meios de subsistência.

Façam-se artistas e operários que não é vergonhoso nem desonra envergar a blusa e manejar o buril, a serra e o martelo para produzir a manufatura que enriquece a família, aumenta o progresso e engrandece a pátria. Educação e trabalho, artes e ofícios, eis do que necessitamos para amenizar o presente e garantir o futuro (11/01/1884).

O objetivo das aulas da Biblioteca era, portanto, oferecer um espaço para que os homens das classes populares aprendessem a ler, a escrever e a contar, isto associado a uma forte educação disciplinadora para que, então, desempenhassem competentemente suas funções no mundo do trabalho manual, sem no entanto alterar a ordem social.

Com a difusão da instrução entre as camadas populares havia, também, a pretensão de vencer a "velha sociedade", representada pela escravidão, pela monarquia e pela ignorância, consideradas pelos idealizadores da BPP e dos cursos, as principais mazelas da sociedade. Não é à-toa que alguns dos homens que estiveram à frente da Biblioteca eram abolicionistas, republicanos e, ainda, ferrenhos críticos da Igreja Católica e defensores da instrução para o povo. Para estes o estabelecimento de uma "nova era" demandava uma sociedade que se preocupasse com a instrução e com os índices de analfabetismo do povo, "mal" que, se não fosse vencido, retrancaria o avanço e o processo de modernização social que estava em franco desenvolvimento. Isto representava um desafio para uma cidade como Pelotas, que tinha na Europa - mais especificamente na França - o modelo ideal de sociedade⁴⁶.

As aulas noturnas possibilitavam, portanto, a oferta de ensinamentos que, ultrapassando a instrução, os rudimentos básicos de ler, escrever e contar, atingissem também (e principalmente) a vida desses homens na sua totalidade, não apenas nos aspectos cognitivos: ensinamentos *de moralidade, de civilidade*, que alterassem os valores, o comportamento, a forma e o estilo de vida, para aquilo que a elite instituiu como correto, melhor. Na visão destas elites, as classes populares estavam divididas entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam, entre o ócio e o trabalho, entre sujeitos perigosos (não trabalhadores) e civilizados (trabalhadores). Para manter a ordem social era preciso transformar todos os homens pobres em trabalhadores. Assim, os homens que idealizaram a Biblioteca e os cursos noturnos sabiam muito bem o que queriam dos homens que freqüentavam as aulas: que fossem bons trabalhadores - até porque alguns destes alunos eram empregados destes mesmos homens que criaram esses cursos. E havia, também, uma rede de solidariedade entre os homens da elite: formar bons trabalhadores para si e para seus pares.

⁴⁶A França era referência para a elite pelotense em muitas situações. Em 1875, nas primeiras discussões acerca dos cursos noturnos o Correio Mercantil refere o exemplo da França como modelo de sociedade em que cursos noturnos alcançaram objetivos exemplares entre as camadas populares. Diz o jornal: "Um exemplo bem vivo e bem recente tem sido a França, com especialidade depois do desastre do Império. As estatísticas curiosas das suas classes noturnas, o número extraordinário dos alunos que freqüentam, os maravilhosos progressos que constantemente manifestam, ainda há bem pouco nos deram em Jacy, o menino-poeta, nascido nas últimas camadas da sociedade parisiense, um exemplo animador. A França, a primeira que compreendeu o grande pensamento da instrução fácil e gratuita, a despeito da sua organização centralizadora, abre hoje uma lista de notabilidades literárias e científicas que rasgaram as trevas do pleubismo para luzirem como belíssimas estrelas nos destinos morais da grande nação" (Correio Mercantil, 14/04/1875).

Em alguns discursos é possível perceber o objetivo da formação do homem-trabalhador através da educação moral. Observe-se alguns exemplos:

Resta agora que os pais ou encarregados dos meninos a quem faltam as primeiras noções de instrução, aproveitem o favorável ensejo que gratuitamente se lhes oferece para prepará-los de maneira a *tornarem-se úteis à Pátria e à sociedade* (Correio Mercantil, 26/01/1879) (Grifo meu).

Sem a menor retribuição a Biblioteca oferece-se a *esclarecer o espírito* de homens e crianças, e, no entanto, o número de alunos que freqüentam os cursos não é o que se devia esperar.

Mesmo grátis há muitos que não querem aprender!

E os meninos andam por aí como vagabundos, sem ao menos possuírem ligeiras *noções de moral e bons costumes*, e os pais pouco se importam com esse estado de ignorância e atraso (Diário de Pelotas, 17/06/1879) (Grifos meus).

Os cursos noturnos franqueados à população, foi uma idéia sublime, pois neles o artista, o menino desvalido, vai encontrar o *pão para o espírito*, e sair desse mundo de *ignorância tão prejudicial à sociedade* (Correio Mercantil, 04/12/1877) (Grifos meus).

É bastante interessante a analogia da instrução com o pão - no caso, pão espiritual - que constantemente aparece nas falas dos "homens da Biblioteca". É como se os indivíduos que não *alimentassem o espírito*, que não *bebessem os conhecimentos*, estivessem fadados a uma "morte" precoce. Não instruir-se era, naquele momento, morrer espiritualmente, ou o mesmo que cometer um crime, principalmente se a chance estava ao alcance das classes populares com os cursos da BPP. *A ignorância é um crime imperdoável, quando para combatê-la se apresenta a luz e é repudiada*, afirmava o Diário de Pelotas (23/11/1879), comentando a pouca freqüência dos alunos nas aulas noturnas. As mesmas palavras foram mencionadas na posse da diretoria da BPP em 10/04/1877, em referência a essas aulas: (...) *hoje na nossa sociedade, depois de iniciada tão proveitosa instituição, será um crime que um homem, seja ele de que classe for, se diga analfabeto*.

Os cursos da Biblioteca eram, portanto, uma forma de *cultivar o espírito*, representavam a possibilidade de redenção dos homens das classes populares, isto é, eram um modo desses homens estarem mais *próximos da civilização*. A instrução era vista como valor e potencial de regeneração dos sujeitos, de liberdade, de racionalidade, de progresso. Estes eram, em última instância, os resultados morais da instrução, objetivo maior dos cursos noturnos. *A instrução realça um homem à um grau de elevada dignidade; a ignorância abate-o, coloca-o no mesmo nível dos irracionais* (Diário Popular, 24/02/1891). A idéia de que a instrução oferecia um grau de racionalidade maior em contraposição às paixões desenfreadas, aos maus

instintos, à imoralidade, considerados traços constituidores da personalidade dos homens das classes populares, esteve pois fortemente presente no cotidiano desses cursos.

Na concepção das elites, este era o seu papel em relação às classes populares: iluminar, guiar, conduzir seus destinos. E este papel estava, no caso dos cursos noturnos, nas mãos de alguns poucos predestinados: os professores. Eram eles que desempenhavam a tarefa de oferecer aos meninos, rapazes e homens adultos que freqüentavam as aulas, as *luzes do espírito*, que *suavizarão os caminhos de suas vidas* (Correio Mercantil, 22/12/1905). Quando os alunos obtinham bons resultados nas aulas, ou quando o comportamento era considerado adequado e, portanto, merecedor de elogios, era sempre aos professores que estes elogios eram endereçados. O mérito era sempre deles, *os dignos preceptores*, como se ao ensinar homens das classes populares realizassem uma tarefa quase impossível, beirando o divino.

Em algumas situações, os professores eram apresentados como os redentores de toda uma geração, os prestadores de um serviço social inigualável. Eram quase que endeusados, como se o oferecimento de seus *préstimos* à causa da educação do povo os tornasse diferentes - melhores - na hierarquia social, especialmente considerando que no primeiro ano de funcionamento dos cursos (1877), lecionavam gratuitamente na Biblioteca. Somente na metade do ano de 1878 é que a instituição garantiu, através de um subsídio da Assembléia Provincial, o pagamento de salário. Desempenhar as funções de professor nas aulas noturnas gratuitamente tornava-os ainda mais merecedores dos créditos da sociedade. Merecem atenção especial as palavras dirigidas a eles, quer seja pelos jornais, quer pelos diretores do mês⁴⁷ da Biblioteca em seus relatórios. As expressões mais comuns eram: *distintos professores, dignos preceptores, generosos, hábeis, patrióticos, incansáveis professores, sustentáculos do estabelecimento, esforçados, dedicados, infatigáveis, inteligentes professores, novos pais, abnegados, empenhados, zelosos profissionais*, e outras tantas qualificações semelhantes.

A Comissão dos Exames Finais de 1885 deixa claro que era dos docentes o mérito pelo sucesso dos alunos:

Sendo este brilhante resultado *devido especialmente aos nobres esforços dos ilustros professores*, os Srs. Francisco de Paula Pires e Pompílio Irahy da Fontoura, a comissão jubilosa louva-lhes o modo porque se houveram no desempenho de tão *árdua tarefa* e felicita a cidade de Pelotas por conter em seu seio uma instituição que tantas luzes espalha (Correio Mercantil, 16/01/1886) (Grifos meus).

⁴⁷ Diretor de mês era um cargo na diretoria da BPP. Apresento mais detalhadamente a função do diretor de mês no próximo capítulo, já que este desenvolvia um trabalho pedagógico junto às aulas noturnas.

Em outra situação, a Comissão dos Exames Finais também elogiou, de forma veemente, o trabalho destes *incansáveis homens do progresso*:

A Comissão felicitou calorosamente o distinto professor, a cuja dedicação e a cujos esforços se deve ali em grande parte os incontestáveis triunfos escolares nas classes operárias e desprotegidas (A Opinião Pública, 21/12/1904).

Como já mencionei, esses professores, *distintos cavalheiros, dedicados cidadãos*, pertenciam à elite intelectual da cidade. Eram, em alguns casos, poetas, professores, diretores ou donos de escolas particulares de renome na cidade e na região. As palavras de Ildelfonso Simões Lopes, em um discurso de encerramento das aulas noturnas, são interessantes, na medida em que expressam quem eram os homens que lecionavam nestes cursos. Na ocasião, Simões Lopes afirmou que, nas aulas, os alunos se apossavam das noções de civilidade que lhes iam sendo inculcadas pelo *distinto professor Sr. Rodolpho Alves Motta que, a par da sua ilustração é um moço de fino trato* (Correio Mercantil, 22/12/1905)⁴⁸.

Esses *moços de fino trato* que estiveram à frente das aulas da Biblioteca eram modelo não só para os alunos como para a sociedade toda, pelo trabalho que prestavam, que se aproximava de caridade para com as *classes desfavorecidas*.

É interessante notar que foi especialmente a partir do século XVI que o trabalho do professor desenvolveu um caráter de vocação, de sacerdócio, permanecendo, muito fortemente, ainda hoje. Novamente, é possível remeter ao instigante trabalho de Varela e Alvarez-Uria (op.cit.), que apresentam a emergência, nas instituições escolares modernas, da figura do professor como um

⁴⁸A 1ª aula ficou 14 anos a cargo de Francisco de Paula Pires e a 2ª aula trocava, quase que anualmente, de professor. Embora não existam registros dos professores dos cursos noturnos, através das notícias dos jornais obtive a informação sobre alguns professores, em alguns anos, até próximo ao ano que delimita o final da pesquisa:

1877: Francisco de Paula Pires e João Afonso Corrêa de Almeida;

1879: Paula Pires e Arnizaut Furtado;

1881 a 1884: Paula Pires e Bento José Taveira;

1885 a 1889: Paula Pires e Pompílio Irahya da Fontoura;

1890: Paula Pires e Antonio Joaquim Ferreira de Campos;

1892: Mathias Guimarães;

1896: Domingos José Bento e Regulo Couto;

1903 José Landell e Honorato Soares;

1904: Rodolpho Alves Motta;

1905: Rodolpho Alves Motta;

1906: Frederico Steinforth, Humberto Ancarani e Octavio Augusto de Farias;

1909: Rodolpho Alves Motta e Honorato Soares;

1910: Armando C. de Azevedo.

exemplo de virtude, especialmente nos colégios jesuítas. Foi atribuído ao mestre, segundo Varela e Álvarez-Uria, um novo estatuto, o de autoridade moral. Proprietário pessoal de saberes, de capacidade de decisão sobre os alunos, profundo conhecedor de técnicas didáticas e pedagógicas, dos "mistérios da alma infantil", o professor se transformou, nas palavras dos autores, em um *onipotente especialista*. Teve suas funções incrementadas. Além de ministrar novos saberes deveria aplicar técnicas didáticas e pedagógicas para estimular e normatizar colegiais, já que o objetivo maior da instrução popular era converter e integrar trabalhadores à nova ordem social burguesa. Diante deste novo estatuto, importava-lhe menos a retribuição material e mais as retribuições de ordem simbólica. Comparado a um sacerdote, ele foi investido de autoridade, dignidade e respeito. Estes sentimentos também são perceptíveis na sociedade pelotense em relação aos "homens das letras". Desde que adaptados ao estilo de vida das elites, "os letrados" tinham um status bastante elevado. Os bens simbólicos - conhecimentos, instrução, erudição, formação superior - eram extremamente valorizados e faziam de alguns professores parte integrante da elite, os quais contribuíam à sociedade colocando seu trabalho intelectual à disposição. Mas uma ressalva precisa ser feita. Nem todos os professores tinham *o mesmo* status. Os professores públicos, ainda que respeitados, percebidos como modelo, eram diferentes dos professores das escolas particulares de Pelotas. Diferentes, porque nem sempre circulavam nos mesmos espaços e participavam das mesmas atividades, especialmente as assistenciais e culturais. Muitos dos professores das escolas particulares acumulavam outras funções: eram donos ou diretores destas escolas, advogados, poetas, jornalistas, políticos, escritores. Seu maior status talvez estivesse associado a estas atividades.

Era o caso da maioria dos professores dos cursos noturnos da Biblioteca, como Francisco de Paula Pires⁴⁹. Professor durante 14 anos na 1ª aula, Paula Pires ocupou, concomitantemente, desde 1877, os cargos de professor e bibliotecário da instituição, dos quais afastou-se apenas em 1892 quando foi dirigir o jornal O Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande. Era republicano - fundou, dirigiu e redigiu o jornal Radical, órgão republicano pelotense - e abolicionista, tendo sido secretário do Clube Abolicionista. Como poeta, escreveu e publicou livros e muitos trabalhos literários em jornais como A Tribuna Literária e Álbum Literário, desenvolvendo também atividades de redator e diretor nestes semanários. Fiel aos

⁴⁹Paula Pires, como era chamado, nasceu em Pelotas no ano de 1846 e morreu em 1915. Era farmacêutico, jornalista, poeta, ensaísta, novelista e antologista, segundo sua biografia que consta em "Escritores do Rio Grande do Sul" (1978) de Ari Martins. Foi professor de alguns colégios particulares de Pelotas de maior importância no século passado. Entre eles o colégio feminino "Honra e Trabalho" de propriedade da sua esposa Maria Luíza Arruda Pires e da sua cunhada Arabella Arruda Santos. Veja-se que - perfazendo uma rede de relações pessoais - Paula Pires era cunhado de Saturnino Epaminondas de Arruda, presidente da BPP por sete anos.

princípios positivistas, que defendia e propagandeava, Paula Pires usou as colunas do Radical, de sua propriedade, para defender a liberdade de ensino, a separação da Igreja e do Estado e os direitos iguais de todas as religiões perante as leis. Escreveu no primeiro número deste jornal, que circulou no dia 05/01/1890, as seguintes palavras: *Propagará as doutrinas positivistas, convencido de que elas exprimem as maiores conquistas do nosso século*. E, revelando sua identificação com os princípios fundamentais defendidos pelos positivistas brasileiros, afirmou: (...) *Será sempre decidido propugnador da liberdade de cultos, do casamento civil e da secularização dos cemitérios, como corolários da grande naturalização*. Escreveu várias vezes sobre estes assuntos e ocupou-se muito em expor suas idéias anticlericais. Denunciava que as escolas públicas insistiam em manter o ensino religioso em suas aulas, mesmo depois que a República fora instalada e, com ela, banidas as doutrinas religiosas nessas aulas. Até seus poemas eram inspirados nestes assuntos, como um, publicado em 26/02/1891 em A Pátria, cuja última estrofe dizia:

(...) Feliz jamais a igreja fez a gente,
Apenas torna seu contribuinte
O pobre Zé Povinho inconsciente.

O importante é considerar que Paula Pires, ao longo dos 14 anos em que permaneceu como professor na Biblioteca, provavelmente disseminou suas idéias entre seus "pupilos", já que afirmava que os analfabetos deveriam ser *insinuados por homens de esclarecida inteligência* (Radical 26/01/1890). Dentre estes "homens de esclarecida inteligência" estavam ele e os demais professores que passaram pelos cursos.

Na primeira Conferência Pública, uma atividade inaugurada em 24/08/1877 nos salões da Biblioteca, os professores dos cursos noturnos foram os principais homenageados. Joaquim Napoleão Arruda, membro da diretoria da BPP (irmão de Saturnino E. de Arruda e cunhado de Paula Pires), realçou a modéstia e desprendimento daqueles que deveriam ser exemplo para os demais:

Inspirai-vos nos exemplos de dois cidadãos distintos, que por aí passam cabisbaixos e esquecidos, ocultando sob as roupagens de uma honrosa modéstia, os relevantes serviços que prestam a causa da sociedade.

Falo-vos dos professores que dia a dia, sem a mínima recompensa e com o mais decidido afã, deram a essência de suas luzes e dedicação como jorro bendito, como água lustral, sobre aqueles que freqüentaram os cursos noturnos gratuitos estabelecidos pela atual diretoria da Biblioteca (Diário de Pelotas, 26/08/1877).

Já noutro discurso, lido por Angélica Conceição, moça da elite pelotense⁵⁰, transparece a sacralização da figura daqueles homens:

Apareceram dois entes humanos: se surgiram da matéria, só matéria deviam ser; e seria realmente assim? Não, pois *alguma coisa superior à nossa expectativa se continha nesses corpos*; o que era? A filosofia responde: *era o influxo divino*, era a primeira partícula da educação encarnada nesses *entes predestinados* a contribuírem com a humanidade!

Toda a riqueza da terra abate-se, todo o brilhantismo de seus afetos ofusca-se, se a par dessas quimeras mundanas não governar o fanal da educação.

Cultivar a razão, educar o povo é a tarefa mais sublime do mortal (...) (Diário de Pelotas, 26/08/1877) (Grifos meus).

Os professores eram vistos como verdadeiros profetas, predestinados, colaboradores incansáveis na construção da ordem social, porque dedicavam parte de sua vida a uma causa nobre, louvável: ensinar aos *alunos absolutamente pobres, aos proletários, às classes desfavorecidas, aos moços sem recursos, às camadas mais ínfimas da população, ao povo ignorante*. Manifestava-se, em algumas destas palavras, uma concepção depreciativa e preconceituosa em relação aos homens das classes populares, alunos dos cursos noturnos.

Sendo assim, o trabalho dos docentes na BPP era enaltecido principalmente pelo tipo de clientela que os cursos atendiam: homens adultos e menores das classes populares, negros e brancos, nacionais e estrangeiros. Esta multiplicidade de *homens* fazia dos cursos da Biblioteca um espaço de convivência e de relações, às vezes tensas, permeadas por disputas, por rivalidades. Tanto dos alunos em relação aos professores - o que sempre acabava em suspensões e expulsões - como dos professores para com os alunos e, ainda, entre os próprios alunos, realidade sugerida especialmente pela carta que o professor Bento José Taveira escreveu para a diretoria da Biblioteca em 1881, em que refere o *mal entendido* que havia entre alunos *de idades e cores diferentes* (Carta manuscrita, 1881).

As diferenças étnicas, de nacionalidade e de faixa etária dos alunos merecem uma atenção especial. Ao analisar estas diferenças é preciso ressaltar que não se trata de negá-las, mas de considerar que elas foram, em algumas situações, justificativa para a condição de opressão, de hierarquização e de subordinação, ou seja, justificativa das desigualdades sociais de alguns grupos. Suárez (op.cit.) argumentou recentemente que "a sociedade ocidental se organiza a partir de um

⁵⁰Angélica Conceição participava freqüentemente de atividades desta natureza, lendo discursos elaborados por outras pessoas, via de regra homens. Era o caso dos discursos escritos por Antonio Joaquim Dias para ocasiões consideradas especiais na BPP, e posteriormente publicados no Correio Mercantil.

princípio hierárquico em virtude do qual as diferenças parecem se tornar necessariamente desigualdades" (p.22).

Algumas autoras, sob diferentes enfoques, têm se dedicado à reflexão sobre as questões da desigualdade e da diferença. Pode-se dizer que estas questões estão na base mesmo do pensamento feminista. Segundo Louro (1994a), o conceito de gênero "teve como alvo os partidários das interpretações biologistas" (p.2). Isto significou atingir "aqueles que atribuem às diferenças biológicas as distinções sociais, ou melhor, que ancoram na biologia os arranjos sociais desiguais e hierarquizados de homens e mulheres" (p.3). Se isto é colocado especificamente para as relações de gênero, pode também ser pensado para outras relações sociais. Suárez (op.cit.), ao analisar o sexismo e o racismo, argumenta que ambos são "expressões ideológicas da representação essencialista do mundo; são desdobramentos metafóricos da mesma estrutura que lê nas diferenças biológicas capacidades e incapacidades coletivas" (p.13). Portanto, dar visibilidade às diferenças entre os alunos não é negar sua existência mas, fundamentalmente, refletir no sentido de mostrar que as diferenças entre mulheres e homens (de sexo), brancos e negros (de cor de pele), nacionais e estrangeiros (de lugar de origem), menores e adultos (diferenças baseadas na faixa etária - as desigualdades sociais entre estes dois grupos estão manifestadas, por exemplo, pelo não pagamento ou pagamento de remuneração menor pelo trabalho infantil) foram tomadas para reforçar as desigualdades sociais entre estes grupos.

As diferenças de nacionalidade foram motivo de atenção em todos os relatórios, onde havia a designação do número de alunos freqüentes especificados por nacionalidade. Em pelo menos um relatório, em 1896, o diretor de mês elogiou a participação dos estrangeiros nos cursos:

(...) nota-se mais animação na freqüência da parte dos estrangeiros que dos nacionais. Os alunos que freqüentam os cursos em número de 72 são das seguintes nacionalidades: 54 brasileiros, 6 portugueses, 5 italianos, e 3 austríacos, 2 poloneses (Correio Mercantil, 05/08/1896) (Grifo meu).

Desde a fundação dos cursos noturnos tem sido matriculados 125 alunos, sendo 71 brasileiros, 37 portugueses, 11 franceses, 3 paraguaios, 3 ingleses e 1 italiano. (Correio Mercantil, 18/06/1878).

Esta suposta animação dos estrangeiros, referida em 1896, pode ser lida como um elogio para estes indivíduos e uma sugestão de que os nacionais estivessem atentos ao comportamento destes. É preciso considerar que a idéia da superioridade do imigrante em relação ao elemento nacional estava presente na sociedade pelotense naquele período, pois marcou o momento da pós-abolição; em que um grande número de imigrantes passou a ser desejado para ocupar funções no mercado de trabalho.

Ao longo da segunda metade do século XIX, os projetos imigrantistas tomaram vulto no Brasil. Conforme Azevedo (op.cit.), o objetivo era que o imigrante ocupasse mais do que os lugares vazios deixados pelos escravos, ou seja, o objetivo não era apenas que o imigrante atendesse ao problema da suposta escassez de braços, mas a reivindicação da vinda de imigrantes brancos tinha claramente o objetivo de substituir o negro em todos os setores, não só rurais como também urbanos. A idéia dos reformadores do século XIX era de que havia necessidade de renovar a população brasileira a partir da imigração branca, porque o elemento nacional pobre e os negros africanos eram considerados inferiores, havendo o intuito de buscar no exterior o povo ideal para formar a futura nacionalidade brasileira. O que os imigrantistas esperavam é que os nacionais pobres e livres e os escravos se regenerassem em contato com a população de imigrantes, "via miscigenação ou simplesmente exemplo moralizador" (Azevedo, op.cit:168). O propósito destes projetos era conseguir o "branqueamento" da população brasileira que, alcançando as características físicas mais próximas do branco europeu adquiriria, na visão da elite, também as características morais, que eram consideradas superiores.

Nesse período os imigrantes, especialmente os europeus, eram considerados "elementos sociais avançados" (Azevedo, op.cit.) e os únicos trabalhadores que sabiam conjugar harmoniosamente trabalho e liberdade. Com isto, tinham uma missão em relação à população brasileira: deviam ser introdutores e agentes de progresso e civilização.

Estudando as disputas entre os nacionais e os estrangeiros, Chalhoub (op.cit.) analisa, tendo a cidade do Rio de Janeiro como palco, as rivalidades, os conflitos e as solidariedades étnicas e nacionais "enquanto expressões das tensões provenientes da concorrência da força de trabalho" (p.35), na formação do mercado de trabalho capitalista. Segundo o autor, as classes dominantes reconheceram no imigrante um agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista, já que o negro era visto como mau trabalhador, especialmente sob as novas relações de trabalho livre. Certamente existiam, também em Pelotas, disputas pelas oportunidades no mercado de trabalho, entre nacionais e estrangeiros. Exemplo disto eram os anúncios dos jornais, como este:

Precisa-se de um menino de 13 a 14 anos que saiba ler, *preferindo-se estrangeiro ou filho*, à rua Tiradentes - Hotel Pepe (Correio Mercantil, 09/12/1907) (Grifo meu).

Subjacente à *preferência* pelos estrangeiros está a idéia, reforçada pelas teorias científicas do século XIX, da superioridade moral, intelectual e de capacidade de trabalho do imigrante branco em relação ao nacional e ao negro, que sem dúvida repercutiu entre os alunos e professores das aulas noturnas da BPP.

Por outro lado, como uma espécie de contraface dessa visão, havia também nas aulas da Biblioteca Pelotense a preocupação com a transformação dos estrangeiros em verdadeiros brasileiros. Em uma festa de encerramento das aulas, em 1906, o presidente da BPP dirigiu-se aos alunos nacionais e estrangeiros com as seguintes palavras:

Estamos em época de luta e de trabalho e a juventude deve encontrar-se na sua primeira fila. Buscai fortalecer-vos intelectualmente pelo trabalho viril que dignifica o homem e pelo estudo que conforta a alma.

Se sois desta Pátria abençoada, fortalecei-vos na pira de seu grande amor, procurai patrioticamente fazer-vos úteis e fortes, preparando-vos para torná-la cada vez mais querida e respeitada, a par dos povos modernos.

Se sois estrangeiros, apartados de vossas famílias e do lar, com a recordação e a nostalgia sempre latente em vossos corações, *acompanhai, imitai os filhos desta terra*, sob a égide santa dum nobre fim, pelo convencimento forte que deveis sempre ter da consideração dos *bons brasileiros* (Correio Mercantil, 10/12/1906) (Grifos meus).

No início do século XX havia já a preocupação com as idéias trazidas pelos imigrantes, especialmente as idéias anarquistas. Houve por parte da elite brasileira, nesse momento, uma certa cautela em relação aos trabalhadores estrangeiros, pois alguns foram considerados perturbadores da ordem. Nas palavras do Presidente da Biblioteca no encerramento do ano letivo, em 1906, um "pequeno conselho" para que os estrangeiros imitassem os *bons brasileiros*. Inverte-se o discurso, tendo em vista sempre a formação de "bons trabalhadores", ou seja, os estrangeiros serviriam como modelo ideal enquanto correspondessem às expectativas da elite, mostrando-se disciplinados e ordeiros.

Na realidade, nacionais e estrangeiros eram "emulados" a ser o que não eram: os brasileiros deveriam imitar a suposta superioridade moral e intelectual dos estrangeiros; estes, por sua vez, deveriam negar-se enquanto tal para se sentirem brasileiros. Uma forma de - possivelmente em função da classe a que pertenciam - afirmar que ambos os grupos estavam "em falta", "em déficit", necessitando assim "aprimorarem-se" mais e mais através da instrução.

Porquanto fossem todos os alunos homens das classes populares, o grau de conhecimento de cada um foi considerado critério suficiente para organizar as turmas nos cursos noturnos. O que definia se o aluno iria freqüentar a 1ª ou a 2ª classe era a habilidade cognitiva: saber ou não ler, escrever, fazer operações matemáticas. Possíveis conflitos e dificuldades decorrentes da grande diferença de idade entre os alunos não foram inicialmente considerados. A separação dos alunos tendo como critério as idades só se revelou necessária bem mais tarde, quando o convívio destes grupos, nas mesmas classes de ensino, se manifestou problemático.

Os menores⁵¹ e os adultos tiveram nos cursos noturnos um relacionamento conturbado. Os menores, sempre em maior número, eram apontados pelos professores como desinteressados, indisciplinados, desordeiros, atrapalhando os adultos, estes sim, interessados em aprender. As alegadas inadequações pedagógicas e morais das aulas em conjunto para menores e adultos foram, então, motivo de inúmeras discussões entre os "homens da Biblioteca".

Ariès (op.cit.) afirma que, em relação ao ensino, até o fim do século XVIII não havia a idéia de separar adultos e crianças. Desde as sociedades medievais era natural que um adulto se misturasse às crianças para aprender, já que o ordenador do ensino era a matéria ensinada. As classes eram, portanto, divididas em grupos, tendo como critério básico a capacidade dos alunos, sob a direção de um mesmo mestre, num único local. Pouco a pouco estas classes foram se distinguindo mais, com a presença de um professor especial para cada grupo, para finalmente, as classes e os professores serem isolados em salas especiais. Isto, segundo Ariès, gerou a estrutura moderna de classe escolar. A separação por idade aconteceu mais tarde, durante o século XIX, o que já indicava uma conscientização da particularidade da infância e da juventude, como demonstra o autor. O século XIX marca, portanto, a "fixação de uma correspondência cada vez mais rigorosa entre a idade e a classe" (Ariès, op.cit:177).

Jurandir Freire Costa (1989) constatou que, também no Brasil, nas primeiras etapas da escolarização, as crianças de idades diversas assistiam aulas em comum. A organização das turmas era feita pelo grau de conhecimento dos alunos e a idéia de graduação do ensino considerando a diferença etária era estranha ao método pedagógico. Pouco a pouco, ao longo do século XIX, os higienistas, principais normatizadores e disciplinadores da vida brasileira naquele momento, argumentaram que havia riscos morais em deixar crianças de idades muito diferentes nas mesmas aulas. Assim, as famílias e os educadores instituíram a regra da discriminação por idades para organizar as classes de ensino.

⁵¹É interessante observar que os "homens da Biblioteca" quase nunca se referiram a este grupo como "crianças". A denominação era, na maioria das vezes, menores. Segundo André Ricardo Pereira (1994) em seu estudo sobre a origem de dois mitos da política social brasileira, criança refere-se a uma etapa da vida (de 0 a 14 anos) e menor qualifica uma condição - de marginal. Nas palavras do autor, no início do século XX no Rio de Janeiro, "a figura do menor era a de um indivíduo desprovido de família, perambulando pelas ruas, vivendo de expedientes, como a atividade de 'entregador de folhas' (jornaleiro) ou engraxate. Nestas circunstâncias instáveis, ele poderia se transformar em perigo para a propriedade privada ou em um futuro adulto ocioso, um mendigo, fonte de doenças contagiosas e 'corrupção dos hábitos'" (p. 99). Pereira diz que o menor, na qualidade de 'moralmente' abandonado, só teria como saída "a educação para o trabalho, cuja introjção disciplinar suplementaria a falta de um ambiente familiar adequado" (p. 103).

Nas aulas da BPP a relação entre idade e classe de ensino só foi estabelecida durante a década de 80 do século XIX. Embora as crianças alunas dos cursos noturnos já tivessem ingressado no mundo dos adultos antes mesmo de ingressar nas aulas da Biblioteca, em função do trabalho precoce, no interior da instituição houve sempre, após os primeiros anos de funcionamento dos cursos, tentativas de demarcar diferenças entre uns e outros. Não há explicitação, em momento algum, da idade que determinava ser menor ou ser adulto⁵², mas é certo que houve dificuldades para consolidar estas tentativas de separar os dois grupos. Uma delas foi a pouca frequência dos adultos em alguns anos ou em algumas épocas do ano, a constante rotatividade dos alunos, desistência e abandono das aulas, o que reduzia sensivelmente as classes. Era comum que concluíssem os cursos por volta de oito ou dez alunos. Outra dificuldade era que só havia dois professores: um para a primeira aula e um para a segunda. Separar adultos e menores significava aumentar em duas classes o curso noturno. Não havia disponibilidade de recursos humanos e financeiros - a Biblioteca mantinha, com seus próprios recursos, os salários dos professores, e esporadicamente com uma ajuda, nem sempre garantida, da Assembléia Provincial -, e de espaço físico. Portanto, apesar dos muitos anos letivos em que a separação dos adultos e crianças foi tema de discussão, na prática, foi difícil de viabilizar e de manter esta proposta. Embora as diretorias, em alguns anos, deliberassem neste sentido, só no ano de 1883 é que houve uma efetiva experiência de aulas separadas tendo como critério a idade. Para que isto se procedesse foi necessário que funcionassem conjuntamente a 1ª e a 2ª aulas, ou seja, um dos professores ficou responsável pelos alunos adultos de ambos os graus de ensino e outro pelos menores. Uma das justificativas apresentadas na ocasião dizia respeito às diferenças nas *explicações das lições, que divergem inteiramente*, ou seja, para professores e dirigentes da Biblioteca, os métodos pedagógicos se diferenciavam no ensino segundo a idade. Segundo o relatório do diretor de mês de abril de 1883, *entre os menores atua o trabalho de memória, influenciando mais o de raciocínio nos adultos* (A Discussão, 28/03/1883).

Os "homens da Biblioteca" fizeram vários esforços, após 1883, no sentido de viabilizar a separação dos alunos por idade. As justificativas foram as mais variadas. A principal delas era, justamente, o suposto mau comportamento dos menores. Em um relatório de 1884, o diretor do mês manifestou-se sobre a presença destes na escola:

⁵²Adiante menciono a participação dos menores nos exames finais. Considero, para isto, menor até a idade de 15 anos, e adulto a partir de 16 anos. Levei em consideração, para delimitar estas idades, os relatórios apresentados pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos ao Conselho Municipal, no início do século. Nestes Relatórios havia referência às aulas primárias para crianças de 7 a 15 anos. Registre-se que os Relatórios foram localizados na "Sala do RS" na BPP, e quando voltei para copiar as referências sobre as aulas primárias estes não foram mais encontrados.

(...) Notei grande inconveniente na admissão de menores neste curso e observei que só a maiores convinha matricular-se. Primeiro porque, como está patente, estes não podem freqüentar as aulas públicas e dedicam-se com vontade aos estudos; o que não acontece com os segundos que, em grande maioria, só servem para perturbar a ordem quando funcionam as aulas.

Obviamente, esta medida extrema de não aceitar matrículas de menores não foi levada a efeito, mas medidas no sentido da separação destes grupos foram reiteradamente tentadas.

A discussão sobre a separação dos adultos e das crianças nas aulas noturnas da BPP acentuou-se no início do século XX. É preciso considerar que, neste período, o Brasil era palco de profundas mudanças preconizadas, ao longo do século XIX, pelo discurso médico higienista; este influenciou a mentalidade e a vida da família brasileira, principalmente da elite e, conseqüentemente, mudou a visão que se tinha da infância. Mesmo considerando que, para ser aceito no curso, a condição de trabalhador se sobrepunha à condição de criança dos alunos menores, o discurso médico-higienista e pedagógico da valorização da infância, com a determinação de que havia atividades intelectuais próprias de cada idade, influenciou as iniciativas de separação daqueles dois grupos. A infância foi uma das principais preocupações dos médicos. Segundo Araújo (op.cit.), no Brasil, especialmente com o advento da República, houve um despertar da consciência da especificidade da infância e da necessidade de diferenciá-la do mundo adulto, preparando a criança para ser o "novo" cidadão. Coube aos médicos, em grande parte, a responsabilidade de construir um cidadão disciplinado e higiênico para o futuro, de prescrever normas de conduta para a família. A mesma autora ressalta que um dos principais pontos do discurso médico-higienista era a valorização da disciplina física e moral na educação das crianças. Costa (op.cit.), ao analisar os efeitos do discurso médico sobre a família brasileira, afirma que "a tarefa dos higienistas era a de converter sujeitos à nova ordem urbana" (p.36), produzindo "cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado, da pátria" (p. 48). Para que isto se desse de forma efetiva, era preciso impedir, nas aulas da Biblioteca, que menores e adultos, convivendo de forma desarmônica, fossem exemplos ou "resultados" negativos da empreitada de formar bons cidadãos e bons trabalhadores.

Se estas preocupações em relação à família em geral e à infância em especial estiveram tão fortemente presentes no discurso médico, elas provavelmente fizeram eco entre os "homens da Biblioteca". Era preciso marcar, no espaço da Biblioteca, as diferenças entre adultos e crianças. Ao que tudo indica havia, também, uma preocupação com a sexualidade, com os contatos entre os adultos e os menores, com a "aglomeração" de alunos. Costa (op. cit.) também

analisou a visão do discurso higienista sobre a infância, e revela que a divisão por faixa etária e sexo era a condição para o "controle da sexualidade e para o estabelecimento do tipo de aprendizado intelectual que os higienistas defendiam" (p. 186). A partir da obra deste autor é possível perceber que o século XIX marcou um momento de grande controle e regulação sexual. O discurso higienista determinou o lícito e o ilícito, o profano e o sagrado em termos sexuais. O sexo sem amor, o sexo fora do casamento e o sexo sem procriação foram amplamente condenados. Foi estabelecida uma relação direta entre sexo, amor, casamento e procriação. É nestas regulações que se inscreveram os cuidados com a sexualidade infantil e juvenil, principalmente no interior dos colégios masculinos, como analisa Jurandir Freire Costa (op.cit.).

Em 1903, o jornal Correio Mercantil publicou a resolução da diretoria da Biblioteca, de criar uma aula para os adultos que estavam em número reduzido nos cursos. A alegação quanto à diminuição na frequência de adultos foi a seguinte:

(...) A diretoria da Biblioteca Pública Pelotense reconhecendo ser diminuto o número de adultos que freqüentam a aula noturna desta instituição, *devido talvez a promiscuidade em que estão com os alunos menores*, resolveu, em uma das suas últimas sessões, criar uma aula especial para aqueles logo que haja número suficiente deles matriculados (Correio Mercantil, 14/07/1903) (Grifo meu).

Promiscuidade, segundo o Dicionário Aurélio (1986), significa "qualidade de promíscuo, mistura desordenada e confusa". Promíscuo, por sua vez, em uma primeira definição é "agregado sem ordem nem distinção; misturado, confuso, indistinto". O segundo conceito põe-se nos seguintes termos: "diz-se de pessoa que se entrega sexualmente com facilidade". É difícil afirmar que a notícia do jornal Correio Mercantil, acima reproduzida, referia-se à promiscuidade no sentido de encontros sexuais. O mais provável é que a referência seja em função de que juntar adultos e menores fosse considerado uma "mistura desordenada". Os alunos dos cursos noturnos estiveram sujeitos a um processo de classificação, de ordenação, segundo critérios étnicos, de nacionalidade, de faixa etária. Ou seja, os brancos eram considerados melhores que os negros, os imigrantes melhores que os nacionais e os adultos melhores que os menores. Sendo assim a escola da Biblioteca foi um espaço de produção e reprodução de divisões sociais, tanto pelo que fez como pelo que deixou de fazer. Antes mesmo dos alunos entrarem em sala-de-aula os cursos noturnos impunham divisões. A primeira delas foi a seleção de uma clientela masculina. Ao se constituir como um espaço exclusivamente masculino acentuou as desigualdades sociais de gênero. E ao considerar os menores menos capazes e menos disciplinados revelou e reafirmou a hierarquia com que certos grupos sociais eram tratados.

Essas desigualdades sociais também podiam ser observadas, na sociedade pelotense, em relação ao grupo étnico. Na única carta manuscrita conservada nos arquivos da BPP, o professor Bento José Taveira, em 1881, registrou algumas das divergências que havia entre menores e adultos, sendo, também esta a única referência explícita das rivalidades entre negros e brancos nas aulas:

(...) Assim temos por esta forma contínua e sucessivamente de lidar sempre com os mais incapazes, os refratários e os novos admitidos: com tais elementos e *ainda o mal entendido... que os alunos de maior idade têm de se emparelharem com os pequenos e uns com outros de cores diversas*, não é provável que se possa jamais conseguir satisfatoriamente uma criteriosa demonstração pública como é nosso espírito (Carta manuscrita, 1881) (Grifo meu).

Descobrir que os negros freqüentavam as aulas noturnas da BPP não foi fácil. Assim como há, na fase inicial dos cursos noturnos, um silêncio sobre a ausência das mulheres - já que o caráter masculino dos cursos só se explicita quando as aulas já estão em pleno andamento - há um imenso silêncio sobre a presença ou a ausência dos negros nas aulas. Ao contrário do gênero, que se colocava pela obriedade dos nomes nas listas de matrículas, o fato dos alunos serem negros ou brancos não está registrada em lugar algum. Foi ao "conhecer" alguns alunos negros, entre eles Rodolpho Ignácio Xavier, aluno em 1883, com 10 anos, Boaventura Ignácio Xavier e seus filhos Pedro, Boaventura e Mathias, que estudaram na escola nas décadas de 80 do século passado e nos primeiros anos deste século, e os irmãos Juvenal e Durval Moreno Penny, alunos em 1899, que foi possível concluir que os negros podiam efetivamente matricular-se como alunos dos cursos noturnos. Estes alunos destacaram-se em Pelotas na luta pelas causas negras. Os irmãos Penny fundaram, em 1907, o jornal A Alvorada, que tinha como principal objetivo *a defesa de todo aquele que fosse atingido pelo preconceito de cor dentro ou fora do país* (A Alvorada, 05/05/1956). Rodolpho I. Xavier, um dos mais importantes líderes sindicais do início do século, foi um dos principais redatores do jornal por longos anos.

O Clube Carnavalesco Nagô foi, também, um indicador da presença dos negros nas aulas da Biblioteca. Entidade de prestígio no carnaval pelotense, era formado apenas de negros, que usavam as ruas da cidade durante o período carnavalesco para protestar quanto à condição de vida dos negros na sociedade. Membros da diretoria na década de 80 como Alfredo Teixeira de Moraes e José Maria dos Santos, foram alunos nas primeiras turmas dos cursos noturnos da BPP (Correio Mercantil, 23/01/1884 e 29/08/1886).

A reprodução no Correio Mercantil em 1884 da fala de um negro, pai-de-santo, o Pai Domingo di Cancela, é surpreendente e inusitada. O Correio Mercantil reservava espaço para as manifestações do Clube Carnavalesco Nagô. Ainda não dominando o código oral e escrito da cultura branca, os negros expressavam-se

misturando sua língua materna, o iorubá, e o português. No dia 06/02/1884 o Pai Domingo di Cancela, ao referir-se ao desfile do Clube Carnavalesco Nagô, mencionou a participação dos negros na "escola da biblioteca":

(...) Povo ziperotense zipera, nosso oj está negro severizado, já prendeu na *icolla de briotheca*, protanto abre o io comnosco; nosso vai faze turumbanda ni cabeça de sumce (Grifo meu).

A manifestação do Pai Domingo indica que o domínio da leitura, escrita e oralidade na língua portuguesa tornou-se importante para este segmento da população. Mello (op.cit.), analisando o episódio, argumenta que o que houve "foi um processo longo e penoso (...) no qual os negros dessacralizaram a escrita, forjando um projeto de intervenção social notável que combinava parte de suas tradições tribais com o domínio de um novo código lingüístico - o dos brancos (...)" (p.90).

Os fatos mencionados oportunizaram visualizar os negros como personagens das aulas noturnas. Mais do que isto, a questão foi compreender se os homens negros romperam com a discriminação e o preconceito para freqüentarem a BPP na condição de alunos, ou se justamente a discriminação e o preconceito fizeram dos negros alunos dos cursos.

É necessário considerar que a Biblioteca era uma instituição que concentrava alguns abolicionistas pelotenses⁵³ e como tal era "foco" de disseminação destas idéias. Não só cedia seu espaço para reuniões e manifestações abolicionistas como também arrecadava fundos, entre seus associados, para comprar cartas de alforria de escravos. O jornal Correio Mercantil registrou, em 05/12/1876, uma destas situações em que um sócio da BPP propunha uma campanha para arrecadar a quantia de 50\$000 réis para alforriar uma escrava de nome Genuína, de 70 anos, cuja venda estava anunciada nos jornais locais. O Correio Mercantil inicialmente elogiava a iniciativa afirmando que isto demonstrava que a diretoria da Biblioteca sabia *compreender perfeitamente os dois grandes pensamentos da época: instrução e liberdade*, para a seguir publicar os termos da proposta:

Com o fim de praticar um *ato de caridade*, resolvi implorar um óbolo para livrar das garras do cativo a infeliz Genuína de 70 anos (...)

Na qualidade de membro da Biblioteca faço um apelo aos meus distintíssimos consócios, aqueles que trabalham em prol da sublime causa da instrução para que me auxiliem neste propósito.

⁵³Entre estes abolicionistas estava Piratinino de Almeida um dos fundadores e presidente do Clube Abolicionista pelotense e Francisco de Paula Pires, secretário do mesmo Clube.

Com este procedimento mostrarão que os conhecimentos difundidos pela instituição que sustentam, esclarecendo a inteligência, guiam o coração à prática das mais nobres virtudes.

O homem amante do adiantamento intelectual não pode ser indiferente à sorte dos seus semelhantes, jungidos ao despótico carro da escravidão.

Em nome da humanidade, do progresso, da civilização, em nome da liberdade - luz puríssima e esplêndida que dirige o homem a senda dos mais arrojados cometimentos - peço o óbolo da caridade em favor da infeliz Genuína. Salas da BPP, 2 de dezembro de 1876.

Felicíssimo Paulo de Freitas. (Grifo meu).

Se por um lado o abolicionismo era um ideal recorrente entre alguns membros da diretoria, que talvez explique a presença dos negros nas aulas noturnas, por outro lado é necessário também considerar que os negros - carregando o estigma da escravidão - eram associados a "raça degenerada" que precisava ser controlada e constantemente vigiada, especialmente no período pós-abolicionista. As mesmas características negativas atribuídas às classes populares de um modo geral, no século XIX, eram ainda mais acentuadas quando, associada a uma condição social desprivilegiada, estava a condição de negro.

Os atributos negativos que eram endereçados aos negros estão explícitos nesta matéria do jornal *Correio Mercantil*, dois anos após a Abolição da escravidão em Pelotas:

(...) Grande parte deles [os libertos], homens ou mulheres, deixaram a casa de seus senhores para aglomerarem-se nos cortiços e nos centros de perdição.

As mulheres *cedendo aos impulsos enervantes da raça*, entregaram-se em grande número à prostituição, como meio fácil de granjear a subsistência, pouco se lhes importando os princípios civilizadores e adiantados do agrupamento social em que vivem hoje.

(...) É preciso sem demora atenuar, se não se puder de todo extinguir, *as tendências do liberto para a inatividade e para a prostituição*, tendências com que ele entra para a comunhão social porque não as deixa na senzala ou no eito (*Correio Mercantil*, 18/02/1886) (Grifos meus).

Na matéria transcrita as tendências de *inatividade e prostituição* eram apresentadas como características naturais dos negros. Se as desigualdades de gênero se explicavam pelas diferenças biológicas e eram instituídas e legitimadas pelas práticas sociais e pelos discursos médico, jurídico, educacional, as desigualdades dos grupos étnicos não eram vistas de forma diferente. A inferioridade atribuída aos negros estava assentada, também, nas diferenças físicas. Ser negro ou ser branco, na sociedade pelotense, era ser detentor de determinadas capacidades ou incapacidades sociais, morais, intelectuais. Fortemente ancoradas em um pressuposto essencialista as diferenças físicas explicavam as desigualdades

dos grupos étnicos. No imaginário social estava presente a idéia de que era inerente, próprio dos indivíduos negros, um comportamento *selvagem*, bárbaro, anti-social. Azevedo (op.cit.) constatou em seu estudo que, do ponto de vista intelectual, os negros eram representados como grupos de baixo nível mental. Veja-se que em Pelotas estas idéias também estavam fortemente presentes:

(...) Tratando-se de pessoas nas condições dos pretos libertos, que não podem ter aspiração à carreira literária ou científica, é claro que o sistema de educação a adotar-se é muito simples e muito fácil.

(...) Instrução primária acompanhada de princípios morais e religiosos (...) (Adolfo Bezerra de Menezes, 1869) (Material do Clube Abolicionista de Pelotas).

Muitos seriam os exemplos ilustrativos que estão registrados nos periódicos pelotenses. Para o intuito de argumentar que os negros foram aceitos como alunos nos cursos noturnos (antes da Abolição apenas os livres e libertos) porque era necessário, na visão das elites, prepará-los para as novas relações de trabalho e para serem inseridos na vida em sociedade como indivíduos livres, é preciso conhecer, ainda, outras idéias sobre os negros, vigentes na vida pelotense. O Correio Mercantil apresentava os ex-escravos como grupos *completamente atrasados, alheios a todas as formas de existência social, sem profissão determinada, sem princípio de vida livre, (...) entes desamparados* (16/11/1883). Na mesma matéria do jornal a conclusão sobre as possibilidades de reverter este quadro:

Abram-se escolas por toda a parte; convidem-se os libertos a virem tomar assento nos bancos do estudo e do saber; dê-se-lhes *a doutrina moral, o conhecimento necessário dos seus deveres de homem perante a sociedade em que vivem; mostrem-se-lhes as vantagens do trabalho, da ocupação séria e honesta*, em uma palavra, habilite-se à economia social, à aplicação das suas forças ativas, afim de que a liberdade se sigam imediatamente *à paz, a ordem e a felicidade desejáveis* (Grifos meus).

No entanto, se o intuito das elites que fundaram a Biblioteca Pública e com ela propuseram aulas noturnas para as classes populares (incluindo os negros livres e libertos) era disciplinar, normatizar e prescrever normas, padrões e comportamentos, os homens que freqüentaram esta escola não se sujeitaram passivamente a este projeto. As condições de classe e de grupo étnico dos alunos forjaram tipos de lutas diferenciadas.

As últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX marcaram um momento significativo de organização dos trabalhadores pelotenses. Organizados em clubes, associações, sindicatos, os trabalhadores lutaram contra as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos. Havia solidariedade de classe,

percebida, entre outras coisas, pelo número de associações de amparo, de auxílio mútuo, de assistência e de categorias profissionais específicas que os próprios trabalhadores organizavam. Os negros, por sua vez, imprimiram formas específicas de luta contra os estereótipos negativos que lhes eram atribuídos, como forma de conquistarem espaço na sociedade pelotense e também na tentativa de melhorar a condição de vida a que estavam submetidos, pela sua condição duplamente marginalizada de classe e de grupo étnico. Na forma de clubes carnavalescos, irmandades, batuques, os negros tiveram uma ampla participação na vida pelotense. Mello (op.cit.) afirma que em Pelotas, entre os negros escravizados e libertos, muitas foram as formas de "manifestação da chamada cultura de resistência" (p.53). O autor dedica especial atenção às expressões da religiosidade e às formas de lazer dos negros pelotenses nas últimas décadas do século XIX, e conclui que, entre outras coisas, estas manifestações religiosas e culturais tinham o intuito de manter a identidade étnica dos negros.

Alguns alunos dos cursos noturnos participaram desta realidade como líderes operários ou dos movimentos negros do início do século. Uns estiveram à frente de associações de classe ou entidades culturais - como "Classes Laboriosas", "Grêmio dos Tipógrafos", "Clube Beneficente Harmonia dos Artistas", "Sociedade Dramática Filhos da Thalia"-; outros, participaram como membros de entidades negras - especialmente o Clube Carnavalesco Nagô e o Jornal Alvorada⁵⁴. Se foi possível visualizar esta realidade é porque a dominação não se impôs de forma absoluta.

Foi o caso, já mencionado, dos negros Rodolpho Ignácio Xavier e dos irmãos Juvenal Moreno Penny e Durval Moreno Penny. Alunos dos cursos noturnos na década de 80 do século XIX, os irmãos Penny fundaram, em 1907, o jornal A Alvorada⁵⁵, do qual Rodolpho Xavier tornou-se um dos mais importantes redatores. A história do jornal A Alvorada se confunde com a própria trajetória dos irmãos Penny e de Xavier⁵⁶. O semanário registrou em 05/05/1948, no seu 41º aniversário:

⁵⁴Dos alunos cujos dados obtive, todos participavam destas associações de classe, culturais ou carnavalescas, ocupando cargos nas diretorias.

⁵⁵O Museu da BPP guarda exemplares do jornal A Alvorada dos anos de 1946 até 1957. Estes jornais foram todos consultados e é a partir deste material que faço as considerações à seguir.

⁵⁶Juvenal Moreno Penny se manteve como proprietário do jornal Alvorada até 1946, portanto durante 38 anos. Seu irmão Durval Moreno Penny, diretor do jornal se afastou antes desta data para estudar medicina. A partir de 1946 o semanário passa a ser de propriedade de um grupo liderado por Rubens Lima, além de Carlos Torres e Armando Vargas.

(...) Durante trinta e oito anos Juvenal Penny manteve inabalável a direção deste semanário, auxiliado por seu digno irmão e nosso amigo Dr. Durval Penny e uma plêiade de colaboradores espontâneos e abnegados como Rodolpho Xavier, o mais antigo e cuja pena nunca se desviou do caminho retilíneo de uma conduta elogiável, abordando assuntos de interesse coletivo e combatendo os espezinhadores e inteligências tacanhas e arrogantes.

Muito tempo depois, e mesmo sem a presença dos irmãos Penny à sua frente, as referências sobre os objetivos pelos quais o jornal fora criado era motivo de matéria a cada aniversário do periódico - 05 de maio. Finalidades que se expressavam com as seguintes palavras: *o porta voz de uma raça e o defensor dos oprimidos* (A Alvorada, 05/05/1948). Rodolpho Xavier, em matéria publicada, expressou que o jornal esteve, desde seu início, *lutando (...) pela emancipação dos descendentes da África heróica e distante* (A Alvorada, 05/05/1955); *na defesa da instrução, da unidade racial e do progresso e interesses da terra pelotense* (A Alvorada, 05/05/1957).

Os irmãos Penny foram figuras que alcançaram projeção na sociedade pelotense. Juvenal Penny, além de proprietário do jornal, era também comerciante, dono da fábrica de fogos "São Veríssimo" (A Alvorada 13/01/1951). Depois que o jornal deixou de ser de sua propriedade era comum que elogiosas matérias sobre seu desempenho à frente deste semanário fossem publicadas. Em 1952, uma breve descrição da trajetória do jornalista foi referida. Segundo esta matéria, na época da fundação do jornal Juvenal Penny trabalhava durante o dia como tipógrafo do jornal federalista A Reforma e durante a noite compunha A Alvorada, que era impresso em oficinas de outros periódicos, já que não possuía oficina própria (A Alvorada, 05/05/1952 e 05/05/1957). A trajetória de Juvenal Penny indica que ele foi um homem extremamente engajado e comprometido com as lutas de seu tempo.

Durval Moreno Penny trabalhou como diretor do jornal, abandonando o semanário para estudar medicina. Segundo A Alvorada, *lutador desde sua mocidade, entregue ao estudo, conseguiu pela força de vontade, perdendo horas de descanso, formar-se por correspondência, em medicina* (A Alvorada, 04/04/1953)⁵⁷. Durval era proprietário de uma farmácia, onde "dava consultas" e foi chamado de "*médico dos pobres*" (A Alvorada, 04/04/1953). Lutou pela causa dos negros, não apenas através do jornal, como também participando da diretoria do Instituto São Benedito - para meninas negras -; no embate político esteve à frente da campanha do negro Monteiro Lopes para deputado federal (A Alvorada, 04/04/1953).

Na trajetória desses ex-alunos da "escola da Biblioteca", Rodolpho Xavier ocupou um lugar de destaque frente ao movimento negro e operário pelotense.

⁵⁷Segundo A Alvorada de 05/05/1948, Durval M. Penny formou-se em medicina pelo Instituto Nacional de Ciência em 30/04/1914.

Antes de tornar-se redator de A Alvorada em 1907, desempenhou várias atividades profissionais, todas ligadas ao trabalho manual. Em rápida "autobiografia" escrita e publicada no jornal nos dias 02/04 e 10/04/1955, Xavier diz que aprendeu os ofícios de vassoureiro, colchoeiro, maleiro nos anos de 1886 e 87, acabando por trabalhar como ajudante de pedreiro a partir de 1888, então com 14 anos de idade. Em 1891, segundo ele, aprendeu o ofício de chapeleiro, isto porque *quando sempre terminadas uma ou duas ou três construções ficava-se sem trabalho...*(A Alvorada 02/03/1955). O autor, antes de concluir a matéria, indica: *em 90, antes de irmos aprender o ofício de chapeleiro, andamos vendendo carnes e miúdos numa carroça indo buscá-los nas charqueadas do "Passo dos Negros" ou nas charqueadas da "Costa" por comprá-los mais barato* (A Alvorada, 10/04/1955).

Como redator de A Alvorada desde a sua fundação em 1907, Xavier escrevia matérias semanais no jornal sobre os mais diversos assuntos. Abordava freqüentemente a situação social, econômica e política a nível mundial - estabelecendo relações entre os problemas do Brasil e de outros países como Estados Unidos, França, URSS e os países da América do Sul -, nacional e local. Ocupou-se, por várias vezes, do problema do alto custo de vida, dos salários e das condições de moradia, de alimentação, dos serviços básicos como fornecimento de luz, água, saneamento e transporte coletivo para a classe trabalhadora. As leis trabalhistas, o cooperativismo e o sindicalismo foram temas tratados reiteradamente por Rodolpho Xavier, que lutou, à frente do jornal A Alvorada e da União Operária, pela obtenção das oito horas diárias de trabalho. Marçal (op.cit.:115) registrou a presença de Rodolpho Xavier na diretoria da União Operária como 1º secretário, em 1908.

Suas matérias no jornal foram, também, espaço de denúncia da situação dos negros no Brasil e em Pelotas. Várias matérias tratavam, ainda na década de 40 e 50, do "preconceito de cor" que havia entre os pelotenses. Xavier relatou situações em que os negros - e na maioria dos casos experiências vivenciadas por ele próprio - eram impedidos de entrar em vários locais de lazer na cidade. Em uma destas matérias intitulada *O estribilho é sempre o mesmo* (A Alvorada, 04/02/1951), o autor relembrou casos de preconceito racial de que fora vítima desde a adolescência em lugares como no *"baile dos brancos"* no chamado *Jardim Scotto, no Teatro Guarani, no cine Capitólio, no Café Lamego*. O redator também fazia questão de enaltecer "figuras ilustres da raça" como em matérias, por exemplo, sobre José do Patrocínio (A Alvorada, 17/05/1952) e sobre o deputado negro Carlos da Silva Santos (A Alvorada, 24/02/1951).

Um pouco das histórias destes três ex-alunos da "escola da Biblioteca" indicam que, se no cotidiano das aulas foram submetidos a um processo de disciplinamento, esse espaço ao mesmo tempo contribuiu significativamente subsidiando alguns homens das classes populares com um dos instrumentais necessários e fundamentais na luta social: a leitura e a escrita.

É preciso considerar também que os espaços organizados não eram, possivelmente, as únicas formas de luta. Segundo Chalhoub (op.cit.:31), "as relações de vida dos agentes sociais expropriados são sempre relações de luta, ou seja, o tempo e o espaço de luta no processo histórico não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados". Portanto, o cotidiano dos alunos dos cursos noturnos pode ter sido, também, *um tempo e um espaço* fundamentais na luta contra as formas de dominação a que estavam submetidos.

ALGUMAS QUESTÕES PEDAGÓGICAS DOS CURSOS NOTURNOS MASCULINOS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA BPP⁵⁸

Sem cuidar devidamente da instrução pública, nada poderemos adiantar: o analfabetismo tem dado lugar a que o povo se entregue à superstição, bestificando-se com doutrinas errôneas e caducas.

O único meio de convencer ao povo que vive nesse erro grosseiro é elucidar-lhe o espírito, é combater o horror das trevas com a evidência da luz.

Um povo analfabeto está apto para receber toda e qualquer doutrina, por mais absurda que ela seja.

(Do professor Francisco de Paula Pires. Radical, 13/04/1890).

4.1. Organização e funcionamento das aulas noturnas

Já referi várias vezes que o dia 1º de fevereiro de 1877 marcou a data de início dos cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública

⁵⁸Quando do início deste trabalho de pesquisa, não dispunha de quaisquer elementos empíricos ou indicações historiográficas que permitissem formar qualquer idéia, ainda que vaga, sobre o funcionamento dos cursos noturnos da BPP. Portanto, embora não pretenda realizar aqui uma análise pormenorizada dos aspectos pedagógicos, considero esta uma parte fundamental do trabalho, pois trata-se de uma reconstrução destes cursos feita através das notícias de jornais e dos livros de matrículas. Como o restante do trabalho, esta parte, especialmente, pode ser comparada a um mosaico que foi, peça por peça, reconstruído. Mesmo ao final da pesquisa é impossível precisar algumas coisas -não é este o objetivo-, mas os dados encontrados e relacionados entre si permitem uma boa compreensão de como eram organizados os cursos.

Pelotense. Nesse primeiro dia havia nove alunos matriculados, sendo dois para o curso de francês e sete para as aulas de português. Os alunos tinham idades entre 14 e 26 anos e cinco eram de nacionalidade brasileira, três eram portugueses e um inglês, evidenciando já uma das características que marcaria, ao longo do tempo, tais cursos: a heterogeneidade de sua clientela, mesmo sendo as aulas destinadas a indivíduos do sexo masculino das classes populares.

Os jornais locais, nesse dia, publicaram um convite para que a população pelotense prestigiasse a inauguração dos cursos. A idéia era dar um caráter festivo ao acontecimento. Porém, ao contrário de outras inaugurações, como da Sociedade Literária Íris Brazílico da Biblioteca (ocasião em que aconteceu um luxuoso baile), a inauguração dos cursos noturnos *para o povo ignorante* (Diário de Pelotas, 04/02/1877) não entusiasmou a sociedade pelotense⁵⁹. O jornal Progresso Literário manifestou-se com as seguintes palavras: *a concorrência à inauguração dos cursos foi diminuta, infelizmente para nós* (04/02/1877). Além da presença dos professores dos cursos, de alguns membros da diretoria e dos alunos já matriculados, o Correio Mercantil registrou a presença de uma professora de uma aula pública e suas alunas: *o ato foi honrado com a presença da Exma. Sra. D. Henriqueta Garaux, muito digna professora da 2ª aula pública e algumas de suas jovens alunas* (02/02/1877). A presença do grupo feminino à inauguração não deixa de ser um fato curioso e pouco comum para uma instituição e um curso que se caracterizariam pelo domínio masculino.

Para descrever como funcionaram os cursos noturnos de instrução primária é necessário inicialmente considerar a estrutura de organização da BPP. A forma como esta estava organizada influenciava diretamente as aulas. A diretoria do estabelecimento era composta do presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, e 12 diretores de mês⁶⁰. O cargo de diretor do mês era um dos mais importantes da instituição, pois a ele cabia a responsabilidade de conduzir as atividades da Biblioteca. Entre outras tarefas, ficava responsável pelos cursos noturnos no mês de sua gestão, com a possibilidade de assistir aulas e argüir alunos. O diretor tinha ingerência direta sobre os professores e os alunos e detinha

⁵⁹Somente comparando outros acontecimentos ou inaugurações de outras atividades que tiveram lugar na Biblioteca é possível perceber esta significativa diferença. As atividades da Biblioteca não só mobilizavam a elite pelotense como também ocupavam amplos espaços nos periódicos locais. Um exemplo disto são as matérias sobre a fundação da Sociedade Literária Íris Brasílico, em 23/11/1876. O jornal Correio Mercantil dedicou extenso espaço noticiando o acontecimento e pormenorizando os festejos. Chama a atenção, especialmente, uma longa matéria de 19/12/1876, dia da inauguração da Sociedade Literária da Biblioteca.

⁶⁰Dentro dos quarenta anos de abrangência desta pesquisa, localizei várias diretorias da Biblioteca que eram divulgadas na imprensa. Entre as que tive acesso, os integrantes eram todos **homens**.

o poder de avaliar ambos. Ele avaliava desde os métodos pedagógicos empregados pelos professores até a frequência dos alunos. Era responsável pela disciplina dos alunos e decidia, juntamente com os professores, quem e quais as penalidades a serem aplicadas aos que eram considerados indisciplinados. Fazia sugestões de alteração em matérias, horários, métodos, organização das turmas, exoneração de professores, entre outras coisas. No final do mês, ao transferir o cargo, tinha como dever de função elaborar um relatório descrevendo os principais acontecimentos transcorridos durante o período em que ocupara o cargo, deixando assim seu sucessor a par da situação da Biblioteca e dos cursos. Era, portanto, a pessoa que estava mais diretamente ligada aos acontecimentos cotidianos da Biblioteca. Deveria permanecer no estabelecimento durante o período em que este estivesse funcionando, inclusive no período das aulas. Muito mais do que o presidente ou qualquer outro membro da diretoria, o diretor de mês deveria dedicar-se integralmente à atividade. Em relação aos cursos noturnos, o diretor desempenhava uma tarefa eminentemente pedagógica.

Considerando que a cada mês havia troca de diretor, a rotatividade era a marca desta função. Em relação aos cursos, cada diretor sugeria as modificações que considerasse necessárias, algumas acatadas pelo conjunto da diretoria. Isto fazia dos cursos um espaço de constantes mudanças. Mas o que realmente atingia a organização das aulas eram as trocas anuais de diretoria. Em função destas trocas, de um ano para outro alteravam-se os horários de funcionamento, as matérias e conteúdos, os compêndios, os professores e os critérios para organização das turmas. Ora a diretoria propunha aulas para menores e adultos separadas, ora só para os menores, ora somente para os adultos; em outros anos, a proposta poderia ser no sentido de suprimir a 2ª aula e manter apenas a classe de alfabetização. Certas propostas levadas a efeito duravam um curto espaço de tempo, já que a prática mostrava serem inviáveis determinadas decisões. Com isto, os cursos noturnos foram marcados pela descontinuidade. A cada ano, quando uma nova diretoria tomava posse, algumas modificações eram introduzidas nas aulas. Os cursos funcionaram, em determinados momentos, como espaço de experimentos pedagógicos. Veja-se um exemplo disto na proposta de usar as aulas noturnas como laboratório para um "novo" método de alfabetização:

A BPP aceita alguns alunos novos, completamente analfabetos, para ser ensaiado o sistema de ensino público pelo professor Sr. Moura Mattos (...) (Correio Mercantil, 04/05/1878).

Assim, as descontinuidades e os experimentos marcaram, em termos pedagógicos, os cursos noturnos. Cada diretoria imprimia, no ritmo das aulas, a organização que considerasse mais adequada.

As matrículas dos alunos eram feitas em qualquer época do ano, embora a procura fosse maior entre janeiro e março (mas isto não significava que a frequência de um maior número de alunos se desse neste período). A inexistência de um período determinado para as matrículas foi apontada por um diretor de mês, em 1884, como um problema para o andamento regular das aulas:

Entendo que a matrícula deve ter, como em todos os estabelecimentos de instrução, um período determinado. Do contrário, nunca se poderá organizar classes e metodizar o ensino, segundo os progressos da pedagogia.

A admissão de alunos durante todo o ano, ocasiona grande transtorno nas aulas. (Relatório do mês de fevereiro, reproduzido pelo Correio Mercantil em 16/03/1884).

A tentativa de estipular um período fixo para as matrículas não foi levada a efeito em momento algum. Um fator - talvez o principal - que inibiu a fixação de um período de matrículas foi o grande número de evasão e as suspensões e expulsões a que os alunos estavam sujeitos. Estes motivos faziam com que diminuísse consideravelmente o número de efetivos nas aulas. Alguns alunos deixavam de freqüentar ou eram "convidados" a se retirarem e, na mesma dinâmica e com a mesma rapidez, novos alunos eram matriculados. A frequência dos alunos era, portanto, irregular, inconstante, rotativa. Esta foi outra das marcas dos cursos noturnos. A tendência era de que o número de matriculados fosse significativamente elevado em determinados anos (Anexo 2), porém a frequência ficava sempre muito aquém deste número. O número dos que compareciam às aulas não só variava a cada mês como, também, diariamente:

A frequência da aula regida pelo Sr. Paula Pires regulou, diariamente, de 23 a 38 alunos e a regida pelo Sr. Bento José Taveira de 5 a 17. (Correio Mercantil 04/08/1881)

Em janeiro foi a aula do 1º grau freqüentada por 33 alunos e a do 2º por 21. Em fevereiro foi de 12, e do 2º de 19 alunos. Em março freqüentaram o estudo primário do 1º grau 11 discípulos e do 2º, 17. (Relatório de janeiro, fevereiro e março de 1883).

Entre os alunos havia os que apenas se matriculavam, sem jamais freqüentar uma aula; os que compareciam apenas uma vez, algumas semanas ou alguns meses; os que freqüentavam por temporadas -saíam e voltavam meses depois -; havia, ainda, outros que freqüentavam regularmente e não compareciam aos exames finais, sugerindo que estavam mais interessados na possibilidade de acesso aos conhecimentos que as aulas, minimamente, propiciavam, do que em se submeterem às exibições públicas e às classificações previstas nos exames. No final

de cada ano, concluía o curso um grupo bastante reduzido de alunos. Mas isto nunca representou um problema para os "homens da Biblioteca", pois parece que o princípio que norteava o trabalho, expresso nas palavras de um diretor de mês, era: *mais aproveita à causa da instrução um aluno que aprenda, do que quatro que ambicionem simplesmente aprender* (A Discussão, 07/12/1882).

Sem dúvida o número irregular na freqüência e a alta rotatividade se davam, também, em função das condições de vida e de trabalho de muitos alunos. Uma parcela dos homens das classes populares pelotenses desempenhava atividades temporárias na zona urbana, revezando com o trabalho na zona rural. Entre outras atividades, a indústria do charque recrutava trabalhadores por um tempo determinado. É importante lembrar que o trabalho mais intenso nas charqueadas ia de novembro a abril, período que durava a safra do charque. Nem a estância nem a charqueada - as duas principais unidades produtivas em torno das quais articulava-se a economia da região de Pelotas no final do século XIX e início do século XX - dispunham, entre seus trabalhadores efetivos, de elementos habilitados para a realização de trabalhos necessários ao que se poderia chamar de infra-estrutura desses estabelecimentos. Para essa finalidade eram contratados, temporariamente, trabalhadores recrutados na área urbana, como pedreiros, carpinteiros, alambreadores, etc. Em atividades como a tosquia também eram empregados trabalhadores temporários, em um período de safra, tal como se dava nas charqueadas. Assim, estância e charqueada demandavam, sazonalmente, grande número de trabalhadores temporários, para diversas atividades. Como a região se caracteriza por grande umidade durante os meses frios, o fator climático determinava uma sazonalidade que atingia praticamente todas as atividades. Assim, no período mais quente - primavera, verão e início do outono-, havia grande demanda por trabalhadores, o que não ocorria no período mais frio e úmido - parte do outono e inverno.

As reclamações de que o número de alunos diminuía exatamente nos períodos mais quentes do ano estão registradas em vários momentos, como, por exemplo, em 1897:

(...) não sendo maior o seu número [de alunos] por estarem muitos distraídos nas suas peculiares ocupações, para fora da cidade, costumando regressar aos bancos escolares de abril em diante (Correio Mercantil, 13/03/1897) .

Na única carta de um professor à diretoria da Biblioteca, mantida no acervo do Museu da BPP, lê-se:

Acresce ainda outro não menos grave inconveniente: é que uma boa parte dos alunos adultos que por suas ocupações industriais são chamados freqüentemente para trabalhar fora da cidade, só freqüentam o curso quando voltam (...) (Prof. Bento José Taveira. Carta Manuscrita, 1881).

O trabalho fora do espaço urbano era um dos motivos que fazia os alunos, especialmente os adultos, abandonarem ou suspenderem temporariamente a presença nos cursos. Certamente, fixar uma época para a matrícula significaria reduzir a possibilidade destes trabalhadores freqüentarem as aulas. A necessidade de sobrevivência era prioridade para os trabalhadores, mesmo que isto significasse não mais retornar às aulas. Os Livros de Matrículas registram alunos que se matricularam em anos diferentes na mesma classe, não havendo indicação de conclusão ou progressão no curso. Mesmo considerando que a assiduidade era uma das principais exigências dos "homens da Biblioteca" em relação aos alunos, havia tolerância com os casos de abandono temporário das aulas motivado pelo trabalho. Para compreender essa tolerância, vale lembrar que, primeiro, os mantenedores da BPP e, por extensão, dos cursos noturnos, eram os mesmos que utilizavam, muitas vezes, o trabalho dos alunos. Segundo, trabalho e instrução eram os dois grandes projetos de disciplinamento e de moralização para os homens das classes populares; assim, se estes não estivessem na escola por estarem desempenhando atividades profissionais, a justificativa seria considerada plausível.

Outras razões que limitavam ou impediam os alunos de freqüentarem as aulas, em determinadas épocas estão registradas nos jornais. Essas razões, alegadas pelos diretores de mês, iam desde as condições climáticas e higiênicas da cidade até uma notícia de recrutamento executado pela polícia. O *Correio Mercantil* divulgou relatórios de diretores com os seguintes registros:

(...) A freqüência média deste mês, em ambas as aulas foi de 52 alunos [de cem matriculados], isto devido não só a má estação como ao péssimo estado sanitário da cidade (*Correio Mercantil*, 05/08/1896).

(...) Foi diminuta a freqüência, em relação a meses anteriores; quero crer que a causa seja o recrutamento que a polícia tem efetuado ultimamente, fato este que retrai e amedronta a classe pobre, que vem neste curso beber os primeiros rudimentos da língua vernácula.

E a minha crença não é infundada, porquanto assisti as queixas da mãe dos alunos Daniel e Jorge, que deu por motivo a falta de freqüência de seus filhos o recrutamento que nesta cidade se está efetuando (*Correio Mercantil*, 19/02/1886).

Não há indicação alguma nos jornais locais, ao longo de 1886, sobre o tipo de recrutamento a que o diretor de mês se referiu neste relatório.

Sobre a primeira notícia, vale lembrar que o ano de 1896 foi marcado pela ocorrência de epidemias na cidade, especialmente de varíola. O jornal *Correio Mercantil* registrou, em janeiro daquele ano, um pedido do inspetor escolar e do delegado de higiene de Pelotas ao diretor geral da Instrução de adiamento do início das aulas, em função da *época perigosa, em que, além da epidemia da varíola, que*

se alastra assustadoramente, outras muitas enfermidades desenvolvem-se em nosso meio (Correio Mercantil 09/01/1896). Os jornais divulgaram, ao longo do ano, a ocorrência de muitas mortes causadas pela varíola, a maioria delas acontecidas no chamado *Lazareto de variolosos* (Correio Mercantil, 15, 25 e 26/09/1896, entre outros dias).

No início dos cursos noturnos, em 1877, a matrícula dos alunos era feita por matérias⁶¹: português no 1º grau⁶², português e geografia no 2º grau, e francês. Os alunos faziam a matrícula por disciplina, ou seja, poderiam matricular-se só nas aulas de português no 1º grau ou só nas aulas de português e geografia no 2º grau, ou em uma delas - dependendo de já saber ler e escrever - e ainda no curso de francês. Matricular-se apenas nas aulas de francês também era possível. O caráter independente de cada curso instituiu a denominação *cursos noturnos*⁶³. Em 1877, segundo o Regulamento (Anexo 3), o horário das aulas de instrução primária estava assim constituído:

Artigo 2º: Adotar-se-á a seguinte ordem de trabalhos:

2ª feira: Português no 1º grau.

3ª feira: Português e geografia terrestre no 2º grau.

4ª feira: Francês

5ª feira: Português no 1º grau

6ª feira: Português e geografia no 2º grau

Sábado: Francês (Reproduzido pelo Correio Mercantil, 23/01/1877).

Pelo horário estabelecido, é possível perceber que a 1ª classe tinha aulas às segundas e quintas-feiras e a 2ª classe às terças e sextas-feiras. As aulas de francês funcionavam às quartas-feiras e aos sábados. As aulas de cada curso funcionavam duas vezes por semana durante uma hora, tempo posteriormente aumentado para duas horas diárias. Surpreende que além das aulas serem apenas duas vezes na semana, durassem tão curto espaço de tempo. Mesmo havendo mudanças praticamente todos os anos, o tempo das aulas não ultrapassou duas horas diárias⁶⁴.

⁶¹Embora o comum nos cursos noturnos fosse a denominação *matérias*, usarei também *disciplina* como sinônimo.

⁶²A 1º e a 2º aula eram denominadas *classes*, *cursos* ou ainda *graus*.

⁶³Além dos cursos de instrução primária, francês e inglês, a BPP ofereceu em determinados momentos outros cursos, como o de alemão, de desenho, de direito usual.

⁶⁴O tempo de duração das aulas variava de ano para ano, mas sempre ficou entre uma hora e duas horas de aula diária. O jornal Correio Mercantil divulgou em 1881 um horário que tinha como critério as estações do ano:

No outono das 7 horas as 8 e meia;

No inverno das 6 e meia às 8 horas;

O ensino de línguas estrangeiras foi ampliado com a introdução de um curso de inglês em 1878. No entanto, as aulas de francês e inglês foram suspensas, na forma de gratuidade, no mês de setembro daquele mesmo ano, com a seguinte justificativa:

Biblioteca Pública: Esta sociedade de instrução popular, compreendendo que não pode nem deve por enquanto ir além do ensino das principais matérias necessárias às classes pobres, acaba de suprimir, a contar de 1º de setembro próximo os cursos de francês e inglês, mediante subvenção de sua parte aos respectivos professores. Conserva-se, porém, dando casa e luz, à razão de 3\$ mensais por aluno, unicamente em proveito dos cavalheiros que lecionam aquelas matérias.

(...) Entendeu a diretoria do estabelecimento que não podia sustentar os cursos de francês e inglês que constituem o estudo de belas-letas e, portanto, uma instrução superior, em prejuízo dos operários e meninos pobres que precisam aprender a ler, escrever e contar nas horas que não empregam no trabalho (Correio Mercantil, 27/08/1878).

Nota-se, pela notícia, que as aulas de francês e inglês continuariam funcionando mas que a Biblioteca não mais se responsabilizaria pelo salário do professor, colocando, no entanto, à disposição seu espaço (casa e luz) para que, mediante pagamento dos alunos, as aulas pudessem ocorrer. É provável que a suspensão da gratuidade das aulas de francês e inglês estivesse associada aos problemas financeiros da Biblioteca, muito embora a prática dos professores de lecionar gratuitamente fosse comum. O que é possível depreender de tal justificativa é que a "instrução superior" foi considerada desnecessária às classes populares, já que a fixação de uma mensalidade para freqüentar estas aulas determinava uma seleção na clientela. Às classes populares bastava um conhecimento básico de leitura, escrita e noções matemáticas⁶⁵. As aulas de francês foram um dos casos em que uma diretoria suprimia e outra retomava as atividades. O curso de francês reiniciou no início do século XX e se manteve durante alguns anos.

A possibilidade de que os alunos pagassem as aulas de francês e inglês é mais um indício -somado a sobrenomes de alguns alunos, que indicavam famílias abastadas como Gastal e Guidony e ainda ao fato de que um aluno que estudava francês era membro de uma sociedade dramática particular - de que a clientela dos cursos de língua estrangeira não era apenas aquela que freqüentava as aulas de

Na primavera das 7 e meia às 9 horas;

No estio das 8 horas as 9 e meia (1º/01/1881).

⁶⁵Embora a matemática - chamada de aritmética nos cursos da BPP - não aparecesse no horário em 1877, ela fez parte do currículo desde o início dos cursos. Adiante mostro como, na prática, a matrícula por disciplinas não funcionou.

instrução primária. Provavelmente um outro tipo de clientela, de um nível sócio-econômico mais elevado, procurasse estes cursos.

As aulas de instrução primária funcionaram duas vezes na semana durante quatro anos, ou seja, de 1877 até 1880. Em 1881 as aulas passaram a funcionar 3 vezes na semana: 2ª, 4ª e 6ª feira eram os dias destinados para a 1ª aula e 3ª, 5ª e sábado para a 2ª. Com a diretoria de 1883, as aulas passaram a ser diárias, o que se manteve até a extinção dos cursos. A imprensa registrou esta mudança:

(...) deixem de ser alternadas as duas aulas e passem a funcionar ambas, todas as noites úteis. Facilmente se compreende que o estudo das primeiras letras precisando de ser diário, e o sistema empregado no curso noturno, revezando-se em duas aulas, e, dando-se aos discípulos de cada aulas três lições por semana, o resultado deve ser muito precário senão nulo. (Correio Mercantil, 26/04/1883).

Na prática, desde 1877 as matrículas por disciplina não funcionaram. Ao ingressar nos cursos, o aluno entrava para a 1ª ou a 2ª classe, dependendo do conhecimento que possuísse. O professor avaliava e determinava a classe que o aluno poderia frequentar. Os Livros de Matrículas registram, em alguns anos, as observações *analfabeto, lê, faz operações*, que eram os critérios de organização das turmas. Cada uma das duas classes tinha alguns conteúdos previstos para serem trabalhados ao longo do ano. Na 1ª classe eram desenvolvidas a escrita, a leitura, a caligrafia e os rudimentos da aritmética (as quatro operações). A alfabetização se dava através do método Hudson⁶⁶, o mesmo usado em todas as escolas públicas das Províncias desde 1876, impresso em cartilhas e distribuído nas escolas públicas a mando do então Ministro do Império, Leôncio de Carvalho. Este método, considerado vantajoso e moderno, se caracterizava pela silabação, que previa o estudo de sílabas isoladas, desde as consideradas mais simples até às mais complexas. Segundo Octaviano Hudson - o autor- o método de leitura centrava-se na repetição constante dos caracteres e dos sons; ao todo estavam previstas 13 lições, prevendo uma gradação que iniciava com a aprendizagem das letras, passando às sílabas e depois a palavras e frases. O *mérito*, segundo seu mentor, era o de ter sido usado com sucesso, pela primeira vez, com os *bisnetos de José Bonifácio de Andrade e Silva, o patriarca da Independência* (Método Hudson, 1879:40). Isto conferia legitimidade ao processo de alfabetização proposto por Hudson, referendado pela Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do

⁶⁶O Museu da BPP guarda um exemplar de uma cartilha do método Hudson de 1879. Até o desenvolvimento desta pesquisa não havia sido associada esta cartilha à alfabetização dos alunos dos cursos noturnos. Constatei esta utilização através dos jornais pesquisados. Atualmente, a cartilha está guardada junto ao pouco material dos cursos noturnos que pode revelar alguns aspectos pedagógicos das aulas da Biblioteca.

Município da Corte; esta constituiu uma comissão, em 1876, composta de conselheiros, professores/as, diretores de escolas, entre outros, para examinar tal método, aprovando-o e recomendando-o para o ensino da leitura e da escrita a crianças e adultos.

O treino gráfico era parte do processo de aprendizagem da escrita, tanto que nos exames finais havia uma prova específica de caligrafia que tinha importância significativa no conjunto da avaliação. A caligrafia, de imediato, lembra uniformidade (basta pensar nas letras de pessoas saídas da escola até bem pouco tempo). Nas aulas da BPP, ao que tudo indica, o treino gráfico era rigoroso e pelo caráter da atividade é possível dizer que exigia uma habilidade difícil, visto que envolve o exercício de motricidade fina, um controle das mãos e da postura. Por isso não é demais afirmar que esta exigência poderia ser também uma causa de exclusão já que, especialmente para adultos, esta não é uma habilidade fácil.

Na 2ª classe os alunos aprendiam gramática, aritmética superior, Geografia e História do Brasil. Os compêndios adotados eram os de Hilário Ribeiro, reiteradamente elogiados pelos professores e diretores de mês como os mais modernos, excelentes e adequados, pois *baseiam-se no grande método da invenção; são os melhores que conhecem o país para o ensino primário* (J.J. Cezar, diretor do mês. Relatório de fevereiro de 1882. Diário de Pelotas, 12/03/1882).

Não há especificação sobre que tipo de conteúdos eram estudados em Geografia e História, porém é possível concluir que elas tinham um caráter prescritivo, especialmente a História do Brasil. Em 1906, o jornal Opinião Pública divulgou uma matéria sobre os "melhoramentos" que estavam sendo introduzidos nos cursos noturnos. Em notícia sobre a aquisição de novos materiais (mapas, contadores, caixas de sistema métrico), o jornal registrou o seguinte:

(...) Uma importante medida já está em prática. Queremos nos referir às preleções públicas *de moral e de História do Brasil*, que o esforçado professor faz *todas as noites*, antes das aulas, pondo em destaque os *fatos mais culminantes e homens mais eminentes da nossa história*. É lícito que tais preleções concorram grandemente para o *desenvolvimento do civismo* nos que ali vão receber a luz da instrução (Opinião Pública, 30/06/1906) (Grifos meus).

É de se supor que o contexto histórico do país, num momento em que eram empreendidos esforços no sentido da formação da nacionalidade, da *integração* de novos sujeitos (como os imigrantes e os ex-escravos) à sociedade, influenciasse a organização dos conteúdos escolares. História e Geografia, certamente, eram duas disciplinas que permitiam explorar acontecimentos, fatos, situações, que evocassem a "grandeza" do país, das instituições, dos governos, dos potenciais naturais do Brasil e, como denota a notícia acima, colocassem em

evidência *homens ilustres*, revelando o caráter eminentemente masculino da história⁶⁷.

Os conteúdos previstos para a 1ª e a 2ª aula revelam que os conhecimentos a que os alunos tinham acesso eram aqueles de maior legitimidade social, caracterizando o que Claude Grignon (1992) chamou de *pedagogia legitimista*. Segundo o autor, as pedagogias legitimistas valorizam "as formas de cultura mais distantes dos valores populares (...) e desvaloriza como 'pouco utilitários' os saberes úteis, a cultura técnica, a cultura ligada aos ofícios e à aprendizagem, isto é, as formas de cultura mais afins ao ethos popular do trabalho" (p.53). Os conhecimentos que os alunos possuíam, ao ingressar nas aulas da BPP, eram aqueles adquiridos nas suas vivências cotidianas, profissionais, religiosas, étnicas. Os cursos noturnos, porém, privilegiavam um outro tipo de conhecimento que era considerado legítimo, hierarquicamente superior e melhor, ou seja, a cultura da elite; com isto, reforçava a visão de que os saberes populares eram deficientes, inferiores, carentes (são reveladoras desta realidade as expressões *povo ignorante* ou simplesmente *ignorantes*, constantemente usadas em referência aos alunos). Segundo Grignon, considerar os saberes e as práticas populares como *não-saberes*, que é exatamente a tendência das pedagogias legitimistas, é "inseparável de um projeto de reforma e de correção da 'natureza' popular" (p.50). Assim, estava fortemente presente nos cursos noturnos a idéia de que o acesso a um *saber superior*, do qual as classes privilegiadas eram portadoras, era condição necessária para integração e vivência harmônica das classes populares na sociedade. Não havia, entre os "homens da Biblioteca", um discurso que associasse instrução e mobilidade social. O acesso ao conhecimento propiciaria, segundo estes homens, um estágio "mais avançado", uma racionalidade maior, um espírito cultivado. É no contexto desta idéias que se inserem os conteúdos dos cursos noturnos e, principalmente, se inscreve o processo de alfabetização. Homens alfabetizados era uma condição primordial para uma sociedade que se queria adiantada, moderna, próspera. Embora nas aulas noturnas estivessem previstos outros conhecimentos, a prioridade foi, ao longo dos anos, o que Connel (1992), chamou de *alfabetismo básico*: leitura, escrita e aritmética.

⁶⁷Paula Pires escreveu no Radical em 11/05/1890 uma matéria sobre a data alusiva à comemoração da libertação dos escravos. Nesta matéria referiu o seguinte: "Nesta rápida porém patriótica comemoração de uma data de tão gratas recordações, resta-nos citar os nomes de Euzébio de Queiróz, Rio Branco, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio e João Klapp e como heróis de tão sublime idéia entre nós, Canabarro, S. Luiz, João Antônio Ramos, Silva Santos, Detroyat e o secretário do Centro Abolicionista Luiz Carlos Massot (...)". Embora não seja uma referência direta sobre as aulas noturnas o fato de tais afirmativas serem do *professor Paula Pires* é uma indicação de como a História foi trabalhada desde o início nos cursos.

A ênfase era dada, portanto, ao ensino da aritmética e da gramática. Falar e escrever corretamente foram as principais preocupações dos professores ao longo dos cursos. Possivelmente uma linguagem estranha aos meninos e homens das classes populares, já que a marca da elite - especialmente da pelotense - era o uso de uma linguagem rebuscada, sofisticada, requintada.

Vários autores (entre eles André Petitat, 1994; Jean Hébrard, 1992) demonstram em seus estudos como, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, com a intensificação do comércio, a aritmética ganhou espaço nos colégios elementares, juntamente com a leitura e a escrita, e tornou-se um conhecimento importante. Este mesmo processo - guardadas as proporções de tempo e espaço específicos -, é observado em relação à inclusão da aritmética nas aulas da Biblioteca. O crescente e promissor comércio pelotense e a necessidade de novos trabalhadores que dominassem conhecimentos nesta área impulsionaram e deram à aritmética um status de disciplina de fundamental importância para os trabalhadores, especialmente os que atuavam no espaço urbano, que de uma forma ou outra logo estariam envolvidos em relações comerciais mais intensas e complexas. É de se supor que o acesso às noções matemáticas fosse do interesse, por exemplo, dos trabalhadores artesãos (sapateiros, tamanqueiros, alfaiates) - embora eles devessem ter alguma forma de estabelecer suas relações de compra e venda, de pagamento e de recebimento⁶⁸-, mas era também do interesse dos comerciantes (patrões) que, seguidamente, solicitavam, pela imprensa, ajudantes que soubessem "*fazer contas direito*".

As aulas de francês - inclusão incomum num curso noturno para classes populares - revelam o caráter francófilo da sociedade pelotense. Tudo o que vinha da França tinha um status superior, a elite pelotense era aficcionada pela vida francesa⁶⁹. E mesmo sendo suspensas em 1878 essas aulas retomam seu

⁶⁸Harry Braverman, referindo-se à organização pré-capitalista, escreveu sobre os conhecimentos dos artesãos. Diz o autor que "o artesão ativo estava ligado ao conhecimento técnico e científico de seu tempo na prática diária de seu ofício. A aprendizagem incluía geralmente o treinamento em matemática, compreendidas a álgebra, a geometria e a trigonometria, nas propriedades e procedência dos materiais comuns no ofício, nas ciências físicas e no desenho industrial" (...). (Apud Mariano F. Enguita, 1989:119).

⁶⁹Os jornais pelotenses guardam registros muito interessantes sobre o uso da língua francesa na cidade no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Era comum, em atividades sociais - e certamente na vida familiar -, que a elite fizesse uso do francês. Muitos convites de casamentos, menus de jantares e de casamentos, listas de presentes divulgadas na imprensa, programações de saraus, de concertos, das peças de teatro, eram impressas em português e francês ou apenas na segunda língua.

Na literatura de Luiz Antonio de Assis Brasil tem-se, também, um exemplo da forte ligação que a elite pelotenses tinha com os costumes e valores franceses, que se manifestava fundamentalmente pelo uso da língua. Em uma passagem de *Um castelo no*

funcionamento alguns anos mais tarde. Em 1877, o jornal *Correio Mercantil* destacou, com ênfase, o exame final de francês. Segundo o periódico, cinco alunos responderam satisfatoriamente as perguntas feitas e traduziram do francês para o português e vice-versa. O jornal registrou também que o *Sr. Edmundo Gastal* [aluno aprovado no curso] *leu em francês um bonito discurso, em que falou sobre a necessidade da instrução e agradeceu aos membros da Biblioteca os esforços que tem empregado em prol do desenvolvimento intelectual da população pelotense* (04/12/1877).

Nos exames finais os alunos eram avaliados, principalmente, na leitura oral, em questões de gramática, na caligrafia e em operações matemáticas. Os aprovados eram classificados em três grupos: os aprovados com distinção, os aprovados plenamente e os aprovados simplesmente. Os primeiros - que alcançavam as melhores notas - recebiam as premiações previstas.

Os exames anuais constituíam o ponto máximo dos cursos noturnos. Sempre havia a tentativa de fazer destes um acontecimento marcante. A exibição pública era um dos recursos usados para dar "visibilidade" aos cursos e como uma forma de disciplinar os alunos. Na maioria das vezes era marcado por discursos, premiações e comemorações com *taça de champanha* (*Correio Mercantil*, 19/09/1896) ou *chope grapé* (*Correio Mercantil*, 19/12/1904). Estes exames eram, na realidade, uma tentativa de provar concretamente que o trabalho tinha resultados efetivos. A fundação da Biblioteca e dos cursos noturnos enfrentara resistências de alguns pelotenses e os exames eram uma forma de convencimento de que o projeto de instrução popular era viável. Tanto os professores como a diretoria da Biblioteca, especialmente os diretores de mês, mais proximamente ligados aos cursos, trabalhavam no sentido de expor publicamente, no final do ano letivo, os resultados obtidos junto aos *ignorantes* (*Correio Mercantil*, 14/11/1897).

As bancas dos exames finais eram sempre compostas por cidadãos (homens) "ilustres" da cidade, com status adquirido em função da posição econômica, política ou intelectual. Muitos seriam os exemplos que ilustram esta afirmativa. Os exames finais com as respectivas bancas examinadoras foram uma das notícias mais comuns, acerca dos cursos noturnos, divulgadas pelos jornais locais. Advogados, políticos, jornalistas, farmacêuticos, promotores, estudantes de ensino superior, professores e diretores de escolas particulares, faziam parte das comissões de avaliação. O ano de 1886 exemplifica esta realidade:

Pampa - Pedra da memória, o personagem Olímpio é questionado, durante um sarau, sobre como sua esposa austríaca iria entender-se com os da terra. O "Doutor" responde: **"É fácil, minha senhora, afinal o francês ainda é a língua oficial de Pelotas"** (1994:18).

A Comissão que procedeu os exames escolásticos foi formada pelos Srs. farmacêutico João da Silva Silveira, inspetor escolar Francisco José Rodrigues de Araújo e estudante do 4º ano de medicina Leopoldo Frederico do Rego (Correio Mercantil, 12/12/1886).

Fazer parte da mesa examinadora era ser reconhecido e prestigiado na sua capacidade intelectual e, portanto, um mérito para os escolhidos. Por outro lado, eger homens socialmente reconhecidos como importantes e/ou “cultos” era qualificar os cursos e as arguições dos alunos, constituindo-se ainda em uma oportunidade para contar com o apoio à instituição de uma parcela que influenciava e tinha poder na sociedade pelotense.

Do período de trinta e oito anos de abrangência da pesquisa, foi possível localizar, através dos jornais, 17 resultados finais, com as respectivas listas de nomes dos alunos aprovados. Estes dados - embora se diferenciem em cada ano, pois eram apresentados pelos jornais de forma variável -, permitem perceber que um número reduzido de alunos comparecia aos exames e um ínfimo número deles eram aprovados⁷⁰. Havia uma discrepância entre o número inicial de matriculados e o número de aprovados nos exames finais. Este dado indica que em termos quantitativos, o resultado obtido na "escola da Biblioteca" foi bastante modesto. Pode-se afirmar que poucos freqüentaram a escola - pelos relatórios que traziam a freqüência média mensal e diária é possível saber que a matrícula inicial registrada nos Livros nunca correspondeu à matrícula real-, e bem poucos foram os aprovados.

É pertinente indagar: em que medida os cursos noturnos da Biblioteca contribuíram para o declínio do analfabetismo entre as classes populares pelotenses? Uma resposta absoluta não é possível, evidentemente. Embora algumas fontes apresentem um número bastante elevado de alunos que teriam sido alfabetizados nos cursos, isto não correspondeu à realidade. O Diário Popular, em 1918, afirmou que dezoito mil alunos tinham sido alfabetizados nas aulas da Biblioteca. Nas palavras do jornal, *18.000 cidadãos arrancados ao analfabetismo, às trevas da ignorância, salvos do crime e do vício* (20/01/1918). Outro documento registrou, em 1926, que a Biblioteca mantinha *um curso gratuito noturno para o proletariado e por cujos bancos já passaram 14.000 alunos* (Alfredo Rodrigues, 1926:2). Pelo registro nos Livros de Matrículas, o número de matriculados nos

⁷⁰Embora os dados sejam bastante parciais dão uma idéia aproximada do número de aprovados: 11 em 1877; 09 em 1882; 06 em 1883; 05 em 1885; 12 em 1886; 13 em 1888; 10 em 1890; 04 em 1897; 15 em 1898; 12 em 1904; 14 em 1905; 46 em 1906; 61 em 1907; 34 em 1908; 24 em 1909; 21 em 1910; 40 em 1915.

cursos, entre 1877 e 1940, totaliza 5.967 alunos⁷¹. Não pretendo afirmar que o número a que cheguei seja exato e represente fidedignamente a matrícula real - o objetivo não é precisar números com exatidão -, pois muitos alunos podem não ter sido registrados; mas o que é certo é que este número está muito longe daqueles apresentados pelo jornal e pelo livreto de estatísticas de Alfredo Rodrigues. Há que considerar, ainda, que o número de 5.967 alunos não corresponde ao número dos que efetivamente freqüentaram os cursos. Os números dos resultados dos exames finais apontam claramente a discrepância entre matriculados/concluintes.

Assim, a escola da BPP não foi, quantitativamente, uma experiência tão expressiva como alguns dados pretenderam fazer crer, o que não desmerece sua importância e seu caráter relevante como experiência de instrução popular. Seu maior e iniludível mérito foi ter significado uma oportunidade concreta para que indivíduos oriundos das classes populares tivessem acesso ao mundo da leitura e da escrita. E foi o acesso a esta cultura escrita que, por outro lado, oportunizou a vários negros e operários o instrumental necessário para participarem ativamente dos movimentos sociais de seu tempo, conforme apresentei anteriormente.

Ainda em relação aos alunos aprovados nos exames finais é possível dizer também que os menores e os brasileiros obtinham bons resultados. Assim, é preciso problematizar o discurso dos "homens da Biblioteca" que afirmavam que os adultos tinham melhor aproveitamento nos cursos, e considerar que se, como afirmou o diretor de mês em 1896, os imigrantes *eram mais animados* nas aulas, os nacionais se saíam bem nos exames. As listas dos classificados do 1º ao 5º lugar ou dos aprovados com distinção (conforme o ano, havia uma ou outra forma de classificar os primeiros lugares), indicam que os nacionais e os menores obtinham os primeiros lugares. Observe-se, como exemplo, os dados do ano de 1904. Dos 125 alunos matriculados, 103 eram nacionais, 12 estrangeiros, e de 10 alunos não consta a nacionalidade. Em termos de faixa etária, 90 eram menores e 35 adultos. Naquele ano foram aprovados 12 alunos nos exames finais, 10 nacionais; 02 estrangeiros; 09 menores e 03 adultos, e a classificação final foi a seguinte:

Nomes	Nacionalidade	Idade	Profissão
1º lugar: Francisco de Paula Ribeiro	brasileiro	14 anos	marceneiro
2º lugar: Máximo Chagas	brasileiro	11 anos	pedreiro
3º lugar: José de Oliveira Madahil	brasileiro	13 anos	não consta
4º lugar: Antônio Ricardo	não consta	11 anos	chapeleiro
5º lugar: Antônio Fernandes	brasileiro	15 anos	comércio
6º lugar: Severino Magalhães	brasileiro	12 anos	alfaiate

⁷¹ Observe-se que para chegar a este número incluo todos os anos registrados nos Livros de Matrículas, extrapolando o ano de 1915, limite da pesquisa. As matrículas das aulas diurnas das mulheres, a partir de 1915, também estão computadas neste número.

Por esta classificação é possível perceber que, além de cinco alunos serem nacionais, todos eles eram menores de idade. Mesmo que os nacionais e os menores representassem o maior número de matriculados, era de se esperar que, pela lógica do discurso dos "homens da Biblioteca", os estrangeiros e principalmente os adultos compusessem a lista dos primeiros lugares. Além de ocupar, em alguns anos, os primeiros lugares nos exames finais, os menores e os brasileiros também estavam, em maior número, nas listas dos alunos premiados pela assiduidade e pelo bom comportamento. No próximo tópico deste capítulo serão apresentadas as premiações e as punições a que os alunos estavam sujeitos nas aulas da Biblioteca.

4.2. Premiações e punições: uma forma de educar homens trabalhadores?

Dois estudos que referi no início deste trabalho sobre educação masculina - embora de naturezas diferentes - permitem pensar sobre processos de disciplinamento em escolas para meninos e jovens masculinos. Morrel (op.cit), estudando o processo de construção da masculinidade em escolas secundárias de meninos brancos em Natal, na África do Sul entre 1800 e 1930, apontou para o dever e a obediência como partes importantes da formação dos meninos. Segundo o autor, nestas escolas "existiam muitos tipos de deveres. Ser pontual, ser limpo nos trabalhos e na aparência, organizado, gentil, respeitoso e eficiente" (p. 64). O autor mostra, neste estudo, como a escola foi produtora de uma determinada masculinidade, onde "os garotos eram educados muito pouco em termos de currículo formal", pois "as maneiras de fazer e ser eram incorporadas na vida escolar através de rituais de cumprimentos, jogos, trabalhos e assim por diante" (p. 61).

Louro (1995), em recente estudo, analisa a formação e a produção de sujeitos masculinos, no caso específico sujeitos masculinos cristãos, já que seu objeto de atenção foi um Guia elaborado no século XIX para orientar as escolas maristas. Neste trabalho a autora mostra que o ideal de "formar 'bons cristãos e virtuosos cidadãos'" (p.1), prevê um processo de disciplinamento. "A formação dos meninos e jovens compreende seu disciplinamento total: disciplinamento dos gestos e movimentos, da linguagem, do pensamento e dos desejos" (p. 16). Louro observa que formar sujeitos masculinos cristãos significa, neste ideal, reprimir e corrigir defeitos e vícios e inspirar virtudes (p. 17).

Na escola da BPP a educação, a formação e a disciplinarização dos alunos, baseada fundamentalmente em premiações e punições, teve como um dos seus objetivos a produção de um tipo de masculinidade: o homem trabalhador. Não era, obviamente, "um homem de letras", ou um "homem da política". Era um homem que se adequasse ao mundo do trabalho, especialmente do trabalho manual. Na prática isto não se efetivou de forma absoluta, já que nenhuma escola ou instituição pode forjar determinadamente a subjetividade dos sujeitos. Assim como os garotos apresentados por Morrel (op.cit.), os meninos e os homens da escola da Biblioteca "não absorviam sem críticas a versão de masculinidades dirigida a eles" (p.67), neste caso a condição de homens subjugados. Rodolpho Xavier, os irmãos Penny e talvez tantos outros anônimos foram exemplos disto. Porém, muito fortemente, um processo de disciplinamento fez parte da realidade dos cursos noturnos da Biblioteca Pelotense.

Nesse sentido, João Manoel do Amaral, português, 17 anos, ourives, foi o primeiro aluno dos cursos noturnos, em 1877, a receber um elogio público através do Correio Mercantil, pelo seu desempenho nas aulas. A prática de premiar alunos com o nome em destaque na imprensa e em "quadros de honra" expostos na Biblioteca, com objetos de uso escolar ou outros tipos de presentes, tornou-se comum nos cursos noturnos. Os que eram considerados bons alunos, do ponto de vista de aproveitamento escolar e de comportamento, eram premiados, caracterizando a prática da *pedagogia da virtude* (Rago, op.cit.). A aplicação desta pedagogia - que reforçava e recompensava os "bons" alunos - visava a formação de um sujeito assíduo, obediente, produtivo, disciplinado, cumpridor de deveres, características que eram desejadas, observadas e premiadas. Por outro lado, os "maus" alunos eram constantemente ameaçados e punidos com suspensões e expulsões. Controlar os alunos, "erradicar" condutas inadequadas, impor formas de comportamento, disciplinar o intelecto e o corpo, eram os objetivos a serem alcançados com as normas previstas nos cursos noturnos. Objeto e objetivo pedagógico, as premiações e punições pretendiam introjetar uma *cultura do e para o trabalho*. Nas aulas da Biblioteca, a formação dos homens das classes populares pelotenses para o trabalho se dava menos pelos conteúdos e mais pelas normatizações do cotidiano escolar.

Fazendo uma análise do cotidiano operário nas primeiras décadas do século XX, Maria Auxiliadora G. Decca (1987) expressou como e onde se deu o processo de disciplinarização dos operários. A autora argumenta que "foram múltiplas as estratégias de poder e de controle sobre o operariado, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos nem sempre diretamente ligados ao capital, pertencentes a diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em agências vinculadas ou não ao poder público" (p.49). O projeto das escolas noturnas brasileiras em geral, no final do século XIX, e as aulas da BPP em particular, pela sua organização centrada na lógica das

premiações e punições, se inscreveu, em certa medida, nestas "múltiplas estratégias de poder e de controle" que, segundo Decca, emergiram "inconscientemente" no interior da sociedade capitalista.

Na "escola da Biblioteca" a prática de ameaçar expor publicamente os nomes dos alunos considerados indisciplinados, dos faltosos, dos não assíduos, era comumente usada pelos professores e diretores. Exemplo disto são notas como esta:

Segundo os mapas apresentados pelos respectivos professores há alguns alunos que tem tido mau comportamento, cujos nomes deverão ser mais tarde publicados pela imprensa, caso ainda continuem como até agora (Correio Mercantil, 05/11/1878).

O mau comportamento, na maioria das vezes, estava associado à insubordinação para com os professores. As ameaças de publicar os nomes dos "maus" alunos e das suas penalidades - mesmo que estes já não mais freqüentassem as aulas - se concretizaram e tornaram-se comuns nos relatórios dos diretores da Biblioteca, que, via de regra, eram divulgados na imprensa. Esta foi uma forma de atingir, principalmente, os alunos que permaneciam no curso. As penalidades impostas àqueles que tinham uma conduta considerada inadequada deveriam servir de alerta para os demais.

O relatório do diretor de mês, em julho-agosto de 1904, revela que no intervalo de um mês alguns alunos foram suspensos e outros expulsos:

No dia 12, foram suspensos pelo Sr. professor, com minha anuência, por conduta insuportável, os alunos Severino Magalhães⁷² e Ramom Gonçalves de Souza. Medida quase suprema, que deixa sempre o diretor em constrangimento para a fazer executar, assim entretanto fui forçado a agir, tão fundamentados e justos eram os reclamos do Sr. professor. Esses alunos não mais voltaram, segundo me parece, até o fim de minha direção.

No dia 22, foi suspenso, por péssima conduta o aluno Vicente Hucharsqui (Francisco Antunes Maciel Filho, diretor do mês. Relatório manuscrito, julho/agosto de 1904).

Ainda no mesmo relatório o diretor registrou a expulsão de alguns alunos:

⁷²O aluno Severino Magalhães - 12 anos, brasileiro, alfaiate - retornou às aulas naquele mesmo ano e no final foi classificado em 6º lugar nos exames, recebendo, além da premiação comumente atribuída a estes alunos, a inscrição no quadro de honra e um elogio publicado no jornal Opinião Pública de 21/12/1904.

No dia 8, esquecia-me de dizer, fui obrigado, embora seriamente contrariado, a usar da medida extrema de expulsão da aula em relação aos alunos Floriano Peixoto, João Gonçalves e Rosalino do Prado. A insubordinação reiterada e incorrigível obrigou-me a tanto, como o Sr. professor poderá testemunhar.

Era comum que a maioria dos alunos suspensos temporariamente não voltasse mais às aulas, ao menos no mesmo ano do acontecimento. A causa principal das suspensões e das expulsões era a insubordinação, seguida pelas faltas, apontadas como um grande problema pelos professores e diretores, e que, ao longo do tempo, foram motivos de penalidades. Essas constantes faltas, segundo um diretor de mês, eram motivadas pela *completa indiferença, por parte de alguns pais, pela educação das crianças*. O mesmo diretor sugeria *medidas decisivas para obrigar as crianças a uma freqüência certa* (Diário de Pelotas, 12/04/1882). Nesta justificativa é curioso observar que os adultos estão ausentes e que a figura dos pais foi evocada no sentido de responsabilizá-los quanto às faltas das crianças. Para a matrícula, os "homens da Biblioteca" chamavam principalmente os patrões para que se responsabilizassem pelos alunos, e no caso de sucesso na aprendizagem era lembrado sempre o trabalho dos professores. Porém, ao referir sobre uma suposta indiferença, ou seja, para "atribuir culpa", a responsabilidade recaiu sobre os pais. Os méritos eram atribuídos à elite - na figura dos patrões e professores - e os deméritos às classes populares.

A "falta de assiduidade" foi uma questão que ocupou constantemente os diretores e os professores dos cursos noturnos. Praticamente todo mês algum aluno ou até grupos de alunos eram excluídos por este motivo. Além de indicar um rigoroso controle do tempo isto denota que cada diretor que assumia queria impor, de alguma forma, sua autoridade, e estas eram medidas que revelavam a atenção e o cuidado que o diretor tivera no mês de sua responsabilidade. Imaginavam, ainda, que com tais medidas poderiam resolver o problema das faltas. Não é sem razão que os exames finais eram realizados por uma ínfima parcela dos matriculados. Somados os problemas concretos de vida e de trabalho dos alunos, que os faziam abandonar definitiva ou temporariamente os cursos, e considerando o grande número daqueles que apenas se matriculavam e não freqüentavam as aulas, as suspensões e expulsões contribuíam para que concluíssem os cursos noturnos um número muito pequeno de alunos em cada ano.

Exclusões por faltas foram registradas em vários relatórios de mês. É o caso, por exemplo, de setembro de 1903: "da 1ª aula foram excluídos por irregularidade de freqüência 5 alunos e da 2ª aula 3 alunos" (Correio Mercantil, 08/10/1903).

Surpreendente foi o desligamento de um grupo significativo de alunos, tendo como motivo as faltas. O fato foi registrado no relatório de Francisco Antunes Maciel Filho, diretor do mês de julho de 1904, revelando que não só um

grande número de alunos foi afastado do curso naquele mês, como foram reconsideradas as faltas de outros, sob alegação de ficarem os cursos praticamente esvaziados:

No dia 6, foram eliminados, de acordo com o Regulamento do curso noturno, por terem mais de 15 faltas no livro de frequência, sem participação nem escusa, os alunos: Mário Magalhães, Adolfo Cunha, Estanislaio Herdias, João Corrêa, Frederico João Broquá, Alberto Joaquim da Silva, Vicente Ricardo, José Maria Loangoni, Antonio Violeta, Osvaldo Borges Barreto e João Affonso Faria.

Houve depois vários outros alunos que atingiram também aquele número de faltas, mas - tal foi então o número deles - que me vi compelido a esquecer o quociente daquelas faltas, para não eliminá-los, sob pena de abrir enorme claro na aula, como em tempo foi participado a diretoria, reunida em sessão (Relatório manuscrito, 1904).

A suposta indisciplina dos alunos e as medidas tomadas para resolver estas questões não se circunscreveram apenas a punições como as suspensões e as expulsões - embora fossem as mais comumente usadas -, e tampouco contaram com a adesão de todos os "homens da Biblioteca". Ao menos uma situação, em 1904, revela o descontentamento de um professor, José Landell, com a medida adotada para resolver o problema da indisciplina: separar os alunos em duas aulas.

A indisciplina o havia invadido [o curso noturno] pela excessiva timidez do digno professor, que aliás, o regia com sistema regular de ensino.

A digna comissão de aulas (...) resolvera a subdivisão do curso em duas seções, conforme o grau de adiantamento dos alunos, nomeando-se para uma delas o professor Sr. Rodolpho A. Motta.

Produziu este justo ato desgostos ao professor Sr. Landell, que repercutiu no corpo de alunos, insinuados pelo mesmo professor (Relatório anual da BPP, 1904, Presidente - Ildefonso Simões Lopes. Reproduzido pelo Diário Popular em 09/03/1905) (Grifo meu).

É possível depreender desta nota que o professor, juntamente com os alunos, tentou resistir à decisão de separar os alunos em duas classes. Porém, tal tentativa foi "sufocada" pelas medidas severas que levaram à exoneração do professor em abril de 1904:

(...) Com a expulsão de alguns e a suspensão de outros, medidas postas em prática pelos Srs. diretores de mês, implantou-se, de novo, o indispensável respeito nas aulas.

A exoneração do professor, pedida em 7 de abril pelo Sr. José Landell, proporcionou o ensejo de melhor organização, levada a efeito pelo seu substituto Sr. Rodolpho Motta, que tem desempenhado cabalmente a sua missão, merecendo justos louvores da diretoria (Diário Popular, 09/03/1905).

Este exemplo denota que os professores deveriam adequar-se ao tipo de trabalho e, em algumas situações, aceitar as resoluções tomadas por membros da diretoria da Biblioteca, o que significa que também os professores estavam sujeitos a um tipo de disciplinamento. Deveriam, também eles, adequar-se às normas e decisões tomadas pela diretoria, representada, mais proximamente nos cursos, pelo diretor de mês.

Se por um lado as repreensões e as punições foram uma forma de educar os alunos, as premiações também se inscreviam nesta tentativa. O nome impresso em jornais, nos relatórios, em quadros de honra, menção nos discursos orais, a oferta de objetos escolares, além de outros presentes, e a classificação nos exames, foram formas de recompensar e reforçar as atitudes consideradas adequadas entre aqueles que tinham um comportamento correspondente ao esperado e um bom resultado no processo de aprendizagem. Havia o intuito de compensar toda e qualquer manifestação de esforço dos alunos. Três critérios eram observados na premiação: bom comportamento, assiduidade, aproveitamento escolar. Isto aparece explicitamente nas palavras de diretores de mês:

Tive ocasião de verificar o bom comportamento e a assiduidade de vários alunos, distinguindo-se entre eles: Paulino Cardoso, que nunca sofreu a menor repreensão. *Este moço exemplar*, tendo sido matriculado como analfabeto, lê, escreve, e faz as três principais operações regularmente.

Folgo por ser forçado a fazer tão honrosa menção.

Sabino Corrêa de Mello, também matriculado como analfabeto, tem merecido o mais honroso conceito de seu professor, não só pela concentração ao estudo, como pela sua assiduidade e bom comportamento (Relatório, novembro de 1882. Reproduzido por A Discussão, 07/12/1882) (Grifo meu).

Não obstante, é de justiça que se mencionem os nomes de três alunos que, há bem pouco tempo, tudo ignorando, são hoje os mais adiantados da 1ª classe, hei-los: Antônio José de Bastos, Emygdio dos Santos Semana e João Achilles Stoffel.

Sirva ao menos esta manifestação de minha parte de incentivo aos descuidadosos (Relatório dos meses de novembro e dezembro de 1878. Reproduzido pelo Correio Mercantil, 22/01/1879) (Grifo meu).

Os dois alunos, Paulino Cardoso e Sabino Corrêa Mello, referidos na notícia de 1882, eram brasileiros e tinham 15 anos, sendo que o primeiro era tamanqueiro e o segundo alfaiate. Dos três alunos elogiados pelo desempenho e adiantamento nas aulas em 1878, os dois primeiros eram portugueses e maiores (23 e 22 anos respectivamente) e o outro era oriental e menor (14 anos); exerciam respectivamente, as profissões de sapateiro, jardineiro e comerciante.

Pode-se apresentar outros exemplos significativos que manifestam a prática de recompensar os alunos que eram considerados exemplares. No relatório

de fevereiro de 1882, dez alunos foram merecedores de elogiosas palavras, pelo diretor do mês, por serem os mais assíduos e não terem nenhuma falta durante aquele período. O mais interessante no relatório é que *todos* os mencionados pelo então diretor, J.J. César, eram brasileiros e menores de idade⁷³. Em 1883, oito alunos da 2ª aula receberam menção honrosa pelo adiantamento e assiduidade. Localizei nos Livros de Matrículas sete destes alunos. Quatro eram menores e três adultos e os sete eram nacionais⁷⁴.

É possível precisar que os alunos eram premiados quando obtinham resultados no processo de aprendizagem ou alcançavam os primeiros lugares nos exames finais e também quando eram assíduos, ou seja, no caso de não terem faltas durante o mês ou o menor número de faltas durante o ano. Fica claro também que o inverso era motivo de punição; a não-assiduidade poderia significar desde atrasos até um número excessivo de faltas o que efetivamente acontecia. O que não é possível precisar - já que as fontes não permitem - é o que significava, no caso das premiações, o "bom comportamento", e na situação de punições, o que era "conduta inadequada", "mau comportamento", "péssima conduta", "insubordinação", constantemente referidos nos relatórios.

A questão que se impõe diante disto é: o que era considerado "indisciplina", que motivou tantas expulsões e suspensões de alunos? Coloca-se uma série de possibilidades, no entanto não há indicação sobre o que acontecia no cotidiano da escola que motivasse as punições. Conversar durante as aulas? Não saber o conteúdo? Brigar? Gritar? Não entrar na sala de aula? Dormir? Responder rispidamente ao professor? Não responder? Não estudar? Brincar? Distrair-se? Não fazer lições? Levantar da cadeira? Reclamar? Manifestar insatisfação com a aula, com os conteúdos, com a avaliação? Discordar? Desobedecer a ordens?

Pode ser que todos estes comportamentos e muitos outros fossem considerados "conduta inadequada". O que é possível refletir é que os muitos casos

⁷³Os alunos eram: Victor Rodrigues de Lima, 11 anos, brasileiro, sem profissão; Sérgio da Silva Lopes, 12 anos, brasileiro, sem profissão; Jerônimo Martins dos Santos, 9 anos, brasileiro, sem profissão; José Gomes Falcão, 13 anos, brasileiro, sem profissão, Guilherme Corrêa Leal, 11 anos, brasileiro, sem profissão, Thomaz José da Silveira, 11 anos, brasileiro, pedreiro; Sabino Corrêa de Mello, 15 anos, brasileiro, alfaiate; Juvêncio Soares, 15 anos, brasileiro, pedreiro; João de Deus Mascarenhas, 8 anos, brasileiro, sem profissão, Evaristo José Bernardo, 9 anos, brasileiro, sapateiro (Reproduzido pelo Diário de Pelotas, 12/04/1882).

⁷⁴Antonio de Oliveira, 25 anos, brasileiro; Bernabé Teixeira, 11 anos, brasileiro; José de Pinho Nogueira 13 anos, brasileiro; Justo José Pacífico, 31 anos, brasileiro; José Pedro de Freitas, 17 anos, brasileiro; **Rodolpho Ignácio Xavier, 10 anos, brasileiro**; Vicente Ramos Neves, 11 anos, brasileiro; José Maiosnave, não consta no livro de matrículas (Correio Mercantil, 10/04/1184).

de punição por indisciplina ocorridos nas aulas podem indicar, também, a vitalidade, o não submetimento e a não-adequação dos alunos às normas de disciplinamento prescritas. Os alunos - homens e meninos das classes populares - também tiveram formas cotidianas de resistência ao projeto de moralização e de inculcação da "ética do amor ao trabalho", que acima de tudo deveria ser assumida independente das vantagens ou desvantagens materiais advindas do trabalho.

4.3. O espaço físico como instância educativa

Na pesquisa histórica - aqui particularmente em História da Educação -, prestar atenção em eventos menores e singulares é a possibilidade de perceber o caráter educativo de práticas e discursos menos explícitos. Louro (1995) reflete sobre o processo de pesquisa apontando para a importância de "fazer história" sem ter em vista os grandes eventos e personagens, olhando os fenômenos rotineiros e aparentemente banais porque eles revelam muito, em se tratando de ações pedagógicas, sobre a formação dos sujeitos. Nesta perspectiva de "fazer história" inscreve-se a tentativa de entender a ocupação e o uso do espaço físico da BPP. Equivale a dizer que além dos discursos e medidas explícitas de "educação", também o próprio espaço educava esses homens e meninos.

A Biblioteca iniciou seus trabalhos em março de 1876. Desta data até a conclusão do primeiro salão do prédio próprio, em 1881, a instituição funcionou em um espaço cedido por João Simões Lopes - Barão da Graça. O prédio original da Biblioteca, concluído em 1885, tinha apenas um pavimento, e possuía na entrada, à esquerda, um amplo salão, chamado de *salão de honra*; um salão central, onde ficavam depositados os livros - ambos ocupados como espaço de leitura e pesquisa; nos lados havia cinco salas, das quais as duas ao fundo eram destinadas aos cursos noturnos, conforme descreveu o Correio Mercantil de 04/10/1878, em comentário sobre os trabalhos de construção do prédio. Isto significa que no projeto estavam previstas, desde o início, as duas salas de aulas para os cursos. Foi também com a definição deste espaço, especialmente projetado para funcionarem os cursos, que a Biblioteca recebeu a doação de carteiras para os alunos⁷⁵; o espaço foi organizado, assim, na forma de salas de aula convencionais. No primeiro prédio ocupado pela Biblioteca, as aulas funcionaram nas mesmas salas que durante o dia estavam reservadas para leitura e pesquisa.

⁷⁵Em 1884 a imprensa pelotense destacou a doação de 65 carteiras escolares, feita por uma mulher da elite -Leopoldina Antunes Maciel -, dando ênfase ao fato destas carteiras terem vindo dos Estados Unidos.

No ano de 1912 começaram as obras da construção do segundo pavimento, concluída em 1915. O Almanaque de Pelotas trouxe, em 1919, uma descrição minuciosa das partes internas do prédio (Anexo 4). É principalmente a partir desta caracterização detalhada que faço aqui algumas considerações, pois esta descrição também me permitiu pensar sobre como eram vivenciadas, no espaço físico, as relações entre os alunos dos cursos - homens das classes populares - e a elite pelotense.

A organização e a ocupação de um espaço nunca são feitas de maneira aleatória. A ocupação social dos espaços urbanos é reveladora desta afirmativa. As divisões centro/periferia, "centro velho"/ "centro novo", "em cima"/ "embaixo", são situações que, nas palavras de Roberto da Matta (1991), na maioria das vezes, nada têm a ver com atitudes topográficas, mas exprimem segmentação social e econômica. Assim, a distribuição e organização de um espaço urbano indicam hierarquias, demarca segregação, revela prestígio social e divisão econômica de uma população. Por isso, "o espaço se confunde com a própria ordem social, de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido" (Matta, op.cit: 34).

A organização e o uso do espaço físico, seja da casa de moradia ou de prédios públicos como de escolas, de presídios, de clubes, de repartições públicas, etc., também desvendam a história das sociedades e expressam valores, comportamentos e relações de grupos sociais. Michelle Perrot (1991) e Roger Henri Guerrad (1991), ao analisarem o espaço privado da casa na França do século XIX, evidenciam como a organização dos espaços estava relacionada ao momento histórico e à conquista da hegemonia da burguesia. Os autores demonstram como o estilo burguês de morar se impôs paulatinamente. Guerrad afirma que os burgueses parisienses "davam o tom" arquitetônico, decorativo, etc. Perrot fala no sentido de uma unidade do modo de vida burguês e das maneiras de morar. Neste período a arquitetura das casas revelava um desejo maior de intimidade familiar, conjugal e pessoal. Guerrad conclui que a antecâmara das casas "impunha-se como um filtro que não era possível ultrapassar sem convite", assim como o quarto conjugal, que era considerado o "templo da procriação" onde o fato de "entrar sem uma razão precisa expusesse a terríveis perigos" (p.336).

Se a organização de um espaço revela valores, comportamentos, estilos de vida e aspectos de uma cultura, isto também se manifestou na arquitetura e na ocupação física da Biblioteca. Os alunos dos cursos noturnos e a elite que freqüentava a Biblioteca Pelotense usufruíam de forma diferenciada da instituição. Não só pelo tipo de atividade de que cada grupo desenvolvia, conforme já analisei anteriormente, como pela própria organização e uso que faziam do espaço físico. Se isto aconteceu desde os primeiros anos de funcionamento da Biblioteca, manifestou-se mais claramente a partir de 1915, quando o prédio passou a contar

com dois pavimentos. A organização espacial da BPP refletiu, em certa medida, as diferenças e os valores sociais da vida pelotense.

Com a descrição que o Almanaque Pelotense de 1919 publicou é possível perceber como eram distribuídos e com que finalidades eram usados os espaços da BPP. Inicialmente veja-se o que registrou o Almanaque sobre as atividades que eram desenvolvidas no pavimento superior da instituição:

Os salões para festas (bailes, banquetes, quermesses, etc.) que ficam na frente e fundo, são ambos iguais e sua *pintura é em tons claros*.

O salão principal, com lindas colunas à entrada, tem cinco aberturas na frente e duas de cada lado. Sua iluminação é fornecida por cinco ricos lustres de facetas de cristal, sendo um grande ao centro e quatro em cada ângulo, todos perfazendo o total de 3.000 velas.

Há ainda nesse pavimento seis salas, que se destinaram a fins diversos, consoante as festas que ali se realizam. Em duas estão já instalados, com muito conforto, o serviço sanitário e o de *toilette* para senhoras e homens e que também se encontra no andar térreo (Grifos meus).

Guerrad em seu estudo sobre *Espaços Privados* (op.cit.) argumenta que o salão das casas burguesas, na França do século XIX, tinha uma importância simbólica, pois significava sociabilidade, uma das características burguesas. Segundo o autor nem todos os burgueses possuíam um salão para festas em suas casas, mas estavam prontos a "muitos sacrifícios para terem um grande salão" (p.334). Os salões para festas no pavimento superior da Biblioteca também tinham um significado simbólico se vistos no contexto das classes abastadas pelotenses. Eles representaram a importância que a sociabilidade, através de encontros recreativos, musicais, literários, tinha para este grupo social, indicando portanto que a Biblioteca teve outros fins além dos instrucionais.

Em 1902, um cidadão pelotense de nome Amaro Brasil escreveu um longo artigo no jornal criticando o uso do espaço da BPP para festas e bailes; segundo ele, eram prejudiciais do ponto de vista prático, por que não permitiam o funcionamento regular da instituição, devido à necessidade de suspensões das aulas seguidamente, pelo risco de incêndio e de acidentes. Porém, o argumento principal de oposição à realização de atividades recreativas era o fato de que estas contrariavam, segundo o autor da matéria, os fins instrucionais da instituição, o pensamento dos fundadores da Biblioteca, que era *a filha diletta dos nobres espíritos de Antonio Joaquim Dias e Saturnino E. de Arruda e de outros beneméritos* (...) (A Opinião Pública, 05/12/1902).

No jornal o autor chamava a atenção para a necessidade de ser

(...) abolida a pernicioso prática das diversões no recinto de uma instituição destinada à instrução popular, prática que é, infelizmente, uma desdouraste

exceção entre as instituições congêneres que conhecemos no país e no estrangeiro! (A Opinião Pública, 05/12/1902).

Observados os elementos simbólicos da organização e ocupação do espaço físico da BPP é possível perceber que as atividades que ostentavam luxo e riqueza - atividades da elite pelotense - tinham lugar no pavimento superior, ou seja, em cima/na frente, em espaço ricamente decorado e iluminado, além de *pintado em tons claros*, em contraposição ao espaço das aulas noturnas:

No pavimento a que estamos ligeiramente nos referindo [térreo] há, ainda, as salas do Museu, já bastante enriquecido; de consulta de obras de Ciência, secretaria, arquivo e ao fundo as duas aulas de funcionamento noturno. Nestas, que são bastante amplas, contam-se 30 classes americanas em cada uma, mesa e estrados para o professor, mapas, quadro negro e outros utensílios. A iluminação é também abundante. *A entrada e a saída dos alunos faz-se pela porta lateral que dá para a rua Conde de Piratiny, sendo também independente o serviço sanitário para os mesmos* (Almanaque Pelotense, 1919) (Grifos meus).

As salas de aula dos cursos noturnos estavam, portanto, situadas no andar térreo. Das cinco salas menores deste andar, duas delas, ao fundo do prédio, foram destinadas às aulas. Percebe-se, pela descrição, que a entrada dos alunos era pela porta lateral da Biblioteca e que os banheiros eram independentes, ao fundo e fora do prédio⁷⁶. Considerando que a clientela das aulas noturnas era, na sua maioria, homens e meninos pobres, trabalhadores, analfabetos, e em alguns casos negros, esta ocupação do espaço físico ganha significado. Ele "educava" na medida em que restringia, limitava e hierarquizava o uso e as formas de viver no espaço da Biblioteca: bailes, saraus, concertos, conferências para homens e mulheres da elite no andar superior; aulas de leitura, escrita, cálculo e preceitos de *moralidade e civilidade* para os homens das classes populares no andar inferior, ao fundo. Cada grupo ocupava um determinado espaço na Biblioteca que estava intimamente relacionado com a sua condição social.

⁷⁶Segundo a funcionária do Museu da BPP, Sonia Maria Garcia, os banheiros situados ao fundo no lado de fora do prédio foram demolidos recentemente.

CONCLUSÃO

Da fase de coleta do material empírico até a conclusão deste trabalho oscilei entre a paixão pelo objeto de estudo, pelas descobertas *nas* e *das* fontes e um descrédito quanto às condições de fazer um trabalho com o material de que dispunha. Trabalhando com o que Morrel (op.cit.) chamou de "registro histórico incompleto" - já que as referências sobre os cursos noturnos eram esparsas, difusas e, em alguns casos, confusas -, procurei responder as questões de pesquisa propostas no início do trabalho. Tarefa difícil, pois exigiu atenção a todas as coisas que diziam respeito, direta e indiretamente, à Biblioteca Pública Pelotense. Significa, portanto, que este foi um trabalho que demandou atenção a minúcias, a detalhes, a nomes, a silêncios...

O objetivo deste trabalho foi, fundamentalmente, o resgate histórico dos cursos noturnos da BPP, considerando principalmente sua importância (e sua espantosa longevidade!) como experiência de instrução primária das classes populares pelotenses. As particularidades dos cursos colocaram, inicialmente, três eixos de análise: o caráter masculino da escola; a presença dos negros nas aulas ainda no período da escravidão e o desvelamento dos interesses da elite com relação à instrução dos homens das classes populares. No entanto, considerando que a pesquisa não é uma atividade que "se produza de uma assentada" mas que se "realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos" (Bourdieu, 1989:27), as questões propostas se ampliaram. Novos desafios colocaram-se a partir do manuseio das fontes de pesquisa. Assim, as questões da nacionalidade e da faixa etária foram incluídas na análise. Primeiro, porque elas ampliaram a compreensão do caráter complexo das relações sociais e das "tensões" existentes nas aulas da Biblioteca. Segundo, porque colocam novas possibilidades para a análise dos cursos noturnos em geral. Muito especialmente em relação à faixa etária dos alunos, há um entendimento, na História da Educação, de que estes cursos foram destinados apenas à população jovem e adulta. Na realidade, desde sua gênese até a atualidade, os cursos noturnos têm se caracterizado por atender à mesma clientela: aqueles que, por necessidade de sobrevivência, precisam trabalhar precocemente, e também os que não se "adaptam" à escola regular - independentemente da faixa etária. Na Biblioteca, estes últimos eram chamados de "incorrigíveis".

Além dos adultos e das crianças trabalhadoras, os cursos noturnos da BPP atenderam a esta clientela denominada de *incorrigíveis*. Em qualquer dos casos o **trabalho** era o elemento central do discurso dos "homens da Biblioteca": caso o

aluno fosse trabalhador, freqüentava as aulas da Biblioteca por sê-lo - o que justificava a presença das crianças; caso não fosse, freqüentava para tornar-se um *bom trabalhador*, ou seja, para "não se entregar" ao mundo da ociosidade, da vagabundagem, dos vícios.

É preciso considerar que a escola noturna foi uma experiência "ideal", no final do século XIX, para atender aos trabalhadores - ou àqueles na iminência de tornarem-se trabalhadores -, pois não os retirou do espaço produtivo e realizou o grande projeto que nasceu no período: instruir as classes populares. Por isso, a criação da escola da BPP não se explica por si só. Ela teve seu início vinculado a um momento muito específico da história brasileira e pelotense: o momento da exaltação do trabalho. A escola tornou-se um meio de atingir as classes populares para inculcar o ethos do trabalho, especialmente em função das novas relações que se gestavam com o advento do trabalho livre. Estas novas relações, somadas a outras transformações de ordem econômica, política e cultural, explicam o surgimento das escolas noturnas nesse período da educação brasileira.

Pelotas viveu, intensamente, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, seu apogeu econômico, social e cultural, expresso em várias iniciativas, como a fundação de clubes recreativos e educacionais, associações literárias e dramáticas, escolas, entidades de classe, carnavalescas, etc. A BPP foi resultado deste momento cultural e econômico, associado à disponibilidade e ao interesse da elite em fazer da cidade um dos maiores e mais importantes centros culturais do Rio Grande do Sul. É neste espírito que se inscreveu a iniciativa dos cursos noturnos. A elite pelotense desejava, efetivamente, que Pelotas ostentasse o título de mais *civilizada* e instruída das cidades gaúchas e, quiçá, brasileiras. Assim, ganhou força entre alguns de seus membros a idéia de que a instrução e a formação dos homens das classes populares era uma tarefa que lhes cabia. Associou-se ao projeto de instrução a educação moral, que visava a formação de hábitos e atitudes compatíveis com o que era considerado um *bom trabalhador*. O objetivo das aulas era atingir, também e principalmente, a vida dos homens em sua totalidade. Disciplina, regras, controle do tempo, premiações, classificações, punições, foram os recursos para educar e formar estes homens trabalhadores. Na prática, este projeto não se viabilizou pacificamente. Os alunos apresentaram atitudes, no cotidiano da escola, que se contrapunham ao comportamento esperado e desejado. Por um lado, foram muitos os alunos "expulsos por indisciplina"; por outro, eram poucos os alunos que compareciam aos exames e menos ainda os que eram aprovados, indicando rigor tanto na exigência de comportamento quanto de aprendizagem, bem como a não submissão dos alunos às regras e normas estabelecidas.

No que respeita às relações de gênero, os cursos caracterizaram-se como *masculinos* porque a sociedade do século XIX e primeiras décadas do século XX era regulada por um conjunto formal e informal de regras que determinava

atividades, valores, comportamentos e oportunidades desiguais para os gêneros e para as classes sociais. Neste sentido, as mulheres das classes populares não tiveram presença alguma nas aulas nem na própria BPP até 1915. A entrada das mulheres na escola da Biblioteca, embora as fontes a que tive acesso silenciem sobre isto, é uma questão que merece ser investigada e analisada, bem como a "coincidência" de uma professora assumir a aula, em 1937, e haver um aumento significativo das mulheres nos cursos - daí já em aulas noturnas e mistas. Neste momento, houve um declínio espantosamente grande da presença dos homens (Ver Anexo 2). Mas esta é uma "outra história..."

Enquanto escola masculina, os "homens da Biblioteca" colocavam-se como o "modelo de ser homem" do ponto de vista moral. Este era, porém, um modelo que do ponto de vista social jamais seria alcançado pelos alunos. Nas aulas, estava-lhes reservado o acesso a um pouco de conhecimento que lhes permitisse serem mais "racionalis" e disciplinados, mas sem pretender que atingissem outra condição social. Por isso, era uma educação que valorizava, fundamentalmente, o trabalho manual.

Considerarei, no início da pesquisa, que a presença dos negros - porque era uma exceção à época - teria maior "visibilidade" nos jornais e documentos. No entanto há um silêncio sobre a presença deste segmento da população. Foi preciso "trilhar" um longo caminho até descobrir que alunos negros freqüentaram as aulas. Depois, foi preciso outra empreitada para descobrir se freqüentavam na condição de escravos - o que seria ainda mais inusitado - ou se apenas aos livres e aos libertos estava garantido este acesso.

Com relação à presença deste grupo, surgiu uma aparente contradição: de um lado, um sentimento de caridade que se expressava pela adesão ao abolicionismo e que, na BPP, concretizava-se com a compra de escravos para posterior manumissão, em campanhas realizadas entre alguns dos seus sócios; por outro lado, uma rejeição aos indivíduos deste grupo étnico, expressa em matérias nos periódicos locais e no próprio material que circulava entre os membros do Clube Abolicionista. Assim - sem querer encontrar uma causa única e absoluta para explicar a presença dos negros na Biblioteca - um certo *paternalismo racista*, que procurava libertar, ajudar e proteger os negros por considerá-los inferiores e, por isso, incapazes de fazerem-no por si mesmos, e que via na educação e, mais especificamente, na escolarização elementar a possibilidade de *integrá-los* à vida social, pode ser considerado como o principal fator que possibilitou a "abertura" da escola a este grupo.

Finalmente, é óbvio concluir que as classes populares passaram, paulatinamente, a valorizar o processo de escolarização. Isto se deu, principalmente, em função da complexificação do comércio, da urbanização, de uma incipiente industrialização e das oportunidades crescentes nos serviços públicos e privados. Nesta "nova" realidade da vida urbana pelotense, o processo

de leitura, escrita e cálculo obteve maior valorização e significou, concretamente, a chance de novas oportunidades de trabalho. Há que considerar também que alguns homens que passaram pelos bancos escolares da Biblioteca se apropriaram da leitura e da escrita e fizeram delas ferramentas importantes na luta por uma sociedade mais igualitária e menos opressora e hierarquizada. Com isso é possível dizer que se o projeto da "escola da Biblioteca" tinha como um dos objetivos *formar e conformar* os homens para a aceitação das relações e das condições capitalistas de trabalho na prática provocou também o oposto. Os líderes negros e operários foram um exemplo desta realidade.

Gostaria de usar as palavras do historiador António Nóvoa para finalizar - por ora! - este trabalho: "é a inserção no presente que dá sentido à nossa paixão pelo passado" (1992:219). Elas sintetizam a motivação, o objetivo e a razão desta pesquisa.

ANEXOS

ANEXO 1

Primeiros estatutos da Biblioteca Pública Pelotense - Elaborado por Saturnino Epaminondas de Arruda e aprovado em Assembléia do dia 30/11/1875, com pequenas alterações feitas pelos sócios presentes:

- A Biblioteca Pelotense ter por fim a disseminação da instrução por todos os meios ao seu alcance;

- Será franca a quem quiser freqüentar sem retribuição algumas;

- Não obstante terá sócios efetivos, honorários e beneméritos. Os primeiros pagarão 5\$000 rs. De jóia e 1\$000 mensais. Os últimos serão aqueles que, por serviços relevantes, pessoais ou pecuniários, se tornarem dignos desse título a juízo da Assembléia Geral.

- Anexa a Biblioteca Pelotense funcionará uma sociedade literária, com estatutos, diretoria e nomes especiais, a qual será composta unicamente de sócios daquela instituição. O fim desta segunda sociedade será a discussão de teses orais ou escritas sobre todas as questões da atualidade, tornando públicos os seus trabalhos quando assim o entender conveniente.

- A Biblioteca Pelotense estabelecerá cursos noturnos para o estudo das matérias que constituem alguns dos mais necessários conhecimentos logo que as circunstâncias o permitam ou se ofereça ensejo favorável, é dizer na última hipótese, os referidos cursos funcionarão logo após a instalação da sociedade ou em qualquer tempo, se porventura, professores hábeis nos diferentes ramos de ensino oferecerem gratuitamente seus serviços (Grifo meu).

- A diretoria que será eleita anualmente compor-se-á de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro e 12 diretores, tendo estes por atribuição fiscalizar e dirigir os destinos da Biblioteca no mês que lhe for designado pela ordem da votação.

- Terá um bibliotecário estipendiado.

- O estabelecimento estará aberto, no verão, desde as 9 horas às 2 horas da tarde e das 5 às 10 da noite; no inverno, das 10 às 3 horas da tarde e 5 às 9 da noite.

ANEXO 2

Número de alunos/alunas matriculados no curso noturno da BPP no período de 1877 a 1940:

Ano:	Nº de matrículas:
1877	77
1878	68
1879	26
1880	41
1881	113
1882	67
1883	37
1884	77
1885	71
1886	83
1887	81
1888	84
1889	105
1890	78
1891	116
1892	67
1893	48
1894	28
1895	98
1896	139
1897	130
1898	107
1899	153
1900	103
1901	116
1902	64
1903	133
1904	125
1905	159
1906	234
1907	190
1908	248

1909	159
1910	51
1911	103
1912	71
1913	- *
1914	- *
1915	71 homens 54 mulheres
1916	62 homens 48 mulheres
1917	68
1918	155
1919	62
1920	72
1921	105
1922	127
1923	127
1924	120
1925	119
1926	106
1927	113
1928	151
1929	153
1930	118
1931	108
1932	39
1933	43
1934	46
1935	57
1936	42
1937	03 homens 27 mulheres
1938	07 homens 29 mulheres
1939	09 homens 34 mulheres
1940	07 homens 35 mulheres

* Nos anos de 1913 e 1914 os cursos noturnos foram suspensos em função da reforma que passou a BPP para construção do segundo andar do prédio. A Ata da

BPP do dia 02/08/1912, suspendia temporariamente as aulas noturnas. A Ata deste dia registra ainda que, durante a reforma, a sala de leitura passaria a funcionar na casa do Presidente da BPP na ocasião, Joaquim José de Assumpção, e os livros seriam depositados na Escola de Veterinária, prédio que ficava ao lado da Biblioteca.

Fonte: Livros de Matrículas. Museu da BPP

ANEXO 3

Regulamento dos cursos noturnos, aprovado em 21/01/1877, em Assembléia Geral:

Artigo 1º: Os cursos noturnos estabelecidos pela Biblioteca Pública Pelotense, segundo os seus estatutos, funcionarão diariamente, no inverno das 8 às 9 horas e no verão das 9 às 10 horas da noite, podendo aumentar o tempo de expediente se for preciso.

Artigo 2º: Adotar-se-á a seguinte ordem de trabalhos, que poderá ser alterada na proporção das conveniências ou necessidades.

- 1º - Às segundas-feiras: português no primeiro grau;
- 2º - Às terças-feiras: português no 2º grau e geografia;
- 3º - Às quartas feiras: francês
- 4º - Às quintas-feiras: português no primeiro grau;
- 5º - Às sextas-feiras: português no segundo grau e geografia terrestre;
- 6º - Aos sábados: francês.

Artigo 3º: Cada um curso terá sua matrícula especial, podendo, entretanto ser todos freqüentados por aqueles que reunirem condições indispensáveis;

Artigo 4º: Cada um curso poderá ser freqüentado por mais de dez alunos efetivos, que terão igual número de substitutos para entrar em qualquer ocasião no lugar daqueles, quando faltarem, e ilimitado de ouvintes que irão passando ao número dos segundos depois dos primeiros conforme as vagas ou faltas que se dêem;

Artigo 5º: Para freqüentar estes cursos, será preciso inscrição em livro especial. Quando o número dos inscritos seja superior ao admissível como efetivos, decidirá a sorte, tanto em relação a estes como aos substitutos, em reunião de diretoria;

Artigo 6º: Instituídos os cursos serão convidados pela imprensa a inscrever-se na forma do artigo antecedente os que quiserem freqüentar;

Artigo 7º: Para a freqüência dos cursos de matérias superiores, deverá o aluno possuir a necessária capacidade intelectual, a juízo dos respectivo professor.

Quando se dê uma recusa, para o lugar do recusado deverá entrar o substituto pela ordem em que estiver colocado*;

Artigo 8º: O professor de qualquer curso é autorizado a repreender em 1º caso e a despedir em 2º caso o aluno que não comportar-se conforme os preceitos da civilidade durante os estudos levando o fato a conhecimento do diretor do mês;

Artigo 9º: Os cursos serão gratuitos. As despesas de simples expediente, correrão à conta da Biblioteca. A de livros e acessórios para estudos à conta dos freqüentadores.

Artigo 10º: As dúvidas que possam suscitar-se nas execução deste regulamento, bem como a sua ampliação em sentido restrito ao seu fim, ficam à atribuição do diretor do mês de acordo com os professores quando lhes diga respeito;

Artigo 11º: Compete ao diretor do mês e na sua falta ao Bibliotecário a direção material destes cursos.

- O curso de português, de grau superior e geografia terrestre, pertence ao Sr. João Afonso Corrêa de Almeida, às 3ª e 5ª feiras.
- O de francês, ao Sr. Aristides Guidony, nas 4ª e nos sábados.
- O de português no 1º grau, alternadamente aos Srs. João Cândido Ribeiro e Francisco de Paula Pires, às 2ª e 6ª feiras.

Fonte: Correio Mercantil, 23/01/1877.

* Os cursos de francês e inglês eram considerados "artes superiores". O inglês não é mencionado neste Regulamento porque inicia suas atividades mais tarde.

ANEXO 4

Descrição do interior do prédio da Biblioteca Pública Pelotense, após a conclusão do 2º pavimento, em 1915:

As obras de remodelação do edifício da Biblioteca Pública Pelotense tiveram início em outubro de 1912 e foram realizadas pelo conceituado construtor Sr. Caetano Casaretto.

O edifício, que primitivamente era de um só pavimento tem agora dois e mais um subterrâneo de 2 e meio metros de altura, em que esteve instalada a Usina elétrica própria.

De bela arquitetura e majestoso, o próprio da benemerita instituição muito veio embelezar o local em que se encontra, entrando no número dos mais importantes da cidade e que tanto elevam o nosso progresso material.

Sua entrada principal é servida por uma grande porta de madeira de lei, com obras de entalhe e escultura e ornatos de ferro fundido.

O teto do pequeno saguão que precede, e a que dão acesso alguns degraus de pedra mármore, é todo ele esculpido em madeira, destacando-se em relevo esculturas simbólicas da pintura, música, poesia e indústria.

Nas paredes laterais, pintadas com gosto e arte, vêm-se dois lindos e grandes painéis em tela, cercados de filetes de madeira dourada, representando a música e a pintura. Esse belo trabalho, bem como todas as demais pinturas das dependências diversas do edifício, foi realizado pelo hábil Sr. Martim Liz.

À direita e à esquerda da entrada, duas portas dão comunicação para as salas de leitura, espaçosas e claras.

Em cada uma delas há 12 mesas para duas pessoas tendo fixa ao centro um lâmpada elétrica do poder iluminativo de 16 velas e com abajur de cor, afim de tornar mais suave a luz.

Cada mesa é servida por duas cadeiras de assento de couro, procedendo esse mobiliário dos Estados Unidos.

Há ainda em cada sala um lustre central, com oito focos cada um.

As paredes de ambas as salas são guarnecidos com retratos a óleo, em vistosas molduras douradas dos beneméritos da Biblioteca, Sra. D. Mercedes Maciel Moreira, coronel Alfredo Gonçalves Moreira, Visconde da Graça, Dr. Manoel Vieira Braga, Dr. Saturnino Epaminondas de Arruda e Antonio Joaquim Dias.

Segue-se o salão propriamente da Biblioteca, onde em alterosas estantes estão arrumados os 25 mil volumes de obras diversas.

Ai também há 6 mesas para leitura, iguais as que já nos referimos, além das escrivaninhas do bibliotecário, sub-bibliotecário, telefone e cabides.

A iluminação nesse departamento é fornecida por muitas lâmpadas e ainda pela grande clarabóia central, de armação de ferro e vidros de cores e foscas que filtram a luz diurna e que à noite coam a luz dos focos elétricos poderosos que foram adaptados externamente para esse mister.

No pavimento a que estamos ligeiramente nos referindo há, ainda as salas, do Museu, já bastante enriquecido; de consulta de obras de Ciências, Secretaria, Arquivo e, ao fundo as duas aulas de funcionamento noturno.

Nestas que são bastante amplas, contam-se 30 classes americanas em cada uma, mesa e estradas para o professor, mapas, quadro negro e outros utensílios.

A iluminação ai é também abundante.

A entrada e a saída dos alunos faz-se pela porta lateral que dá para a rua Conde de Piratini, sendo também independente o serviço sanitário para os mesmos.

Transponhamos agora a grande escada de mármore que dá acesso ao pavimento superior e servida por uma linda grade de ferro.

No amplo patamar, a escada se divide em dois lanços, ao termo dos quais depara-se-nos a vasta galeria, circundada de elegante gradil, que corre em toda a volta.

Nas paredes laterais o pincel de Martim Liz foi muito feliz nas decorações, que constam de lindos medalhões, belas marinhas e paisagens, cujo conjunto dá-nos a mais agradável impressão, aumentada pela abundante luz colorida que desce da grande clarabóia a que já nos referimos.

Nas paredes foram instalados finos candelabros de metal com cinco tulipas cada um, e que fazem "pendant" com as duas elegantes estatuetas lustres colocadas aos lados do patamar da escadaria.

Os salões para festas (bailes, banquetes, quermesses, etc) que ficam na frente e fundo, são ambos iguais, e sua pintura é de tons claros.

O salão principal, com lindas colunas à entrada, tem cinco aberturas na frente e duas de cada lado. Sua iluminação é fornecida por cinco ricos lustres de facetas de cristal, sendo um grande ao centro e quatro em cada ângulo, todos perfazendo a total de 3000 velas.

Há ainda nesse pavimento seis salas que se destinaram a fins diversos, consoante as festas que ali se realizam.

Em duas estão já instalados, com muito conforto, o serviço sanitário e o toilete para senhoras e homens, e que se encontra também no andar térreo.

Terminando estas notas aqui deixamos a nomenclatura do pessoal interno atual da Biblioteca, que é o seguinte:

Bibliotecário: Capitão José Maria Barcellos e sub-bibliotecário: Francisco de Paula Costa.

Professores: Augusto P. Passos e capitão José Maria Barcellos

Fonte: Almanaque de Pelotas, 1918.

Livros e Artigos

- ANDRADE, Mariza Guerra. A educação exilada: o colégio do Caraça. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n.6, p. 128-134, 1992.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Um castelo no pampa: perversas famílias*. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Um castelo no pampa: pedra da memória*. 2ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- AZEREDO, Sandra. A questão racial na pesquisa. In: AZEREDO, Sandra e STOLCKE, Verena (Orgs.) *Direitos Reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Fernando. *A transmissão da cultura*. 5ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- BAKOS, Margareth. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria género: una introduccion teórico-metodológica. In: AZEREDO, Sandra e STOLCKE, Verena (Orgs.) *Direitos Reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.
- BEISIEGEL, Celso Rui. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José M. *A formação da alma: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARVALHO, José M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ed. São Paulo: Cia. da Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUSSINAND-NOGARET, G. Elites. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, p. 283-286, 1993.
- CONNEL, Robert. Política educacional, hegemonia e estratégias de mudança social. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 5, p. 66-80, 1992.

- CONNEL, Robert. The big picture: Masculinities in recent world history. *Theory e Society*. n. 22, p. 595-596, 1993.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991.
- DALLA VECCHIA, Agostinho M. *Os filhos da escravidão*. Pelotas: UFPel, 1994.
- DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lyann. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. *A imigração no sul do Estado de 1888-1852*. Canoas: Regional, p. 323-328, 1958.
- ENQUITA, Mariano F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FARIA FILHO, Luciano M. *República, Trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro - 1909/1934*. Belo Horizonte, UFMG, 1991. (Dissertação de mestrado).
- FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: n.52, p.35-49, 1985.
- FREIRE, Ana Maria A. *Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as CATARINAS (Paraguaçu), FILIPAS, MADALENAS, ANAS, GENEBRAS, APOLÔNIAS e GARCIAS até os SEVERINOS*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ed., São Paulo: Ática, 1988.
- GRIGNON, Claude. A escola e as culturas populares: pedagogias legistimistas e pedagogias relativistas. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 5, p.50-54, 1992.
- GUERRAND, Henri-Roger. Espaços Privados. In: PERROT, Michelle Perrot [et.al.] *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Vol. 4. São Paulo: Cia da Letras, 1991.
- GUTIERREZ, Esther J.B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 1993.
- HADDAD, Sérgio. *Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília: INEP, 1987.
- HASENBALG, Carlos A. e SILVA, Nelson V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: n.73, p.5-12, 1992.
- HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 2, p. 65-103, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico: do Império à República*. 3ed. São Paulo: Difel, 1983.
- JARDIM, Denise. Espaço social e auto-segregação entre homens: gostos, sonoridades e masculinidades. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n.7, p. 29-42, 1992.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEAL, Ondina F. O mito da salamandra do Jarau: a constituição do sujeito masculino na cultura gaúcha. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n.7, p. 7-14, 1992.
- LEWGOY, Bernardo. Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n.7, p.61-80, 1992.

- LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOURO, Guacira L. e MEYER, Dagmar. *A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970)*. Porto Alegre: 1994. (Texto mimeo).
- LOURO, Guacira L. *Gênero: "uma categoria útil de análise histórica"? Desafios e desconfortos de uma proposta teórica*. Porto Alegre: 1994a. Texto mimeografado.
- LOURO, Guacira L. *Histórias da Educação no Rio Grande do Sul*. Projeto de Pesquisa, Porto Alegre: 1993. Texto mimeografado.
- LOURO, Guacira L. Porto Alegre - finais do século 19: normalistas e moças bem-comportadas. In: MAUCH, Cláudia (et.al.) *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1994b.
- LOURO, Guacira L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, nº 6, p.53-75, 1992.
- LOURO, Guacira L. *Produzindo sujeitos masculinos e cristãos*. Porto Alegre: 1995. (Texto mimeo).
- MACEDO, Carmem Cinira. *Tempo de gênese: o povo das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Universidade, 1993.
- MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio-grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MELLO, Marco Antônio. *Reviravoltas, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: UFPel, 1994.
- MENEZES, Adolpho Bezerra. *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-lá sem dano para a nação*. Rio de Janeiro: Progresso, 1869.
- MOACIR, Primitivo. *A Educação e as Províncias*. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1939.
- MORREL, Robert . Boys, gangs, and the making of masculinity in the white secondary schools of Natal, 1880-1930. *Masculinities*. n.2, p. 56-82, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritudes: usos e sentidos*. 2ed. São Paulo: Ática, 1988.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- NÓVOA, Antônio. Inovação e História da Educação. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 6, p: 210-210, 1992.
- NUNES, Clarice. História da Educação: o espaço do desejo. *Em aberto*, Brasília: INEP, n. 47, p.37-45, 1990.
- OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. 2ed. Porto Alegre: Globo, 1962.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. 5ed. São Paulo: Loyola, 1987.
- PEREIRA, André Ricardo. Criança x Menor: a origem de dois mitos da política social brasileira. In: ROLLEMBERG, D. (org.) *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994.

- PERROT, Michelle. *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Vol. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1991: Maneiras de morar.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETERSEN, Sílvia R. F. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. Cadernos de Estudos. Porto Alegre, n. 3, 1991.
- PETITAT, André. *Produção da escola produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PINHO, Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. de F.A. de Souza, 1872.
- PINTO, Regina Pahim. A escola e a questão da pluralidade étnica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.55, p.3-17, 1985.
- PINTO, Regina Pahim. Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.80, p.41-50, 1992.
- RAGO, Margarteh. *Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 1, p.11-36, 1995.
- ROSEMBERG, Fúlvia, PIZA, Edith P., MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: INEP, 1990.
- SADER, Éder e PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *História*. São Paulo, n. 12, p.49-61, 1993.
- SCHENEIDER, Regina P. *A instrução pública no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est, 1993.
- SCOTT, Joan. Prefácio à Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.3, p.11-27, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, n. 2, p. 5-19, 1990.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Demandas populares pela escola: novas trilhas metodológicas para o estudo da educação na Primeira República*. Campinas, 1992. (Texto mimeo).
- STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, p.101-119, 1991.
- SUÀREZ, Myréia. *Desconstrução das categorias "mulher" e "negro"*. ANPOCS, Caxambu, 1992. Texto mimeografado.
- TAMBARA, Elomar. *A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Porto Alegre, UFRGS, 1991. (Tese de Doutorado).
- TAMBARA, Elomar. *A educação no Rio Grande do Sul*. Pelotas, 1995. (Texto mimeo).

- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VARELA, Júlia e ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n 6, p.68-96, 1992.
- VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- WERNER, Dennis. *Culturas Humanas: comida, sexo, magia e outros assuntos antropológicos*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Decretos e Pareceres:

1. Decreto Nº 1.331 A - de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte.
2. Decreto Nº 7031 de 6 de setembro de 1878. Cria cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária do 1º grau de sexo masculino do município da Corte.
3. Decreto Nº 7247 de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário no município da Corte e o superior em todo o Império.
4. Parecer e projeto de 13 de abril de 1882. Reforma do ensino secundário e superior. Apresentado por Rui Barbosa à Câmara dos Deputados.
5. Parecer e projeto de 12 de setembro de 1883. Reforma do ensino primário. Apresentado por Rui Barbosa.

Jornais e Documentos:

A Alvorada
 A Discussão
 A Reforma
 Correio Mercantil
 Diário de Pelotas
 Diário Popular
 Echo do Sul
 Jornal do Comércio
 Onze de Junho
 Opinião Pública
 Pervigil
 Progresso Literário
 Radical

Anais da BPP
 Atas da BPP
 Álbum Pelotense - 1922
 Carta Manuscrita - Prof. Bento José Taveira, 1881

Cartilha Método Hudson - 1879

Livros de Matrículas dos Cursos Noturnos – 1877-1940

Relatório manuscritos - 1884 – 1904.